

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

João Fabricio Flores da Cunha

A comunicação sinequista de Charles S. Peirce e a comunidade de investigadores do Painel
Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

Tese de Doutorado

Porto Alegre, 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**A comunicação sinequista de Charles S. Peirce e a comunidade de investigadores do Painel
Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas**

Tese de doutorado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS) como requisito para obtenção do título de doutor.

Orientador (*in memoriam*): Prof. Dr. Alexandre Rocha da Silva

Orientador: Prof. Dr. Bruno Bueno Pinto Leites (UFRGS)

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Ione Maria Ghislene Bentz (Unisinós)

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Anabela Gradim (LABCOM/Universidade da Beira Interior/Portugal)

Prof. Dr. Guilherme Gonçalves da Luz

Prof.^a Dr.^a Nísia Martins do Rosário (UFRGS)

Prof. Dr. Tarcísio de Sá Cardoso (UFBA)

Porto Alegre, 2024

CIP - Catalogação na Publicação

Flores da Cunha, João Fabricio

A comunicação sinequista de Charles S. Peirce e a comunidade de investigadores do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas / João Fabricio Flores da Cunha. -- 2024.

240 f.

Orientador: Bruno Bueno Pinto Leites.

Coorientadora: Ione Maria Ghislene Bentz.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Comunicação. 2. Continuidade. 3. Pragmaticismo. 4. Mudanças Climáticas. 5. IPCC. I. Leites, Bruno Bueno Pinto, orient. II. Bentz, Ione Maria Ghislene, coorient. III. Título.

RESUMO

Esta tese propõe uma configuração da comunicação como continuidade, a partir do pensamento do filósofo estadunidense Charles S. Peirce (1839-1914). Nossa problematização de pesquisa envolve o descompasso entre o conhecimento científico sobre os efeitos das mudanças climáticas e a falta de ação para reverter essa tendência, que é tratado nesta tese desde uma perspectiva comunicacional, e em termos peirceanos. O objetivo geral é o de configurar a comunicação sinequista a partir da sistematização de seus parâmetros e realizar uma análise crítica das expressões desses parâmetros no sexto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês). Nossa investigação parte de um centramento do sinequismo no pensamento de Peirce, o qual foi proposto pelo próprio autor. Compreendemos o sinequismo (doutrina da continuidade) a partir de sua articulação com o tiquismo, conceito peirceano que se refere ao acaso. Mapeamos e sistematizamos as expressões do sinequismo na obra de Peirce e buscamos mostrar como a continuidade é essencial para compreendermos dimensões fundamentais de seu pensamento, como semiose, pragmaticismo e falibilismo. A partir da ideia de que “toda comunicação de mente para mente se dá através da continuidade do ser” (CP 7.572), operamos a configuração da comunicação sinequista. Propomos seis parâmetros dessa comunicação, os quais são induzidos do sinequismo: o consenso da comunidade; a interdependência entre as dimensões da comunicação; a indeterminação; o hábito, compreendido como finalidade da comunicação; a afetabilidade; e o amor evolucionário orientado para o futuro. Ao fazer uma reflexão crítica da política em termos peirceanos, buscamos a efetivação de uma passagem entre uma política que denominamos pragmática para uma compreendida na perspectiva do pragmaticismo. Argumentamos que a política peirceana requer uma comunidade de investigadores para se efetivar. Nesse sentido, analisamos o relatório do IPCC, que compreendemos como expressão de um consenso científico de uma comunidade de investigadores. Nas considerações finais, caracterizamos, a partir do percurso de pesquisa descrito, o que denominamos como a prisão da secundidade.

Palavras-chave: Comunicação; continuidade; pragmaticismo; mudanças climáticas; IPCC.

ABSTRACT

This thesis proposes an understanding of communication as continuity, based on American philosopher Charles S. Peirce's (1839-1914) thinking. Our research problem stems from the disconnect between scientific understanding of climate change's effects and the lack of action to reverse this reality, which is treated in this thesis from a communicative perspective and in Peircean terms. Our aim is to propose a synechistic communication by describing its parameters and analyzing its expressions in the sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Our research undertakes a view of Charles S. Peirce's thinking with synechism at its center, which was proposed by the author himself. We understand synechism (doctrine of continuity) alongside with tychism, the Peircean concept that refers to chance. Our thesis researches the expressions of synechism in Peirce's work and aims to show that continuity is essential to apprehend fundamental dimensions of his thinking, such as semiosis, pragmatism and fallibilism. We take upon Peirce's statement that "all communication from mind to mind is through continuity of being" (CP 7.572) to propose the concept of a synechistic communication. We propose six parameters of this communication, which are induced from synechism: the consensus of the community; the interdependence between the dimensions of communication; indetermination; habit understood as the goal of communication; affectability; and evolutionary love oriented towards the future. The thesis also undertakes a critical reflection of politics in Peircean terms and seeks to establish a pragmatic concept of politics that distances itself from a pragmatic view. We argue that a Peircean politics requires a community of researchers and then proceed to analyze the IPCC report, which we understand as the expression of a scientific consensus from a research community. In our conclusion, we discuss what we name as the prison of secondness.

Keywords: Communication; continuity; pragmatism; climate change; IPCC.

LISTA DE ABREVIACOES

AR: *Assessment Report*, relatório de avaliao do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

CP: *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*.

EP: *Essential Peirce*.

RLT: *Reasoning and the Logic of Things. The Cambridge Conferences Lectures of 1898*.

SS: *Semiotics and signification: the correspondence between Charles S. Peirce and Victoria Lady Welby*.

W: *Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1.** Manuscrito de Peirce com diagrama de classificação das ciências.....122
- Figura 2.** Representação da diferença entre trajetórias de emissões necessárias para limitar o aquecimento da Terra e a tendência colocada pelas políticas implementadas.....193

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Peirce e a continuidade.....	13
1.2 O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.....	20
1.3 Problemáticas de pesquisa.....	23
1.4 Da hipótese envolvendo a continuidade.....	24
1.5 Peirce e as mudanças climáticas.....	30
2. A CONTINUIDADE NO PENSAMENTO DE PEIRCE.....	35
2.1 Sinequismo, doutrina da continuidade.....	35
2.2 Sinequismo e semiose.....	48
2.3 Sinequismo e pragmaticismo.....	53
2.4 Sinequismo e falibilismo.....	62
3. A COMUNICAÇÃO SINEQUISTA.....	69
3.1 Comunicação e continuidade.....	70
3.2 Parâmetros da comunicação sinequista.....	73
3.2.1 Consenso da comunidade.....	75
3.2.2 Interdependência das dimensões da comunicação.....	89
3.2.3 Indeterminação.....	95
3.2.4 Hábito como resultado da comunicação.....	100
3.2.5 Afetabilidade.....	105
3.2.6 Amor evolucionário orientado para o futuro.....	113
4. A POLÍTICA EM PEIRCE.....	119
4.1 Política na arquitetura peirceana.....	119
4.2 Hábito e política.....	125
4.3 Elementos para uma política pragmaticista.....	137
5. COMUNICAÇÃO SINEQUISTA E O RELATÓRIO DO IPCC.....	149
5.1 O relatório do IPCC.....	149
5.2 Parâmetros da comunicação sinequista.....	154
5.2.1 Consenso da comunidade.....	156
5.2.2 Interdependência das dimensões da comunicação.....	166
5.2.3 Indeterminação.....	173
5.2.4 Hábito como resultado da comunicação.....	185
5.2.5 Afetabilidade.....	201
5.2.6 Amor evolucionário orientado para o futuro.....	206
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Comunicação sinequista, política pragmaticista e a prisão da secundidade.....	215
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	232



AGRADECIMENTOS

À Marina, todo dia.

À minha família.

All my friends – em especial, aos do ZPESC.

Ao Bruno, que teve forças para carregar a tantos de nós em sua bicicleta.

À Ione, que soube animar e conduzir as distintas velocidades desta pesquisa.

A todas as teses produzidas no âmbito do NPESC, sem as quais esta não existiria:

Lo-fi: agenciamentos de baixa definição na música pop;

Agenciamentos estéticos e políticos no audiovisual contemporâneo: imagens de arquivo na obra de Harun Farocki;

Quando a imagem faz sintoma: imagem-pulsão e neonaturalismo no cinema brasileiro dos anos 2000;

Desenquadramentos no Novíssimo Cinema Brasileiro: o fora de campo como dobra da mise-en-scène nos filmes de André Novais;

Teoria Alemã das Mídias: mídia, história, cultura e técnica no território comunicacional alemão;

Deleuze e o problema da comunicação;

As imagens em transe e os personagens povoadores no cinema de Glauber Rocha;

Semiótica crítica e as materialidades da comunicação;

Gilbert Simondon e a comunicação maquínica;

“A linguagem não pertence”: fantasmas da propriedade e da comunicação em escritas contemporâneas (Copistas de Jorge Luis Borges, a Escrita Não Criativa e a poesia brasileira de apropriação);

O ato de criação no plano da música pop;

Escutas Expandidas e a produção comunicacional de escutas musicais;

Conversações cinematográficas no deslimite do verbal;

O comunicável em Michel Foucault e o clitóris da serpente.

Ao Alexandre, inventor de mundos – inclusive este.

Alexandre

*It seems to me a pity they should allow a
philosophy so instinct with life to become infected with seeds of death [...]*

Charles S. Peirce

INTRODUÇÃO

1.1 Peirce e a continuidade

Esta tese aborda o fenômeno das mudanças climáticas desde a perspectiva do pragmaticismo. O problema contemporâneo da ação para lidar com as alterações do sistema climático é abordado aqui sob o ponto de vista da comunicação. A pesquisa se desenvolve a partir da ideia de continuidade no pensamento do filósofo estadunidense Charles S. Peirce (1839-1914), buscando desdobrar suas implicações para a comunicação. Nossa inquietação com a postulação, por parte de Peirce, do sinequismo (doutrina da continuidade) foi a mola propulsora desta investigação. A teoria da continuidade surge aqui como uma hipótese capaz de oferecer importantes contribuições para os debates teóricos sobre comunicação, política e mudanças climáticas. Partimos da ideia de que se o sinequismo é central na filosofia de Peirce, conforme exposto pelo próprio autor, é preciso ler também a comunicação segundo Peirce a partir dessa ideia de continuidade.

Visamos investigar a continuidade não por si só, mas a partir das questões que ela coloca na relação com outros aspectos do pensamento de Peirce. Assim, o sinequismo nos interessa, por exemplo, na medida em que está ligado à teoria dos signos. Produzem-se novos signos a partir de signos anteriores – exclusivamente. Ou seja, essa é a única forma de produção sógnica. O interpretante é o conceito que dá conta da produção de novos signos a partir de outros anteriores, transformando-os. A teoria dos signos de Peirce está impregnada pelo evolucionismo que caracteriza seu pensamento.

O que caracteriza a comunicação em Peirce é precisamente a continuidade do fluxo semiótico, ou seja, a ideia de que a comunicação não é algo estanque, mas um processo que se atualiza constantemente nas mentes de intérpretes, a partir de novos interpretantes que ela, comunicação, vai sinequisticamente produzindo. Diríamos, assim, que a comunicação é o nome de um devir, e que está aberta para o futuro, sem maior compromisso com o passado para além de produzir novos signos a partir dele¹.

A semiótica peirceana se apresenta aqui em íntima conexão com a cosmologia e com a metafísica do autor. Também deve ser pensada a partir do evolucionismo que caracteriza o

¹ “O futuro é sugerido por, ou melhor, é influenciado, pelas sugestões do passado” (CP 6.142).

pensamento de Peirce: para ele, a natureza é resultado de um processo evolucionário, o qual não encontrou ainda seu fim, e está sempre por se fazer (CP 7.514²).

A investigação sobre o pragmatismo evolucionário nos levou a uma pergunta sobre o lugar da comunicação dentro do pensamento de Peirce. Nossa proposta é que a continuidade, ou sinequismo, é o conceito que move a filosofia da comunicação de Peirce. Nesse sentido, a comunicação, quando pensada nos termos peirceanos, está associada não apenas à semiótica, mas também à metafísica.

O sinequismo é a afirmação de que matéria é mente – uma forma cristalizada, enrijecida, *habituada*, de mente (CP 6.24) –, e é definido por Peirce como uma “síntese do tiquismo e do pragmatismo³” (CP 4.584) – este, o nome da doutrina por ele criada que atribui primazia aos efeitos concretos que algo é capaz de produzir no mundo. Peirce acreditava que o sinequismo era uma concepção inovadora que mereceria a atenção de todos os filósofos (RLT, p. 31).

Nesse sentido, o sinequismo está articulado com o tiquismo, que é a “doutrina de que o acaso absoluto é um fator do universo⁴” (CP 6.201), ou seja, a ideia de que o universo lida a todo o tempo com a irrupção do acaso. Não há uma relação de dicotomia entre acaso e continuidade, conforme veremos. Peirce afirma: “Eu faço uso do acaso principalmente para dar lugar a um princípio de generalização, ou tendência a formar hábitos, que, eu sustento, produziu todas as regularidades⁵” (CP 6.63). Assim, o princípio do sinequismo garante a existência de uma continuidade entre a originalidade da primeiridade e o hábito instituído em terceiridade. O sinequismo se manifesta concretamente na produção de novos interpretantes, em novos hábitos de conduta. Ao mesmo tempo em que o tiquismo é subsidiário do sinequismo, ele é parte integrante da doutrina da continuidade. Ou seja, a regra prevê a sua própria renovação e atualização por meio da novidade, da espontaneidade, da diversidade do mundo. O que nosso percurso de investigação mostrou é que o pensamento de Peirce nos fornece os elementos para a configuração de uma comunicação sinequista, considerada triadicamente, que opera por hábitos. Cabe a esta tese caracterizar essa comunicação.

² CP indica *Collected Papers*; 7 se refere ao volume dos CPs de onde a citação foi retirada e 514 ao trecho referenciado. Essa forma de citação, consagrada por pesquisadores de Peirce, será utilizada ao longo de toda a tese.

³ “synthesis of tychism and of pragmatism”. Esta e as demais traduções que se seguem neste documento são nossas.

⁴ “Tychism, or the doctrine that absolute chance is a factor of the universe”.

⁵ “I make use of chance chiefly to make room for a principle of generalization, or tendency to form habits, which I hold has produced all regularities”.

As relações que estabelecemos entre sinequismo e semiose, pragmaticismo e falibilismo, discutidas no capítulo 2, são essenciais para a tese mais geral da pesquisa e para a construção do objeto. Assim, nesse capítulo, discutimos os fundamentos do sinequismo, e, no capítulo 3, apresentamos e desenvolvemos o que compreendemos como parâmetros da comunicação, os quais são induzidos do sinequismo por nossa pesquisa. Esse movimento é feito a partir da afirmação de que “toda comunicação de mente para mente se dá através da continuidade do ser⁶” (CP 7.572). Assim, a continuidade é uma condição para a comunicação, uma condição sem a qual ela não existe. Essa afirmação de Peirce atribui à comunicação um estatuto epistemológico e ontológico: o estatuto da continuidade. É nesse sentido que defendemos a ideia de que a comunicação, para Peirce, é uma comunicação sinequista. Nossos parâmetros serão um desenvolvimento dessa ideia. Essa afirmação também será pensada em nossa tese como uma operação de configuração de uma comunicação que não se reduz ao comum que se estabelece entre emissor e receptor. A comunicação sinequista nos ajuda nisso, no sentido de que a continuidade não é continuidade de um mesmo; não se trata da repetição do mesmo, e sim, da afirmação de um mundo em contínua transformação a partir da proliferação da diferença que se regulariza em novos hábitos.

O sinequismo é entendido no espaço desta tese como o conceito que move o pensamento peirceano. O esforço que empreendemos é o de compreender a comunicação nos termos da continuidade. O que sistematizamos como parâmetros da comunicação sinequista são um desdobramento dessa mesma afirmação peirceana: ou seja, já que Peirce propôs essa compreensão da comunicação como continuidade, nos lançamos a investigar em sua obra quais seriam as características dessa comunicação. Nosso percurso de pesquisa nos permitiu chegar, como síntese, a seis parâmetros que, nos parecem, configuram a comunicação sinequista. Esses são o consenso da comunidade; a interdependência entre as dimensões da comunicação; a indeterminação; o hábito, compreendido como finalidade da comunicação; a afetabilidade; e o amor evolucionário orientado para o futuro. A argumentação detalhada de cada parâmetro será feita no capítulo 3.

Os movimentos de nossa tese, operados pelos capítulos, são, entre 2 e 3, afirmar que Peirce tem uma teoria da comunicação sinequista; em 3, parametrizar essa comunicação; no capítulo 4, articular comunicação sinequista e política; e, no 5, testar essa tese em uma realidade concreta.

⁶ “All communication from mind to mind is through continuity of being”.

Em 5, voltamo-nos para uma comunidade de investigadores – é o que a política de Peirce requer, como veremos. Peirce tem uma concepção de lógica fundamentada no social que coloca a primazia da produção de conhecimento em uma comunidade científica. Nos termos de nosso trabalho, chega-se à comunidade a partir de nossas discussões sobre sinequismo, comunicação e política. Esse conceito amarra os debates suscitados ao longo dos capítulos de desenvolvimento da pesquisa, articulados com foco no sinequismo (2), na comunicação (3) e na política (4).

O movimento realizado entre os capítulos 2 e 3 consiste em extrapolar o sinequismo para a comunicação. O capítulo 2 discute o sinequismo, relacionando-o com outros aspectos do pensamento peirceano, ainda que sem a pretensão de ser propositivo ou de apresentar novidades em relação à compreensão do conceito conforme já estabelecido em parte da literatura sobre Peirce (aquela que se esforça para entender os sentidos da continuidade e desdobrar suas implicações). A partir dessa construção do edifício da continuidade, apresentamos, no capítulo seguinte, a proposta de nossa tese da comunicação sinequista, afirmando-a como uma filosofia da comunicação propriamente peirceana. Assim, no capítulo 3, configuramos o que estamos defendendo como comunicação sinequista. Chegamos ao que compreendemos como parâmetros da comunicação sinequista a partir de nossos procedimentos metodológicos e de nossos movimentos de pesquisa. São parâmetros de reflexão crítica sobre a comunicação, ou melhor, a partir dos quais se pode refletir criticamente sobre comunicação. De forma resumida, os parâmetros da comunicação podem ser apresentados da seguinte forma: ela envolve um consenso da comunidade; ela se dá de forma interdependente entre três dimensões: materialidade, referencialidade e mediação; a indeterminação é um elemento constitutivo da comunicação; a comunicação produz hábitos; a comunicação só pode se dar em um espaço contínuo da mente que opera por afetabilidade; e o ágape, ou amor evolutivo, é o sentido teleológico da comunicação.

É também no capítulo 3 que iniciamos nossa discussão sobre o hábito, que nesse ponto da tese surge como o resultado da comunicação. Esse conceito é central no trabalho, e perpassa os capítulos 3, 4 e 5. Em Peirce, o processo semiótico de produção do mundo tende à formação de hábitos. Nosso objetivo é ler essa tendência de aquisição de novos hábitos desde uma perspectiva político-comunicacional, a ser configurada pela tese. Como já afirmava Lucas (2022, p. 66), “o que nos parece distinguir o pragmatismo de outras vertentes pragmáticas e semióticas é sua concepção da significação como questão (1) irreduzível ao passado e ao presente, mas voltada para o futuro e (2) intrinsecamente ligada aos hábitos que a semiose é capaz de instaurar”.

No capítulo 4, exploramos a dimensão política do pensamento peirceano, argumentando que falar de política em Peirce implica fazê-lo a partir do sinequismo e do hábito. Trata-se, ainda, de efetivar o projeto de uma política peirceana, de constituir uma passagem entre aquilo que compreendemos como uma política pragmática para uma política pragmaticista. Esse projeto, em Peirce, é um não dito, mas já foi enunciado por autores como Ward (2001) e Silva (2021b). Comentadores como Forster (1992), Houser (2016) e Talisse (2004) também notaram as implicações políticas das ideias peirceanas. Não estamos afirmando aqui que Peirce escreveu extensivamente sobre política – pois não o fez –, mas que é possível induzir uma concepção de política a partir de seu pensamento – notadamente, como veremos, da metafísica sinequista e da filosofia da ciência que estabelece a primazia da comunidade na produção de conhecimento. O conceito de hábito também é central para efetivar essa discussão sobre política. Em 5, nos propomos a mostrar que o pensamento de Peirce tem um fundamento político – por meio da ciência.

A postulação do sinequismo nos levou a pensar na comunicação a partir da ideia de continuidade – e a configuração da comunicação sinequista é o principal ponto de contribuição que estamos tentando construir –, e também no que seria a dimensão política do pensamento de Peirce. O consenso surge como conceito capaz de verticalizar as discussões sobre comunicação e política de nossa pesquisa, conectando-as. O consenso será também fundamental para nossa abordagem do objeto de análise, que envolve as ideias de consenso científico e de consenso político. A sistematização da comunicação sinequista nos leva a discutir a ideia de consenso – e, por meio desse conceito, é possível tentar efetivar a passagem de uma política pragmática para uma política pragmaticista.

Pelo caminho de investigação que traçamos, podemos nos deter em discutir politicamente a captura da palavra pragmatismo, corrente de pensamento criada por Peirce e posteriormente rebatizada por ele de pragmaticismo. Especificamente em relação à política, pensamos ainda na seguinte questão, como motivadora de nossas inquietações: que desafios são colocados à política quando ela é pensada a partir de uma perspectiva pragmaticista, que é orientada para o futuro? O pragmaticismo e a noção de mudança de hábitos de conduta abrem a possibilidade de se pensar em uma concepção de política que está em contínua transformação, em uma política aberta à irrupção do acaso no mundo, que considera que há acaso que irrompe no mundo e o transforma. Assim, trata-se, de saída, de olhar para a política em seu devir.

Nossa proposta é que é apenas de dentro do paradigma da continuidade que se pode olhar para a questão da política em Peirce. Este trabalho se interessa pelas passagens entre o possível e as normas que dão consistência a ele, passagens essas que são objeto de estudo da semiótica. Ainda, a articulação entre tiquismo e sinequismo coloca à política o desafio de lidar com o princípio da indeterminação. O pensamento de Peirce contempla, prevê a possibilidade de irrupção do acaso, e as formas de irrupção da diversidade do mundo não são previsíveis. A política traduz a irrupção do acaso, sinequisticamente, em novos hábitos, em novos arranjos institucionais. As atualizações políticas no longo prazo respondem ao acaso, e a política se renova por meio dessa força vital de continuidade. Assim, trata-se de pensar a política a partir da semiose, do pragmaticismo e da arquitetura científica peirceana, considerando, em especial, o princípio do sinequismo. Essas ideias irão convergir para a investigação de uma realidade política a partir da teoria peirceana, do sinequismo articulado com pragmaticismo e teoria dos signos.

A discussão crítica da política via Peirce implica, em nossa visão, fazer uma construção teórica e argumentativa que não leve ao centro, ao meio-termo ou ao senso comum. Aquilo que Peirce teorizou como o *razoável* não nos conduz a um centro democrático – a semiose não nos leva para um apagamento das diferenças na sua assimilação em um meio termo moderado. Assim, o trabalho de semiótica crítica⁷ sobre a política em Peirce envolve destituir a redução do pragmatismo a um centro moderado. A razoabilidade de que fala Peirce é científica, não parlamentar; os consensos são produzidos através de um longo e árduo processo de investigação, não de acordos negociados entre grupos de posições ideológicas distintas, os quais terão mais ou menos influência conforme a correlação de forças circunstancial. Os consensos não são palavra morta – são vivos, moventes (da mesma forma como os consensos na ciência de Peirce estão sempre sujeitos a atualização pelo encontro com novos fenômenos). Sua evolução ao longo do tempo obedece a princípios lógico-científicos. O consenso que aniquila violentamente as diferenças não é próprio de Peirce, e o próprio imperativo de produção de consensos pode ser compreendido como autoritário.

No capítulo 5, faremos a discussão e a análise, a partir do referencial teórico e epistemológico exposto ao longo do trabalho, do relatório do Painel Intergovernamental sobre

⁷ Para uma apresentação do projeto da semiótica crítica, ver *A aventura crítica da semiótica* (SILVA, A. R. ; WERLANG, A. ; ARAUJO, A. ; LEITES, B. ; SILVA, C. R. ; LUCAS, C. B. ; DINIZ, F. M. X. ; NONINO, G. ; LUZ, G. G. ; MELLO, J. G. ; FLORES DA CUNHA, J. ; MACEDO, L. ; ABREU, L. F. S. ; MULLER, L. ; CONTER, M. B. ; TELLES, M. ; ARRUDA, M. ; FREITAS, S. , 2022).

Mudanças Climáticas (IPCC) sobre mudanças climáticas. Conforme descrição de Colapietro (2004, p. 13) do trabalho de Peirce, este se preocupava em investigar as “práticas constitutivas do presente⁸”. Seguindo o espírito dessa formulação, tomamos o relatório do IPCC como uma das práticas que constituem o nosso presente, e buscamos confrontar a nossa configuração da comunicação sinequista com essa prática.

Houser (2016, p. 391) nota como “o método científico talvez encontre seu complemento nas práticas de pesquisa da comunidade científica, ao menos idealmente⁹”. O relatório do IPCC é compreendido, assim, enquanto expressão de uma prática de pesquisa. No capítulo 5, essa prática será analisada criticamente em suas dimensões científica, comunicacional e política. Em nosso trabalho, a investigação sobre o relatório do IPCC opera, também, como um meio para elaborar uma crítica, por dentro de Peirce, da política. Quando falamos em uma crítica a um pragmatismo, nos referimos a pragmatismo tal como usado em um sentido rasteiro, cotidiano, de acenos ao centro para se tornar mais palatável ao eleitor moderado¹⁰. O que veremos é que o pensamento de Peirce nos abre uma teoria política muito mais potente do que sugere o pragmatismo compreendido dessa forma redutora. Assim, parece-nos que há, potencialmente, uma política peirceana muito mais interessante do que aquilo que se faz sob o nome de pragmatismo – e que ela passa pelo sinequismo. É o que a tese busca demonstrar no subcapítulo 4.3, ao elaborar elementos para uma política pragmaticista, que se contrapõe ao que nomeamos de política pragmática.

Conforme afirmamos, Peirce coloca à política o desafio de reconhecer a irrupção de potencialidades, que se apresenta em seu pensamento a partir de uma cosmologia evolucionária envolvendo tiquismo e sinequismo. O sinequismo pode ser compreendido como um conjunto de possibilidades que estão em relação de continuidade entre si, ou seja, estão em um mesmo *continuum*. Há uma relação de continuidade entre possibilidades, em primeiridade, e sua efetivação, em terceiridade. Podemos pensar, por esse caminho, em colocar questões relativas a uma invenção política: teria o consenso o potencial de invenção e transformação política? O percurso para a resposta dessa questão passa pela regularização, sob forma de hábito, das novidades surgidas da espontaneidade do mundo, uma vez que a política contra-efetua os acontecimentos sob

⁸ “the practices constitutive of the present”.

⁹ “perhaps the method of science finds its complement in the research practices of the scientific community, at least ideally”.

¹⁰ Referimo-nos aqui à ideia de pragmático como *prático*, como nos seguintes sentidos: “voltado para objetivos práticos; realista, objetivo; que sacrifica princípios ideológicos para a consecução de objetivos a curto prazo (diz-se de indivíduo, partido político, política etc)” (HOUAISS, 2001, p. 2276).

a forma de novos hábitos instituídos. Passamos à apresentação do relatório do IPCC, introduzindo os fundamentos da reflexão peirceana que ele enseja em nossa pesquisa.

1.2 O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

IPCC é a sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Trata-se de um órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) que foi criado nos anos 1980 para dar conta do conhecimento científico sobre as mudanças climáticas, informando os governos sobre as descobertas da ciência do clima. É uma instituição de natureza científica e política. O IPCC atesta o sólido consenso científico que existe atualmente a respeito da ação humana ser a causadora das mudanças climáticas (AR6, p. 4).

O IPCC produz regularmente relatórios de avaliação sobre o estado da arte da ciência no que se refere às mudanças climáticas. São processos longos, que duram de seis a oito anos, e envolvem de centenas a milhares de cientistas. O relatório é conhecido como AR (*Assessment Report*, relatório de avaliação) e pelo número que o identifica. O processo é compreendido como um ciclo, no qual são escritos ao menos três relatórios completos. Ao final, produz-se um relatório-síntese. O IPCC completou, em 2023, seu sexto ciclo. O AR6 teve os trabalhos impactados por conta da pandemia de covid-19 e durou oito anos – o ciclo se encerrou em março de 2023 com a publicação do relatório-síntese.

O relatório tem forte lastro institucional. O IPCC é ligado à Organização Meteorológica Mundial, que é uma agência da ONU. As COPs, eventos sobre clima que reúnem governos de todos os países, são informadas pelos relatórios produzidos pelo IPCC. O AR5 foi fundamental para a elaboração do Acordo de Paris, de 2015. Ou seja, o texto científico alimenta as discussões políticas. O relatório pretende expressar o consenso da comunidade científica internacional sobre o tema. É um instrumento de avaliação das mudanças climáticas e um grande esforço de comunicação científica – visando, em especial, aos governos, mas também à população de uma forma geral.

Quando de seu lançamento, os relatórios recebem intensa cobertura jornalística e midiática. O texto do IPCC é tratado nos meios de comunicação como o “padrão ouro” da ciência climática¹¹.

O IPCC não conduz sua própria pesquisa. Ele é uma espécie de agregador e sintetizador de conhecimento científico. É construído em cima de artigos científicos produzidos sobre as mudanças climáticas. Ou seja, o relatório é uma revisão pelos pares de trabalhos anteriores que já foram revisados pelos pares. O texto também se beneficia do conhecimento acumulado nos relatórios anteriores. É fundamentalmente um compilado de estudos científicos que busca manter atualizado o conhecimento de ciência do clima. Para além de informar o estado da arte do conhecimento, o relatório também avalia ações para mitigação e reversão das causas e efeitos das mudanças climáticas. Trata-se do que fazer frente aos riscos decorrentes dessas mudanças— ou seja, que rumo de ações tomar para lidar com esses riscos. Há, ainda, a dimensão de adaptação, que envolve o reconhecimento de que as alterações no sistema climático já produzem efeitos que exigem ações preventivas (como, por exemplo, a proteção contra inundações causadas por extremos climáticos).

O relatório-síntese, produzido ao final do ciclo, traz um resumo para tomadores de decisão. O texto é aprovado linha a linha por representantes de governos de todo o mundo. Ou seja, a feitura do documento passa pelo acordo. Trata-se de um texto claro, conciso, expositivo, sem adjetivos. É uma tradução do conhecimento técnico para uma linguagem não-técnica, mais acessível. É um texto diplomático, ao qual se acusa de ser excessivamente conservador¹² – ou seja, a necessidade de acordo com todos os países faria com que concessões fossem feitas para amainar o tom das descobertas.

Idealizado por governos com o objetivo de aperfeiçoar os conhecimentos sobre as mudanças climáticas, o IPCC tem um certo caráter, para além de intergovernamental, paranacional, ou supranacional. O relatório busca expressar um acordo, e, além disso, se pretende objetivo, neutro e livre de vieses (AR6, p. v), o que seria garantido pela aprovação por diferentes países. Essa comunidade de investigadores se mobiliza para produzir um texto explicitamente destinado a provocar ação política, por meio de um monumental processo de revisão pelos pares, investido de grande poder institucional, pois tem aval da ONU e dos governos dos países.

As informações que expusemos aqui já levantam uma série de questões. Por exemplo, em relação à garantia de objetividade e transparência que o relatório assegura ter, como Peirce nos

¹¹ Cf. CARRINGTON, 2024.

¹² Cf. MARQUES, 2023, p. 294.

ajuda a refletir criticamente sobre esse metadiscurso? O texto utiliza termos como “inequívoco” (AR6, p. 4), cujo emprego, se visto sob a ótica do falibilismo peirceano, seria um equívoco. É preciso apontar, ainda, a ingenuidade do argumento que diz que não se permite vieses políticos.

O relatório é permeado por tentativas de previsão. Essas são feitas com o melhor conhecimento científico disponível no momento. O avanço da ciência permite desenhar modelos com maior capacidade de previsão de fenômenos futuros. É um texto de caráter eminentemente preditivo, mas que trabalha com fenômenos de difícil projeção – para além das ações antropogênicas, o clima evolui, independentemente da ação humana, sob formas e com velocidades não necessariamente bem compreendidas.

A ciência traça modelos que tentam simular cenários futuros, e os cientistas se preocupam em como comunicar as incertezas inerentes a esse processo. Em suas simulações, o relatório cobre um longo intervalo de tempo (em seu *longo prazo*, chega a fazer projeções para os próximos milênios). Lida-se a todo tempo com cenários condicionais. A solução utilizada é trabalhar com intervalos de confiança e probabilidades. Um exemplo:

A avaliação das respostas do clima aos cenários de emissões dos gases causadores do efeito estufa resulta em uma estimativa de aquecimento para o período entre 2081 e 2100 que vai de 1,4 °C para um cenário de emissões muito baixas a 2,7 °C para um cenário intermediário e 4,4 °C para um cenário de emissões muito altas, com faixas de incerteza mais estreitas [em relação a] cenários correspondentes no AR5.¹³ (AR6, p. 12)

Nossa pesquisa estará delimitada, no que se refere ao trabalho produzido pelo IPCC, ao AR6 – mais especificamente, ao relatório-síntese do AR6, que traz o resumo para tomadores de decisão. Isso não implica que as ideias discutidas aqui e a metodologia desenvolvida não sejam extensíveis a outras formas do relatório, como os demais relatórios do ciclo ou versões anteriores ou futuras.

Como argumentaremos, a política de Peirce está fundada em sua ideia de comunidade. Assim, trata-se de ver o fenômeno das mudanças climáticas por meio da comunidade de investigadores, no sentido de que esse relatório é a expressão do trabalho de uma comunidade. Em termos peirceanos, uma comunidade científica se constitui a partir de uma noção de esperança. O

¹³ “The assessed climate response to GHG emissions scenarios results in a best estimate of warming for 2081–2100 that spans a range from 1.4°C for a very low GHG emissions scenario (SSP1-1.9) to 2.7°C for an intermediate GHG emissions scenario (SSP2-4.5) and 4.4°C for a very high GHG emissions scenario (SSP5-8.5)³⁰, with narrower uncertainty ranges than for corresponding scenarios in AR5”.

relatório do IPCC será compreendido criticamente a partir dos parâmetros da comunicação sinequista sistematizados por nossa tese.

A problematização que construímos a partir desse objeto advém da constatação do relatório de que as ações tomadas para lidar com o cenário de mudanças climáticas não são condizentes com as descobertas do IPCC, ou seja, de que essas mudanças tendem a criar um mundo em condições radicalmente distintas das que conhecemos. Propomo-nos, assim, a investigar este descompasso. O consenso científico de que a Terra está sufocando requer urgência – mas como se passa do consenso à ação, à mudança de conduta? Em termos peirceanos, o apelo a uma conscientização das pessoas faz pouco sentido. Para lidar com essa problemática, iremos movimentar conceitos como hábito e ação. Por aí, nos questionamos se acordo e consenso são suficientes para a aquisição de um novo hábito e mudança de conduta.

Assim, no capítulo 5, iremos discutir criticamente o relatório a partir do arcabouço peirceano mobilizado pela tese. O relatório de avaliação do IPCC será pensado a partir da filosofia da ciência peirceana. Tentaremos mostrar que Peirce tem pertinência para a reflexão sobre as mudanças climáticas, que são possivelmente o acontecimento decisivo de nosso século. Por esse caminho, buscamos evidenciar a vitalidade do pensamento peirceano. É interessante notar como a pesquisa sobre a continuidade em Peirce nos levou a uma discussão sobre ciência, o que evidencia as relações – já discutidas pelo próprio autor, como veremos – entre sinequismo e ciência. Nosso foco, todavia, estará na dimensão da comunicação.

1.3 Problemáticas de pesquisa

Como se dá a comunicação em Peirce? Nossa hipótese de que a comunicação peirceana está atrelada à continuidade, configurando, portanto, uma comunicação sinequista, visa responder a uma problemática em torno dessa questão. Seu desenvolvimento conduz à seguinte pergunta: quais são os parâmetros de uma comunicação sinequista? Podemos traçar, ainda, como questões de nossa investigação: Quais são as relações entre comunicação e política, em Peirce? Como configurar uma potencial política peirceana pensada em termos pragmaticistas? Qual a relação dessa política com a noção de comunidade de investigadores? Esse conjunto de questões conduz à

problemática central de nossa pesquisa, que é o que denominamos como um descompasso entre as descobertas científicas sobre as alterações no sistema climático e a falta de ações efetivas apontada pelo IPCC para dar conta da necessidade de lidar com essas mudanças climáticas. Buscamos configurar essa questão em termos peirceanos, a partir das noções de crença, hábito e ação. O descompasso entre o conhecimento científico sobre os efeitos das mudanças climáticas e a falta de ação para reverter essa tendência é tratado desde uma perspectiva comunicacional.

Objetivo geral:

— Configurar a comunicação sinequista a partir da sistematização de seus parâmetros e realizar uma análise crítica das expressões desses parâmetros no relatório AR6 do IPCC.

Objetivos específicos:

— Sistematizar o sinequismo e desenvolver as suas implicações para o pensamento peirceano e, mais especificamente, para a comunicação;

— Definir os elementos do pensamento peirceano que podem configurar uma política, compreendida nos termos do pragmaticismo;

— Confrontar os parâmetros da comunicação sinequista com o relatório do IPCC, compreendido a partir do conceito peirceano de comunidade de investigadores;

— Afirmar a pertinência do pensamento de Peirce para a reflexão e o debate sobre as mudanças climáticas;

— Discutir as ideias de verdade e realidade a partir das problemáticas e discussões suscitadas pela pesquisa.

1.4 Da hipótese envolvendo a continuidade

Em termos de metodologia, nossa pesquisa se dividiu em três fases: exploratória, descritiva e explicativa. Essa forma de organização metodológica é adaptada das pesquisas do GPESC (2019).

A revisão bibliográfica foi o principal procedimento a conduzir as fases exploratória e descritiva de nossa investigação. A pesquisa bibliográfica envolvida na elaboração da tese teve como foco a revisão dos escritos de Peirce. Esse percurso foi feito na companhia de autores e comentadores que refletiram sobre os escritos peirceanos, pois o caminho de leitura e interpretação de Peirce não é uma trilha que se percorre sozinho – se, de um lado, essa ressalva é válida para pesquisas de uma forma geral, por outro é especialmente importante no caso específico de um estudo sobre Peirce, pois seguir por essa via de solidão seria contrariar alguns dos aspectos mais básicos do pensamento do autor. Igualmente, realizamos pesquisas em arquivos de revistas acadêmicas e em currículos *lattes* de pesquisadores que são referência nas temáticas abordadas aqui. Isso nos levou à coleta de uma série de artigos científicos e livros pertinentes à nossa pesquisa, que serão discutidos no desenvolvimento dos capítulos. Por sua vez, a leitura desses textos e a observação das referências por eles acionadas foi, ao longo do curso de doutorado, aumentando gradativamente o conjunto dos materiais que utilizamos para refletir sobre nossas problemáticas, a partir da coleta de novos textos. Ao longo de toda a nossa exposição e discussão teóricas, acionamos autores que nos ajudam a constituir o fio da argumentação peirceana – dentre os quais destacamos os nomes de Ivo Ibri e Lucia Santaella.

A natureza notoriamente fragmentária da obra de Peirce nos impõe alguns desafios. Não há como manter a pretensão de exaustividade quando se está tratando de um autor cujos escritos completos ainda estão em processo de publicação – isso sem entrar no mérito de um sem-número de páginas manuscritas que se perderam com o tempo. Se estamos lidando com uma obra fragmentária, ela é especialmente aberta no ponto do sinequismo, pois diz respeito a um momento posterior da obra de Peirce, e envolveu projetos que o filósofo não chegou a realizar. Há desafios, também, em se lidar com a lógica formal de Peirce. O próprio autor afirmou que seu sistema não pode ser apresentado adequadamente em fragmentos (CP 8.255-257). Há uma lógica sistêmica que inclusive cria o risco de uma leitura descuidada incorrer em circularidades, acabando por explicar um conceito por meio de outro, e assim sucessivamente. Essa lógica de recursividade por vezes torna difícil a exposição dos argumentos. A solução encontrada para essa dificuldade específica foi a de iniciar a discussão no primeiro capítulo de desenvolvimento da tese pela apresentação das categorias fenomenológicas.

A construção da argumentação da pesquisa exigiu a leitura e o aprofundamento nos escritos de Peirce. Para organizar a investigação, o procedimento metodológico adotado foi a busca nos

Collected Papers (CPs) por termos afeitos à nossa pesquisa, como *continuity*, *continuum*, e os radicais *communic-*, *synech-* e *tych-*. Esse procedimento já foi utilizado em diferentes teses produzidas pelo GPESC, como em Araujo (2020), Rocha Pereira (2021) e Müller (2024). Esse método nos permitiu estabelecer as fundações de nossa pesquisa, identificando as principais problemáticas associadas às questões da comunicação e da continuidade. Apoiados nesse processo e na leitura crítica dos textos peirceanos, iniciamos a sistematização dos parâmetros da comunicação sinequista. Esses parâmetros são ao mesmo tempo resultado da pesquisa realizada e também o método desenvolvido para analisar criticamente o relatório do IPCC.

Essa ferramenta metodológica de pesquisa por termos específicos nos permitiu realizar, ainda na fase exploratória, uma seleção de citações e de textos pertinentes às problemáticas da tese. Entre esses textos, podemos citar entre os mais relevantes *A Lei da Mente* (CP 6.102-163), *Sinequismo e Imortalidade* (CP 7.565-578), *Falibilismo, continuidade e evolução* (CP 1.141-1.175) e *Amor Evolucionário* (CP 6.287- 317). A extensão do procedimento metodológico aos dois volumes do *Essential Peirce* ocorreu em um segundo momento da investigação e nos permitiu identificar a relevância para a pesquisa das palestras do pragmatismo em Harvard (EP2, p. 133-241) e da carta a Lady Welby presente no volume 2 do *Essential Peirce* (EP 2, p. 478) em que o filósofo introduz o conceito de *commens* – o qual será discutido no capítulo 3. O método adotado permitiu identificar trechos que se revelaram essenciais para a fundamentação da pesquisa, como esse relativo ao *commens* e a proposta da comunicação como continuidade (CP 7.572).

Para a elaboração desta tese, utilizamos, como referências primárias, os textos dos CPs (1994); os dois volumes da obra *Essential Peirce* (1992; 1998); os *Writings*, sobretudo os volumes 6 e 8, de publicação mais recente¹⁴ e que, após pesquisa exploratória, nos pareceram os mais relevantes para as problemáticas da tese; e as palestras de Cambridge, reunidas na obra *Reasoning and the Logic of Things* (RLT, 1992). As citações dos manuscritos de Peirce (MS), aos quais não tivemos acesso, aparecem em *apuds* de textos de comentadores.

Por conta da natureza fragmentária de sua obra, Peirce acaba sendo vítima de uma certa projeção, com determinados autores associando suas ideias ao que, se de um lado é por eles compreendido como pragmatismo, de outro lado são extremamente distantes, quando não frontalmente contrárias, às teses de Peirce. Assim, apresentava-se para nós, nos estágios iniciais

¹⁴ O volume 7 ainda não foi publicado. Os *Writings* são publicados de forma cronológica, ou seja, os primeiros volumes correspondem aos escritos iniciais de Peirce.

desta pesquisa, o desafio de investigar o que de fato Peirce escreveu, para além dos desejos de comentadores e de filósofos que, pretensamente, seriam devedores de suas ideias. O procedimento metodológico que descrevemos ajudou a nos guiar nessa fase exploratória e deu forma à nossa pesquisa.

O método se mostrou adequado para lidar com os fragmentos peirceanos. O sinequismo é uma construção que foi sendo desenvolvida ao longo desses escritos, sem jamais ser completada. Peirce tencionava produzir textos que oferecessem um melhor fechamento para dimensões de sua obra, como a cosmologia; no entanto, não chegou a escrevê-los. Ao nos propormos a trabalhar com essas ideias, buscamos mostrar não o que há de falta, mas o que há de potência nessa dimensão da obra peirceana, e evidenciar a pertinência para a atualidade que se pode produzir a partir de seu pensamento. Compreendemos o sinequismo como um resultado, uma sistematização a que Peirce chegou em uma etapa posterior de sua trajetória intelectual. Trata-se da evolução de ideias que já vinham sendo por ele desenvolvidas ao longo das décadas em que empreendeu seus escritos. Foram muitas as obras que Peirce idealizou e não pôde concluir; entre elas, estão os tratados sobre o sinequismo que ele pretendia escrever e não conseguiu efetivar¹⁵. Ao mesmo tempo em que atravessa o pensamento peirceano, a ideia de continuidade não chegou a receber dele o tratamento sistemático que talvez merecesse por conta da importância que foi gradativamente ganhando em seu sistema de pensamento.

O sinequismo está longe, todavia, de ser uma dimensão misteriosa ou inexplorada do pensamento de Peirce. Como ficará claro pelas referências utilizadas ao longo de toda esta tese, há farta bibliografia sobre o tema. Por outro lado, nossa pesquisa bibliográfica permite afirmar que parecem não haver trabalhos que tratem a comunicação sob o signo da continuidade conforme os termos peirceanos.

Nos deparamos, ainda, com o desafio de encontrar procedimentos metodológicos que fossem capazes de se integrar adequadamente ao sistema de ideias peirceanas de caráter epistemológico e ontológico discutidas ao longo de todo o texto. Em suma, acreditamos que seria inadequado elaborar reflexões a partir de noções como o pragmaticismo sem, no entanto, jamais confrontar tais discussões com a experiência. Nosso percurso de leituras e de investigação ao longo dos estágios iniciais da pesquisa nos fez ver a pertinência de encontrar um fenômeno da realidade,

¹⁵ Cf. W8, p. 392.

uma experiência concreta, a partir do qual discutir as ideias de nossa tese. Essa pertinência está baseada em fundamentos do pensamento peirceano. Nesse sentido, a tese busca se orientar pelos princípios do pragmatismo. Ou seja, o pragmatismo não é tratado aqui apenas como objeto de estudo, mas também como método para realizar a investigação.

O fenômeno a ser observado, em uma decisão tomada a partir de sua relevância e atualidade, mas que também passa por interesse pessoal, foram as mudanças climáticas. A forma que encontramos de operacionalizar isso foi por meio de um objeto específico, o relatório científico do IPCC. Esse relatório lida com projeções para o futuro que, naturalmente, estão sujeitas a erro, pelo princípio peirceano do falibilismo, bem como lida com fenômenos que nos permitem refletir sobre o evolucionismo que Peirce se esforça para levar ao centro de seu pensamento. A descoberta do relatório do IPCC como um objeto pertinente para as problemáticas de nossa pesquisa foi resultado da fase exploratória de nossa investigação. Compreendemos tal achado como um acontecimento de pesquisa que reorganizou nossas ideias e deu nova orientação ao trabalho. Acreditamos que isso não se deu por mero acaso, e sim foi consequência do percurso investigativo e da linha teórica e epistemológica perseguida. Ou seja, a própria constituição desse objeto também pode ser compreendida como um resultado de pesquisa – expressamente, de suas duas primeiras fases, a exploratória e a descritiva.

A organização metodológica que descrevemos possibilitou a construção do objeto-relatório por dentro de Peirce, de suas ideias – que vinham sendo exploradas e desdobradas pela pesquisa desde seu início. Nesse sentido, atentamos que a descrição de um objeto, sem que se tenha levantado um problema sobre ele, morre nela mesma. Assim, as ideias, hipóteses e problemas investigados na fase descritiva são resultado das pesquisas e descobertas da fase exploratória, que se conectam, nos estágios posteriores da pesquisa, com as ideias produzidas na fase explicativa, de sistematização.

A ideia peirceana de continuidade é a coluna a partir da qual a pesquisa se vertebrou. A proposta do sinequismo como central no pensamento de Peirce foi colocada expressamente pelo próprio filósofo (CP 6.202). Assim, esta pesquisa tem como uma de suas motivações essa afirmação de Peirce, que atribui centralidade ao sinequismo em seu pensamento. Essa centralidade parece demandar uma reorganização de suas ideias, no sentido de compreendê-las em sua relação com a continuidade. Buscamos, assim, efetivar uma determinada leitura, que coloca o sinequismo no centro e compreende o sistema peirceano a partir dele. O capítulo 2, em especial, é construído

dessa forma. Sua estrutura busca mostrar como o sinequismo é essencial para compreendermos os sentidos de dimensões fundamentais do pensamento de Peirce – mais especificamente, semiose (2.2), pragmaticismo (2.3) e falibilismo (2.4). Esse centramento do sinequismo é a perspectiva a partir da qual esta pesquisa se configurou; é um viés de leitura dos escritos peirceanos, um movimento metodológico específico deste trabalho, que não implica, de forma alguma, uma inversão ou um deslocamento das posições na arquitetura científica própria de Peirce e do lugar que nela ocupa o sinequismo – a saber, o da metafísica.

O capítulo 3 é a exploração das relações do sinequismo com a comunicação. O texto se estrutura a partir de propostas da pesquisa, resultado das sistematizações que a tese produziu. Os procedimentos metodológicos descritos aqui nos permitiram estabelecer seis parâmetros da comunicação sinequista. Em um segundo movimento, nos propomos a testar esses parâmetros, e, assim, buscamos compreendê-los também como uma forma de levar adiante a hipótese da continuidade aplicada à comunicação. Trata-se de colocar essa ideia em teste, como em um experimento – e a forma que encontramos de dar materialidade a isso foi por meio dos parâmetros da comunicação, e de sua expressão em unidades textuais extraídas do relatório do IPCC. A fase explicativa envolve a observação sistemática de um fenômeno da “realidade” – em nosso caso, por meio do relatório do IPCC – e a análise crítica desse texto a partir dos parâmetros da comunicação sinequista. Nos propusemos a olhar para as mudanças climáticas desde uma perspectiva comunicacional e sob um aspecto específico, o da inação, ou da insuficiência das ações para dar conta desse fenômeno. A tese se propõe, ainda, a induzir um conceito de política especificamente peirceano.

Em relação ao relatório do IPCC, os procedimentos metodológicos utilizados foram a coleta, sistematização e análise de unidades textuais do relatório pertinentes às discussões sobre cada um dos seis parâmetros da comunicação propostos por nossa pesquisa de tese. A articulação entre a metodologia e os parâmetros visa, também, a garantir que haja uma relação entre a metodologia proposta e as ideias epistemológicas e ontológicas de Peirce que dão base ao trabalho. A leitura crítica do relatório é operada por meio dos parâmetros da comunicação sinequista.

Peirce ressalta a pertinência do sinequismo para formular hipóteses e defende a ideia de que é preciso apresentar hipóteses que considerem a continuidade (CP 6.169). Nesta tese, construímos a hipótese da comunicação sinequista como uma contribuição aos estudos do campo. Os parâmetros e a comunicação sinequista que eles configuram são a principal tentativa de contribuição desta tese

para o pensamento teórico sobre comunicação. Ou seja, configuramos a comunicação sinequista e a formulamos como hipótese de uma filosofia da comunicação propriamente peirceana. Após, analisamos o relatório do IPCC a partir da comunicação sinequista e da política pragmaticista. Nossa intenção é confrontar a hipótese da comunicação sinequista com a experiência, com uma *prática*, conforme já mencionamos; é experimentar a hipótese teórica da comunicação pensada sob o estatuto da continuidade a partir desse confronto.

Peirce afirma que o sinequismo nos ajuda a explicar fatos que, sem ele, não seriam explicáveis (CP 6.163). Ou seja, o sinequismo tem uma importância no aumento progressivo da razoabilidade concreta, do conhecimento sobre o mundo. Formular hipóteses envolvendo a continuidade é um procedimento que busca aumentar nosso conhecimento sobre a realidade, nesse sentido. É o que intencionamos fazer quando trabalhamos com esse arcabouço epistemológico, ontológico e cosmológico para discutir as mudanças climáticas.

1.5 Peirce e as mudanças climáticas

A abstração do pensamento peirceano e o seu caráter formal nos impõem uma série de desafios no percurso de buscar trazer essas ideias para uma reflexão a partir de uma atualização em uma realidade. Ainda assim, traçamos como ponto primordial da tese – a partir de bases desse próprio pensamento – colocar as ideias e inquietações de nossa pesquisa em contato com um fenômeno de realidade concreta, submetendo-as ao teste da experiência. Tentamos evidenciar, ao longo desta tese, o que nos parece ser a potência do conceito de comunicação sinequista para dar conta da questão premente da ação para dar conta das mudanças climáticas, vista em seu aspecto comunicacional. Ou seja, trata-se de investigar, em um esforço de filosofia da comunicação, o problema do descompasso entre conhecimento científico e inação. No desdobramento dos sentidos da comunicação sinequista, nos vimos obrigados a explorar as implicações políticas do pensamento peirceano. A necessidade de abordar a política se impõe também porque seria ingênuo tratar sobre o descompasso a que nos referimos no problema de pesquisa sem explorar as dimensões políticas da questão.

A emergência climática é, cada vez mais claramente, a principal questão de nosso século – e é também daí que extraímos impulso para nossa investigação. Ao lidar com um fenômeno de clara atualidade e relevância, como as mudanças climáticas, visamos também evidenciar a relevância para a contemporaneidade do pragmaticismo filosófico e científico de Peirce, ao tentar mostrar como, simultaneamente, esse pensamento tem coisas pertinentes a dizer sobre um fenômeno contemporâneo, e, também, como esse fenômeno pode nos ajudar a dar vitalidade às ideias peirceanas.

Como veremos, Peirce propõe que a filosofia se aproxime da ciência. Essa ideia parece ter resistido bem ao tempo e pode ganhar relevância na atualidade. No âmbito de nosso trabalho, ela acabou por conduzir a uma entrada na filosofia da ciência peirceana. Nesse caminho, e por meio do relatório do IPCC, poderemos evidenciar que ciência e política não são dissociadas.

Por outro lado, não lançaremos mão aqui das tipologias ou classes de signos elaboradas por Peirce e desenvolvidas por seus comentadores, tampouco daremos foco à criação de taxonomias a partir das três categorias. A tipologia é fundamental na lógica peirceana. No entanto, se considerada nela mesma, sem levar em conta as implicações do pensamento do autor como um todo, morre em si própria, não faz avançar o conhecimento; é preciso levar em conta a arquitetura científica. A classificação dos signos é fundamental, mas não conta toda a história do pensamento peirceano (ou mesmo da própria semiótica, que é composta por três ramos). Conforme enunciado pelo GPESC (2020, p. 23), “o desafio posto à semiótica está em descrever com precisão a natureza d[e] novos signos sem reduzi-los a classificações já conhecidas”. Buscamos nos afastar, assim, do que Santaella (2008, p. xv) chamou de “mera pirotecnia terminológica estéril”. Nos aliamos, nesse sentido, à perspectiva de Nadin, para quem

Sempre que essa tipologia é transformada em um fim em si mesma, isso leva apenas à semiótica formalística. Dar um nome a um signo (identificá-lo) não resolve o problema do modo como ele funciona no campo semiótico. O signo só pode ser compreendido e interpretado no contexto da lógica da vagueza e com participação da doutrina do *continuum*¹⁶. (NADIN, 1980, p. 359)

¹⁶ “Whenever this typology is transformed into an end in itself, it leads only to formalistic semiotics. To give a name to a sign (to identify it) does not solve the problem of the way it functions in the semiotic field. The sign can be conceived and interpreted only within the framework of the logic of vagueness and with the participation of the doctrine of the continuum”.

Nadin já deixa clara a importância do *continuum*: signos devem ser interpretados no contexto do contínuo de possibilidades associado ao sinequismo. Nossa opção por um afastamento desse formalismo não implica, de modo algum, ausência das categorias de primeiridade, secundidade e terceiridade – pelo contrário, elas perpassam o trabalho, pois são fundamentais para os mais distintos aspectos do pensamento peirceano. Inclusive, como veremos em 3.2.2, propomos, a partir das categorias, uma compreensão triádica de comunicação, pensada em três dimensões: materialidade, referencialidade e mediação.

Nossa descoberta tardia do sinequismo como uma espécie de princípio organizador do pensamento peirceano gerou o assombro a que nos referíamos anteriormente – daí o interesse pelo aprofundamento nessa hipótese. A tese busca, assim, dar continuidade a pesquisas iniciadas pelo GPESC e por Alexandre Rocha da Silva sobre o sinequismo e a política¹⁷. Nesse sentido, esta pesquisa busca conectar esses dois temas de investigação em um mesmo trabalho.

Há importantes relações entre comunicação e política que buscamos desenvolver em nossa tese. Nossa problematização já abordava a investigação de uma compreensão peirceana da comunicação, e o desenvolvimento da pesquisa evidenciou que esse pensamento tem aspecto político. Pensada a partir de parâmetros como o consenso da comunidade, o hábito, a afetabilidade da mente e o amor evolutivo orientado para o futuro, a comunicação se revela em seu aspecto político.

Peirce não escondeu as dificuldades envolvidas na compreensão do seu conceito de continuidade: “o oráculo sinequístico é enigmático¹⁸” (CP 7.574). Nossa pesquisa se inscreve entre o conjunto de trabalhos que buscam vislumbrar as consequências dessa ideia de continuidade. Enquanto contribuição, acreditamos que ela passa por trazer para a comunicação a teoria peirceana da continuidade – e defendemos que há uma contribuição teórica potencialmente relevante na configuração da comunicação sinequista e de seus parâmetros.

Em relação às mudanças climáticas, trata-se de um fenômeno que tem características diferenciais que justificam sua escolha como objeto de pesquisa. As mudanças climáticas são um tópico de interesse vital. É preciso tratar esse fenômeno com a urgência que ele pragmaticamente exige. Pensemos na noção de consequências práticas, presente na definição do pragmatismo:

¹⁷ Ver SILVA, A. R. ; LUCAS, C. B. ; ROCHA PEREIRA, D. ; MENEGAT, F. ; COLLING, G. ; MENDES, I. P. ; FLORES DA CUNHA, J. ; MACEDO, L. ; ABREU, L. F. S. ; MULLER, L. ; ARRUDA, M. ; SEVERO, T. ; MORELE, V. S., 2022.

¹⁸ “the synechistic oracle is enigmatic”.

“Considere que efeitos, que potencialmente tenham consequências práticas, concebemos que nosso objeto possa ter. Então, nossa concepção desses efeitos é o total de nossa concepção do objeto¹⁹” (CP 5.2). Se um objeto equivale às possíveis consequências nele contidas, quais seriam as consequências práticas das mudanças climáticas? No limite, a extinção das condições de habitabilidade na Terra para milhões de espécies – a nossa incluída –, com tudo o que há no percurso, no contínuo de possibilidades, até chegar a esse limite.

As discussões sobre comunicação, comunidade e investigação científica nos levam a debater, nas considerações finais, a questão do negacionismo (compreendido aqui como negação da verdade e da realidade), que vem ganhando notoriedade e relevância recentemente. Esta tese aponta, assim, no sentido de contribuir para uma incorporação mais significativa do pensamento de Peirce às reflexões sobre problemas contemporâneos, como mudanças climáticas e negacionismo. Nesse sentido, enfrentaremos a problemática relativa aos conceitos de verdade e de realidade, que é uma questão propriamente peirceana. No contexto desse pensamento, e também, especificamente, do nosso trabalho, os relatórios do IPCC adquirem relevância por serem resultado do trabalho de uma comunidade de investigadores.

Ainda que não seja habitual, a aproximação entre uma reflexão sobre o fenômeno das mudanças climáticas que nos engole e o pensamento de Peirce – e, mais ainda, especificamente sua ideia de continuidade – possivelmente não provocará estranhamento aos conhecedores de sua filosofia. Já o cogitava Ivo Ibri (2015b, p. 628-629) quando afirmava que “a quebra do dualismo mente-matéria rompe de vez um estranhamento de gênese entre homem e Natureza de há muito vigente em nossa cultura e, pode-se conjecturar, também responsável pela transformação radical do mundo natural e pela sua indiscriminada exploração”. De fato, a capacidade da filosofia peirceana – e, novamente, do sinequismo, em especial – de acolher a diversidade da natureza é ressaltada por seus comentadores: Santaella (1991, p. 153) fala no “reconhecimento da diversidade das redes semióticas que aparecem no mundo físico [...] e também abundam no mundo orgânico, seja de plantas, de animais, de seres humanos [...] O aspecto conferido ao mundo por meio da investigação semiótica pareceria progredir rumo à confirmação da doutrina do sinequismo de Peirce²⁰”. Ainda,

¹⁹ “Consider what effects, that might conceivably have practical bearings, we conceive the object of our conception to have. Then, our conception of these effects is the whole of our conception of the object”.

²⁰ “the recognition of the diversity of the semiotic networks which appear in the physical world [...] and also abound in the organic world, be it of plants, of animals, of human beings [...] The aspect conferred upon the world by means of semiotic inspection would seem to progress toward confirmation of Peirce's doctrine of synechism”.

Nöth (2001) já propôs o termo *ecossemiótica*, com base justamente na continuidade entre mente e matéria.

Acreditamos que a problematização que construímos nesta pesquisa revela a pertinência da filosofia de Peirce para tratar de questões que eram impensadas à época em que ele a desenvolveu. Isso se deve às sólidas fundações desse pensamento, conforme descrito pelo próprio autor no trecho que os editores dos *Collected Papers* escolheram para abrir o primeiro volume: “Para erigir um edifício filosófico que sobreviva às vicissitudes do tempo, meu cuidado deve ser não tanto o de colocar cada tijolo com ótima precisão, mas estabelecer fundações profundas e maciças²¹” (CP 1.1). Como o pragmatismo pode nos ajudar a discutir a conduta a ser tomada diante das alterações do sistema climático e suas consequências? Qual sua pertinência para refletir sobre o fenômeno que é provavelmente o mais importante do século, as mudanças climáticas? São questões que serão desdobradas no desenvolvimento desta tese.

²¹ “To erect a philosophical edifice that shall outlast the vicissitudes of time, my care must be, not so much to set each brick with nicest accuracy, as to lay the foundations deep and massive”.

2. A CONTINUIDADE NO PENSAMENTO DE PEIRCE

Neste capítulo, discutimos o sinequismo, a doutrina da continuidade peirceana, compreendido como elemento organizador de seu pensamento. No subcapítulo 2.1, introduzimos o conceito, mapeamos suas aparições nos escritos de Peirce, exploramos suas relações com o tiquismo e discutimos a compreensão peirceana de metafísica. As categorias da experiência que Peirce desenvolveu também são apresentadas em 2.1. Na sequência, exploramos o sinequismo em suas relações com a semiose (2.2), com o pragmaticismo (2.3) e com o falibilismo (2.4).

Em 2.2, refletimos sobre semiose e continuidade e exploramos a ideia de que a cognição se dá necessariamente a partir de um processo contínuo (CP 5.267). Também discutimos a noção de descontinuidade. Em 2.3, apresentamos as interrelações entre as propostas da continuidade e do pragmaticismo. Veremos em que medida o sinequismo está conectado com a recusa peirceana da noção de inexplicável, e, portanto, com o anticartesianismo do filósofo. Peirce defende a necessidade de se apresentar hipóteses que considerem a noção de continuidade – e, de acordo com ele, a própria ideia da continuidade é uma hipótese que explica a evolução do universo. No último subcapítulo, apresentamos a concepção do sinequismo como falibilismo objetivado (CP 1.171) e discutimos a ideia de indeterminação.

2.1 Sinequismo, doutrina da continuidade

Em suas elaborações de caráter lógico, filosófico e científico, Peirce chegou a três categorias que dizem respeito a todo fenômeno – ou *phaneron* – que aparece. Em sua concepção, essas categorias se aplicam a tudo (CP 5.38) e incluem todos os elementos da experiência (CP 7.529). Para ele, as categorias são pervasivas (CP 2.88).

A primeiridade está associada a algo espontâneo, novo, original, imaginativo, ainda sem se referir a um objeto no mundo; a secundidade diz respeito a um existente, a um atual, a um concreto, ainda não presente em uma consciência; e a terceiridade se refere a uma lei, uma regra, um hábito.

Entre as categorias há uma relação de irreducibilidade e de indissociabilidade. Cada categoria pressupõe a existência da que lhe antecede. Assim, a primeiridade está contida na secundidade, bem como a primeiridade e a secundidade estão contidas na terceiridade (CP 1.353). Não há como se falar em um segundo sem um primeiro, ou em um terceiro sem um primeiro e um segundo. A primeiridade é um *em si*, uma aparição sem referência a qualquer outra coisa. A secundidade envolve ação e reação, um choque, a força bruta de um acontecimento. A terceiridade é na medida em que coloca *em relação*; ela se configura ao estabelecer uma mediação (CP 6.32).

A primeiridade está ligada a “frescor, vida, liberdade²²” (CP 1.302). Peirce afirma que “o livre é aquilo que não tem outro atrás de si, determinando suas ações²³” (CP 1.302). Trata-se de algo que está presente de uma forma imediata (CP 1.357). A originalidade se apresenta na primeiridade.

Para explicar a primeiridade, Peirce costuma dar exemplos associados a cores. Vejamos o seguinte:

Imagine uma cor magenta. Agora imagine que todo o resto de sua consciência – memória, pensamento, tudo exceto esse sentimento de magenta – é completamente apagado, e com isso é apagada toda possibilidade de comparar o magenta com qualquer outra coisa ou de estimá-lo com mais ou menos brilho. Isso é o que você deve pensar que deve ser o puro sentimento-qualidade. Tal potencialidade definida pode emergir da potencialidade indefinida apenas por sua própria Primeiridade vital e espontaneidade. Aqui está esta cor magenta. O que originalmente tornou possível tal qualidade de sentimento? Evidentemente, nada que não ela mesma. É um Primeiro.²⁴ (CP 6.198)

Um signo em primeiridade é como “uma sensação de vermelho²⁵” (CP 2.254); é como imaginar vermelho sem imaginar azul (CP 1.353). Talvez a recorrência dessas explicações da primeiridade relacionadas à cor se explique por se tratar de um exemplo de fácil visualização. Imagine uma tela unicolor que tomasse todo o espaço de sua visão, em uma experiência imersiva, que dominasse os sentidos. Não há nada além da cor. Pense em o que era o mundo para Adão no momento em que ele abriu seus olhos, nos diz Peirce (CP 1.357) – assim é a primeiridade. A

²² “freshness, life, freedom”.

²³ “The free is that which has not another behind it, determining its actions”.

²⁴ “Imagine a magenta color. Now imagine that all the rest of your consciousness -- memory, thought, everything except this feeling of magenta -- is utterly wiped out, and with that is erased all possibility of comparing the magenta with anything else or of estimating it as more or less bright. That is what you must think the pure sense-quality to be. Such a definite potentiality can emerge from the indefinite potentiality only by its own vital Firstness and spontaneity. Here is this magenta color. What originally made such a quality of feeling possible? Evidently nothing but itself. It is a First”.

²⁵ “a feeling of ‘red’”.

dificuldade de explicar uma sensação é inclusive uma dificuldade lógica, pois não há como explicá-la sem fazer referência a alguma outra coisa que não ela mesma. A primeiridade é prévia a qualquer distinção, a qualquer comparação, a qualquer relação com um existente – pois aí já estaríamos em uma secundidade.

Essa segunda categoria está ligada a uma ação, a uma ocorrência concreta, a algo que insiste no mundo. Peirce define a reação, que é da ordem da secundidade, como “essencialmente *hic et nunc* [aqui e agora], ou anti-geral²⁶” (CP 6.82). Ou seja, a secundidade é o aqui e agora, não-extensível para um geral, para algo que ultrapasse esse atual. Já a terceiridade, relativa à norma, é, justamente, a categoria em que se instala a generalidade.

O fenômeno, quando tomado em terceiridade, é uma atualização do fenômeno que surgiu em espontaneidade na primeiridade a partir da mediação com um existente em secundidade. As categorias da experiência compõem uma lógica triádica relacional que permeia o pensamento de Peirce. Note-se que se trata de uma dinâmica não apenas relacional, mas também triádica. Se falássemos apenas em relacional, estaríamos reduzindo o sistema de Peirce, pois este envolve relações necessariamente triádicas. Peirce afirma que “uma relação triádica é de uma natureza mais elevada do que uma relação diádica, no sentido de que, ainda que envolva três relações diádicas, não é constituída por elas²⁷” (CP 6.323). Uma relação triádica não pode, de forma alguma, ser refeita por qualquer combinação de relações diádicas (CP 1.363). Para Peirce, “a própria ideia de uma combinação envolve a ideia de terceiridade, porque uma combinação é algo que é o que é por conta das partes que junta em relação mútua²⁸” (CP 1.363). Ou seja, qualquer combinação já traz consigo uma lógica triádica.

Iniciamos este subcapítulo pela exposição das categorias pois elas são essenciais para compreendermos as dinâmicas lógicas peirceanas – e também porque são essenciais para a continuidade e para as discussões que faremos em relação a ela ao longo da tese. Peirce evidencia como a ideia de continuidade opera no funcionamento lógico das categorias de primeiridade, secundidade e terceiridade:

²⁶ “reaction is essentially *hic et nunc*, or anti-general”.

²⁷ “a triadic relationship is of an essentially higher nature than a dyadic relationship, in the sense that while it involves three dyadic relationships, it is not constituted by them”.

²⁸ “the very idea of a combination involves that of thirdness, for a combination is something which is what it is owing to the parts which it brings into mutual relationship”.

Eu insisto principalmente na continuidade, ou Terceiridade, e, de modo a garantir à terceira sua função organizadora, eu vejo como indispensável reconhecer que ela é um terceiro, e que a Primeiridade, ou acaso, e a Secundidade, ou reação bruta, são outros elementos, sem cuja independência a Terceiridade não teria como operar. Do mesmo modo, eu gosto de chamar a minha teoria de Sinequismo, porque consiste no estudo da continuidade²⁹. (CP 6.202)

Não se pode compreender o sinequismo sem compreender a tendência instaurada no pensamento peirceano rumo à terceira. Peirce define o conceito da seguinte forma: “a doutrina do sinequismo, de que não se pode escapar inteiramente dos elementos de Terceiridade³⁰” (CP 7.653). É a instância que garante que não se pode fugir da terceira e que tudo conduz à terceira. Isolada, essa definição do sinequismo já seria suficiente para evidenciar a importância do conceito para Peirce, tendo em vista que ele assegura a terceira. Isso pois a continuidade é um princípio mediador entre o acaso em primeiridade, um existente em secundidade e o hábito em terceira.

Na cosmologia de Peirce, a continuidade se constitui como a lei geral da ação da mente (CP 6.103). Sinequismo é o termo por ele criado para nomear “a tendência a considerar a continuidade [...] como uma ideia de importância primordial na filosofia³¹” (CP 6.103). O sinequismo é definido como “a doutrina de que tudo o que existe é contínuo³²” (CP 1.172); ou seja, é a forma conceitual que Peirce dá à ideia de continuidade.

Nossa pesquisa se depara com a necessidade de uma sistematização do sinequismo, que não foi feita pelo próprio Peirce. Essa falta de sistematização contrasta com a importância que ele deu ao conceito. A continuidade é “um elemento indispensável da realidade³³” (CP 5.436) e constitui “a essência do pensamento³⁴” (CP 5.436), segundo Peirce. Não faltam exemplos em seus escritos da relevância que ele atribuía ao sinequismo. Ainda de acordo com o autor: “a continuidade governa todo o domínio da experiência em cada elemento³⁵” (CP 7.566).

²⁹ “I chiefly insist upon continuity, or Thirdness, and, in order to secure to thirdness its really commanding function, I find it indispensable fully [to] recognize that it is a third, and that Firstness, or chance, and Secondness, or Brute reaction, are other elements, without the independence of which Thirdness would not have anything upon which to operate. Accordingly, I like to call my theory Synechism, because it rests on the study of continuity”.

³⁰ “the doctrine of Synechism, which is that elements of Thirdness cannot entirely be escaped”.

³¹ “The tendency to regard continuity [...] as an idea of prime importance in philosophy”.

³² “the doctrine that all that exists is continuous”.

³³ “continuity is an indispensable element of reality”.

³⁴ “the essence of thought”.

³⁵ “continuity governs the whole domain of experience in every element of it”.

Peirce cunhou o termo a partir de *syneches* (CP 7.565), uma palavra grega que designa a continuidade de partes cuja junção se deu em uma cirurgia. O texto em que o conceito aparece de forma mais sistematizada – sob a denominação sinequismo – é intitulado *Sinequismo e imortalidade*, ou *A imortalidade à luz do sinequismo* (CP 7.565-578). Nesse artigo, Peirce rememora o desenvolvimento do conceito em seu pensamento ao longo dos anos, elabora alguns de seus principais pontos e elenca princípios e ideias a que o sinequismo se contrapõe, como o dualismo.

A compreensão do sinequismo deve passar necessariamente por sua articulação com o tiquismo, que é a “doutrina de que o acaso absoluto é um fator do universo³⁶” (CP 6.201). Esse conceito que nomeia o acaso absoluto também se refere a um neologismo criado por Peirce a partir do grego *tyché*, que significa acaso. “Quando falo do acaso, estou apenas empregando um termo matemático para expressar com precisão as características da liberdade ou espontaneidade³⁷”, afirma Peirce (CP 6.201). Essa formulação é importante, pois evidencia que a concepção de continuidade tem forte influência da matemática. Na arquitetura científica de Peirce, na classificação do que ele chamou de ciências da descoberta, a matemática é primeira, a filosofia é segunda e as ciências especiais são terceiras (CP 1.239-242). Assim, a filosofia e as ciências especiais se fundamentam, se sustentam logicamente e são informadas pela matemática, que é mais abstrata do que as ciências que lhe sucedem na ordem da arquitetura.

Peirce afirma que o tiquismo opera no cosmos (CP 6.302); ou seja, há uma força do acaso operando no universo. No entanto, essa força não é absoluta ou irrestrita, pois Peirce trata o tiquismo como subsidiário do sinequismo. Ou seja, o acaso está subsumido à continuidade: “Eu tenho objeções ao meu sistema metafísico como um todo ser chamado de tiquismo. Porque se é verdade que o tiquismo de fato está inserido nele, é apenas como subsidiário daquilo que é, conforme eu vejo, a característica da minha doutrina, nomeadamente, que eu insisto principalmente na continuidade³⁸” (CP 6.202).

O sinequismo pode ser compreendido como um contínuo de possibilidades, como a afirmação de que há infinitas potencialidades que estão em continuidade entre si e entre sua

³⁶ “the doctrine that absolute chance is a factor of the universe”.

³⁷ “when I speak of chance, I only employ a mathematical term to express with accuracy the characteristics of freedom or spontaneity”.

³⁸ “I object to having my metaphysical system as a whole called Tychism. For although tychism does enter into it, it only enters as subsidiary to that which is really, as I regard it, the characteristic of my doctrine, namely, that I chiefly insist upon continuity”.

atualização em secundidade e sua mediação em terceiridade. A noção do sinequismo como fundamento do pensamento peirceano é o que garante que haverá uma continuidade entre um determinado fenômeno de originalidade em primeiridade e a sua atualização em uma lei, norma ou hábito em terceiridade.

Essa ideia nos auxilia a configurar uma dimensão política das ideias de Peirce. Em nossa visão, é a continuidade entre acaso e hábito que garante a diferença, a variação, o devir, no pensamento peirceano. O universo tende ao hábito, mas esse hábito não permanece imutável no curso do tempo – a irrupção do acaso em primeiridade e a insistência de uma ação em secundidade forçam sua atualização em um novo hábito. É nessa compreensão de tiquismo e sinequismo aliançados que se garante a renovação do mundo.

Considerando que o tiquismo é subsidiário do sinequismo, podemos afirmar que a descontinuidade está prevista na continuidade – é um caso dela. Essa não é uma relação de pares opostos. Ou seja, não há uma dicotomia entre tiquismo e sinequismo – este contém aquele. Peirce não deixou dúvidas em relação à sua visão sobre o tema: “Quero que fique claro que sou, no fundo, um sinequista, e um tiquista apenas porque o tiquismo é um corolário do sinequismo³⁹” (RLT, p. 31).

Peirce nos fala do “desenvolvimento ticástico do pensamento”, que “consiste em leves desvios de ideias habituais em diferentes direções indiferentemente, sem propósito e não forçados seja por circunstâncias externas ou pela força da lógica, esses novos desvios sendo seguidos de resultados imprevistos que tendem a fixar alguns deles como hábitos mais do que outros⁴⁰” (CP 6.307). Ou seja, o acaso que existe no universo atua no sentido de provocar desvios à norma. Esses desvios podem ser mínimos. Há algo que insiste no mundo e força uma mudança de regras e hábitos. Assim, a própria lei prevê sua atualização e sua adequação a um novo fenômeno que surge, que irrompe. Em suma, há uma previsão da ocorrência da imprevisibilidade.

Peirce foi claro em sua afirmação do sinequismo como elemento central e organizador de seu trabalho, ressaltando-o em diversas ocasiões, e se tornando progressivamente mais enfático ao longo do desenvolvimento de seus escritos. Um dos exemplos está em carta de 1897 a William

³⁹ “I want it clearly understood that I am a Synechist at bottom and a Tychist only because Tychism is a corollary of Synechism”.

⁴⁰ “The tyochastic development of thought, then, will consist in slight departures from habitual ideas in different directions indifferently, quite purposeless and quite unconstrained whether by outward circumstances or by force of logic, these new departures being followed by unforeseen results which tend to fix some of them as habits more than others”.

James, em que ele reafirma que “o tiquismo é apenas uma parte e o corolário do princípio geral do Sinequismo” e diz que “isso é o que eu tenho estudado nesses últimos 15 anos⁴¹” (CP 8.252).

Esses princípios de acaso e continuidade estão inseridos na cosmologia peirceana e em seu evolucionismo. Peirce afirma que

três modos de evolução nos foram apresentados: evolução por variação fortuita, evolução por necessidade mecânica, e evolução por amor criativo. [...] as meras proposições de que o acaso absoluto, a necessidade mecânica e a lei do amor são separadamente operativas no cosmos podem receber os nomes de tiquismo, anancismo e agapismo⁴². (CP 6.302)

O termo anancismo corresponde à evolução por determinação mecânica. A noção de agapismo é importante em nossa tese e será discutida nos capítulos seguintes. Por ora, cabe dizer que esse termo corresponde a uma noção de amor evolucionário que se expressa nos esforços para aumentar a razoabilidade concreta do mundo. Há implícita, ainda, na citação, uma associação do tiquismo com a primeira categoria e do agapismo com a terceira.

A partir da introdução dos conceitos de sinequismo e tiquismo, podemos apresentar agora a forma inovadora⁴³ como Peirce concebeu a relação entre matéria e mente, conceitos centrais na filosofia desde os gregos. Como veremos, o sinequismo implica, fundamentalmente, continuidade entre matéria e mente. Peirce afirma que “o tiquismo deve dar à luz uma cosmologia evolucionária, na qual todas as regularidades da natureza e da mente são vistas como produto do crescimento, e a um idealismo à moda de Schelling⁴⁴ que sustenta que a matéria é meramente mente especializada e parcialmente amortecida⁴⁵” (CP 6.102). Ele rejeita o dualismo cartesiano que sustenta que matéria e mente são duas formas “radicalmente diferentes” da substância (CP 6.24) e afirma a hipótese de

⁴¹ “tychism is only a part and corollary of the general principle of Synechism. That is what I have been studying these last fifteen years”.

⁴² “Three modes of evolution have thus been brought before us: evolution by fortuitous variation, evolution by mechanical necessity, and evolution by creative love. [...] the mere propositions that absolute chance, mechanical necessity, and the law of love are severally operative in the cosmos may receive the names of tychism, anancism, and agapism”.

⁴³ Para Susan Haack (2005, p. 248), “a concepção sinequista de metafísica de Peirce estava muito à frente não só de seu tempo, mas também do nosso”.

⁴⁴ Peirce se refere a Friedrich Wilhelm Joseph Schelling (1775-1854), filósofo do idealismo alemão. Conforme Ibri (2000, p. 98, n5), “a metafísica de Schelling foi altamente inspiradora na construção da cosmologia peirceana”. O próprio Peirce admite que o idealismo objetivo torna-o um schellingiano (CP 6.605).

⁴⁵ “tychism must give birth to an evolutionary cosmology, in which all the regularities of nature and of mind are regarded as products of growth, and to a Schelling-fashioned idealism which holds matter to be mere specialized and partially deadened mind”.

que “a única teoria inteligível do universo é a do idealismo objetivo⁴⁶, de que a matéria é mente enfraquecida, hábitos inveterados tornando-se leis físicas⁴⁷” (CP 6.25). Afirma, portanto, a continuidade entre mente e matéria.

É a partir dessa continuidade entre matéria e mente que o sinequismo pode ser compreendido como uma força vital que renova normas e hábitos. Essa fórmula peirceana desconstrói a lógica que trata matéria e mente de forma dicotômica e estabelece um monismo⁴⁸ ao afirmar que a matéria é mente, uma espécie de forma fixada, *habituada*, da mente. Assim, “a ontologia de Peirce reveste-se de um monismo configurado em forte reação ao dualismo cartesiano, que propõe espírito e matéria como substâncias radicalmente apartadas” (IBRI, 2002, p. 51).

Fundamental para a afirmação desse monismo é, justamente, a continuidade. Peirce nos diz que o sinequismo “não pode jamais tolerar o dualismo⁴⁹” (CP 7.570). Da mesma forma como o sinequismo determina que não há uma quebra, uma descontinuidade, entre mente e matéria, ele garante que tampouco haverá outras descontinuidades que possam vir a criar uma díade. Ibri nota que o sinequismo também rejeita dualismos que signifiquem “impossibilidade de interposição de um terceiro elemento mediador e redutor da brutalidade do fato à inteligibilidade das representações, colocando-as num *fluxo* contínuo” (IBRI, 2015a, p. 98, grifo do autor) – isso pois o sinequismo está associado à terceiridade e configura uma recusa à possibilidade de acontecimentos não virem a ser mediados pela inteligibilidade das representações de que fala Ibri, ou seja, uma recusa à ideia de que fatos sejam inexplicáveis.

Peirce buscava, com isso, rejeitar e se afastar das dicotomias que, em sua visão, seriam fundantes na tradição do pensamento filosófico. Ele afirma que a filosofia moderna nunca conseguiu se livrar da ideia cartesiana de mente (CP 5.128). A mente cartesiana possuiria uma localização específica no corpo, na glândula pineal: “Todos riem disso atualmente, mas todos continuam a pensar na mente dessa mesma maneira geral, como algo que está nessa ou naquela pessoa, pertencendo a ela e correlativa ao mundo real⁵⁰” (CP 5.128), nos diz Peirce. A separação dicotômica entre corpo e mente é de fato risível, aos olhos peirceanos. Todavia, essa constatação

⁴⁶ Peirce discute ter chegado ao termo após considerar noções como *materialismo* e *neutralismo*, que descartou (CP 6.24-25).

⁴⁷ “The one intelligible theory of the universe is that of objective idealism, that matter is effete mind, inveterate habits becoming physical laws”.

⁴⁸ Em CP 6.24, Peirce reconhece que a rejeição ao dualismo cartesiano conduz a um monismo.

⁴⁹ “Synechism [...] can never abide dualism”.

⁵⁰ “Everybody laughs at this nowadays, and yet everybody continues to think of mind in this same general way, as something within this person or that, belonging to him and correlative to the real world”.

crítica permanece atual – se não na filosofia, certamente no senso comum cotidiano. Os desafios e obstáculos à produção de conhecimento que Peirce buscava contornar com a afirmação do sinequismo, portanto, permanecem colocados. Em suas palavras, “pensadores anti-sinequistas acabam se colocando em um enredo artificial ao falsificar os fenômenos por representar a consciência como se fosse uma pele, um tecido separado, cobrindo uma região inconsciente de natureza, mente, alma ou base fisiológica ocultas⁵¹” (CP 5.440). Esses pensadores anti-sinequistas creem em uma concepção individual de mente, a qual será contraposta por Peirce com uma filosofia que nos diz que a mente é formada por um conhecimento que se constrói necessariamente de forma coletiva. Assim, a mente não é algo que “pertence” – muito menos a este ou àquele indivíduo. Ela é produzida coletivamente em um contínuo, e se materializa concretamente em nossas ações e hábitos.

A relação dessas formulações sobre mente com a proposta da continuidade é clara e foi formulada explicitamente pelo próprio Peirce, em carta a William James. Ele afirma que somos nós que estamos no pensamento – e não o pensamento que está em nós (CP 5.289n1⁵²). Essa concepção da natureza do pensamento “conduz então ao sinequismo, que é a pedra fundamental do arco⁵³” (CP 8.257). Esse conceito peirceano de mente é, conforme Santaella (2002, p. 103), “o mais fundamental ponto de intersecção da metafísica com a lógica ou semiótica”. Nas palavras da autora, “no contexto metafísico do sinequismo, mente é sinônimo de continuidade, é a tendência do universo para a aquisição de hábitos. No contexto lógico da semiótica, mente é sinônimo de semiose. Mente, portanto, é continuidade e semiose” (SANTAELLA, 2002, p. 103).

Ao adentrarmos a discussão sobre metafísica, é preciso compreender a que Peirce se referia quando utilizava o termo. Ele elaborava uma crítica a uma determinada tradição da metafísica e buscava substituí-la por outra concepção, mais adequada a seu sistema. É assim que deve ser compreendida a afirmação de que o “sinequismo não é uma doutrina metafísica última e absoluta; é um princípio regulativo da lógica, prescrevendo que tipo de hipótese pode ser considerada e examinada⁵⁴” (CP 6.173). Peirce estabelece uma importante ruptura com a tradição ocidental da

⁵¹ “anti-synechistic thinkers wind themselves up in a factitious snarl by falsifying the phenomena in representing consciousness to be, as it were, a skin, a separate tissue, overlying an unconscious region of the occult nature, mind, soul, or physiological basis”.

⁵² N1 se refere à numeração da nota de rodapé de onde é extraída esta ideia.

⁵³ “This then leads to synechism, which is the keystone of the arch”.

⁵⁴ “Synechism is not an ultimate and absolute metaphysical doctrine; it is a regulative principle of logic, prescribing what sort of hypothesis is fit to be entertained and examined”.

filosofia em relação à metafísica ao afirmar que ela não corresponde a um *a priori*⁵⁵, prévio à experiência – a metafísica é terceira na filosofia, conforme Peirce. É nesse sentido que o sinequismo não é uma metafísica última e absoluta. Não é, tampouco, um postulado apriorístico: Peirce desenvolveu a ideia em seus estudos matemáticos e chegou à conclusão de que “a continuidade [...] é o sangue vital do pensamento matemático⁵⁶” (CP 6.600). Acreditando na validade da hipótese, estendeu-a para todo o seu sistema.

Peirce defende que a metafísica deve se fundamentar na lógica científica (CP 8.158). A teoria da continuidade se enquadra nesse requisito: o sinequismo “é uma filosofia puramente científica⁵⁷” (CP 7.578). Há aí uma compreensão mais geral de continuidade entre ciência e filosofia. Não podemos fazer investigações metafísicas que sejam apartadas da realidade da experiência, nos dirá Peirce (CP 8.110). Ele afirma que enquanto o cientista se aproxima da natureza disposto a aprender aquilo que ele ignora e corrigir seus erros, “o metafísico começa decidido a estabelecer a verdade de uma conclusão prévia que ele nunca duvidou de verdade, nem por um instante⁵⁸” (CP 8.118). Em Peirce, por outro lado, a metafísica busca compreender a realidade dos fenômenos, que é um “caso da terceiridade enquanto terceiridade, ou seja, em sua mediação entre secundidade e primeiridade⁵⁹” (CP 5.121). A metafísica está, assim, associada à experiência e à terceiridade. Peirce não apenas defendia que o metafísico se aproximasse da postura do cientista como, mais do que isso, ele acreditava que “mesmo a má metafísica se sustenta na verdade em observações, seja de forma consciente ou não⁶⁰” (CP 6.2); ou seja, há uma rejeição do *a priori*. Assim, a metafísica deve ser concebida como uma ciência (CP 6.4), segundo ele. Mais especificamente, Peirce fala ainda em reconhecer a metafísica como uma ciência observacional (CP 6.5).

Esse conceito particular de metafísica está estreitamente relacionado com a concepção peirceana do conhecimento que somos potencialmente capazes de construir sobre o mundo. Alborn (1989, p. 25) menciona questões que não valeriam a pena ser investigadas dentro da lógica de Peirce: “Questões impróprias buscariam identificar signos indetermináveis, como a uniformidade

⁵⁵ Por exemplo, Salatiel (2006, p. 80) fala na “função essencial da experiência para a sustentação da teoria peirceana das categorias, que repudia o apriorismo kantiano”.

⁵⁶ “[...] that continuity which is the life blood of mathematical thought”.

⁵⁷ “synechism [...] is a purely scientific philosophy”.

⁵⁸ “The metaphysician begins with a resolve to make out the truth of a foregone conclusion that he has really never doubted for an instant”.

⁵⁹ “Reality is an affair of Thirdness as Thirdness, that is, in its mediation between Secondness and Firstness”.

⁶⁰ “even bad metaphysics, really rests on observations, whether consciously or not”.

da natureza ou Deus, signos que existem no fim infinito do *continuum* e que só poderiam ser aceitos como verdades vagas e indubitáveis⁶¹”. Conforme Alborn (1989), a lógica da vagueza e o evolucionismo de Peirce nos permitem identificar essas questões que não valeriam a pena ser investigadas. Assim, problemas que pertencem à metafísica compreendida em um sentido mais tradicional, como a natureza de Deus, não são questões que poderíamos inquirir cientificamente no sistema peirceano. Os modos de pensamento de um Deus estão “fora de questão⁶²” (CP 2.227) – não são passíveis de investigação. Chamamos atenção para o fato de que Alborn (1989, p. 25) refere que esses signos estariam no fim infinito do *continuum* e não se prestariam a ser colocados em dúvida. Esses são termos que não se coadunam com a filosofia de Peirce. Assim, fica claro como seu pensamento se choca com a metafísica tradicional. O lugar da regularidade em Peirce é o da terceiridade, e não poderia jamais estar previamente determinado, nem poderia ser conhecido de saída, *a priori*.

Peirce era um crítico da ideia de que a metafísica estudaria coisas que não podem ser observadas (CP 6.2). Para ele, o interesse da metafísica não está em questões etéreas, mas “nas características mais gerais da realidade e de objetos reais⁶³” (CP 6.6). Inserida na arquitetura científica peirceana, a metafísica não se ocupa de questões insondáveis, mas daquilo que pode ser verificado na experiência. A torção que Peirce propõe em relação à metafísica está bem expressa na seguinte citação: “Não é com metafísica que estamos lidando: apenas lógica. Portanto, não perguntamos o que verdadeiramente é, mas apenas o que aparece para todos nós em cada minuto de nossas vidas. Eu analiso a experiência [...] e encontro nela três elementos. Eu os chamo de categorias⁶⁴” (CP 2.84).

A discussão que elaboramos sobre a metafísica opera na configuração de um espaço teórico importante para nós, pois o ponto de intersecção da metafísica com a semiótica de que falava Santaella (2002, p. 103) é o espaço em que se desenvolve nossa pesquisa. Em nossa tese, o sinequismo é pensado como o conceito que move a filosofia de Peirce – inclusive a comunicação.

⁶¹ “Improper questions sought to identify indeterminable signs, such as the uniformity of nature or God, signs which existed at the infinite end of the continuum and could only be accepted as vague, indubitable truths”.

⁶² “out of the question”.

⁶³ “the most general features of reality and real objects”.

⁶⁴ “It is not metaphysics that we are dealing with: only logic. Therefore, we do not ask what really is, but only what appears to everyone of us in every minute of our lives. I analyze experience [...] and find in it three elements. I call them Categories”.

Assim, quando pensada nos termos peirceanos, a comunicação está associada não apenas à semiótica, mas também à metafísica.

A metafísica se beneficia da hipótese sinequista, de acordo com Peirce. Ele afirma que a continuidade pode dar vitalidade à metafísica e “curá-la de sua impotência mortal⁶⁵” (CP 6.212). Rosenthal (2003, p. 55) nota como a filosofia peirceana nos abre as portas para um entendimento inovador do que seja a metafísica: “o pragmatismo dá origem a uma nova compreensão do sistema metafísico como um sistema ou estrutura explicativa abertos, e a uma visão de explicação baseada em – ao invés de oposta a – um histórico de mudança evolutiva⁶⁶”.

Nosso entendimento do que é o evolucionismo em Peirce fica facilitado se compreendermos o sinequismo como um contínuo de possibilidades. De acordo com Herron (1997, p. 610), “em seus anos produtivos finais, [Peirce] frequentemente retornou à ideia de que o *continuum* consiste de pontos possíveis, dos quais apenas alguns são atualizados em um dado momento como individuais discretos⁶⁷”. Como nos esclarece esse comentador, “a ideia de que uma linha verdadeiramente contínua é capaz de conter uma coleção de pontos de qualquer cardinalidade (magnitude) é central para a concepção de Peirce de continuidade⁶⁸” (HERRON, 1997, p. 600).

Neste subcapítulo, nos propusemos a estabelecer o edifício da continuidade, que é a pedra fundamental do evolucionismo dentro do pensamento de Peirce. Esse caráter evolucionário, que permeia todo o sistema de Peirce, é marcado por uma abertura à indeterminação, em oposição a um mecanicismo. Esse era rejeitado por Peirce precisamente por não prever a variação: “a lei mecânica não pode jamais produzir diversificação⁶⁹” (CP 1.174).

Nas palavras de Peirce, “a filosofia requer um evolucionismo completo (*thorough-going*) ou nenhum⁷⁰” (CP 6.14). Sua metafísica e, por consequência, seu sinequismo estão investidos desse caráter evolucionista. Santaella (2001, p. 50) lança uma espécie de desafio: ao explorarmos as relações entre semiótica e metafísica, os termos peirceanos de “antidualismo e evolucionismo radicais, implícitos em suas ideias sinequísticas, devem ser levados às suas últimas consequências”.

⁶⁵ “to cure it of its deathly impotency”.

⁶⁶ “pragmatism gives rise to a new understanding of metaphysical system as an open system or explanatory structure, and to a view of explanation rooted in, rather than opposed to, a history of evolving change”.

⁶⁷ “In his latest productive years he often turned back to the idea that the continuum consists of possible points, only some of which are actualized at any given moment as discrete individuals”.

⁶⁸ “the idea that a truly continuous line is capable of containing a collection of points of any cardinality (magnitude) is central to Peirce's conception of continuity”.

⁶⁹ “mechanical law can never produce diversification”.

⁷⁰ “philosophy requires thorough-going evolutionism or none”.

Essa formulação de Santaella é uma indicação de que as consequências a que a autora se refere não foram exploradas por Peirce. Todavia, como veremos ao longo de toda esta tese, há em seus escritos os elementos necessários para nos orientar no percurso do desdobramento dessas consequências. De nossa parte, trata-se de fazê-lo no campo da comunicação, propondo uma configuração sinequista.

Em relação ao antidualismo, note-se como tiquismo e sinequismo não são dicotomizados, em Peirce. O tiquismo não é um estado de caos ou desordem que uma potencial lei mais perfeita seria capaz de futuramente superar e extinguir; ele é uma afirmação da impossibilidade da existência de tal lei absolutamente exata. Peirce fala em “desvios infinitesimais da lei⁷¹” (CP 6.59) que estão ocorrendo a todo tempo. A impossibilidade do determinismo⁷², verificada empiricamente na natureza, resta como evidência do tiquismo, conforme Peirce.

A crítica ao mecanicismo é, portanto, resultado do evolucionismo, fundamentado nas descobertas de Charles Darwin, do qual Peirce foi leitor e admirador, e que claramente influenciou suas ideias. O sistema peirceano é marcado por um certo espírito do século 19, do qual Darwin foi uma das principais expressões. Para além disso, Peirce também antecipou, em seu pensamento, tendências da ciência do século seguinte. Escrevendo antes das descobertas da física moderna do início do século 20, Peirce criticava a “filosofia mecânica, ou doutrina de que todos os fenômenos do universo físico podem ser explicados por princípios mecânicos⁷³” (CP 6.11).

Para superar essa concepção, é preciso levar em conta o evolucionismo: “A única maneira possível de dar conta das leis da natureza e da uniformidade em geral é supor que sejam resultados da evolução. Isso supõe que elas não sejam absolutas, que não sejam obedecidas precisamente. Isso forma um elemento de indeterminação, espontaneidade, ou acaso absoluto na natureza⁷⁴” (CP 6.13). Peirce nos apresenta aqui uma ideia algo contraintuitiva: só existe uniformidade porque há uma constante evolução. As leis da natureza são resultado de um processo evolucionário que continua em andamento (CP 7.514). Há no mundo uma tendência à cristalização da diversidade – sem que, no entanto, essa deixe de existir ou se apague. A uniformidade estabelecida e as leis

⁷¹ “infinitesimal departures from law”.

⁷² Turley (1969) e Cosculluela (1992) mostraram a crítica que Peirce construiu ao determinismo em seu sistema.

⁷³ “Mechanical Philosophy, or doctrine that all the phenomena of the physical universe are to be explained upon mechanical principles”.

⁷⁴ “the only possible way of accounting for the laws of nature and for uniformity in general is to suppose them results of evolution. This supposes them not to be absolute, not to be obeyed precisely. It makes an element of indeterminacy, spontaneity, or absolute chance in nature”.

instituídas não são imutáveis. Essas ideias são coerentes com a variação observada no universo, que a lógica determinista falha em explicar.

2.2 Sinequismo e semiose

A ponte entre o mundo e o conhecimento que podemos ter dele é construída pelo signo. Essa é uma das ideias básicas da filosofia peirceana: não temos como conhecer nada por outra forma que não um signo. Todo pensamento é um signo (CP 5.470). Peirce extrai dessa proposição, ainda, a ideia de que “todo pensamento deve se dirigir a algum outro, deve determinar algum outro, já que essa é a essência de um signo⁷⁵” (CP 5.253). Aí está a descrição de funcionamento da cadeia sógnica, da semiose. Na lógica peirceana, não há como pensar em um signo isolado de outros, pois signos estão sempre em uma relação contínua entre si. A desconexão entre signos estaria em desacordo com a lógica da semiose e do sinequismo.

Ransdell (1977, p. 168) nota como, em Peirce, semiose é “um processo sógnico-interpretativo que mantém uma referência contínua a um objeto⁷⁶”. Essa referência contínua é uma manifestação do sinequismo que se estende à semiose. Nesse sentido, não se compreende a teoria peirceana do conhecimento sem considerar o sinequismo. De acordo com ele, “não há cognição absolutamente primeira de nenhum objeto, [...] a cognição surge por um processo contínuo⁷⁷” (CP 5.267). Peirce construiu uma lógica capaz de refutar a posição cartesiana e evidenciar que não existe um início do pensamento ou do conhecimento. Essa lógica está fortemente ligada ao sinequismo. A ideia de continuidade é inerente ao processo semiótico. A semiose, portanto, pode ser compreendida como um fluxo contínuo que dá forma e consistência ao sinequismo.

A semiose é, ainda, um processo triádico, que rejeita dualismos, assim como o sinequismo: “Por ‘semiose’ [...] eu quero dizer uma ação, ou influência, que é, ou envolve, uma cooperação de três elementos, como um signo, seu objeto, e seu interpretante, essa influência tri-relativa não sendo

⁷⁵ “From the proposition that every thought is a sign, it follows that every thought must address itself to some other, must determine some other, since that is the essence of a sign”.

⁷⁶ “a sign-interpretational process which maintains a continuous reference to an object”.

⁷⁷ “there is no absolutely first cognition of any object, but cognition arises by a continuous process”.

de modo algum resolúvel em ações entre pares⁷⁸” (CP 5.484). Essa frase deixa claro como a semiose não se reduz a dualidades entre os elementos da tríade.

Assim, a ideia de semiose, a ação do signo, é a própria ideia de uma continuidade, que atua na cadeia sígnica. A semiose é um fluxo contínuo no meio do qual vivemos. A compreensão do conceito de semiose em muito se beneficia se a concepção peirceana de continuidade é levada em consideração. Santaella (1992, p. 50) afirma que “o sinequismo tem sua base na própria noção de semiose como ação ininterruptora do signo”. Nesse sentido, a continuidade é um conceito-chave para a semiótica – que é, nos termos de Peirce, “a doutrina da natureza essencial e variedades fundamentais da semiose possível⁷⁹” (CP 5.488). Igualmente, o sinequismo ganha consistência quando compreendido a partir da semiótica: “nós devemos construir a continuidade semioticamente, para vê-la no mais profundo nível peirceano⁸⁰” (STAAB, 1999, p. 160). É nesse sentido que afirmamos que a semiose dá forma à proposta da continuidade. Na lógica peirceana, não há como se pensar em um signo isolado de outros, pois signos estão sempre em uma relação contínua entre si. Só podemos conhecer um signo a partir de sua conexão com outro signo. Nas palavras de Romanini (2005, p. 2), “a semiose, como ação do signo, baseia-se nessa ideia de continuidade que conecta toda a realidade, incluindo nossas mentes, num processo teleológico que parte da incerteza e da indeterminação em direção ao crescimento da razão”. O princípio de aumento da razoabilidade concreta do mundo na continuidade, com o crescimento da terceiridade, é inerente à semiose:

sob o critério da simetria das categorias, o *continuum* de interpretantes estabelece um vetor de crescimento para a terceiridade, seja na esfera da subjetividade ou na natureza, configurando o que se chama de *semiose*. Essa extensão do conceito de semiose a processos naturais evidentemente requer que se considere uma cosmologia ou cosmogênese, na qual esse crescimento da terceiridade possa ser explicado.⁸¹ (IBRI, 2011, p. 78, grifos do autor)

Ou seja, a proposição da semiose exige a formulação de uma cosmologia. Foi o movimento que ocorreu no desenvolvimento do pensamento de Peirce. A proposição da continuidade sígnica

⁷⁸ “by ‘semiosis’ I mean [...] an action, or influence, which is, or involves, a coöperation of three subjects, such as a sign, its object, and its interpretant, this tri-relative influence not being in any way resolvable into actions between pairs”.

⁷⁹ “what I call semiotic, that is, the doctrine of the essential nature and fundamental varieties of possible semiosis”.

⁸⁰ “we must construe continuity semeiotically if we are to view it on the deepest Peircean level”.

⁸¹ “under the criterion of categorial symmetry, the continuum of interpretants establishes a vector of growth for thirdness, whether in the sphere of subjectivity or in nature, configuring what is called semiosis. This extension of the concept of semiosis to natural processes evidently requires that one consider a cosmology or a cosmogenesis, where this growth of thirdness can be explained”.

foi dando lugar, no movimento do pensamento peirceano, a uma afirmação cada vez mais enfática de uma ideia metafísica de continuidade – o sinequismo. Se pensarmos na semiose a partir das ideias de acaso e de continuidade nos termos que já discutimos, veremos como a cadeia semiótica tem uma capacidade de se renovar por meio da espontaneidade própria da primeiridade. Ou seja, é da própria lógica das categorias e do pensamento de Peirce a abertura ao novo, à inventividade, à diferença.

A semiose pode ser compreendida como “um processo de continuidade que tanto regride quanto se prolonga ao infinito” (SANTAELLA, 1995, p. 29). O processo semiótico que se dá nesse contínuo não é unidirecional. A semiose é uma cadeia de signos que avança e regride infinitamente, e a continuidade atua nos dois sentidos: “todo raciocínio envolve outro raciocínio, que por sua vez envolve outro, e assim *ad infinitum*. Todo raciocínio conecta algo que recém foi aprendido com o conhecimento já adquirido, de modo que nós aprendemos o que era desconhecido⁸²” (CP 7.536). A semiose não se dá em nenhum outro lugar que não as mentes interpretantes. Ainda: assim como o pensamento de Peirce rejeita e combate o cartesianismo, sua concepção de semiose não se reduz a uma representação de um plano cartesiano, como se fosse uma cadeia linear. Assim, continuidade não implica linearidade.

Uma ideia que apresentamos aqui como hipótese, a ser explorada ao longo da tese, é a de que o sinequismo garante a imanência no processo semiótico e no processo comunicacional, ou seja, garante uma *imanência relacional* em Peirce. Note-se que, se partimos da ideia de que há uma continuidade que perpassa os elementos da cadeia sónica, esses elementos estão inescapavelmente conectados entre si. Ou seja, a imanência relacional que o pensamento peirceano apresenta é uma consequência do sinequismo – e não da zeroidade, como afirmavam Silva, Nonino e Macedo⁸³

⁸² “every reasoning involves another reasoning, which in its turn involves another, and so on *ad infinitum*. Every reasoning connects something that has just been learned with knowledge already acquired so that we thereby learn what has been unknown”.

⁸³ Silva, Nonino e Macedo (2016, p. 183) argumentaram que a zeroidade, conceito proposto por Gilles Deleuze ao trabalhar com as categorias peirceanas, funcionaria como “a dimensão virtual de toda semiose” e seria a responsável pela imanência no processo semiótico entre signo e objeto. Para efeitos da arquitetura científica de Peirce, a zeroidade é um elemento anômalo, incompatível com o restante. Não há necessidade de sairmos dos termos de Peirce para responder aos problemas que Deleuze levantou para justificar a criação da zeroidade. Os princípios do tiquismo e do sinequismo, articulados dentro do pragmaticismo, dão conta da virtualidade e de suas atualizações. É a continuidade entre as categorias que faz com que não exista necessidade da zeroidade. A doutrina do sinequismo, princípio de continuidade, quando aplicada às categorias, é, assim, uma instância que supre a necessidade a que se referia Deleuze para justificar a criação da zeroidade.

(2016). Não há necessidade da zeroidade para dar conta da *reserva de mundo*⁸⁴ – ideia esta que Silveira (2022) destaca em sua leitura do trabalho do GPESC. Ainda assim, note-se como, mesmo com a afirmação da zeroidade como um dos fundamentos da semiótica crítica, estava presente, no texto do GPESC, uma compreensão profundamente sinequística: “a materialidade não está somente na secundidade ou no *representâmen*, mas sobretudo na continuidade da cadeia semiótica” (GPESC, 2022, p. 245). De nossa parte, reafirmamos a imanência do processo comunicacional que já era enunciada pelo GPESC (2020, p. 12): “comunicação, uma imanência”. Estabelecemos, todavia, a fundamentação dessa imanência no sinequismo peirceano, e propomos que a comunicação deve ser pensada nos termos dessa continuidade. Não era outra a concepção de Peirce (CP 7.572).

A continuidade se manifesta na comunicação e também na semiose. Peirce afirmou que o universo “is *perfused* with signs, if it is not composed exclusively of signs” (CP 5.448n1, grifo nosso). Encontramos, como proposta de tradução para o termo em inglês *perfused*, as palavras *banhado* (ROMANINI, 2005, p. 9), *repleto* (ROMANINI, 2016, p. 47) e *permeado* (SANTAELLA, 1999, p. 303). Ou seja, o universo está banhado por, ou repleto/permeado de signos, e pode até ser composto exclusivamente por signos.

O que essas palavras propostas como tradução não captam, porém, é o sentido vitalista da assertiva, que fica claro a partir do termo empregado por Peirce, *perfused*. A palavra tem a acepção de um movimento de fluxo, e está especificamente associada ao funcionamento do corpo humano. Ou seja, o universo é *perfundido* por signos – os signos correm pelo universo, *fluem* pelo universo como o sangue flui no corpo humano. A semiose também é mais bem compreendida como esse fluxo que percorre o mundo. Ainda em relação a essa ideia, de que o universo é perfundido por signos, Santaella (2001, p. 51) afirma que ela só pode ser compreendida à luz do sinequismo – o que evidencia, novamente, como há íntimas relações entre a continuidade e a semiose.

A ação do signo não se reduz à mente de um indivíduo qualquer – de fato, o conceito de mente em Peirce tem um sentido decididamente coletivo, conforme já mencionamos. É preciso deixar de lado a noção de intérprete para compreender a ideia peirceana de produção de interpretantes (CP 1.553), os novos signos que vão sendo gerados a partir dos signos existentes.

⁸⁴ “há sempre uma reserva de mundo que é distante, a qual tentamos conhecer e criar por intermédio do signo” (GPESC, 2020, p. 200).

O signo e a semiose são fundantes das discussões que apresentamos aqui sobre o sinequismo e suas implicações nas demais dimensões do pensamento peirceano. Como afirma Santaella (2007, p. 146), a “metafísica evolucionária [de Peirce] está fundada na teoria dos signos”. Nas palavras de Peirce,

O sinequismo é fundado na noção de que a coalescência, o tornar-se contínuo, o tornar-se governado por leis, o tornar-se instintivo com ideias gerais, são apenas fases de um único e mesmo processo do crescimento da razoabilidade. Isso é demonstrado como verdadeiro com exatidão matemática primeiramente no campo da lógica, e é daí inferido como válido metafisicamente. Não se opõe ao pragmatismo [...], mas inclui esse procedimento como uma etapa⁸⁵. (CP 5.4)

O processo do aumento da produção de conhecimento, de crescimento da razoabilidade concreta do mundo, se dá em um mesmo *continuum*, que aponta na tendência da generalização – é o que defende Peirce. Fica claro ainda, pela citação acima, como a matemática oferece subsídios às ciências menos abstratas, como a metafísica. Peirce ressalta a importância da noção matemática de continuidade para a filosofia (CP 6.31) e deixa claro que a matemática se aplica às demais ciências, sem exceções (CP 1.245). Ele acreditava que “de todas as concepções, a continuidade é de longe a mais difícil para a filosofia manejar⁸⁶” (RLT, p. 242), e que o modo mais simples de explicá-la seria por meio da geometria (RLT, p. 31).

Inclusive, a maior importância que a continuidade adquiriu no pensamento peirceano, em um momento posterior de sua obra, está associada à matemática: “no começo dos anos 1890, o interesse de Peirce pela teoria da continuidade matemática cresceu até que se tornou central⁸⁷” (ANNONI, 2006, p. 99). Assim, ele dedicou os últimos anos de sua vida ao desenvolvimento do sinequismo: “Peirce considerou a ideia da continuidade como da mais alta importância para seu pensamento desde cerca de 1890 até o final de sua vida⁸⁸” (HERRON, 1997, p. 594). A fundamentação matemática da ideia peirceana de continuidade, todavia, não será foco da discussão elaborada aqui⁸⁹.

⁸⁵ “Synechism is founded on the notion that the coalescence, the becoming continuous, the becoming governed by laws, the becoming instinct with general ideas, are but phases of one and the same process of the growth of reasonableness. This is first shown to be true with mathematical exactitude in the field of logic, and is thence inferred to hold good metaphysically. It is not opposed to pragmatism [...], but includes that procedure as a step”.

⁸⁶ “Of all conceptions Continuity is by far the most difficult for Philosophy to handle”.

⁸⁷ “In the early 1890's, Peirce's interest for the theory of mathematical continuity grew until it became central”.

⁸⁸ “Peirce considered the idea of continuity to be of the highest importance to his thought from around 1890 through the end of his life”.

⁸⁹ Para um detalhamento das explorações peirceanas sobre a continuidade na matemática, ver Havenel (2008); Herron (1997); Ketner e Putman (1992, p. 37-54); Parker (1998, p. 60-101); e Rosa (2003).

Peirce menciona ainda, na citação reproduzida acima (CP 5.4), a relação do sinequismo com o pragmati(ci)smo. É ao desdobrar essa relação que nos dedicaremos no próximo subcapítulo.

2.3 Sinequismo e pragmaticismo

Peirce afirma que a continuidade é “the leading conception of science” (CP 1.62), ou seja, uma espécie de princípio condutor da ciência. A partir daí, podemos explorar as relações entre as noções de continuidade e de método científico, tal como ele as concebeu. Nas palavras do autor, “a transição para a continuidade é [...] uma questão de importância suprema para a teoria do método científico⁹⁰” (CP 3.631). Ele deixa claro, aqui, com o uso da palavra *transição*, que a continuidade é um passo posterior, mais avançado, da história do desenvolvimento científico. Ou seja, o mesmo movimento que ocorreu no pensamento de Peirce, o qual passou a progressivamente enfatizar a continuidade, também deveria ocorrer na ciência de forma geral, de acordo com sua visão.

O sinequismo é compreendido como “aquela tendência do pensamento filosófico⁹¹ que insiste na ideia da continuidade como de importância primordial na filosofia e, em particular, na necessidade de hipóteses envolvendo a continuidade verdadeira⁹²” (CP 6.169). O destaque dado a essa dimensão evidencia como não se trata de fazer meramente uma defesa do sinequismo por si só, e sim de que também é preciso extrair hipóteses decorrentes dessa afirmação da continuidade. Não se pode entreter uma hipótese que não obedeça à continuidade, nos dirá Peirce (CP 6.173). Para ele, “o princípio da continuidade [é] o guia supremo para formular hipóteses filosóficas⁹³” (CP 6.101). Peirce chega mesmo a tratar a afirmação da continuidade entre mente e matéria como uma consequência da hipótese geral colocada pelo sinequismo:

⁹⁰ “The transition to continuity is [...] a matter of supreme importance for the theory of scientific method”.

⁹¹ Peirce fala aqui de uma concepção particular sua já inserida na história do pensamento filosófico, como se se tratasse de uma corrente estabelecida na tradição. É uma característica encontrada principalmente nos verbetes de enciclopédia escritos por ele.

⁹² “that tendency of philosophical thought which insists upon the idea of continuity as of prime importance in philosophy and, in particular, upon the necessity of hypotheses involving true continuity”.

⁹³ “the principle of continuity, the supreme guide in framing philosophical hypotheses”.

Em obediência ao princípio, ou máxima, da continuidade, de que devemos presumir que as coisas sejam contínuas tanto quanto possamos, já foi dito que devemos supor uma continuidade entre as características de mente e matéria, de modo que a matéria não seria nada além de mente com hábitos tão endurecidos ao ponto de fazer com que aja com um grau peculiarmente alto de regularidade mecânica, ou rotina⁹⁴. (CP 6.277)

Peirce constrói diversas hipóteses a partir da afirmação do sinequismo, desde a ideia de que o raciocínio se dá de forma contínua (CP 2.27) até afirmações de ordem cosmológica – o próprio sinequismo é uma hipótese que explica a evolução do universo. A continuidade é valorizada por sua capacidade de explicação de fenômenos que, sem ela, não seriam compreendidos. Ele encerra o texto *A lei da mente* da seguinte forma:

Desenvolvi assim tão bem quanto pude em um espaço pequeno a filosofia sinequística, enquanto aplicada à mente. Acredito que fui bem-sucedido em deixar claro que essa doutrina abre espaço para explicações de muitos fatos que seriam absolutamente inexplicáveis sem ela; e também que carrega consigo as seguintes doutrinas: primeiro, um realismo lógico do tipo mais pronunciado; segundo, o idealismo objetivo; terceiro, o tiquismo, com seu conseqüente evolucionismo completo (*thorough-going*)⁹⁵. (CP 6.163)

O realismo que Peirce defende se opõe ao nominalismo, uma das querelas filosóficas que ele enfrentou em seus escritos. Peirce diz que “uma das peculiaridades do nominalismo é que está continuamente supondo que as coisas sejam absolutamente inexplicáveis. Isso bloqueia o caminho da investigação. Mas se adotamos a teoria da continuidade, escapamos dessa situação ilógica⁹⁶” (CP 1.170). Ou seja, ele apresenta o sinequismo como algo capaz de rejeitar os bloqueios colocados pelos nominalistas à investigação. Ibri (2015a, p. 97) nos esclarece o sentido dessa “situação ilógica” a que se refere Peirce ao destacar que “na Filosofia peirceana o incognoscível surge como uma singularidade tópica, uma descontinuidade irreduzível à razão, ao constituir-se numa hipótese que nada explica e, por esse motivo, logicamente autocontraditória”.

⁹⁴ “in obedience to the principle, or maxim, of continuity, that we ought to assume things to be continuous as far as we can, it has been urged that we ought to suppose a continuity between the characters of mind and matter, so that matter would be nothing but mind that had such indurated habits as to cause it to act with a peculiarly high degree of mechanical regularity, or routine”.

⁹⁵ “I have thus developed as well as I could in a little space the synechistic philosophy, as applied to mind. I think that I have succeeded in making it clear that this doctrine gives room for explanations of many facts which without it are absolutely and hopelessly inexplicable; and further that it carries along with it the following doctrines: first, a logical realism of the most pronounced type; second, objective idealism; third, tychism, with its consequent thorough-going evolutionism”.

⁹⁶ “It is one of the peculiarities of nominalism that it is continually supposing things to be absolutely inexplicable. That blocks the road of inquiry. But if we adopt the theory of continuity we escape this illogical situation”.

Se a doutrina do sinequismo nos ajuda a explicar fatos que sem ela seriam inexplicáveis, como afirma Peirce, isso significa que ela nos ajuda a aumentar nosso conhecimento sobre a realidade⁹⁷. Referindo-se à teoria da continuidade, Peirce diz que

o motivo para aludir a essa teoria aqui é que dessa forma podemos colocar um holofote em uma posição que o pragmaticista sustenta e deve sustentar, seja essa teoria cosmológica ao final mantida ou explodida, nomeadamente, que a terceira categoria – a categoria do pensamento, representação, relação triádica, mediação, terceiridade genuína, terceiridade enquanto tal – é um ingrediente essencial da realidade, mas não constitui a realidade por si só, já que essa categoria (que naquela cosmologia aparece como o elemento do hábito) não pode ter um existente concreto sem a ação, [...] da mesma forma como a ação não pode existir sem a existência imediata do sentimento em cima do qual age⁹⁸. (CP 5.436)

Peirce nos expõe claramente nessas linhas seu argumento da indissociabilidade das categorias. A terceiridade não constitui a realidade por si só, pois ela não terá realidade no mundo senão por uma ação, em secundidade – ação essa que tampouco terá realidade senão por um sentimento em primeiridade. Peirce afirma que “a verdadeira natureza do pragmatismo não pode ser compreendida⁹⁹” sem as três categorias (CP 8.256).

O pragmaticismo combate a ideia do incognoscível. Peirce vê necessidade de criar o sinequismo para fugir do inexplicável, para combater a própria noção de que algo é inexplicável:

O motivo geral é evitar a hipótese de que isso ou aquilo é inexplicável. Porque o sinequista sustenta que a única justificativa possível para meramente considerar uma hipótese é que ela ofereça uma explicação do fenômeno. Ora, supor algo inexplicável é não apenas falhar em explicá-lo, e assim elaborar uma hipótese injustificável, mas também, e muito pior, é colocar uma barreira no caminho da ciência, e proibir toda tentativa de entender o fenômeno.¹⁰⁰ (CP 6.171)

⁹⁷ É nesse sentido que acionamos esse arcabouço epistemológico e ontológico para discutir um fenômeno concreto – em nosso caso, as mudanças climáticas, compreendidas a partir do relatório do IPCC.

⁹⁸ “the motive for alluding to that theory just here is, that in this way one can put in a strong light a position which the pragmaticist holds and must hold, whether that cosmological theory be ultimately sustained or exploded, namely, that the third category -- the category of thought, representation, triadic relation, mediation, genuine thirdness, thirdness as such -- is an essential ingredient of reality, yet does not by itself constitute reality, since this category (which in that cosmology appears as the element of habit) can have no concrete being without action [...], just as action cannot exist without the immediate being of feeling on which to act”.

⁹⁹ “The true nature of pragmatism cannot be understood without [these categories]”.

¹⁰⁰ “The general motive is to avoid the hypothesis that this or that is inexplicable. For the synechist maintains that the only possible justification for so much as entertaining a hypothesis is that it affords an explanation of the phenomena. Now, to suppose a thing inexplicable is not only to fail to explain it, and so to make an unjustifiable hypothesis, but, much worse, it is to set up a barrier across the road of science, and to forbid all attempt to understand the phenomenon”.

Essa fórmula que prega não bloquear o caminho do conhecimento é utilizada diversas vezes por Peirce. Ela constitui, para o autor, a regra primordial do pensamento científico, e deveria ser inscrita em todos os muros da cidade da filosofia (CP 1.135). A proibição da tentativa de entender o fenômeno – a que ele se refere na citação acima – é um absurdo e um anátema dentro do sistema peirceano. A ligação com o sinequismo fica explícita na construção do raciocínio de Peirce: o motivo da criação da doutrina passa por evitar a afirmação de que algo não pode ser explicado, o que estaria em total desacordo com seu pragmatismo.

A continuidade, enquanto uma doutrina associada à terceiridade, tem a capacidade de generalização:

Seria totalmente contrário a seu próprio princípio o sinequista não generalizar a partir daquilo que a experiência lança a ele, especialmente já que é apenas conforme forem generalizados que os fatos podem ser compreendidos; e a própria realidade, em seu jeito de olhar para o assunto, não é nada mais do que a maneira pela qual os fatos devem ao fim ser compreendidos.¹⁰¹ (CP 6.173)

O sinequista, como um bom cientista peirceano, generaliza a partir da experiência, para daí extrair uma lei sobre o funcionamento de um determinado fenômeno. O pragmatismo, método que nos ajuda a esclarecer nossas ideias, depende dessa generalidade e da continuidade, que nos permite formular hipóteses. Postular que algo é inexplicável, que não pode ser submetido ao domínio da generalidade, da continuidade e da terceiridade, impede o avanço do conhecimento – o qual se produz a partir do contato com a experiência, e não de certezas prévias. A única forma sob a qual algo pode ser compreendido é a forma da generalidade, nos diz Peirce (CP 6.173).

A tendência à generalização é o modo de operação da mente (CP 6.21). O sinequismo é o nome de uma continuidade que perfaz a generalidade – “generalidade relacional¹⁰²” (CP 6.190). De acordo com Peirce, “há apenas uma lei da mente, nomeadamente, que ideias tendem a se espalhar continuamente e afetar algumas outras que estão para elas em uma relação peculiar de afetabilidade. Nesse espriamento elas perdem intensidade, e especialmente o poder de afetar outras, mas ganham generalidade e se tornam soldadas com outras ideias¹⁰³” (CP 6.104). Peirce

¹⁰¹ “It would [...] be most contrary to his own principle for the synechist not to generalize from that which experience forces upon him, especially since it is only so far as facts can be generalized that they can be understood; and the very reality, in his way of looking at the matter, is nothing else than the way in which facts must ultimately come to be understood”.

¹⁰² “relational generality”.

¹⁰³ “there is but one law of mind, namely, that ideas tend to spread continuously and to affect certain others which stand to them in a peculiar relation of affectibility. In this spreading they lose intensity, and especially the power of affecting others, but gain generality and become welded with other ideas”.

ênfatisa que é apenas pela generalidade que se pode aproximar ideias, considerando que ideias estão na “diversidade infinita do universo¹⁰⁴” (CP 6.143).

As ideias estão espalhadas nessa diversidade, e só podemos associá-las por conta da continuidade: “generalizar, ou o que a lógica dos relativos mostra ser a mesma coisa, [...] tornar-se fundido no *continuum* universal, que é aquilo em que consiste o verdadeiro raciocínio¹⁰⁵” (CP 1.673). Ou seja, raciocinar é integrar ao contínuo, é generalizar. A produção de conhecimento se dá na integração ao contínuo; em secundidade, há o choque bruto dos fatos, mas não a criação de hipóteses sobre eles ou a sua compreensão dentro de uma teoria. A generalidade é uma característica da terceiridade, e “a continuidade representa a Terceiridade quase à perfeição¹⁰⁶” (CP 1.337). Conforme Ibri (2005, p. 196), a terceiridade “cumprе um papel mediador, generalizador e redutor da força bruta do particular à unidade de um *continuum* cósmico que indiferencia interioridade e exterioridade nas formas da lei e do pensamento”.

A terceiridade é, portanto, o domínio da continuidade. Apesar da afirmação direta de que o sinequismo é a “doutrina de que tudo o que existe é contínuo¹⁰⁷” (CP 1.172), Peirce não nega a existência da descontinuidade¹⁰⁸; de fato, a secundidade, como domínio do particular, do singular, e portanto do anti-geral, pode ser compreendida como o espaço da descontinuidade. A ideia do sinequismo é, de fato, menos que tudo o que existe é contínuo e mais que há uma tendência à continuidade – a descontinuidade é subordinada à continuidade.

Uma citação talvez mais produtiva para compreender a ideia do sinequismo é a de que “não se pode provar que a descontinuidade absoluta é real¹⁰⁹” (CP 8 Bibliography General 1893 [G-1893-5]). A ideia não é que a descontinuidade não existe, de que só o que existe é continuidade; trata-se, sim, da existência de uma descontinuidade subsumida, subordinada à continuidade. É por isso que a descontinuidade absoluta não existe. Descontinuidades não desfazem o contínuo. A lógica aqui é evolucionária, não de rompimentos: “a hipótese da evolução das leis pelo princípio da aquisição de hábitos justifica-se por ser este o recurso que evita a arbitrariedade do surgimento repentino de um conjunto complexo de determinações sobre o mundo” (SILVEIRA, 1985, p. 16).

¹⁰⁴ “the infinite diversity of the universe”.

¹⁰⁵ “generalize, or what the logic of relatives shows to be the same thing, [...] become welded into the universal continuum, which is what true reasoning consists in”.

¹⁰⁶ “Continuity represents Thirdness almost to perfection”.

¹⁰⁷ “the doctrine that all that exists is continuous”.

¹⁰⁸ O texto em que Peirce abordou mais frontalmente o problema da descontinuidade parece ser a palestra *A Lógica da Continuidade* (RLT, p. 242-268).

¹⁰⁹ “absolute discontinuity cannot be proved to be real”.

A lógica triádica é necessária pois “só um tipo geral de natureza autorreprodutiva que se desenvolve no tempo seria capaz de governar a atualização de particulares” (SANTAELLA, 2019, p. 398). O pensamento se realiza efetivamente na terceiridade. Existe uma tendência lógica no mundo que conduz à terceiridade, à continuidade. Um fenômeno visto em secundidade é, em si mesmo, descontínuo, mas tem a potencialidade de vir a ser compreendido em terceiridade, que é da ordem da generalidade e da continuidade. Rosenthal (1984, p. 441) afirma que “para Peirce, os individuais são compreendidos como instâncias da generalização” – ou seja, estão subsumidos à continuidade. A terceiridade é a categoria em que “a alteridade do fato pode ser entendida à luz de uma teoria¹¹⁰” (IBRI, 2019, p. 388). Ou seja, a alteridade do fato da secundidade é compreendida em terceiridade por meio de uma teoria; se nos limitamos à secundidade, ficamos reduzidos ao choque, ao aqui e agora em seu estado bruto.

A generalidade é um dos princípios a partir dos quais Peirce sustenta o pragmatismo: “o pragmaticista não faz o *summum bonum* consistir na ação, mas o faz consistir naquele processo de evolução em que o existente vem mais e mais a incorporar os gerais¹¹¹” (CP 5.433). Não se trata da ação por si só, mas do crescimento de signos de terceiridade, que organizam a existência. A noção de generalidade é, ainda, fundamental para compreendermos as interrelações entre sinequismo e semiótica. Segundo Santaella, a semiótica

foi concebida como uma doutrina formal de todos os tipos possíveis de semiose. Esta doutrina é tão geral e abstrata a ponto de poder dar conta de qualquer processo sógnico [...] Só uma teoria lógica em nível de generalidade máxima, tal como Peirce a concebeu, poderia dar suporte à doutrina do sinequismo ou postulação radical do *continuum* do universo. (SANTAELLA, 1992, p. 46-47)

Não há conhecimento possível fora do contínuo de signos. Em Peirce, “o único pensamento que pode ser conhecido é pensamento em signos. Mas pensamento que não pode ser conhecido não existe. Todo pensamento, portanto, deve necessariamente ser em signos¹¹²” (CP 5.251). É também nesse sentido que “o sinequismo certamente não tem preocupação com qualquer incognoscível¹¹³” (CP 7.569). Ou seja, o sinequismo não se preocupa com aquilo que não está colocado em signos.

¹¹⁰ “the otherness of the fact can be understood in the light of a theory”.

¹¹¹ “the pragmaticist does not make the *summum bonum* to consist in action, but makes it to consist in that process of evolution whereby the existent comes more and more to embody those generals”.

¹¹² “The only thought [...] which can possibly be cognized is thought in signs. But thought which cannot be cognized does not exist. All thought, therefore, must necessarily be in signs”.

¹¹³ “Synechism certainly has no concern with any incognizable”.

O processo semiósico é o processo de funcionamento da mente – e é também por esse processo que a matéria (mente enfraquecida) se atualiza. A ação do signo, entre a irrupção de um acaso em primeiridade e a sua conversão em hábito em terceiridade, é uma ação lógica. Nesse ponto, é preciso se deter brevemente na explicação do que se compreende como lógico em Peirce. Peirce nos diz que “é uma [...] necessidade da Lógica, que toda evolução lógica do pensamento deva ser dialógica¹¹⁴” (CP 4.551). Para ele, ainda, “uma inferência é 'lógica' se, e apenas se, é governada por um hábito que no longo prazo conduz à verdade¹¹⁵” (EP 2, p. 480). Note-se aí como o pensamento conduz ao hábito, como o hábito é um fim ao qual se chega ao partir do raciocínio.

Peirce postulou a seguinte regra sobre o processo lógico de raciocínio: “A primeira máxima do meu sinequismo diz: ‘Não vamos levar nossas conclusões para além do que nossas premissas autorizam definitivamente¹¹⁶’” (CP 8.244). Essa regra é uma máxima claramente pragmaticista. Peirce define o pragmatismo como

A opinião de que a metafísica será largamente esclarecida pela aplicação da seguinte máxima para se obter clareza de apreensão: “Considere que efeitos, que potencialmente tenham consequências práticas, concebemos que nosso objeto possa ter. Então, nossa concepção desses efeitos é o total de nossa concepção do objeto”.¹¹⁷ (CP 5.2)

Essa é uma formulação de sua máxima pragmática, que nos diz que algo se define pelos efeitos concretos que é capaz de produzir. Essa citação é importante para compreendermos as relações entre metafísica (entendida no sentido peirceano), sinequismo e pragmaticismo. Apresentando as ideias de Peirce, Ketner e Putnam (1992, p. 37) falam em “uma metafísica que identifica continuidade ideal com a noção de possibilidade criativa e inesgotável¹¹⁸”. O sinequismo, compreendido como um contínuo de possibilidades, é um alerta para a necessidade de se considerar as potencialidades, e não apenas as atualidades, os existentes, nessa análise dos efeitos e consequências práticas que Peirce supõe ser o trabalho pragmaticista.

¹¹⁴ “it is [...] a necessity of Logic, that every logical evolution of thought should be dialogic”.

¹¹⁵ “an inference is 'logical' if, and only if, it is governed by a habit that would in the long run lead to the truth”.

¹¹⁶ “The first maxim of my ‘Synechism’ runs: ‘Let us not preclude our conclusions beyond what our premisses definitely warrant’.”

¹¹⁷ “The opinion that metaphysics is to be largely cleared up by the application of the following maxim for attaining clearness of apprehension: ‘Consider what effects, that might conceivably have practical bearings, we conceive the object of our conception to have. Then, our conception of these effects is the whole of our conception of the object’”.

¹¹⁸ “A metaphysics which identifies ideal continuity with the notion of inexhaustible and creative possibility”.

Peirce defende que a filosofia precisa seguir o método da ciência. De fato, uma vez afastada a compreensão de metafísica que discutimos no subcapítulo 2.1 – “agora se vê que o conhecimento abstrato sobre Deus, liberdade e imortalidade [...] não tem qualquer consequência prática¹¹⁹” (CP 8.8) –, Peirce aposta em uma relação positiva do pragmaticista com a metafísica: “Ao invés de meramente zombar da metafísica, [...] o pragmaticista retira dela uma essência preciosa, que servirá para dar vida e luz à cosmologia e à física¹²⁰” (CP 5.423). Ele enfatiza que o pragmaticismo deve ser tomado como um método: “não é um sistema filosófico. É apenas um método de pensamento¹²¹” (CP 8.206).

Uma ideia básica do pragmaticismo é a de produção de efeitos em uma realidade concreta. Para Peirce, “uma proposição que não tem qualquer relação com a experiência é esvaziada de todo significado” (CP 7.566). Vejamos o contexto em que essa afirmação está inserida:

Eu levo a doutrina [da continuidade] tão longe até o ponto de sustentar que a continuidade governa todo o domínio da experiência em cada elemento dela. *Conforme a isso*, toda proposição [...] deve ser tomada como uma qualificação indefinida; pois uma proposição que não tem qualquer relação com a experiência é esvaziada de todo significado.¹²² (CP 7.566, grifo nosso)

Trata-se de um trecho do texto *Sinequismo e imortalidade*, no qual fica claro, a partir da expressão “conforme a isso” (*accordingly*) na construção do argumento, como sinequismo e pragmaticismo se relacionam. Proposições não são vazias, elas se relacionam com o mundo de formas distintas e produzem resultados, efeitos, interpretantes. É apenas a partir da observação da experiência que será possível compreender os efeitos das proposições – jamais *a priori*.

Peirce inclusive correlaciona a prova do pragmaticismo com uma prova da verdade do sinequismo. Referindo-se ao pragmaticismo, ele fala em “uma prova de que a doutrina é verdadeira – uma prova que parece ao escritor não deixar nenhuma dúvida razoável sobre o assunto, bem como ser a única contribuição de valor que ele tem a fazer à filosofia. Porque envolveria

¹¹⁹ “The abstract acknowledgment of God, Freedom, and Immortality [...] is now seen to have no practical consequence whatever”.

¹²⁰ “instead of merely jeering at metaphysics, [...] the pragmaticist extracts from it a precious essence, which will serve to give life and light to cosmology and physics”.

¹²¹ “Pragmaticism is not a system of philosophy. It is only a method of thinking”.

¹²² “I carry the doctrine so far as to maintain that continuity governs the whole domain of experience in every element of it. Accordingly, every proposition [...] is to be taken with an indefinite qualification; for a proposition which has no relation whatever to experience is devoid of all meaning”.

essencialmente o estabelecimento da verdade do sinequismo¹²³” (CP 5.415). Note-se que Peirce afirma que a eventual prova do sinequismo seria sua principal contribuição à filosofia, o que evidencia, mais uma vez, a importância por ele conferida à continuidade em seu pensamento.

O sinequismo implica, ainda, continuidade no processo de investigação científica. Haack (1982, p. 160) ressalta que a “continuidade da investigação” guarda conexões com “a tese da continuidade da cognição”, com a qual Peirce se contrapôs a Descartes. Ou seja, o sinequismo pode ser compreendido a partir do anticartesianismo peirceano, e se manifesta na ideia que Peirce tem de ciência.

O pragmatismo é resultado da evolução do pensamento peirceano. Melhor dito, mais do que um resultado, Peirce trata o pragmatismo como algo que se impôs em sua trajetória intelectual, como um caminho a que suas ideias acabaram conduzindo quase que por sua força própria. Ao elaborar seu próprio sistema, afastou-se do pensamento estabelecido na tradição filosófica, como o de Immanuel Kant: “O presente escritor era um kantista puro até ser forçado, em passos sucessivos, rumo ao Pragmatismo¹²⁴” (CP 5.452). Ele rejeitou a proposição kantiana de que há limites intransponíveis para o conhecimento, argumentando inclusive, para além de suas críticas de natureza epistemológica, que isso pode ser observado empiricamente: “a história da ciência nos apresenta suficientes ilustrações da loucura de dizer que isso, aquilo ou aquilo outro não pode jamais ser descoberto¹²⁵” (CP 6.556). A afirmação prévia de que algo jamais pode ser descoberto constituiria um bloqueio anti-pragmatista no caminho da investigação científica. Ibrí (2018, p. 926, grifo do autor) esclarece que a coisa em si kantiana “carece de significação possível: o que nunca adentra um teatro de reações não pode ser considerado *real*”. Aquilo que não pode ser conhecido não existe: ser e cognoscibilidade são sinônimos (CP 5.257). Não há descontinuidade no conhecimento do real, no processo científico de investigação do real. A filosofia peirceana implica uma “alta fé na realidade do conhecimento¹²⁶” (CP 1.14).

Para encerrar o desenvolvimento da problemática deste subcapítulo, discutimos a ideia de que o sinequismo é a “síntese do tiquismo e do pragmatismo¹²⁷” (CP 4.584). Peirce defendia que

¹²³ “a proof that the doctrine is true -- a proof which seems to the writer to leave no reasonable doubt on the subject, and to be the one contribution of value that he has to make to philosophy. For it would essentially involve the establishment of the truth of synechism”.

¹²⁴ “The present writer was a pure Kantist until he was forced by successive steps into Pragmatism”.

¹²⁵ “I cannot admit the proposition of Kant -- that there are certain impassable bounds to human knowledge [...] The history of science affords illustrations enough of the folly of saying that this, that, or the other can never be found out”.

¹²⁶ “a high faith in the reality of knowledge”.

¹²⁷ “that synthesis of tychism and of pragmatism for which I long ago proposed the name, Synechism”.

a arbitrariedade é uma concepção que ocorre na lógica, encorajada pela matemática, e deveria ser vista como um possível material para ser usado na construção de uma teoria filosófica, caso acreditemos que seria adequado aos fatos. Observamos que os fenômenos se aproximam muito de satisfazer leis gerais; mas não temos a menor razão para supor que elas as satisfaçam precisamente¹²⁸. (CP 1.132)

Ele acreditava, assim, na pertinência de se considerar, na elaboração de uma filosofia, a arbitrariedade – que, em seu sistema, é pressuposta pelo tiquismo. O sinequismo, enquanto uma síntese do pragmaticismo e do tiquismo, realiza, portanto, essa proposta peirceana. Nesse sentido, a continuidade é uma concepção filosófica que organiza o caos da existência contemplando essa arbitrariedade de que fala Peirce, prevendo a possibilidade de ela se manifestar; ou seja, propõe uma hipótese de funcionamento do cosmos que considera o acaso. Começamos a nos aproximar aqui do falibilismo, que será o centro da discussão no próximo subcapítulo.

2.4 Sinequismo e falibilismo

A generalidade que caracteriza a terceiridade tem origem na potencialidade, no virtual, da primeiridade¹²⁹. A terceiridade dá conta de uma lei, mas se trata de uma lei em evolução. Não há, portanto, que se falar em algo da ordem de um determinismo, posto que esse geral está sujeito a mudanças constantes pelo movimento sinequístico do mundo e da semiose. Nas palavras de Ibri (2011, p. 79), “o futuro está impregnado de um princípio de aleatoriedade que previne que ele seja uma mera consequência necessária do passado¹³⁰”. Todo o pensamento peirceano é marcado por uma proposta evolucionista e uma recusa aos determinismos. É o que veremos neste subcapítulo.

¹²⁸ “arbitrariness is a conception occurring in logic, encouraged by mathematics, and ought to be regarded as a possible material to be used in the construction of a philosophical theory, should we find that it would suit the facts. We observe that phenomena approach very closely to satisfying general laws; but we have not the smallest reason for supposing that they satisfy them precisely”.

¹²⁹ Peirce associa explicitamente a ideia de *virtual* à primeiridade: “A indeterminação é de fato uma característica do que é primeiro. Mas não a indeterminação da homogeneidade. O primeiro é cheio de vida e variedade. Mas essa variedade é apenas potencial; não está definitivamente aí. Mesmo assim, a ideia de explicar a variedade do mundo [...] por não-variação era bastante absurda. Como pode a variedade surgir do útero da homogeneidade; apenas por um princípio de espontaneidade, que é exatamente aquela variação virtual que é o primeiro” (CP 1.373).

¹³⁰ “the future is impregnated with a principle of randomness that prevents it from being a mere necessary consequence of the past”.

Segundo Santaella (2002, p. 101), “a originalidade do acaso viola a conformidade de um evento ao governo estrito da lei. Por isso mesmo, leis são aproximações que retêm uma propensão ou disposição para adquirir novos hábitos ou continuidade”. A lógica peirceana reserva, assim, a possibilidade de renovação a partir da evolução dos signos. “Todos os aspectos da realidade são compreensíveis, mas eles sempre irão reter algumas possibilidades não-atualizadas de serem mais compreendidas ou determinadas. Essa suposição é um princípio lógico regulativo básico da operação de sua metafísica¹³¹”, nos diz Locke (2000, p. 140), referindo-se a Peirce. Ficam claros aqui dois pontos: a negação por parte de Peirce da ideia de inexplicável e a possibilidade de aumento da razoabilidade concreta do mundo por meio da produção de novos signos que aumentam o nosso conhecimento sobre ele.

Peirce fala em uma “afinidade natural¹³²” (CP 1.171) entre falibilismo e sinequismo. Ele afirma que “para realmente ver tudo o que há na doutrina do falibilismo, é necessário introduzir a ideia da continuidade [...que] desempenha um grande papel em todo pensamento científico, e quanto maior, mais científico esse pensamento é; e é a chave-mestra cujos adeptos nos dizem que destrava os mistérios da filosofia¹³³” (CP 1.163). Há uma correlação direta no pensamento peirceano tanto entre continuidade e falibilismo quanto entre continuidade e conhecimento científico.

Em uma sistematização do sinequismo, Peirce afirma que “como nenhuma questão experiencial pode ser respondida com certeza absoluta, então nós nunca podemos ter motivo para acreditar que uma dada ideia se tornará estabelecida de forma inquebrantável ou será para sempre explodida¹³⁴” (CP 7.569). O que está implícito nesse trecho, mas que se torna claro a partir do texto *Falibilismo, continuidade e evolução* (CP 1.141-1.175) e das discussões que elaboramos até aqui neste capítulo, é a relação estabelecida por Peirce entre sinequismo e falibilismo, dois dos princípios mais fundamentais de seu pensamento. A ideia de indeterminação é a chave para compreendermos essa relação.

¹³¹ “all aspects of reality are understandable, but they will always retain some unactualized possibilities of being further understood or determined. This assumption is a basic regulative logical principle of the operation of his metaphysics”.

¹³² “natural affinity”.

¹³³ “in order really to see all there is in the doctrine of fallibilism, it is necessary to introduce the idea of continuity [...] it plays a great part in all scientific thought, and the greater the more scientific that thought is; and it is the master key which adepts tell us unlocks the arcana of philosophy”.

¹³⁴ “as no experiential question can be answered with absolute certainty, so we never can have reason to think that any given idea will either become unshakably established or be forever exploded”.

Em um trecho que é essencial para os propósitos desta pesquisa, Peirce nos diz que “o princípio da continuidade é a ideia do falibilismo objetivado. Pois o falibilismo é a doutrina de que o nosso conhecimento nunca é absoluto, mas sempre nada, como se em um *continuum* de incerteza e de indeterminação. A doutrina da continuidade é a de que todas as coisas nadam em *continua*¹³⁵” (CP 1.171). *Todas as coisas nadam em continua*, ou seja, nada escapa ao *continuum*, nada está fora dele. As *coisas* estão imersas nesse contínuo de possibilidades que o sinequismo implica.

Isso não nos aproxima, todavia, de uma previsibilidade determinista. A continuidade não é indício de que está tudo previsto; pelo contrário, é a base da indeterminação. Para Peirce, “o infalibilista científico comum [...] não pode aceitar o sinequismo, ou a doutrina de que tudo o que existe é contínuo¹³⁶” (CP 1.172). Isso pois “onde há continuidade, a averiguação exata de quantidades reais é obviamente impossível¹³⁷” (CP 1.172). Ou seja, a ideia de finitude e a noção de continuidade peirceana são incompatíveis. Vemos aqui a origem matemática da proposta da continuidade. Assim, o que há é um contínuo infinito de potencialidades: “continuidade envolve infinidade no sentido estrito, e, mesmo em um sentido menos estrito, infinidade vai além da possibilidade de experiência direta¹³⁸” (CP 1.166).

O falibilismo é, nesse sentido, um princípio que está em estreita relação com a lógica de indeterminação presente no pensamento peirceano. Para Santaella (2022, p. 49), “é a indeterminação, nas duas figuras que exhibe, o vago e o geral, que impulsiona a semiose e o conhecimento para sempre aberto, nas manifestações da inteligência”. Conforme a autora, “é da semiose assim concebida, como uma lógica da vagueza, que Peirce extraiu sua teoria do falibilismo e, conseqüentemente, a sua teoria da verdade” (SANTAELLA, 2022, p. 49).

No sistema peirceano, o grande adversário do sinequismo é o infalibilismo (CP 8 Bibliography General c.1893 [G-c.1893-5]). Peirce ironiza os teólogos da ciência, aqueles que “realmente imaginam que a ciência *provou* que cada detalhe do universo é regulado pela lei¹³⁹” (CP 6.201, grifo do autor) – “eles estão errados em sua lógica¹⁴⁰” (CP 6.201), sentencia. Peirce

¹³⁵ “The principle of continuity is the idea of fallibilism objectified. For fallibilism is the doctrine that our knowledge is never absolute but always swims, as it were, in a continuum of uncertainty and of indeterminacy. Now the doctrine of continuity is that all things so swim in continua”.

¹³⁶ “The ordinary scientific infallibilist [...] cannot accept synechism, or the doctrine that all that exists is continuous”.

¹³⁷ “where there is continuity, the exact ascertainment of real quantities is too obviously impossible”.

¹³⁸ “Continuity involves infinity in the strictest sense, and infinity even in a less strict sense goes beyond the possibility of direct experience”.

¹³⁹ “they really imagine that science has *proved* that the universe is regulated by law down to every detail”.

¹⁴⁰ “They are wrong in their logic”.

chama atenção para o fato de que noções como exatidão absoluta, ou a de que um fenômeno é explicado de forma completamente precisa pela teoria, são historicamente novas, decorrentes do avanço da ciência moderna e de suas descobertas. Essas ideias acabam por desconsiderar o acaso, uma noção que acompanha a filosofia desde os gregos (W6, p. 204). Nas palavras de Silva (2021b, p. 7), “toda vez que a ciência se apresenta como voz da verdade, ela esquece da sua constituição falibilística, e vira uma espécie de religião”. É o que Peirce chamou de “infallibilismo religioso”¹⁴¹ (CP 1.8).

O que esses teólogos da ciência ignoram é o evolucionismo, o qual forçosamente irá provocar alterações nas leis. Peirce não se interessa por verdades estabelecidas na pedra e repetidas como dogma, que ele tomaria como resultado de uma certeza arrogante (CP 1.13), mas sim pelo crescimento do conhecimento (CP 1.14). Nesse sentido, “o falibilismo não pode ser reconhecido em nada próximo de seu significado verdadeiro até que a evolução tenha sido considerada”¹⁴² (CP 1.173).

O caráter evolucionário do pensamento de Peirce sustenta a proposta do falibilismo enquanto princípio. É apenas a partir de uma lógica evolucionária que se pode compreender a uniformidade e a existência de leis na natureza (CP 6.13). Ibrí (2015a, p. 84) sintetiza bem a questão ao afirmar que “o substrato ontológico do Falibilismo é, de um lado, o reconhecimento do acaso como um princípio real responsável pelos afastamentos do fato em relação à lei, e, de outro, o entretecimento entre acaso e lei configurando o Evolucionismo”.

Em seus escritos, Peirce manifestou certa proximidade de ideias com a escola escocesa do senso comum, de filósofos como Thomas Reid, entre outros. Ele pontuou, todavia, que acreditava haver equívocos no pensamento da escola,

dos quais o mais importante é que aqueles filósofos não notaram a vagueza extrema de nossas crenças indubitáveis. Por exemplo, as ações de todas as pessoas mostram que é impossível duvidar que há um elemento de ordem no mundo; mas, no momento em que tentamos definir essa ordem, achamos espaço para dúvida.¹⁴³ (CP 8.208)

¹⁴¹ “Religious infallibilism”.

¹⁴² “fallibilism cannot be appreciated in anything like its true significancy until evolution has been considered”.

¹⁴³ “I specify six errors which I find in the Scotch doctrine of common sense, of which the most important is that those philosophers failed to remark the extreme vagueness of our indubitable beliefs. For example, everybody's actions show that it is impossible to doubt that there is an element of order in the world; but the moment we attempt to define that orderliness we find room for doubt”.

O “espaço para dúvida” de que fala Peirce é incompatível com as crenças dos teólogos da ciência. O falibilismo se contrapõe ao dogmatismo cartesiano (HAACK, 1982, p. 169) e guarda estreita relação com o tiquismo. A ideia colocada pelo falibilismo não é a de que ainda não chegamos na certeza absoluta, mas sim a de que ela é inalcançável. Peirce defende a ideia de que “a matéria nunca obedece suas leis ideais com precisão absoluta¹⁴⁴” (CP 6.264). Isso é uma consequência direta da ação do acaso absoluto no cosmos, e compreender tal ideia falibilista é aceitar o tiquismo: “afirmar que verdades gerais são objetivamente reais, porém negar que elas são estritamente universais, exatas, e certas, é aceitar a doutrina do acaso absoluto¹⁴⁵” (CP 6.610). As leis têm realidade e operam no mundo, mas não se pode pressupor a determinação completa dos acontecimentos por essas normas.

Ressaltamos a relação dessas discussões com o sinequismo. Como nos diz Santaella (1999, p. 305), a continuidade “é inseparável da indeterminação e da incerteza”. Conforme a autora, Peirce “formalizou na semiótica, concebida como disciplina filosófica, o funcionamento preciso de uma lógica da incerteza e do *continuum*, de onde são gerados os fundamentos para os novos horizontes da ciência” (SANTAELLA, 1999, p. 306). Esses novos horizontes são os de uma ciência que considera e aceita o falibilismo.

No subcapítulo 2.1, notávamos as críticas de Peirce ao mecanicismo determinista. Veja-se o contexto em que está inserida uma citação que já reproduzimos parcialmente: “a lei mecânica, que o infalibilista científico nos diz que é a única agência da natureza, [...] não pode jamais produzir diversificação¹⁴⁶” (CP 1.174). Ou seja, Peirce associa o infalibilista ao mecanicismo, outro dos alvos de suas críticas. Todo o seu sistema de pensamento foi forjado para combater ideias como essas.

Peirce foi capaz, assim, de antecipar a incapacidade da física mecânica de dar conta de explicar todos os fenômenos. Ele já notava que “há espaço para sérias dúvidas sobre se as leis fundamentais da mecânica são válidas para átomos singulares¹⁴⁷” (CP 6.11). A física moderna, desenvolvida a partir do começo do século 20, demonstrou, justamente, que as leis da mecânica

¹⁴⁴ “matter never does obey its ideal laws with absolute precision”.

¹⁴⁵ “to assert that general truths are objectively real, but to deny that they are strictly universal, exact, and certain, is to embrace the doctrine of absolute chance”.

¹⁴⁶ “mechanical law, which the scientific infallibilist tells us is the only agency of nature, mechanical law can never produce diversification”.

¹⁴⁷ “There is room for serious doubt whether the fundamental laws of mechanics hold good for single atoms”.

newtoniana não se aplicam para partículas pequenas e postulou leis específicas para o comportamento desses elementos.

Houser (2006, p. 13) registra que o falibilismo implica uma exigência de humildade que a natureza nos coloca. Conforme Peirce, “o infalibilista naturalmente pensa que tudo sempre foi substancialmente como é agora¹⁴⁸” (CP 1.175). Os teólogos da ciência, por sua vez, pensariam que tudo sempre será substancialmente como ordenam nossas leis atuais. Peirce nos diz que

de acordo com os princípios da lógica, jamais temos o direito de concluir que algo é absolutamente inexplicável. Isso pois tal conclusão vai além do que pode ser diretamente observado, e não temos nenhum direito de concluir o que vai além do que observamos [...] não é nenhuma explicação ou relato de um fato declará-lo inexplicável, ou declarar isso sobre qualquer fato. Agora, dizer que nenhum processo de diversificação ocorre na natureza deixa a infinita diversidade da natureza sem explicação; enquanto que dizer que a diversidade é o resultado de uma tendência geral à diversificação é uma inferência provável perfeitamente lógica¹⁴⁹. (CP 6.613)

A posição do infalibilista desconsidera a existência da diversidade na natureza. Peirce associa o evolucionismo à disseminação (*pervasiveness*) do crescimento no universo (CP 6.613). Longe de enxergar uma uniformidade no cosmos, ele acredita que “a heterogeneidade arbitrária é o traço mais manifesto e característico do universo¹⁵⁰” (CP 6.14). A variedade do universo não pode ser explicada por um mecanismo (CP 6.64), apenas por um processo de natureza evolucionária. A racionalidade se dá nessa lógica evolucionária, não estando de forma alguma paralisada ou fixa. Peirce afirma que “não devemos dizer que fenômenos são perfeitamente regulares, mas apenas que o grau de sua regularidade é de fato muito alto¹⁵¹” (CP 7.568), esclarecendo que essa afirmação é uma consequência do sinequismo completo (*thorough-going synechism*).

Uma ressalva importante a se estabelecer com clareza é que o falibilismo não se reduz a erros de observação: “Sempre que tentamos verificar uma lei física, encontramos discrepâncias

¹⁴⁸ “The infallibilist naturally thinks that everything always was substantially as it is now”.

¹⁴⁹ “my argument is that, according to the principles of logic, we never have a right to conclude that anything is absolutely inexplicable or unaccountable. For such a conclusion goes beyond what can be directly observed, and we have no right to conclude what goes beyond what we observe [...] it is no explanation or account of a fact to pronounce it inexplicable or unaccountable, or to pronounce any other fact so. Now, to say no process of diversification takes place in nature leaves the infinite diversity of nature unaccounted for; while to say the diversity is the result of a general tendency to diversification is a perfectly logical probable inference”.

¹⁵⁰ “arbitrary heterogeneity is the feature of the universe the most manifest and characteristic”.

¹⁵¹ “We must not say that phenomena are perfectly regular, but only that the degree of their regularity is very high indeed”.

entre a observação e a teoria, que corretamente atribuímos a erros de observação. Mas aparentemente não há razão para negar que há discrepâncias similares, ainda que sem dúvida muito menores, entre a lei e os fatos reais¹⁵²” (CP 1.132). Para explicar esse sentido do falibilismo, Reynolds (1997, p. 712) propõe que pensemos em dois tipos de acaso: o matemático e o absoluto. O primeiro dá conta da dimensão de probabilidades, e o segundo, de um sentido mais profundo, que inclui a previsão de violação de leis presente na lógica peirceana. Acreditamos que há aí um risco de produção de uma dicotomia que acabe por impingir ao sentido cosmológico profundo do tiquismo uma redução. Ainda assim, apesar de termos uma visão crítica em relação a essa divisão, optamos por utilizá-la pois ela nos é útil para evidenciar que há um sentido mais profundo de acaso sendo proposto por Peirce.

A lógica falibilista que mostramos aqui tem caráter evolucionista. O evolucionismo peirceano, que discutimos neste subcapítulo, tende à aquisição de hábitos – conceito central na argumentação de nosso trabalho. Ao mesmo tempo em que há uma tendência à aquisição de hábitos, também há uma força de variação atuando no cosmos: “as tendências coletivas de variação no mundo, sob o nome de Acaso¹⁵³” (CP 5.455). As demais leis também operam na mesma lógica da tendência à aquisição de hábitos: “Se todas as outras leis verificáveis no universo forem expressões desta tendência primordial, também elas constantemente modificar-se-ão, o acaso as atravessando a cada instante com a introdução do elemento novidade” (SILVEIRA, 1985, p. 17).

Veremos o detalhamento do conceito de hábito, aqui apenas insinuado, nos próximos capítulos deste texto. Tão relevante é o hábito para nossa pesquisa de tese que a discussão sobre ele perpassa todos os capítulos. No capítulo 3, o conceito será debatido a partir da comunicação; no 4, discutiremos a importância do hábito para a configuração de uma política peirceana. Ainda, como veremos no capítulo 5, essas discussões sobre o hábito conduzem às nossas reflexões feitas a partir do relatório do IPCC, na medida em que este conceito está entre aqueles a partir dos quais buscamos articular as sistematizações de nossa tese.

As discussões sobre falibilismo e sinequismo que apresentamos aqui também operam como base para a construção do argumento sobre a indeterminação, que configura um dos parâmetros da comunicação sinequista que propomos em nossa tese. É o que veremos no próximo capítulo.

¹⁵² “Whenever we attempt to verify a physical law, we find discrepancies between observation and theory, which we rightly set down as errors of observation. But now it appears we have no reason to deny that there are similar, though no doubt far smaller, discrepancies between the law and the real facts”.

¹⁵³ “the collective tendencies to variableness in the world, under the name of Chance”.

3. A COMUNICAÇÃO SINEQUISTA

Neste capítulo, discutimos as implicações do sinequismo para a comunicação. Buscamos levar a sério as afirmações de Peirce sobre a importância do sinequismo dentro de sua própria obra e explorar sua concepção de continuidade para efeitos da comunicação. O movimento realizado por nossa pesquisa é o de induzir, do sinequismo, as características da comunicação. Ou seja, a partir da discussão realizada no capítulo 2, buscamos, em 3.2, sistematizar os parâmetros que configuram o que compreendemos como comunicação sinequista. Entendemos esse movimento como o resultado a que nossa pesquisa chegou a partir do desenvolvimento das consequências da ideia peirceana de continuidade para a comunicação. Antes, em 3.1, buscamos fazer a fundamentação da relação entre continuidade e comunicação que embasa a configuração da comunicação sinequista, introduzindo a ideia de continuidade entre mentes apresentada por Peirce.

Os parâmetros são uma sistematização, feita por nossa pesquisa, que opera como desdobramento da afirmação de Peirce que relaciona a comunicação entre mentes com a continuidade (CP 7.572). Ou seja, já que ele propôs uma compreensão da comunicação como continuidade, nos propomos a investigar, em sua obra, quais seriam as características da comunicação. A sistematização de parâmetros foi a forma metodológica que escolhemos para operar a configuração da comunicação sinequista.

O movimento de nossa tese tem sido o de levar a sério a afirmação de Peirce sobre a centralidade do sinequismo em sua filosofia. Essa centralidade reorganiza elementos de seu pensamento – e, como veremos aqui, reorganiza também a comunicação. Para os propósitos de nosso trabalho, é importante destacar que, na medida em que a comunicação se dá por continuidade, a concepção de comunicação de Peirce está atrelada a sua cosmologia. Assim, a comunicação não está afastada de seu pensamento como um todo: “A teoria da comunicação de Peirce é primordialmente uma teoria lógica¹⁵⁴” (PIETARINEN, 2003, p. 85).

A descoberta da comunicação sinequista decorre de uma leitura, ainda que atenta, bastante literal de Peirce, no sentido de que não se está propondo um giro interpretativo radical ou um modo de leitura que tente identificar no texto algo que se enuncie apenas nas entrelinhas. Essa

¹⁵⁴ “Peirce’s theory of communication is primarily a logical theory”.

configuração da comunicação que propomos aqui é simultaneamente uma sistematização de ideias que já estão em Peirce e um resultado de pesquisa ao qual chegamos durante o desenvolvimento de nossa tese. Assim, trata-se de uma elaboração que se pretende propositiva, ainda que estritamente relacionada ao pensamento peirceano e sem desviar dele. No movimento de nossa tese, o capítulo 5 será a instância para testar essas ideias a partir de uma realidade concreta.

A teoria ou filosofia da comunicação de Peirce e o lugar da comunicação em sua obra já foram alvo de investigação de pesquisadores ao longo da tradição de estudos sobre o filósofo. Como exemplos, podemos citar Bergman (2000; 2009a; 2009b), Ibri (2011), Pietarinen (2003), Romanini (2016) e Silveira (2001), entre outros autores que iremos referenciar ao longo deste capítulo.

O que defendemos como proposta original de nossa pesquisa é a ideia de uma comunicação sinequista, de uma comunicação concebida a partir da noção de continuidade que Peirce buscou imprimir ao seu pensamento. Compreendemos a comunicação sinequista como uma hipótese de uma filosofia da comunicação que considera a continuidade, como queria Peirce (CP 6.169), conforme já discutimos na introdução. Silveira (2001) se propôs a refletir sobre a comunicação desde o ponto de vista do pragmatismo. Em nossa tese, buscamos configurar não apenas uma comunicação pragmaticista, mas uma comunicação sinequística. É o que passamos a ver no desenvolvimento deste capítulo.

3.1 Comunicação e continuidade

A partir de nosso percurso de pesquisa de tese, entrevemos nos escritos de Peirce os indícios de uma comunicação sinequista, a qual nos propomos a sistematizar. Podemos compreender a importância de efetivar essa configuração da comunicação a partir de Ibri (2011, p. 71), que defende a ideia de que é a partir de uma epistemologia da comunicação que a semiótica irá adquirir o caráter mais amplo – para além de uma teoria dos signos – e verdadeiramente realista que Peirce desejava.

O sinequismo é compreendido pelo próprio Peirce como a pedra fundamental de seu sistema (CP 8.257). Em nossa tese, propomos extrapolar essa ideia para a comunicação. Ou seja, trata-se

de compreender a filosofia da comunicação de Peirce levando em conta essa afirmação da continuidade como elemento organizador de seu pensamento.

Nosso trabalho de desenvolver uma concepção de comunicação relacionada ao sinequismo é facilitado por uma afirmação explícita de Peirce sobre a relação entre comunicação e continuidade. A ideia central para a construção de nossa argumentação passa pela seguinte afirmação de Peirce, presente em *A imortalidade à luz do sinequismo*, texto em que Peirce sistematiza seu conceito de continuidade: “Toda comunicação de mente para mente se dá através da continuidade do ser¹⁵⁵” (CP 7.572). Ou seja, a continuidade é uma condição para a comunicação, uma condição sem a qual ela não existe. Essa afirmação de Peirce atribui à comunicação um estatuto epistemológico e ontológico, que é o estatuto da continuidade. Ainda, como consequência de CP 7.572, podemos defender que o que garante a continuidade da mente é a comunicação. Note-se ainda como, nos termos de nossa tese, torna-se imprescindível, para a configuração da comunicação, uma discussão prévia sobre o sinequismo – discussão essa, que empreendemos no capítulo anterior.

Podemos compreender a afirmação de que só há comunicação pois há continuidade a partir da seguinte ideia: não seria possível a comunicação entre matéria e mente se ambas não fizessem parte de um mesmo *continuum*. Chamamos atenção também para a parte final da afirmação de Peirce de que “toda comunicação de mente para mente se dá através da continuidade do ser”, sobre a continuidade do *ser*. Este ser deve ser compreendido como um devir, precisamente por conta do sinequismo.

Essa ideia da comunicação de mente para mente, em um primeiro olhar, pode parecer estar calcada em uma concepção da comunicação como transmissão – no entanto, afirmamos que não, justamente por conta do sinequismo. Parece-nos que, se aceitamos a afirmação proposta por Peirce, passamos a acreditar que se comunica a continuidade (mais do que o conteúdo, por exemplo). Ainda, o sinequismo faz com que o *comum* do *tornar comum* da comunicação não seja nunca o *mesmo comum*. Há sempre uma renovação – é o que o sinequismo, compreendido a partir de sua relação com o tiquismo, garante.

Assim, Peirce pode nos ajudar a configurar uma comunicação que, justamente, não passa pelo tornar comum no sentido de um assemelhamento das diferenças. Essa caracterização não é

¹⁵⁵ “All communication from mind to mind is through continuity of being”.

simples, pois há elementos nos escritos peirceanos que parecem mesmo apontar na configuração da comunicação em um sentido mais próximo a esse. Pesquisar nos *Collected Papers* pelo radical *communic-* nos leva a trechos em que a comunicação parece ser caracterizada de forma transmissiva, como o seguinte: “nenhuma mente com a qual o homem pode se comunicar pode agir ou sentir de outra forma que não por meio de sua matéria nervosa residente, que por sua vez pode agir e reagir sobre corpos externos apenas de acordo com leis reconhecidas da mecânica¹⁵⁶” (CP 6.559). No entanto, os sentidos da comunicação em Peirce estão longe de se restringir a ideias como essa.

Introduzimos a partir de agora a discussão sobre o *commens*, conforme apresentado por Peirce. Não se trata de conceito que tenha sido largamente explorado pelo autor; de fato, a expressão sequer aparece nos *Collected Papers*. O conceito de *commens* foi apresentado em carta a Lady Welby, em texto que consta no volume 2 da seleção de textos *Essential Peirce*, bem como na obra que reúne a correspondência entre os dois (*Semiotics and Significs*). Peirce o introduz ao propor três tipos de interpretante:

Há o Interpretante *Intencional*, que é uma determinação da mente do emissor; o Interpretante *Efetual*, que é uma determinação da mente do interpretante; e o Interpretante *Comunicacional*, ou digamos o *Cominterpretante*, que é uma determinação daquela mente na qual as mentes do emissor e do intérprete devem se fundir para que qualquer comunicação possa ocorrer. Essa mente pode ser chamada de *commens*. Ela consiste em tudo aquilo que é, e deve ser, bem compreendido entre emissor e intérprete, de saída, para que o signo em questão deva cumprir sua função.¹⁵⁷ (EP 2, p. 478, grifos do autor)

Há alguns pontos a desdobrar aqui. Note-se que Peirce, ao usar a expressão “deve ser” (*must be*), coloca como uma necessidade, como um pré-requisito para a comunicação ocorrer, a existência dessa compreensão entre emissor e intérprete, *para que* o signo possa cumprir sua função. O *commens* corresponderia à ideia de fusão entre mentes que ocorreria e seria pré-requisito no

¹⁵⁶ “no mind with which man can communicate can act or feel otherwise than through its residential nerve matter, which in turn can act and react upon external bodies only according to recognized laws of mechanics”.

¹⁵⁷ “There is the *Intentional* Interpretant, which is a determination of the mind of the utterer; the *Effectual* Interpretant, which is a determination of the mind of the interpreter; and the *Communicational* Interpretant, or say the *Cominterpretant*, which is a determination of that mind into which the minds of utterer and interpreter have to be fused in order that any communication should take place. This mind may be called the *commens*. It consists of all that is, and must be, well understood between utterer and interpreter, at the outset, in order that the sign in question should fulfill its function”.

processo de comunicação. Assim, não se compreende o conceito sem a ideia de que há continuidade na mente, ou entre mentes, sem a noção de *co-mente*.

Portanto, o tornar comum é um procedimento necessário para a comunicação – é o que Peirce está afirmando explicitamente aqui, e nomeando como *commens*. Seria, porém, a comunicação reduzida a esse comum? Peirce não o afirma, e acreditamos que há elementos em seu pensamento para afirmar que não, como veremos no desenvolvimento deste capítulo. De fato, parece-nos que o conceito de *co-mente* deve ser compreendido não como um comum, e sim nos termos de um devir, de variação. Entendida no contexto mais amplo do pensamento de Peirce, essa proposta da mente que se estabelece em uma relação de comunicação garante – ao contrário da repetição de um mesmo – que não haja fixidez na comunicação. Futuros encontros comunicativos entre emissor e receptor – mente interpretante – produzirão variação. Essa se dá no contínuo da semiose, e aponta tanto na direção do receptor quanto do emissor, uma vez que o *commens* diz respeito à fusão da mente dos dois. São duas mentes fundidas sob determinado aspecto, em um processo comunicacional específico, determinado, particular – e não essencialmente fundidas. A posição de emissor e de receptor não se confunde aqui com a de dois seres humanos. O conceito de interpretante não se reduz a um intérprete, e o emissor tampouco deve ser compreendido como um ser falante, e sim como um signo. Como vimos no capítulo 2, a lógica da semiose é a de continuidade. A lógica da comunicação também é de continuidade – é o que nos propomos a configurar. Veremos detalhadamente o desdobramento da afirmação da comunicação como continuidade a partir de cada um dos seis parâmetros, que passamos a apresentar no próximo subcapítulo.

3.2 Parâmetros da comunicação sinequista

Os parâmetros que iremos propor são, ao mesmo tempo, induzidos do sinequismo e específicos da comunicação. Eles não são prévios, não são anteriores ao nosso processo de pesquisa; chegamos à definição dos parâmetros a partir da investigação empreendida sobre o sinequismo. O detalhamento da discussão em cada um dos subcapítulos que se seguem mostrará em que medida cada um dos parâmetros está relacionado à comunicação, para além apenas da ideia

de continuidade, também presente neles. Ao mesmo tempo em que tratam de problemáticas em termos conforme aos colocados por Peirce, dizem respeito também a questões próprias da comunicação, como a ideia de consenso.

Se nos questionamos sobre por que esses parâmetros se dizem da comunicação, e não, para ficar nos termos discutidos nesta tese, de uma ciência sinequista, ou de uma política sinequista, por exemplo, isso se deve a suas problemáticas pertinentes à comunicação e ao fato de que a comunicação se dá por continuidade. Deve-se, portanto, também à associação estabelecida por Peirce entre a continuidade e a comunicação entre mentes (CP 7.572).

A partir da configuração da comunicação sinequista, podemos afirmar que Peirce nos legou, em seu pensamento, os elementos para a elaboração de, mais do que uma teoria da comunicação, uma filosofia da comunicação. Bergman (2009a) já argumentava que há em Peirce uma filosofia da comunicação, para além de uma teoria. Para justificar essa posição, ele chama atenção para a importância que a comunicação tem no pensamento peirceano, apontando o fato que a noção de comunicação está presente em conceitos centrais da filosofia de Peirce, como os de signo e de pensamento. De nossa parte, acrescentaríamos que a continuidade faz parte desses conceitos centrais nos quais a comunicação está presente.

Antes de entrar na apresentação de cada um dos parâmetros, é importante ressaltar ainda que comunicação, ainda que pensada em termos peirceanos, não equivale exatamente à semiose. Ainda que haja evidentes relações entre a ideia de comunicação e o conceito de semiose, ambos não são intercambiáveis. Ou seja, comunicação não se confunde com semiose, até porque a noção de semiose não se reduz à comunicação, pois a ultrapassa. Bergman (2000) fala em uma “semiose comunicativa” (*communicative semiosis*), ou seja, a semiose também pode se estabelecer para além de uma relação de comunicação, em termos outros que não os da comunicação, foco de nossa discussão aqui. Em relação ao *commens*, Bergman (2000, p. 241) afirma que “o processo não se dá em um vácuo semiótico¹⁵⁸”. A comunicação em Peirce está associada à semiose, mas isso não quer dizer que elas sejam a mesma coisa, que sejam sinônimos – são correlacionadas, mas não equivalentes, idênticas. Como veremos, a comunicação sinequista tem parâmetros específicos, que não necessariamente se dizem também da semiose. Toda a construção sobre a ideia de *commens* que faremos no próximo subcapítulo diz respeito a uma argumentação peirceana específica da

¹⁵⁸ “the process does not take place in a semiotic vacuum”.

comunicação. A experiência colateral, que, conforme argumentaremos, é fundamental para o processo comunicacional, está fora do signo, como alertava Peirce.

A semiose é compreendida por Peirce estritamente como ação do signo. O termo aparece em poucos trechos dos CPs, sempre sob essa designação (CP 5.473; CP 5.484-489). A comunicação, por seu lado, envolve a ação do signo, mas não se confunde com ela, tampouco se restringe a ela. O que Peirce nos apresenta é uma teoria semiótica da comunicação; a semiose torna a comunicação possível. A comunicação se dá a partir de uma lógica semiótica. Isso é inescapável, quando estamos tratando em termos peirceanos. Essa afirmação não implica, porém, que a comunicação se confunda com a semiótica. Iremos abordá-la a partir de suas especificidades e de problemas típicos das teorias da comunicação.

O que a continuidade implica para a comunicação? O que muda na comunicação quando ela é vista sob a perspectiva do sinequismo? Como o pensamento teórico sobre comunicação se beneficia da continuidade? Como a continuidade opera efetivamente na comunicação? São essas as perguntas que nos guiam na escrita deste capítulo. Os parâmetros operam como desdobramentos dessas questões; são formas de responder a elas. Trata-se de implicações do sinequismo para a comunicação; ou seja, este capítulo investiga as exigências que o sinequismo coloca à comunicação. O que de fato significa dizer que a comunicação se dá por continuidade, que o estatuto da comunicação é o da continuidade? Os parâmetros são nossa tentativa de oferecer uma resposta a essas questões. Os parâmetros têm, ainda, como veremos, relações entre si e são coerentes uns com os outros, uma vez que fazem parte de um mesmo sistema, sistematizado pela tese a partir de uma matriz peirceana.

3.2.1 Consenso da comunidade

A discussão sobre o *commens* introduzida anteriormente nos leva ao primeiro daqueles parâmetros que compreendemos como os que configuram a comunicação sinequista. Podemos traçar um percurso que vá do conceito de *commens* à ideia de consenso. O que Peirce está nos dizendo ao afirmar que a comunicação se dá por continuidade (CP 7.572) é que, para que a comunicação entre duas mentes seja alcançada, é preciso estabelecer algum nível de consenso entre

elas. Esse conceito é mencionado pelo autor, também literalmente. Na visão de Silva (2021b, p. 20), “o comum a que se chega por continuidade é muito diferente de um consenso: ele é o abrigo que acolhe em seu seio todas as diferenças do mundo”. Em nossa visão, porém – e considerando que, ao contrário do trabalho de Silva (2021b), este é um trabalho estritamente peirceano –, não há como se afastar ou rejeitar a ideia de consenso. O que é possível, e é o que buscaremos caracterizar aqui, é um consenso que (i) não se reduz ao comum que Silva criticava e (ii) está associado a uma comunidade.

Peirce relaciona o consenso ao resultado a que chegará a investigação de uma comunidade, sobre o qual é preciso ter esperança de que de fato será alcançado (CP 6.610). Assim, em Peirce, o consenso está associado a uma construção e um trabalho feitos por uma comunidade. Chegamos aqui a um conceito chave em nosso trabalho. Vejamos a seguinte citação, em que Peirce constrói um sentido de comunicação – ainda que sem mencionar o termo explicitamente – a partir da ideia de continuidade:

já que o espaço é contínuo, segue-se que deve haver uma comunidade imediata de sentimento entre partes de mente infinitesimalmente próximas. Sem isso, eu acredito que teria sido impossível para mentes externas umas às outras ter se coordenado alguma vez, e igualmente impossível o estabelecimento de qualquer coordenação na ação do nervo-matéria de um cérebro.¹⁵⁹ (CP 6.134)

A referência à proximidade entre partes de mente já indica aqui o parâmetro da afetabilidade de ideias. A relação entre comunicação e continuidade fica clara na expressão “já que o espaço é contínuo”, utilizada por Peirce para introduzir o raciocínio. De fato, o autor parece ter uma compreensão coletiva de comunicação – que se conecta, ainda, com o agapismo:

o desenvolvimento agapístico do pensamento é a adoção de certas tendências mentais [...] por uma atração imediata à ideia em si, cuja natureza é adivinhada antes de a mente possuí-la, [...] pela virtude da continuidade da mente; e essa tendência mental pode ser de três variedades, como segue. Primeiro, pode afetar todo um povo ou comunidade em sua personalidade coletiva, e ser então comunicada a indivíduos [...], ainda que eles possam ser intelectualmente incapazes de entender a ideia por sua compreensão individual ou mesmo, talvez, de conscientemente apreendê-la.¹⁶⁰ (CP 6.307)

¹⁵⁹ “Since space is continuous, it follows that there must be an immediate community of feeling between parts of mind infinitesimally near together. Without this, I believe it would have been impossible for minds external to one another ever to become coordinated, and equally impossible for any coordination to be established in the action of the nerve-matter of one brain”.

¹⁶⁰ “The agapastic development of thought is the adoption of certain mental tendencies [...] by an immediate attraction for the idea itself, whose nature is divined before the mind possesses it, [...] by virtue of the continuity of mind; and this mental tendency may be of three varieties, as follows. First, it may affect a whole people or community in its

Em Peirce, comunicação é comunicação entre mentes (CP 8.332); há uma ideia de que a comunicação se dá em uma continuidade entre mentes interpretantes. Ou seja, a comunicação de uma mente a outra se dá a partir dos parâmetros peirceanos da continuidade. Segundo Ibri (2015a, p. 91), “a chave da relação entre mente e matéria está na admissão de que se o universo material é provido de hábitos de conduta na forma de leis naturais, há que o conceber como uma forma de mente”. Se aceitamos os termos em que Ibri coloca a questão, podemos afirmar que mesmo o universo é uma forma de mente que se comunica – por continuidade. Em suma, a ideia de comunicação está associada à continuidade entre mentes.

Como dizíamos, a comunicação envolve um tornar comum, mas não se reduz a isso. Ela não pode se definir por um comum por conta da indeterminação presente no pensamento peirceano. É o que ele afirma explicitamente quando diz que “nenhuma comunicação de uma pessoa para a outra pode ser inteiramente definida, ou seja, não-vaga¹⁶¹” (CP 5.506). Peirce fala *em direções para se aproximar daquilo que é referido*, ou seja, estamos muito longe aqui de uma concepção determinista de comunicação:

uma proposição tem um predicado e um número indefinido de sujeitos. Os sujeitos são ou nomes de objetos bem conhecidos para o emissor e para o intérprete da proposição (de outra forma, ele não poderia interpretá-la) ou eles são praticamente direções sobre como proceder para se aproximar com aquilo que é referido.¹⁶² (CP 5.542)

O sinequismo não é continuidade de um mesmo, como já afirmávamos anteriormente. O acaso e a continuidade garantem uma subversão desse tornar comum da comunicação peirceana – que vão nos permitir afirmar que a comunicação e o consenso em Peirce não se reduzem a esse comum. Ainda que dependa do *commens*, desse comum, a comunicação o ultrapassa, no sentido em que está imersa em uma lógica de indeterminação que faz balançar esse comum.

Não devemos começar falando de ideias puras – pensamentos vadios que vagueiam pelas vias públicas sem moradia humana –, mas devemos começar com homens e sua conversação. [...] Qualquer sugestão que possa ser expressa e compreendida se relaciona a alguma experiência comum dos interlocutores, ou, se há um mal-entendido, eles podem pensar que se referem a alguma experiência

collective personality, and be thence communicated to such individuals [...], although they may be intellectually incapable of attaining the idea by their private understandings or even perhaps of consciously apprehending it”.

¹⁶¹ “No communication of one person to another can be entirely definite, i.e., non-vague”.

¹⁶² “A proposition has one predicate and any number of subjects. The subjects are either names of objects well known to the utterer and to the interpreter of the proposition (otherwise he could not interpret it) or they are virtually almost directions how to proceed to gain acquaintance with what is referred to”.

comum quando, na verdade, eles se referem a experiências bastante diferentes. Um homem raciocinando consigo mesmo está sujeito a um mal-entendido como esse.¹⁶³ (CP 8.112)

Nesse trecho, Peirce está argumentando que a filosofia deve partir da experiência, e não de ideias etéreas, sem incidência na vida humana. Há aqui um fundo de tornar comum, e esse é um primeiro sentido da comunicação – mesmo o pensamento consigo próprio envolve um tornar comum. Peirce defende a ideia de que qualquer pensamento já é dialógico (CP 4.551), e afirma mesmo que “a ação de um signo ocorre geralmente entre [duas partes], o enunciador e o intérprete. Estes não precisam ser pessoas, porque um camaleão e muitos tipos de insetos e até plantas ganham a sua vida enunciando signos, inclusive signos mentirosos” (MS 318, p. 17, 1907, *apud* NÖTH, 2013, p. 12). Se sempre há dialogismo, inclusive no raciocínio consigo próprio, isso quer dizer que o comum nunca está dado de saída – é uma produção que se dá no processo comunicacional.

O comum foi discutido pelo GPESC (2020, p. 218) nos seguintes termos: “conviria perguntar com base em qual episteme a comunicação pode ser compreendida como uma ação em comum, de compartilhamento de consciências; como um dispositivo de produção de diferenças; como uma tensão localizada nas fronteiras entre dois sistemas diversos”. Em termos especulativos, podemos apontar que Peirce, entre esses dois sistemas diversos citados acima, o da ação em comum e o da produção de diferenças, está mais próximo do segundo, pelo afastamento da ideia de consciência que seu pensamento implica e pela dimensão de diferença pressuposta por esse pensamento a partir do tiquismo e do sinequismo.

Na teoria da comunicação peirceana, o consenso é algo desejável, um fim, um objetivo a que se quer chegar. Assim, o parâmetro de que tratamos aqui é: o consenso a ser alcançado (idealmente, enquanto objetivo) por uma comunidade. Esse consenso, todavia, não tende necessariamente a um mesmo, a uma diminuição da diferença. O *commens*, que torna o consenso possível, é uma mente que determina um interpretante. Assim, o consenso da comunidade está relacionado a um interpretante – ele só pode se constituir a partir de um interpretante, conforme a descrição do processo comunicacional proposta por Peirce. O *commens* determina um interpretante, que não é uma adequação conciliatória, dentro da lógica peirceana. O *commens* não

¹⁶³ “We must not begin by talking of pure ideas, -- vagabond thoughts that tramp the public roads without any human habitation, -- but must begin with men and their conversation. [...] Any such suggestion that may be expressed and understood relates to some common experience of the interlocutors, or, if there is a misunderstanding, they may think they refer to some common experience when, in fact, they refer to quite different experiences. A man reasoning with himself is liable to just such a misunderstanding”.

pertence a uma das mentes previamente; é antes uma produção que ocorre a partir desse processo comunicacional. O que se produz no processo comunicacional são interpretantes, a partir da co-mente – não se trata, de forma alguma, da repetição de um comum. A ideia de reiteração do mesmo não se coaduna com o pensamento de Peirce, pois a repetição das mesmas ideias não faz avançar o conhecimento: é apenas considerando a diferença que se produz aumento do conhecimento e da razoabilidade do mundo. Aí se nota a importância lógica do tiquismo na afirmação da continuidade.

Em nossa visão, o que garante a potência do conceito de co-mente é o fato de que ele é determinado pelo interpretante. Por conta disso, não se confunde com o assemelhamento a um prévio: trata-se da produção de um novo signo. Na lógica peirceana, todo signo determina um novo interpretante (CP 2.94). Vejamos a seguinte definição de signo, que deixa claro o papel lógico da ideia de interpretante:

Eu defino um signo como qualquer coisa que, de um lado, é determinado por um objeto, e, de outro lado, determina uma ideia na mente de uma pessoa¹⁶⁴, de forma que essa última determinação, que eu chamo de interpretante do signo, é assim mediatamente determinada por aquele objeto. Um signo, portanto, tem uma relação triádica com seu objeto e com seu interpretante.¹⁶⁵ (CP 8.343)

Nöth evidencia a importância do conceito de interpretante para compreendermos a comunicação conforme pensada por Peirce: “A solução de Peirce para o dilema da impossibilidade de saber o que o receptor de uma mensagem entende pode ser encontrada em sua teoria do interpretante¹⁶⁶” (NÖTH, 2023, p. 19). O interpretante é a solução de Peirce para um problema típico do âmbito do campo que, no século 20, se constituiria como o das teorias da comunicação, ou seja, o problema do intercâmbio entre emissor e receptor e o que desse encontro se produz.

Para recolocar a problemática em termos peirceanos, é preciso atentar para o sentido coletivo que tem o conceito de interpretante. Não há, em Peirce, ilusões sobre uma comunicação perfeita, sem ruído, para usar outra noção típica das teorias da comunicação. De saída, a questão já não é essa, ou seja, essa questão que atormenta as teorias da comunicação é um falso problema, em

¹⁶⁴ A referência à ideia de pessoa, presente nessa definição do signo, é uma concessão feita por Peirce em seu esforço de ser mais bem compreendido, pois o nível de abstração do conceito é maior. Assim, sacrifica-se a precisão teórica em nome da clareza.

¹⁶⁵ “I define a Sign as anything which on the one hand is so determined by an Object and on the other hand so determines an idea in a person's mind, that this latter determination, which I term the Interpretant of the sign, is thereby mediately determined by that Object. A sign, therefore, has a triadic relation to its Object and to its Interpretant”.

¹⁶⁶ “Peirce's solution to t[he] dilemma of the impossibility of knowing what the receiver of a message understands can be found in his theory of the interpretant”.

termos peirceanos. A produção de signos não se reduz ao nível do indivíduo: os signos são produzidos coletivamente. A centralidade do processo está colocada no signo, e não em um indivíduo intérprete ou receptor.

Peirce defende a impossibilidade da existência de signos isolados (CP 4.551) e afirma que “signos requerem ao menos duas quase-mentes: um quase-emissor e um quase-intérprete; e ainda que esses dois estejam como um só (ou seja, são uma mente) no signo em si, eles devem ainda assim ser distintos. No signo eles estão, por assim se dizer, fundidos¹⁶⁷” (CP 4.551). Ele enfatiza que o interpretante é uma criação do signo: “O signo cria algo na mente do intérprete, algo que, do mesmo modo como foi criado pelo signo, também foi – de uma maneira mediada e relativa – criado pelo objeto do signo, embora o objeto seja essencialmente algo diferente do signo. E essa criação do signo é chamada de interpretante¹⁶⁸” (CP 8.179). O interpretante “foi criado pelo signo em sua capacidade de sustentar a determinação pelo objeto¹⁶⁹” (CP 8.179). Ele é criado em uma mente, reforça Peirce, ou seja, não há interpretante externo a uma mente.

Peirce introduz os conceitos de objeto dinâmico e imediato e também propõe três tipos de interpretantes:

É necessário distinguir o objeto imediato, ou o objeto como representado pelo signo, do objeto dinâmico, ou objeto realmente eficiente mas não imediatamente presente. É igualmente preciso distinguir o interpretante imediato, ou seja, o interpretante representado ou significado no signo, do interpretante dinâmico, ou efeito de fato produzido na mente pelo signo; e distinguir ambos do interpretante normal, ou efeito que seria produzido na mente pelo signo após o desenvolvimento suficiente do pensamento.¹⁷⁰ (CP 8.343)

O aumento do conhecimento só pode se dar pelo interpretante, pelos novos signos que vão sendo produzidos. Ou seja, logicamente, não se pode confundir o processo comunicativo com uma mera repetição do mesmo – o interpretante não equivale à produção de um comum. Peirce incluiu

¹⁶⁷ “there can be no isolated sign. Moreover, signs require at least two Quasi-minds; a Quasi-utterer and a Quasi-interpreter; and although these two are at one (i.e., are one mind) in the sign itself, they must nevertheless be distinct. In the Sign they are, so to say, welded”.

¹⁶⁸ “The Sign creates something in the Mind of the Interpreter, which something, in that it has been so created by the sign, has been, in a mediate and relative way, also created by the Object of the Sign, although the Object is essentially other than the Sign. And this creature of the sign is called the Interpretant”.

¹⁶⁹ “it has been created by the Sign in its capacity of bearing the determination by the Object”.

¹⁷⁰ “it is necessary to distinguish the Immediate Object, or the Object as the Sign represents it, from the Dynamical Object, or really efficient but not immediately present Object. It is likewise requisite to distinguish the Immediate Interpretant, i.e. the Interpretant represented or signified in the Sign, from the Dynamic Interpretant, or effect actually produced on the mind by the Sign; and both of these from the Normal Interpretant, or effect that would be produced on the mind by the Sign after sufficient development of thought”.

a ideia do tornar comum em sua concepção de comunicação, mas não reduziu o conceito a essa ideia. Para ajudar na construção desse sentido mais potente do conceito de comunicação, afastado do tornar comum, vejamos a seguinte citação, na qual Peirce apresenta a ideia de três níveis do significado:

A palavra tem significado para nós na medida em que somos capazes de utilizá-la para comunicar nosso conhecimento para outros e para chegar a conhecer aquilo que esses outros buscam comunicar para nós. Esse é o nível mais baixo do significado. O significado de uma palavra é mais bem a soma total de todas as previsões condicionais pelas quais a pessoa que a utiliza intenta se responsabilizar ou negar. Essa intenção consciente ou quase-consciente ao usar a palavra é o segundo grau do significado. Mas para além das consequências com as quais se compromete sabidamente a pessoa que aceita uma palavra, há um vasto oceano de consequências imprevistas que a aceitação de uma palavra está destinada a trazer consigo, não apenas consequências de conhecimento mas talvez revoluções da sociedade. Não se pode saber que poder pode haver em uma palavra ou em uma frase para transformar o mundo; e a soma dessas consequências forma o terceiro grau do significado.¹⁷¹ (CP 8.176)

Dessa proposta peirceana de níveis do significado, o que se extrai de mais relevante para nossa tese é que a concepção do comum corresponde ao que Peirce chamou aqui de primeiro nível do significado. Ou seja, ainda que faça parte da comunicação, o tornar comum é apenas um sentido primeiro da comunicação, “o nível mais baixo”, na definição de Peirce. As consequências previstas e imprevistas das palavras e as transformações – revoluções, inclusive – que podem provocar estão além desse primeiro nível do significado.

Em relação à passagem da ideia de significado para a de comunicação, podemos remeter a Nöth e Gurick (2011, p. 8) e ao que esses autores chamaram de segunda teoria da informação de Peirce, por ele desenvolvida a partir de 1900: “informação é algo que pode ser carregado ou veiculado tanto verbalmente como não-verbalmente e não é apenas uma questão de significado, mas também de comunicação”. A ideia de informação também faz parte do processo de comunicação: “a informação que se revela pelo aumento da amplitude ou da profundidade deve

¹⁷¹ “word has meaning for us in so far as we are able to make use of it in communicating our knowledge to others and in getting at the knowledge that these others seek to communicate to us. That is the lowest grade of meaning. The meaning of a word is more fully the sum total of all the conditional predictions which the person who uses it intends to make himself responsible for or intends to deny. That conscious or quasi-conscious intention in using the word is the second grade of meaning. But besides the consequences to which the person who accepts a word knowingly commits himself to, there is a vast ocean of unforeseen consequences which the acceptance of the word is destined to bring about, not merely consequences of knowing but perhaps revolutions of society. One cannot tell what power there may be in a word or a phrase to change the face of the world; and the sum of these consequences makes up the third grade of meaning”.

entrar em nossas cognições por meio dos julgamentos perceptivos, para então ser compartilhada numa comunidade por meio da comunicação” (ROMANINI, 2016, p. 25-26). Nesse sentido, comunicação envolve informação, mas não se reduz a ela. Conforme o mesmo autor, “uma teoria semiótica da comunicação peirceana precisa compreender e incorporar as razões filosóficas que fizeram Peirce caminhar no sentido de uma lógica da produção e compartilhamento de informação” (ROMANINI, 2016, p. 19). Entre essas ideias de que fala Romanini está, parece-nos, a configuração da comunidade. Como vimos, Peirce descreve o processo de raciocínio de alguém consigo mesmo em termos similares aos da comunicação entre duas pessoas. Tal ideia também é uma evidência da relevância da comunidade: “toda mente está estruturada para funcionar em um contexto social¹⁷²” (HOUSER, 2016, p. 389).

Passamos agora a debater a questão da experiência colateral, fundamental para o processo de comunicação. Peirce enfatiza a importância da experiência do receptor para a comunicação acontecer (EP 2, p. 7). Para a produção de um interpretante ocorrer, é preciso que a mente interpretadora conte com a experiência colateral necessária para compreender o signo anterior e produzir um novo (CP 8.183). A falta de experiência colateral diminui o potencial comunicativo do signo. Peirce nos esclarece os sentidos do conceito ao afirmar o seguinte: “Não quero dizer por ‘observação colateral’ conhecimento do sistema de signos. O que é assim entendido não é COLATERAL. É ao contrário o pré-requisito para entender qualquer ideia significada pelo signo. Porém, por observação colateral, eu quero dizer conhecimento prévio daquilo que o signo denota¹⁷³” (EP2, p. 494). Ou seja, não se trata de familiaridade com a linguagem utilizada em um dado processo comunicacional.

A observação colateral não faz parte do interpretante (EP2, p. 494). A ideia de experiência colateral é fundamental também para a formação do *commens*: “Nenhum objeto pode ser denotado a não ser que seja colocado em relação com o objeto do *commens*¹⁷⁴” (EP 2, p. 478). A “experiência comum bem compreendida¹⁷⁵” (EP 2, p. 478) de que fala Peirce só poderá ter lugar a partir da observação colateral, do conhecimento prévio.

¹⁷² “all mind is structured to function in a social context”.

¹⁷³ “I do not mean by ‘collateral observation’ acquaintance with the system of signs. What is so gathered is not COLLATERAL. It is on the contrary the prerequisite for getting any idea signified by the sign. But by collateral observation, I mean previous acquaintance with what the sign denotes”.

¹⁷⁴ “No object can be denoted unless it be put into relation to the object of the commens”.

¹⁷⁵ “a well-understood common experience”.

É pela construção do argumento da experiência colateral que Peirce associa a comunicação a um “terreno comum (*common ground*)” (CP 3.621). A introdução do conceito de experiência colateral também nos ajuda a caracterizar a distinção entre comunicação e semiótica. Nas palavras de Bergman (2009a, p. 139), “a interação comunicativa requer um terreno (*ground*) cognitivo e experiencial [...] meros signos não seriam capazes de suficientemente identificar e delimitar objetos para propósitos comunicativos¹⁷⁶”. Vejamos o contexto em que está inserida a proposta de Peirce:

O universo deve ser bem e mutuamente conhecido para ser conhecido e acordado para existir, em um certo sentido, entre falante e ouvinte, entre a mente enquanto atraente para sua própria consideração posterior e para a mente assim atraída, ou não pode haver comunicação, ou “terreno comum”, nenhuma. O universo é, assim, não um mero conceito, mas a mais real das experiências.¹⁷⁷ (CP 3.621)

Experienciamos realmente o universo, defende Peirce; não se trata de um conceito, de uma palavra, no sentido nominalista. Essa ideia de terreno comum guarda relação com o *commens*, como evidencia Romanini (2016, p. 27): “a generalização das sensações particulares vividas por cada um de nós, por meio da comunicação, produz o fundamento comum (*common ground*) de sentimentos compartilhados que une os participantes nos processos de comunicação no que Peirce chama de *commens*: uma mentalidade coletiva, contínua, resultante da fusão das mentes envolvidas na comunicação”. Note-se que o autor enfatiza que essa mente, além de coletiva, é também contínua, o que mostra o fundamento sinequista do conceito. Romanini (2016, p. 47) deixa clara a importância do *commens*: “Com a introdução do conceito de co-mente, Peirce estava a um pequeno passo de finalmente engatar sua semiótica de tons metafísicos ao pragmatismo”. Nos encontramos aqui, mais uma vez, no espaço entre metafísica e semiótica no qual buscamos desenvolver as problemáticas de nossa tese.

A concepção de comunicação de Peirce foi equivocadamente compreendida pelo filósofo alemão Jürgen Habermas como um acordo intersubjetivo. Habermas (1995, p. 247) se propõe a defender a tese de que “é impossível dar uma explicação satisfatória da relação interpretante do

¹⁷⁶ “communicative interaction requires a cognitive and experiential ground [...] mere signs would not be capable of sufficiently identifying and delimiting objects for communicative purposes”.

¹⁷⁷ “The universe must be well known and mutually known to be known and agreed to exist, in some sense, between speaker and hearer, between the mind as appealing to its own further consideration and the mind as so appealed to, or there can be no communication, or ‘common ground’, at all. The universe is, thus, not a mere concept, but is the most real of experiences”.

signo sem recorrer às condições para alcançar um acordo intersubjetivo¹⁷⁸”. Essa impossibilidade de que fala o autor pode ser verdadeira em seu pensamento, mas não é no de Peirce.

Faltaria a Peirce, na visão de Habermas (1995, p. 247), uma “semiótica baseada na intersubjetividade¹⁷⁹”. Habermas está aqui tratando o pensamento de Peirce não de acordo com as ideias deste, mas conforme os termos de sua própria lógica. Em sua filosofia, Habermas associa a comunicação à intersubjetividade. No entanto, em Peirce, não se trata disso. Sua filosofia da comunicação se afasta de conceitos como subjetividade e do nível do indivíduo ou do ser humano. Bergman (2009a, p. 75), descrevendo os esforços de Peirce para chegar a uma definição geral do conceito de signo, afirma que “a busca por uma definição técnica adequada de ‘signo’ se resume principalmente a um esforço por limpar do conceito associações subjetivistas e mentalistas¹⁸⁰”. Portanto, se formos fiéis aos termos de Peirce, não há como confundir comunicação e subjetividade.

A concepção de comunicação de Peirce, ao contrário do que pretendia Habermas, não se reduz à subjetividade. Nas palavras de Ibri (2011, p. 78), “há uma [...] troca comunicativa de signos que transborda a esfera da subjetividade e se estende por todo o universo¹⁸¹”. Essa limitação na interpretação de Habermas se dá, em nossa visão, pois ele não considera o sinequismo. É o que lhe permite fazer a seguinte afirmação: “se os limites da semiose significam os limites do mundo, então tanto o sistema de signos quanto a comunicação entre usuários de signos adquirem um status quase transcendental¹⁸²” (HABERMAS, 1995, p. 260). Todavia, como discutíamos no capítulo 2, o pensamento de Peirce é marcado por uma imanência relacional, a qual, em nossa visão, constitui-se precisamente a partir da continuidade.

A potência que a semiótica ganha a partir de suas implicações metafísicas é compreendida por Habermas como um problema: ele fala em “anonimização e despersonalização da mente na qual signos suscitam seus interpretantes. Com essa bagagem metafísica, porém, Peirce

¹⁷⁸ “it is impossible to give a satisfactory explanation of the interpretant relation of the sign without having recourse to the conditions for reaching an intersubjective agreement”.

¹⁷⁹ “an intersubjectively based semeiotic”.

¹⁸⁰ “the search for an adequate technical definition of ‘sign’ principally boils down to an effort to purge the concept from subjectivistic and mentalistic associations”.

¹⁸¹ “there is [...] a communicative trade of signs that overflows from the sphere of subjectivity and extends throughout the universe”.

¹⁸² “If the limits of semiosis means the limits of the world, then both the system of signs and the communication among sign-users acquire an almost transcendental status”.

sobrecarrega sua semiótica¹⁸³” (HABERMAS, 1995, p. 261). Ao contrário do que pretendia Habermas, há um espaço de intersecção entre metafísica e semiótica, que é justamente onde se localiza a comunicação sinequista. A compreensão comunicacional peirceana se beneficia da cosmologia e da metafísica que o pensamento do filósofo carrega consigo – de forma alguma, é prejudicada por conta delas. Pensá-la afastada dessas concepções equivale a reduzir seus sentidos, seu potencial, e fere-a de morte, correndo o risco de transformá-la em uma concepção instrumental ou utilitarista.

Registre-se, também, que o lamento de Habermas (1995, p. 243) sobre Peirce não ter escrito com frequência sobre comunicação não se sustenta em uma análise mais profunda dos textos peirceanos. Nas páginas desta tese há diversas citações diretas de Peirce que contrariam a alegação feita pelo filósofo alemão. Pode-se argumentar, ainda, que a comunicação, longe de estar pouco presente no pensamento peirceano, desempenha importante papel nesse pensamento, como já vimos e como tornaremos a ver no desenvolvimento deste texto.

A confusão feita por Habermas deve ser esclarecida a partir dos termos propriamente peirceanos. Não se compreende a ideia que Peirce estabeleceu de comunicação sem considerar também as noções de comum e de comunidade: “A comunicação se faz no interior de uma comunidade e a ela deve ser comuns um universo de discurso e um domínio de experiência comum” (SILVEIRA, 2001, p. 204). A ideia do comum já vem sendo trabalhada neste texto e é um ponto claro na concepção peirceana de comunicação: “duas mentes em comunicação estão, nesse ponto, ‘como uma só’, ou seja, são propriamente uma mente nessa parte¹⁸⁴” (EP2, p. 389).

Passamos agora a desenvolver a noção de comunidade. Peirce chega mesmo a propor uma ideia de lógica fundamentada no social (CP 2.654). Conforme Haack (1982, p. 156-157), Peirce desvia o foco epistemológico do indivíduo para a comunidade. Propomos pensar a comunicação também a partir desse movimento anticartesiano elaborado por Peirce. Nesses termos, “o consenso de longo prazo da comunidade de investigadores é uma orientação muito melhor rumo à verdade do que a intuição de um indivíduo” (HAACK, 2019, p. 165). O argumento de Peirce é que o indivíduo não tem valor por si só, apenas enquanto membro de um coletivo social; só tem relevância epistemológica a partir de sua inserção em uma comunidade. Peirce associa o indivíduo

¹⁸³ “anonymization and depersonalization of the mind in which signs call forth their interpretants. With this metaphysical baggage, however, Peirce overburdens his semeiotic”.

¹⁸⁴ “Two minds in communication are, in so far, ‘at one’, that is, are properly one mind in that part of them”.

à ignorância, à falsidade, ao erro, e o define como “uma negação¹⁸⁵” (CP 5.317). Isso é uma decorrência direta do sinequismo: “Quando estudarmos o grande princípio da continuidade [...], ficará aparente que individualismo e falsidade são a mesma coisa¹⁸⁶” (CP 5.402n2).

A comunidade é precisamente o que permite ao indivíduo superar esse nível do erro. O conceito de comunidade não pode ser compreendido meramente como um grupo de pessoas. Há dinâmicas que se engendram coletivamente que não se reduzem ao nível do indivíduo, que o ultrapassam. Todo o processo de comunicação se dá na mente, conceito que não está localizado em uma pessoa específica. O esforço por sair do nível do indivíduo faz parte da postura anticartesiana de Peirce. Nesse ponto, fica clara a importância de não se confundir interpretante com intérprete.

O parâmetro do consenso da comunidade envolve, em certa medida, um objetivo ideal, o de que a comunidade será capaz de chegar a esse comum. Isso faz sentido a partir da relação com o idealismo objetivo, ou seja, do fato de que há uma noção de idealidade e um sentido teleológico, no pensamento de Peirce. Esse aspecto teleológico, se de um lado tende a ser visto como potencialmente polêmico por suas implicações que podem ser compreendidas inclusive como próximas à religião, de outro lado está claramente expresso tanto nos escritos de Peirce quanto em seus comentadores. Nesse sentido, “uma consideração mais ampla do papel comunicativo do signo indica que seu *modus operandi* é teleológico e social¹⁸⁷” (BERGMAN, 2000, p. 243). A teleologia peirceana aponta na direção do aumento da razoabilidade concreta do mundo. Esse crescimento da razão se dá no âmbito de uma comunidade científica e faz parte da teoria da realidade peirceana:

Todos os seguidores da ciência são animados por uma alegre esperança de que os processos de investigação, se perseguidos o suficiente, darão uma solução certa para cada questão a qual se aplicarem [...] Essa grande esperança é encarnada na concepção de verdade e realidade. A opinião que está destinada a ser ao final aceita por todos os que investigam é o que chamamos de verdade, e o objeto representado nessa opinião é o real. Esse é o modo pelo qual eu explicaria a realidade¹⁸⁸. (CP 5.407)

¹⁸⁵ “The individual man [...] is only a negation”.

¹⁸⁶ “When we come to study the great principle of continuity [...], it will appear that individualism and falsity are one and the same”.

¹⁸⁷ “A broader consideration of the communicative role of the sign indicates that its *modus operandi* is teleological and social”.

¹⁸⁸ “all the followers of science are animated by a cheerful hope that the processes of investigation, if only pushed far enough, will give one certain solution to each question to which they apply it [...] This great hope is embodied in the conception of truth and reality. The opinion which is fated to be ultimately agreed to by all who investigate, is what we mean by the truth, and the object represented in this opinion is the real. That is the way I would explain reality”.

Em carta a Lady Welby, Peirce compara o pensamento da autora com o seu próprio e ressalta estar mais interessado “na verdade dos signos, ou seja, em sua relação com seus objetos¹⁸⁹” (CP 8.378). Peirce distingue claramente as instâncias da verdade e da realidade (CP 5.565). A dinâmica entre verdade e realidade está associada à discussão sobre o consenso da comunidade: a realidade é cognoscível (CP 5.310) a partir do trabalho de uma comunidade (CP 5.311). Contra as teses de que a comunicação é impossível, Peirce nos apresenta a ideia de que a comunicação é necessária para constituir a realidade. Como já afirmava Johansen (1993, p. 278, grifo do autor), “o fato de que ele define o *real* como aquilo a que uma comunidade chegaria a ‘acreditar absolutamente necessário ser pensado de modo a compreender a verdade’ pressupõe a possibilidade de comunicação e compreensão¹⁹⁰”. Mais do que possível, a comunicação é fundamental para o avanço da razoabilidade concreta.

Afirma-se, por meio do consenso, um idealismo na comunicação, ou seja, a ideia de que ela tem um fim desejável – que, no entanto, não esgota, não encerra o processo; os fechamentos são sempre parciais, em vias de produzir novos signos. A comunidade, e não a troca entre dois indivíduos, é o espaço onde a comunicação se torna relevante: “A não ser que nos façamos eremitas, iremos necessariamente influenciar as opiniões uns dos outros; de modo que o problema se torna como fixar a crença, não meramente no indivíduo, mas na comunidade¹⁹¹” (CP 5.378). Vejamos como Peirce associa o conhecimento à comunidade (inclusive o conhecimento futuro):

sobre o que algo realmente é, é o que pode finalmente vir a ser conhecido no estado ideal de informação completa, então tal realidade depende da decisão última da comunidade; então o pensamento é o que é apenas por se dirigir a um pensamento futuro que em seu valor como pensamento é idêntico a ele, ainda que mais desenvolvido. Nesse sentido, a existência atual do pensamento depende do que será depois; de modo que só tem uma existência potencial, dependente do pensamento futuro da comunidade.¹⁹² (CP 5.316)

¹⁸⁹ “in the Truth of Signs, i.e. in their relation to their Objects”.

¹⁹⁰ “The fact that he defines the *real* as that which such a community would come ‘to think to be absolutely necessary to be thought in order to understand the truth’ (MS 681, 1913, p. 39) presuppose the possibility of communication and understanding”.

¹⁹¹ “Unless we make ourselves hermits, we shall necessarily influence each other's opinions; so that the problem becomes how to fix belief, not in the individual merely, but in the community”.

¹⁹² “as what anything really is, is what it may finally come to be known to be in the ideal state of complete information, so that reality depends on the ultimate decision of the community; so thought is what it is, only by virtue of its addressing a future thought which is in its value as thought identical with it, though more developed. In this way, the existence of thought now depends on what is to be hereafter; so that it has only a potential existence, dependent on the future thought of the community”.

Esse pensamento futuro é dependente da comunicação – uma vez que, como já indicava Bergman (2009a), a ideia de comunicação faz parte do conceito peirceano de pensamento. A efetivação do conhecimento em um futuro não advém do gênio individual de um filósofo refletindo consigo mesmo, mas do trabalho da comunidade. É no âmbito da construção do consenso por uma comunidade científica que a comunicação se efetiva em seu aspecto teleológico¹⁹³, o qual é um aspecto do ágape, amor evolutivo peirceano. O trabalho da comunidade é orientado para o futuro; ele se efetiva no longo prazo, e seus resultados serão, provavelmente, colhidos pelas próximas gerações de pesquisadores, e não pela atual. Peirce afirma que o método da ciência moderna se tornou social e chega a comparar favoravelmente a comunidade de investigadores com uma colônia de insetos (CP 7.87). Nesse sentido, “o homem individual pode não viver para alcançar a verdade; há um resíduo de erro nas opiniões de todo indivíduo. Não importa; permanece havendo uma opinião definitiva para a qual, por inteiro e no longo prazo, a mente do homem tende¹⁹⁴” (CP 8.12). É essa concepção que fundamenta a ideia de que o trabalho da comunidade científica é um empreendimento intergeracional. Essa opinião definitiva não é, nos termos do pensamento peirceano, expressão de um mero acordo conciliatório, mas sim uma generalização, a expressão da capacidade do raciocínio de dar conta dos fenômenos do mundo, que não se reduz a uma opinião:

O desejo arbitrário ou outras peculiaridades individuais de um número suficientemente grande de mentes pode adiar o acordo geral sobre uma opinião indefinidamente; mas não pode afetar o que será a característica daquela opinião quando for alcançada. Essa opinião final, então, é independente, não do pensamento em geral, mas de tudo aquilo que é arbitrário e individual no pensamento; é independente de como você, ou eu, ou qualquer quantidade de homens pensam.¹⁹⁵ (CP 8.12)

O conceito de comunidade “requer que haja continuidade entre ideias no presente, e que haja continuidade entre o passado, o presente, e um futuro possível infinitamente distante¹⁹⁶”

¹⁹³ No capítulo 5, discutiremos o parâmetro do consenso da comunidade a partir do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, que compreendemos como produção de uma comunidade científica.

¹⁹⁴ “The individual may not live to reach the truth; there is a residuum of error in every individual's opinions. No matter; it remains that there is a definite opinion to which the mind of man is, on the whole and in the long run, tending”.

¹⁹⁵ “The arbitrary will or other individual peculiarities of a sufficiently large number of minds may postpone the general agreement in that opinion indefinitely; but it cannot affect what the character of that opinion shall be when it is reached. This final opinion, then, is independent, not indeed of thought in general, but of all that is arbitrary and individual in thought; is quite independent of how you, or I, or any number of men think”.

¹⁹⁶ “requires that there be continuity among ideas in the present, and that there be continuity among the past, the present, and an infinitely distant possible future”.

(PARKER, 1998, p. 4). Em suma, neste subcapítulo, vimos a importância da ideia de consenso para o processo comunicacional tal como pensado por Peirce. Discutimos o conceito de *commens* como uma produção do processo comunicacional e construímos uma relação entre essa ideia e a de experiência colateral, bem como uma passagem entre *commens* e consenso. Buscamos construir uma concepção do comum que não seja tomada como algo avesso à diferença. Defendemos uma compreensão da comunicação como comunicação entre mentes. Ressaltamos que a proposta peirceana não se confunde com uma intersubjetividade, ao contrário do que pretendia Habermas. Expusemos, ainda, a teoria peirceana da realidade a partir do consenso da comunidade, notando a importância da comunicação para esse processo.

3.2.2 Interdependência das dimensões da comunicação

Propomos, com base no pensamento de Peirce, que a comunicação se estrutura em três dimensões: materialidade, referencialidade e mediação. Parece-nos que tais dimensões são a um só tempo uma sistematização de nossa tese e uma proposta que já estava presente em potencial em Peirce, no sentido em que essa triplidade da comunicação é uma decorrência lógica da proposição das três categorias.

A partir da ideia de que uma potência (1) encontra uma referência (2), sua expressão, por meio de uma mediação (3), chegamos a nossa concepção das dimensões da comunicação serem a materialidade, a referencialidade e a mediação. Isso nada mais é do que dizer que:

- A primeiridade da comunicação é a dimensão da materialidade;
- A secundidade da comunicação é a dimensão da referencialidade;
- A terceiridade da comunicação é a dimensão da mediação.

Como mostramos no capítulo 2, a continuidade está associada à terceiridade. No entanto, não se reduz a ela. Ao discutir as dimensões da comunicação em sua relação com as categorias, é essencial perceber que não há primeiridade ou secundidade puras: a comunicação é esse processo interdimensional que se dá entre as instâncias de materialidade, referencialidade e mediação, não

se encerrando em uma delas. Ainda, parece-nos essencial afirmar a *interdependência* das categorias, e, em consequência, a interdependência das dimensões da comunicação, a partir do próprio Peirce (CP 1.353). Ressaltamos que o que é um parâmetro da comunicação sinequista efetivamente não são as dimensões, e sim a interdependência das dimensões da comunicação.

A interdependência das categorias decorre do sinequismo pois há uma relação de continuidade entre as categorias. Ainda, a interrelação das dimensões da comunicação deriva da interrelação das categorias peirceanas (CP 5.436; CP 7.532). As dimensões da comunicação são, também, indissociáveis. Conforme Peirce, “as categorias não podem ser dissociadas umas das outras na imaginação¹⁹⁷” (CP 1.353).

Utilizamos esses termos (e não meramente primeiridade, secundidade e terceiridade) para demarcar as diferenças de Peirce em relação a como essas ideias de materialidade, referencialidade e mediação são tradicionalmente utilizadas na comunicação e na filosofia. É uma forma de tentar evitar as “associações falsas¹⁹⁸” (CP 4.3) a que Peirce se referia quando nomeou suas categorias como primeiridade, secundidade e terceiridade. Um exemplo dessas possíveis associações é o referente, que, na lógica peirceana, não corresponde a um extra-linguístico: “A vida que nós vivemos é uma vida de signos¹⁹⁹”, defende Peirce (MS 1334, 1905, p. 46 *apud* JOHANSEN, 1993, p. 275).

O parâmetro da interdependência pode ser explicado da seguinte forma: o princípio sinequista, quando aplicado à comunicação, e conforme os termos de nosso trabalho, implica pensar que há uma relação de continuidade entre as dimensões de materialidade, de referencialidade e de mediação. Conforme Santaella (2009, p. 265), “à luz do sinequismo, a terceiridade significa continuidade, ou seja, Terceiridade relacional, que implica a interrelação das três categorias e sua coexistência na terceiridade²⁰⁰”. A interdependência das categorias é uma decorrência do sinequismo na medida em que há uma tendência à continuidade que se efetiva na terceiridade, a qual pressupõe a primeiridade e a secundidade.

A materialidade é considerada aqui sob o aspecto da primeiridade. Santaella (2003, p. 51) nos ajuda a esclarecer o sentido do termo que optamos por utilizar: “sem algum tipo de

¹⁹⁷ “the categories cannot be dissociated in imagination from each other”.

¹⁹⁸ “false associations”.

¹⁹⁹ “The life we lead is a life of signs”.

²⁰⁰ “in the light of synechism, thirdness means continuity, that is, relational Thirdness, which implies the interrelation of the three categories and their coexistence within thirdness”.

materialidade cumprindo o papel de veículo do signo ou meio, nenhum signo pode funcionar como tal²⁰¹”. Trata-se aqui da materialidade pura do signo, não-mediada. A primeiridade se presta à generalização, sem ser, ela mesma, geral (CP 6.205). Do ponto de vista da materialidade, pode-se pensar em distintas potencialidades que variam conforme o meio de expressão (veículo do signo). Os efeitos que serão produzidos em terceiridade não estão dissociados dessas potencialidades; muito pelo contrário, são dependentes delas.

A referencialidade é compreendida no âmbito de nossa tese como uma construção, uma produção – e não um modelo, algo a que se quer chegar, que implicaria uma busca por uma correspondência perfeita. O objeto não deve ser confundido com uma *coisa* a que se estaria buscando representar com cada vez mais precisão. Peirce nos diz que “todo tipo de proposição ou não tem sentido ou tem uma Secundidade real como seu objeto. Esse é um fato que todo leitor de filosofia deveria sempre ter à mente, traduzindo cada proposição expressa de forma abstrata no seu sentido preciso em referência a uma experiência individual²⁰²” (CP 2.315). A referencialidade é, em nossa visão, o que atende a esses parâmetros apresentados por Peirce – é a tradução de um acontecimento, e é o acontecimento visto enquanto secundidade.

Secundidade é “reação bruta” (CP 6.202); é a realidade que insiste, a força bruta do mundo. A referencialidade como dimensão de secundidade da comunicação de que tratamos aqui diz respeito estritamente à relação entre signo e objeto; em termos peirceanos, ao objeto do signo. Representação e referencialidade podem ser termos intercambiáveis em outros autores, mas não em Peirce, pois designam operações específicas²⁰³. Na lógica do filósofo, “a referência do signo ao objeto não é dependente de qualquer interpretação particular [...] é uma propriedade objetiva do signo, propriedade de autogeração que lhe dá o poder de produzir um interpretante” (SANTAELLA, 1995, p. 38). Note-se como, conforme ao parâmetro da interdependência, há uma tendência que conduz à terceiridade.

Demarcamos a ideia de referencialidade como designando a vinculação signo-objeto sem, no entanto, deixar de notar que há relações de referência também nos demais aspectos do signo. Vejamos como Peirce apresenta essas relações ao discutir o conceito de símbolo:

²⁰¹ “without some kind of materiality performing the role of a sign vehicle or medium, no sign can function as such”.

²⁰² “every kind of proposition is either meaningless or has a real Secondness as its object. This is a fact that every reader of philosophy should constantly bear in mind, translating every abstractly expressed proposition into its precise meaning in reference to an individual experience”.

²⁰³ Cf. Nöth, 2011b, para um estudo voltado especificamente para mostrar as diferenças entre as visões de tradições filosóficas e a peirceana sobre representação e referência.

há, primeiro, a referência direta de um símbolo a seus objetos, ou a sua denotação; segundo, a referência do símbolo a seu fundamento, por meio de seu objeto, ou seja, sua referência às características comuns de seus objetos, ou sua conotação; e terceiro, sua referência a seus interpretantes por meio de seu objeto, ou seja, sua referência a todas as proposições sintéticas nas quais seus objetos em comum são sujeito ou predicado, e isso eu nomeio como a informação que carrega²⁰⁴. (CP 1.559)

Em outro contexto, em que fala não do símbolo em específico, mas do signo em geral, Peirce afirma que “um signo tem, enquanto tal, três referências: primeiro, é um signo para algum pensamento que o interpreta; segundo, é um signo para algum objeto para o qual, naquele raciocínio, é equivalente; terceiro, é um signo que, sob algum aspecto ou qualidade, conecta-o com seu objeto²⁰⁵” (CP 5.283). A referencialidade, portanto, não se reduz à referência. Vista sob o parâmetro da interdependência das dimensões, a referencialidade fica subsumida à continuidade. A ideia de referência está longe de ser suficiente para explicar o funcionamento sógnico, pois ela não dá conta da terceiridade. O referente se constitui na interdependência das dimensões.

Na terceiridade, a perspectiva é a de que há uma mediação que apresenta um acontecimento a uma mente interpretante, que traduz um acontecimento em um interpretante. A mediação é um terceiro que coloca um segundo e um primeiro em relação. O hábito é um exemplo de operação que funciona dessa forma. Na terceiridade, é importante também discutir a representação, que pode ser compreendida entre a referencialidade e a mediação. Peirce afirma que

A Terceiridade não é nada além do caráter de um objeto que representa a Intermediação ou Mediação em sua forma mais simples e rudimentar; e eu a utilizo como o nome daquele elemento do fenômeno que é predominante onde quer que a Mediação seja predominante, e que alcança sua plenitude na Representação.²⁰⁶ (CP 5.104)

²⁰⁴ “there is, first, the direct reference of a symbol to its objects, or its denotation; second, the reference of the symbol to its ground, through its object, that is, its reference to the common characters of its objects, or its connotation; and third, its reference to its interpretants through its object, that is, its reference to all the synthetical propositions in which its objects in common are subject or predicate, and this I term the information it embodies”.

²⁰⁵ “a sign has, as such, three references: first, it is a sign to some thought which interprets it; second, it is a sign for some object to which in that thought it is equivalent; third, it is a sign, in some respect or quality, which brings it into connection with its object”.

²⁰⁶ “Thirdness is nothing but the character of an object which embodies Betweenness or Mediation in its simplest and most rudimentary form; and I use it as the name of that element of the phenomenon which is predominant wherever Mediation is predominant, and which reaches its fullness in Representation”.

Ainda que por vezes utilize estas palavras como sinônimos, Peirce constrói uma passagem entre representação e mediação em CP 4.3. No mesmo trecho, ele afirma que a recorrência de tríades na lógica o levou a criar suas categorias, as quais chamou em um primeiro momento de

Qualidade, Relação e Representação. Porém, naquela época eu não sabia que relações indecomponíveis podem precisar de necessariamente mais do que dois itens; por essa razão, Reação é um termo melhor. Mais ainda, eu não sabia então o suficiente sobre linguagem para ver que era imprudente tentar fazer a palavra representação servir para uma ideia tão mais geral do que qualquer ideia que carregava habitualmente. A palavra mediação seria melhor. Qualidade, reação e mediação servem. Mas, para efeitos científicos, Primeiridade, Secundidade e Terceiridade devem ser preferidos, já que são palavras inteiramente novas sem quaisquer associações falsas. Como as concepções são nomeadas, porém, faz pouca diferença. [...] Elas são ideias excessivamente gerais, tão incomumente gerais que é difícil alcançar mais do que uma vaga apreensão de seu significado.²⁰⁷ (CP 4.3)

Peirce associou a terceiridade à representação: “terceiridade, como eu uso o termo, é apenas um sinônimo para representação²⁰⁸” (CP 5.105). Ele também definiu a lógica como “a filosofia da representação²⁰⁹” (CP 1.539). Todavia, conforme refinou a lógica das categorias, passou a tratar a terceiridade como mediação, o que nos permite afirmar que essa concepção que associa a lógica à representação (CP 1.539) é redutora, conforme o desenvolvimento dos escritos do próprio autor.

A mediação como a dimensão da comunicação que diz respeito à terceiridade é a mais simples de caracterizar, a partir de Peirce: “Terceiridade, no sentido da categoria, é o mesmo que mediação²¹⁰” (CP 1.328). De forma ainda mais clara: “mediação, ou terceiridade²¹¹” (W6, p. 449). Ele também chegou a associar a mediação à ideia de síntese (CP 1.378), mas abandonou o termo, possivelmente para evitar confusões com um pensamento de natureza dialética.

Peirce deixa claro como sua concepção em relação à questão mudou e como ele passou a ver a terceiridade como mediação e a representação como parte do processo de mediação: “Esse é

²⁰⁷ “Quality, Relation, and Representation. But I was not then aware that undecomposable relations may necessarily require more subjects than two; for this reason Reaction is a better term. Moreover, I did not then know enough about language to see that to attempt to make the word representation serve for an idea so much more general than any it habitually carried, was injudicious. The word mediation would be better. Quality, reaction, and mediation will do. But for scientific terms, Firstness, Secondness, and Thirdness, are to be preferred as being entirely new words without any false associations whatever. How the conceptions are named makes, however, little difference. [...] they are excessively general ideas, so very uncommonly general that it is far from easy to get any but a vague apprehension of their meaning”.

²⁰⁸ “thirdness, as I use the term, is only a synonym for representation”.

²⁰⁹ “the philosophy of representation”.

²¹⁰ “Thirdness, in the sense of the category, is the same as mediation”.

²¹¹ “mediation or thirdness”.

o elemento da terceiridade, ou mediação, que a concepção de representação *de* alguma coisa *para* alguém obviamente envolve²¹²” (CP 7.630, grifos do autor). O que constitui, de fato, a terceiridade, é a mediação, e não a representação. Assim, a “representação é apenas uma faceta do conceito mais geral de mediação²¹³” (SANTAELLA, 2003, p. 45).

O que é importante ressaltar, para compreender essa evolução da ideia de representação para a de mediação como caracterizadora da terceiridade²¹⁴, é que a relação triádica do signo só pode funcionar por meio de uma operação de mediação; ou seja, estamos aí além do domínio da representação. A representação não corresponde à terceiridade. “Um signo, ou representamen, é algo que está para alguém no lugar de alguma coisa em algum aspecto ou capacidade²¹⁵” (CP 2.218). Ou seja, o processo sígnico se dá sempre *sob determinado aspecto*. Santaella (2003) alerta para a importância de atentar para a ideia de determinação para compreender a noção peirceana de mediação. A terceiridade é mediação entre a virtualidade da primeiridade e a atualidade da secundidade. Peirce chega a se referir à terceiridade como “triplicidade intelectual, ou mediação²¹⁶” (CP 2.86).

O parâmetro da interdependência das dimensões da comunicação deriva a um só tempo da lógica categorial peirceana e da continuidade entre as categorias. Assim, a interdependência decorre das categorias, e também do sinequismo – é o princípio que garante a existência de continuidade entre elas. Isso pois parece-nos que a lógica peirceana das categorias por si só não é suficiente para garantir essa continuidade. As dimensões são induzidas das categorias peirceanas e também de sua proposta de continuidade.

Parece-nos que pensar o processo comunicacional a partir das dimensões que propomos e da interdependência entre elas desmancha as dicotomias presentes em um pensamento mais tradicional das teorias da comunicação. A concepção de semiose desmonta, ainda, a ideia de origem no processo comunicacional. O que apresentamos é uma proposta de funcionamento da comunicação compreendida a partir das três categorias. A ideia de mediação, enquanto fenômeno de terceiridade, é fundamental para a configuração do sinequismo. Quando vista especificamente

²¹² “This is the element of Thirdness, or mediation, which the conception of the representation *of* something *to* somebody obviously involves”.

²¹³ “representation is only a facet of the more general concept of mediation”.

²¹⁴ Esse percurso que traçamos, da representação à mediação, também aparece em outros autores, como Bergman (2009a, p. 92-136) e Nöth (2011a).

²¹⁵ “A sign, or representamen, is something which stands to somebody for something in some respect or capacity”.

²¹⁶ “Intellectual triplicity, or Mediation”.

sob o ponto de vista da comunicação, a mediação pode ser compreendida como essa dimensão na qual se efetiva o processo comunicacional. Isso evidencia que a generalidade é indispensável à comunicação; que não se comunica por particulares. São importantes contribuições que Peirce aporta ao pensamento teórico sobre comunicação.

Nosso foco não é a criação de tipologias para descrever o processo comunicacional, mas sim a afirmação da interdependência e da trilateralidade envolvidas nesse processo: “A natureza icônica do signo [...] fundamenta sua função significativa em alguma qualidade que ele tenha em comum com o objeto [...que] permita que fique no lugar do objeto precisamente sob aquele aspecto e venha, em sua função mediadora, determinar signos interpretantes” (SILVEIRA, 2001, p. 208). Trata-se, neste parâmetro, de uma tentativa de nossa tese de colocar o funcionamento da lógica das categorias a favor de uma compreensão propriamente peirceana de comunicação. Por esse caminho, acreditamos nos afastar de um certo uso das categorias que Peirce, de forma presciente, denunciou da seguinte forma: “Vistas como numerais, para serem aplicadas a quaisquer objetos que gostemos, elas de fato são finos esqueletos de pensamento, se não meras palavras²¹⁷” (CP 1.355).

3.2.3 Indeterminação

A incerteza é a essência da lei da mente, conforme Peirce (CP 6.612). Essa ideia de incerteza também está presente em sua compreensão de comunicação. Vejamos os termos em que Peirce se refere à questão da comunicação em um trecho em que a está abordando diretamente:

nenhuma comunicação de uma pessoa para a outra pode ser inteiramente definida, ou seja, não-vaga. [...] onde um grau ou qualquer outra possibilidade de variação continua subsiste, a precisão absoluta é impossível. Muita coisa deve ser vaga, porque nenhuma interpretação de palavras de um homem é baseada exatamente na mesma experiência de outro homem. Mesmo em nossas concepções mais intelectuais, quanto mais nos esforçamos para ser precisos, mais inatingível a precisão parece ser. Não deveria ser esquecido jamais que o nosso próprio raciocínio é conduzido como um diálogo, e ainda que principalmente em um grau menor, é sujeito a praticamente toda imperfeição de linguagem²¹⁸. (CP 5.506)

²¹⁷ “Viewed as numerals, to be applied to what objects we like, they are indeed thin skeletons of thought, if not mere words”.

²¹⁸ “No communication of one person to another can be entirely definite, i.e., non-vague. [...] But wherever degree or any other possibility of continuous variation subsists, absolute precision is impossible. Much else must be vague, because no man's interpretation of words is based on exactly the same experience as any other man's. Even in our most intellectual conceptions, the more we strive to be precise, the more unattainable precision seems. It should never be

De saída, já se declara esta propriedade da comunicação: Peirce é incapaz de tratar de comunicação sem trazer à tona a vagueza e a indeterminação, como fica clara nessa citação, e, mais do que isso, sem associá-la a essas características. Essa indeterminação tem estreita relação com o falibilismo, como discutido em 2.4, e implica uma rejeição da fixidez, que, aqui, vemos aplicada à comunicação. A determinação absoluta é impossível precisamente pois subsiste uma variação contínua; ou seja, porque a primeiridade atua no mundo, não se pode exprimir uma ideia em terceiridade que seja absolutamente precisa. Nesse sentido, a associação da comunicação à indeterminação é decorrente da noção de continuidade que opera no pensamento peirceano. Também se observa, na citação destacada, a crítica à pretensão de exatidão. Em outro texto, Peirce associa a ideia de “precisão absoluta” a dogmas (CP 5.376). Ressalta-se, ainda, da citação acima, o dialogismo: o raciocínio, ou seja, o próprio pensamento de alguém consigo mesmo, não está imune à indeterminação, já que opera de forma dialógica.

Ibri (2015a, p. 74) afirma que “Peirce coloca a questão da indeterminação no nível ontológico, e não meramente sob o ponto de vista epistêmico”. A incerteza não é resultado apenas de eventuais problemas em nossos métodos de observação, e sim um fator constitutivo do universo. De acordo com Ibri, Peirce

parece colocar às avessas a fé determinista que pregaria que a evolução da representação fatalmente atingirá a determinação causal. A investigação mais apurada, ao contrário, evolui para a *indeterminação do objeto investigado, fazendo-se sujeito de sua própria representação. A precisão da experiência conduz à descoberta da imprecisão do mundo.* (IBRI, 2015a, p. 76, grifo do autor)

Ou seja, o avanço da ciência implica na descoberta da indeterminação. Se essa ideia parece contraintuitiva ou mesmo equivocada, basta acompanhar os desdobramentos da física moderna e da teoria da relatividade para perceber o que Peirce – antes mesmo de a ciência chegar a esses resultados – já intuía. Ibri (2015a, p. 84) nota ainda como o pensamento peirceano “torna a teoria das probabilidades um instrumento genuíno na construção das representações²¹⁹”. Para compreender essa relação entre indeterminação e probabilidades, chamamos atenção para a afirmação de Peirce de que “um *continuum* verdadeiro é algo cujas possibilidades de determinação

forgotten that our own thinking is carried on as a dialogue, and though mostly in a lesser degree, is subject to almost every imperfection of language”.

²¹⁹ Veremos a importância das probabilidades nas análises do relatório, no capítulo 5.

nenhuma multidão de indivíduos pode exaurir²²⁰” (CP 6.170). As potencialidades do contínuo não podem ser esgotadas. Nesse sentido, a teoria das probabilidades evidencia como o contínuo desmonta dicotomias. Não se trata de 0 ou 1, mas sim do contínuo de possibilidades que há nesse intervalo. Nas palavras de Peirce, “a ideia de um geral envolve a ideia de variações possíveis que nenhuma multidão de coisas existentes poderia exaurir e que deixariam entre quaisquer delas não apenas *muitas* possibilidades, mas possibilidades absolutamente além de qualquer multidão²²¹” (CP 5.103, grifo do autor).

Vemos aqui claramente a importância da matemática para a fundamentação do sinequismo. Esse contínuo de possibilidades está presente também na comunicação: “deve-se reconhecer signos que designam desde o mais indeterminadamente vago até o mais determinadamente definido; desde aqueles imediatamente inseridos na linguagem até aqueles que quase não podem ser ditos²²²” (IBRI, 2011, p. 74). Nesse sentido, a comunicação pode ser compreendida como um fenômeno probabilístico. Herron (1997, p. 595) aborda a continuidade entre matéria e mente e afirma que isso implica que “a possibilidade é amarrada por Peirce à continuidade – um *continuum* expressa o alcance completo da possibilidade²²³”.

A indeterminação tem um sentido de abertura ao novo, à diferença. Trata-se da continuidade do devir, de devir outro. Nas palavras de Rosenthal (2003, p. 52), é “a continuidade de se tornar outro²²⁴”. É também nesse sentido que a comunicação não se reduz à mera repetição de um mesmo. A incompletude é a marca de um pensamento e de um universo que estão em constante crescimento, sempre por se fazer. A ideia de devir não é estranha ao pensamento de Peirce: “Terceiro é o meio, tornar-se, desenvolver-se, acontecer²²⁵” (W6, p. 211).

A posição de Peirce sobre a vagueza deixa claro de que não se trata de um defeito (CP 4.344). As próprias categorias são ideias vagas, segundo ele (CP 1.362). Em sua visão, a vagueza é tão imprescindível para a lógica quanto o atrito para a mecânica (CP 5.512). Para Peirce, “a incerteza da lei da mente não é um mero defeito; pelo contrário, é sua essência²²⁶” (CP 6.148).

²²⁰ “A true continuum is something whose possibilities of determination no multitude of individuals can exhaust”.

²²¹ “the idea of a general involves the idea of possible variations which no multitude of existent things could exhaust but would leave between any two not merely many possibilities, but possibilities absolutely beyond all multitude”.

²²² “one must recognize signs that designate from the most indeterminately vague to the most determinately defined; from those immediately inserted in language to those which can barely be uttered”.

²²³ “possibility gets tied by Peirce to continuity - a continuum expresses the full range of possibility”.

²²⁴ “the continuity of becoming other”.

²²⁵ “Third is the medium, becoming, developing, bringing about”.

²²⁶ “the uncertainty of the mental law is no mere defect of it, but is on the contrary of its essence”.

Peirce não relativiza o falibilismo: “Nenhum conceito, nem mesmo os da matemática, é absolutamente preciso²²⁷” (CP 6.496). O mesmo se aplica para o signo: “Nenhuma cognição e nenhum signo são absolutamente precisos, nem mesmo um percepto; e a indefinição é de dois tipos, indefinição em relação ao que é o objeto do signo, e indefinição em relação a seu interpretante²²⁸” (CP 4.543).

O ponto que estamos buscando ressaltar aqui é: não existe comunicação sem esse elemento de indeterminação. Da mesma forma como a vagueza não é um defeito, a indeterminação não é um problema, não é ruído – é um fator constitutivo da comunicação. Não se pode esperar uma comunicação totalmente determinada, da mesma forma como não se pode esperar absoluta exatidão das leis da ciência: “Uma teoria que fosse capaz de ser absolutamente demonstrada em sua totalidade por eventos futuros não seria uma teoria científica, e sim uma mera adivinhação²²⁹” (CP 5.541).

Essa afirmação da indeterminação se deve ao tiquismo, à ação da força do acaso: “Sempre permanece uma certa quantidade de espontaneidade arbitrária na ação da mente, e sem isso ela estaria morta²³⁰” (CP 6.148). Conforme Peirce, “não podemos ter nenhuma razão para acreditar que todo fenômeno, em cada um de seus mínimos detalhes, seja determinado pela lei de forma precisa. Vemos que há no universo um elemento de arbitrariedade – nomeadamente, sua variedade. Essa variedade deve ser atribuída à espontaneidade²³¹” (CP 6.30). Também a comunicação estaria morta sem esse elemento de espontaneidade. Os signos não podem ser completamente determinados: “é impossível que qualquer signo [...] seja perfeitamente determinado. Se isso fosse possível, tal signo deveria permanecer absolutamente desconectado de qualquer outro²³²” (CP 4.583). Como já vimos, não há signos isolados da semiose; ou seja, trata-se de uma forma de Peirce dizer que a segunda parte da afirmação também é uma impossibilidade. Aqui fica clara a relação com o sinequismo: a continuidade da cadeia semiótica garante que o signo permaneça

²²⁷ “No concept, not even those of mathematics, is absolutely precise”.

²²⁸ “No cognition and no Sign is absolutely precise, not even a Percept; and indefiniteness is of two kinds, indefiniteness as to what is the Object of the Sign, and indefiniteness as to its Interpretant”.

²²⁹ “A theory which should be capable of being absolutely demonstrated in its entirety by future events, would be no scientific theory but a mere piece of fortune telling”.

²³⁰ “There always remains a certain amount of arbitrary spontaneity in its action, without which it would be dead”.

²³¹ “we can have no reason to think that every phenomenon in all its minutest details is precisely determined by law. That there is an arbitrary element in the universe we see -- namely, its variety. This variety must be attributed to spontaneity”.

²³² “it is impossible that any sign [...] should be perfectly determinate. If it were possible such sign must remain absolutely unconnected with any other”.

indeterminado. Há incompletude de todo signo, pois ele está sempre por se fazer, em um outro. Essa concepção de indeterminação permite à comunicação acolher em si um sentido de diferença.

Bergman (2009a, p. 78) fala na “vagueza inerente do conceito de signo²³³”. A indeterminação da comunicação advém, parece-nos, tanto dessa vagueza do signo quanto da variação garantida pelo tiquismo. Bergman (2009a, p. 78) fala no desenvolvimento, por parte de Peirce, de uma lógica da vagueza, e destaca que “essa descrição da indeterminação semiótica começa a se solidificar em uma teoria coerente por volta de 1905²³⁴”. Essa indeterminação continuará, pois Peirce afirma a existência de “infinita diversidade” (CP 1.160) na variedade da natureza. Assim, “nenhuma representação é perfeita, tampouco nenhuma lei [...] O futuro está impregnado de um princípio de aleatoriedade que impede que ele seja uma mera consequência necessária do passado²³⁵” (IBRI, 2011, p. 79).

Há três ordens de indeterminação: uma, pela dimensão do signo, como vimos neste subcapítulo. Outra, pela dimensão do objeto: se, de um lado, ele determina o interpretante, de outro, ele próprio é alvo de indeterminação, por conta do falibilismo. Nas palavras de Ibrí (2000, p. 100, grifos do autor), há “indeterminação do Objeto, submetido, por um lado, à ordem da lei que permite que a representação tenha um poder preditivo, não obstante *falível*, e, de outro, à aleatoriedade do *Acaso*, como um princípio ontológico responsável pelos desvios em relação à ordem”. Do ponto de vista do interpretante, a indeterminação está nas imprevistas produções sígnicas que mentes futuras serão capazes de fazer a partir dos signos presentes. Há um sentido de incompletude no interpretante, que está sempre aberto a uma nova atualização. Quando inserido em uma nova relação sígnica, esse interpretante será um primeiro, uma potencialidade.

A abertura à indeterminação é uma característica necessária da comunicação: “a mais insignificante das ideias gerais sempre envolve ou requer previsões condicionais ou requer para a sua realização que eventos ocorram, e tudo o que pode vir a ocorrer deve estar aquém de cumprir completamente seus requisitos²³⁶” (CP 1.615). Assim, a indeterminação não é um problema – a própria generalidade só pode se constituir a partir de um dado nível de indeterminação (no sentido

²³³ “inherent vagueness of the concept of sign”.

²³⁴ “this account of semiotic indeterminacy begins to congeal into a coherent theory around 1905”.

²³⁵ “The future is impregnated with a principle of randomness that prevents it from being a mere necessary consequence of the past”.

²³⁶ “The most insignificant of general ideas always involves conditional predictions or requires for its fulfillment that events should come to pass, and all that ever can have come to pass must fall short of completely fulfilling its requirements”.

de que a determinação se opõe à generalidade). A determinação completa seria um singular. Conhecemos por meio de ideias gerais, de generalizações, não de particulares.

Esse sentido de indeterminação que discutimos não se reduz a imprecisões da linguagem; ou seja, não é um problema que será solucionado a partir de um melhor entendimento entre as partes, com a escolha de palavras mais precisas para expressar um significado. A comunicação não pode jamais ser completamente determinada.

Por tudo o que foi exposto neste trabalho até aqui sobre a indeterminação, provavelmente não haverá confusão no sentido de tomá-la como oposta à ideia de *determinação* presente nas relações sgnicas, entre signo, objeto e interpretante. De qualquer forma, Colapietro (2004, p. 21) nos ajuda a esclarecer a questão ao notar que “quando Peirce descreve a semiose como um processo triadicamente mediado de determinação [...], determinação aqui significa delimitar a faixa de possibilidades. Não significa determinismo causal rígido²³⁷”.

A recusa ao mecanicismo e a afirmação da teoria das probabilidades aproximam Peirce da quebra de paradigma que significou a física moderna. A noção de que vivemos em um mundo probabilístico se estende também à comunicação. Isso faz com que ela se afaste de modelos mecanicistas que preveem uma operação eficaz, um sistema que opera com perdas, com o ruído como um defeito previsível que se busca minimizar, como se se tratasse de perdas energéticas. Não levar em conta a indeterminação no processo comunicacional implica supor que ele possa se dar de forma determinista – uma concepção alheia ao pensamento peirceano, conforme a argumentação que vimos construindo até agora.

3.2.4 Hábito como resultado da comunicação

Começamos a discussão deste parâmetro pela exposição da relação entre os conceitos de hábito e de signo. Conforme Colapietro (2022, p. 10), “um agente possuidor de hábitos e, em algumas situações, lançado à dúvida é tanto a pressuposição quanto [...] o desfecho da teoria dos

²³⁷ “When Peirce describes semiosis as a triadically mediated process of determination [...], determination here means delimiting the array of possibilities. It does not mean rigid causal determinism”.

signos de Peirce²³⁸”. Nas palavras do próprio Peirce, “um signo, [...] apenas no sentido de que preenche a função de um signo, e nenhuma outra, corresponde perfeitamente à definição de um meio de comunicação²³⁹” (MS 283, 1906, p. 117-120 *apud* JOHANSEN, 1993, p. 284).

“Qual é a diferença essencial entre um signo que é comunicado a uma mente e um que não é comunicado?²⁴⁰” (CP 8.332), questiona Peirce. Ele então afirma o seguinte: “Parece-me que a função essencial de um signo é fazer com que relações ineficientes se tornem eficientes – não para colocá-las em ação, mas para estabelecer um hábito ou regra geral a partir da qual elas irão agir²⁴¹” (CP 8.332). A definição da função do signo como aquilo que torna eficientes relações ineficientes é vital para a configuração da comunicação sinequista e desta tese como um todo. Essa formulação sobre a função do signo nos ajuda a constituir a nossa concepção da comunicação como produtora de hábitos, na medida em que Peirce faz essa afirmação de modo explícito aqui: a função do signo é estabelecer um hábito. Assim, comunica-se hábitos. Essa preocupação sobre o estabelecimento de um hábito como função do signo deu lugar mesmo à elaboração da retórica, terceiro ramo da lógica ou semiótica: “Peirce identifica a retórica especulativa como ‘o ramo mais alto e mais vivo da lógica’ *porque* ele julga essa fase culminante da ‘lógica’ normativa, compreendida de forma abrangente, como a fase em que a eficácia, força e potência dos signos estão no centro das preocupações²⁴²” (COLAPIETRO, 2022, p. 13, grifo do autor). Uma das definições de Peirce de retórica dava conta de que ela deveria estudar “as condições necessárias da transmissão de significado por signos de mente para mente²⁴³” (CP 1.444). Ele adotou distintas definições de retórica e, posteriormente, concebeu a metodêutica, o que gerou debate de comentadores sobre as diversas concepções do terceiro ramo da lógica²⁴⁴. Para os efeitos de nossa tese, todavia, essa não é uma questão decisiva. Adotamos a seguinte perspectiva, a partir de Santaella:

²³⁸ “An agent possessing habits and, in some situations, thrown into doubt is both the presupposition and [...] the outcome of Peirce’s theory of signs”.

²³⁹ “a sign, [...] just insofar as it fulfills the function of a sign, and none other, perfectly conforms to the definition of a medium of communication”.

²⁴⁰ “What is the essential difference between a sign that is communicated to a mind, and one that is not so communicated?”

²⁴¹ “It appears to me that the essential function of a sign is to render inefficient relations efficient, -- not to set them into action, but to establish a habit or general rule whereby they will act on occasion”.

²⁴² “Peirce identifies speculative rhetoric as ‘the highest and liveliest branch of logic’ *because* he judges this culminating phase of normative ‘logic’, comprehensively conceived, to be the phase in which the efficacy, force, and power of signs are at the center of concern”.

²⁴³ “the necessary conditions of the transmission of meaning by signs from mind to mind”.

²⁴⁴ Cf. Bergman 2009a, p. 62-67.

tomando como base a validade e força que são próprias de cada tipo de argumento, a metodêutica tem por função analisar os métodos a que cada um dos tipos de raciocínio dá origem. Portanto, a metodêutica estuda os princípios do método científico, o modo como a pesquisa científica deve ser conduzida e como deve ser comunicada. Por isso, a metodêutica e a retórica especulativa compõem juntas o terceiro ramo da semiótica. (SANTAELLA, 2008, p. 3-4)

A ideia do hábito como resultado da comunicação já foi discutida no âmbito de pesquisas realizadas pelo GPESC, inclusive na tese de Lucas (2022). Nas palavras deste: “É dizer, pela semiótica, que a comunicação pode se voltar menos para os fenômenos do efêmero e do atual e mais para aquilo que adquire regularidade, que se transforma em hábito” (LUCAS, 2022, p. 145). Essa afirmação é importante por conta da centralidade que Peirce conferiu ao hábito. Veja-se o que ele definiu como a resposta ao “segredo da esfinge” do universo: “três elementos estão ativos no mundo: primeiro, o acaso; segundo, a lei; e terceiro, tomar hábitos²⁴⁵” (CP 1.409-410).

A centralidade do hábito era prenunciada por Silva (2021a, p. 5) quando afirmava que os desafios da semiótica são os “de dar corpo à potencialidade, e o de fazê-la crescer até que pragmaticamente promova efetivas mudanças de hábitos”. O hábito opera, no pensamento peirceano, como uma ponte para a ação: “O que parece digno de nota para o debate da semiótica da comunicação é a ênfase no fato de que há, no interior do próprio signo, uma dimensão do interpretante que por si só já enfatiza a dimensão dos efeitos, dos hábitos e das condutas determinantes daquilo que o pragmatismo mais restrito, do senso comum, entende como ação concreta” (LUCAS, 2022, p. 145).

Assim, a comunicação pode produzir como resultado um hábito, e, potencialmente, uma mudança de hábito, com sua ação consequente. Um hábito deve ser descrito a partir do tipo de ação a que dá lugar (CP 5.491). Peirce expressou claramente a relação entre crença, hábito e ação em *A fixação das crenças*: “O sentimento de acreditar é uma indicação mais ou menos segura de que foi estabelecido em nossa natureza algum hábito que irá determinar nossas ações²⁴⁶” (CP 5.371). A situação oposta a esse estado é a da dúvida. É por sua relação com o hábito, em terceiridade, que a ação, fenômeno de secundidade, se associa às noções de raciocínio e auto-controle. Auto-controle, raciocínio e hábito não se reduzem a um instinto (CP 5.511).

²⁴⁵ “three elements are active in the world: first, chance; second, law; and third, habit-taking. Such is our guess of the secret of the sphynx”.

²⁴⁶ “The feeling of believing is a more or less sure indication of there being established in our nature some habit which will determine our actions”.

O hábito, em terceiridade, confere uma organização aos acontecimentos em secundidade: “Enquanto os eventos existentes são descontínuos, transitórios, o hábito é continuidade, garantia de que os particulares irão repetir-se de acordo com certa regularidade. É por isso que os hábitos precedem a ação e não vice-versa”, de acordo com Santaella (2004a, p. 80). A ação não tem generalidade para configurar um interpretante lógico, que é associado ao hábito (CP 5.491). Em Peirce, nos dirá Santaella (2002, p. 102), “toda a realidade, em uma série infinita de diferenciações, é governada pela [...] lei para adquirir hábitos”.

Assim, o pensamento em Peirce tem como fim a produção de novos hábitos de conduta. Novos hábitos estão associados à renovação dos signos por meio da diversidade do mundo – e a comunicação sinequista tem o hábito como finalidade. O hábito é uma tendência generalizante, associada à terceiridade e à continuidade (CP 6.204). É nesse sentido que a ideia do hábito como resultado da comunicação é induzido do sinequismo. A terceiridade é “o agente principal do progresso da uniformidade no cosmos²⁴⁷” (ANNONI, 2006, p. 99).

Bergman (2000, p. 237-238) destaca a relação entre ação do signo e hábito e afirma que “seria um exagero dizer que encontramos uma teoria completa da práxis escondida nas profundezas das definições de Peirce sobre comunicação, mas há boas razões para presumir que sua concepção de semiose comunicativa é compatível com esses objetivos²⁴⁸”. Vemos estabelecida aí, claramente, uma relação entre comunicação e hábito. A semiose comunicativa de que fala Bergman produz como resultado novos signos, novos interpretantes. Um texto é desprovido de significado enquanto não gerar interpretantes; não vale por si próprio, não tem um valor intrínseco – ele vale pelos interpretantes que podem potencialmente ser a partir dele produzidos.

O hábito é uma tendência de comportamento, uma inclinação à ação, e se refere a uma conduta futura. Pode ser compreendido como uma disposição da mente (RLT, p. 232). O interpretante e a noção de mente tais como pensados por Peirce já nos permitem afirmar que não está colocada uma exclusividade humana. Mais ainda, o próprio filósofo apontou explicitamente que o pensamento ocorre em animais não-humanos e em outras formas de vida. Referindo-se especificamente aos hábitos, Peirce deixa claro que eles não se reduzem ao humano, e sim abarcam “a natureza de um homem, ou de um animal, ou uma vinha, ou uma substância química

²⁴⁷ “the principal agent of the progress of uniformity in the cosmos”.

²⁴⁸ “it would be an exaggeration to say that we find a full-scale theory of praxis hidden in the depths of Peirce’s communicative definitions; but there are good reasons to assume that his conception of communicative semiosis is compatible with such pursuits”.

cristalizável, ou qualquer outra coisa²⁴⁹” (CP 5.538). Tampouco a mente está restrita ao ser humano.

A mente não é rígida, mas dotada de uma plasticidade capaz de acolher as variações da natureza e, potencialmente, convertê-las em hábito. É extremamente complexa e instável (CP 6.101). Do ponto de vista do pragmaticismo, não se pode estar satisfeito, é preciso desejar aprender algo que não é aquilo que já estamos inclinados a pensar (CP 1.135). Conforme Bergman (2009a, p. 165), “Peirce declara que a ‘a melhora contínua de nossos próprios hábitos [...] é a única alternativa à deterioração contínua desses hábitos’ (MS 674:1 [c. 1911]). Essa deveria ser uma das tarefas mais prementes da retórica semiótica e de uma teoria da comunicação peirceana²⁵⁰”.

A continuidade entre acaso e hábito opera da seguinte forma: “O acaso é o elemento de espontaneidade que permanece ativo e que permite que ainda haja novidade no universo. O hábito nada mais é do que a fixação de determinadas formas de conduta em detrimento de uma total variação espontânea” (SILVEIRA, 1985, p. 16). Assim, acaso e hábito são “momentos concorrentes e complementares de uma mesma realidade” (SILVEIRA, 1985, p. 16). No contexto de nosso trabalho, o conceito de interpretante ajuda a dar consistência à ideia de continuidade entre acaso e hábito: “A teoria do interpretante dá subsídio para investigar justamente essa movência da regularidade a que está submetida toda ‘espontaneidade’” (LUCAS, 2022, p. 79).

Em síntese, o hábito é uma tendência de comportamento, uma disposição para agir, e se refere a uma conduta futura. A crença é compreendida como um hábito que irá dar lugar a uma ação (CP 3.160). Nas palavras de Houser (2016, p. 381), crenças são “estados da mente que agem semioticamente²⁵¹”. Esse foco na mudança de hábito, que desenvolvemos em nossa pesquisa, é coerente com as conclusões do trabalho de Bergman (2009a, p. 165) sobre a filosofia da comunicação peirceana. Tratamos aqui de ação e mudança de hábito compreendidos desde um ponto de vista comunicacional. Alicerçada no pensamento de Peirce, nossa tese compreende a comunicação como uma operação em continuidade que produz hábitos.

²⁴⁹ “the nature of a man, or an animal, or a vine, or a crystallizable chemical substance, or anything else”. “Peirce declares that ‘continual amelioration of our own habits [. . .] is the only alternative to a continual deterioration of them’ (MS 674:1 [c. 1911]). This ought to be one of the most pregnant tasks of semeiotic rhetoric and a Peircean theory of communication”.

²⁵⁰ “Peirce declares that ‘continual amelioration of our own habits [. . .] is the only alternative to a continual deterioration of them’ (MS 674:1 [c. 1911]). This ought to be one of the most pregnant tasks of semeiotic rhetoric and a Peircean theory of communication”.

²⁵¹ “states of mind that act semiotically”.

3.2.5 Afetabilidade

Para Peirce, como já vimos, “há apenas uma lei da mente, nomeadamente, que ideias tendem a se espalhar continuamente e afetar algumas outras que estão para elas em uma relação peculiar de afetabilidade” (CP 6.104). Fica claro como há uma relação de afetabilidade na continuidade, na cadeia de signos futuros. É pelo espraiamento contínuo que uma ideia se torna geral (CP 6.137). A noção de afetabilidade envolve, portanto, a associação de ideias, o desenvolvimento da mente e o crescimento dos signos, e constitui a lei única da mente. Seus sentidos são desenvolvidos em *A Lei da Mente*, texto em que Peirce discute ideias sinequistas (CP 6.102-163).

“Havendo uma conexão contínua entre as ideias, elas iriam infalivelmente se associar em uma [...] ideia geral²⁵²”, nos diz Peirce (CP 6.143). Está expressa aqui a tendência à generalização que é afirmada pelo pensamento peirceano e que é uma das implicações do sinequismo. Ou seja, desde que haja continuidade entre ideias, elas irão se associar em uma ideia geral: “sempre que ideias se juntam, elas tendem a se fundir em ideias gerais²⁵³” (CP 6.143). Assim, afetabilidade equivale a afetabilidade de ideias. A ideia de afetar a mente é uma expressão importante para o pensamento de Peirce, e aparece, por exemplo, na seguinte definição de signo:

um signo busca representar, ao menos em parte, um Objeto, que é portanto em um sentido a causa, ou determinante, do signo mesmo que o signo represente seu objeto falsamente. Mas dizer que ele representa seu objeto implica que ele afeta uma mente, e então a afeta a, de algum modo, determinar naquela mente algo que é mediatamente devido ao Objeto. Determinação essa cuja causa imediata, ou determinante, é o Signo, e cuja causa mediata é o Objeto pode ser chamada de *Interpretante*.²⁵⁴ (CP 6.347, grifo do autor)

Todo o processo sîgnico depende dessa determinação em outra mente: “As palavras só representam objetos e significam qualidades porque irão determinar, na mente do ouvinte, signos

²⁵² “There being a continuous connection between the ideas, they would infallibly become associated in a living, feeling, and perceiving general idea”.

²⁵³ “wherever ideas come together they tend to weld into general ideas”.

²⁵⁴ “a sign endeavours to represent, in part at least, an Object, which is therefore in a sense the cause, or determinant, of the sign even if the sign represents its object falsely. But to say that it represents its Object implies that it affects a mind, and so affects it as, in some respect, to determine in that mind something that is mediately due to the Object. That determination of which the immediate cause, or determinant, is the Sign, and of which the mediate cause is the Object may be termed the Interpretant”.

correspondentes²⁵⁵” (CP 2.92). Toda comunicação possível se dá nessa lógica de associação e de afetabilidade: “Peirce nos diz que todos os signos se dirigem ao pensamento futuro e, portanto, de fato, a outras mentes (ou estados subsequentes da mente significante)²⁵⁶” (HOUSER, 2016, p. 388). A associação de ideias pressupõe uma continuidade entre elas: Peirce fala na tendência que uma ideia tem de carregar outras ideias consigo (CP 6.135). A noção de afetabilidade de ideias aparece também como crítica ao nominalismo:

na presença dessa continuidade de sentimento, máximas nominalistas parecem fúteis. Não há dúvida sobre uma ideia afetando outra, quando podemos perceber diretamente uma delas gradualmente modificada e tomando o formato da outra. Tampouco pode ainda haver alguma dificuldade sobre uma ideia se assemelhando a outra, quando podemos passar ao longo do campo contínuo da qualidade de uma a outra e de volta novamente ao ponto que havíamos marcado²⁵⁷. (CP 6.139)

A referência ao contínuo mostra como a afetabilidade é uma característica do idealismo objetivo peirceano. A afetabilidade é complementar à hipótese peirceana de que a ação da mente é um movimento contínuo (CP 5.329). O conhecimento é construído em um *continuum* (CP 7.536). No seguinte trecho, Peirce aborda a relação entre mente e matéria, os hábitos, a diversificação trazida pelo tiquismo e a crítica ao mecanicismo:

uma ideia só pode ser afetada por uma ideia em conexão contínua com ela. Ela não pode sequer ser afetada por nada que não seja uma ideia. Isso me obriga a dizer, como eu digo, em outros termos, que aquilo que nós chamamos de matéria não está completamente morto, mas é meramente mente estreitada por hábitos. Ainda retém os elementos de diversificação; e nessa diversificação há vida. Quando uma ideia é transmitida de uma mente a outra, o é por combinação dos diversos elementos da natureza, digamos que por uma simetria curiosa, ou por alguma união de uma cor tenra com um odor refinado. A lei de energia mecânica não tem aplicação para essas formas. [...] sua origem não pode ser explicada por nenhuma necessidade mecânica.²⁵⁸ (CP 6.158)

²⁵⁵ “The words only stand for the objects they do, and signify the qualities they do, because they will determine, in the mind of the auditor, corresponding signs”.

²⁵⁶ “Peirce tells us that all signs address future thought and thus, in effect, other minds (or subsequent states of the signifying mind)”.

²⁵⁷ “in the presence of this continuity of feeling, nominalistic maxims appear futile. There is no doubt about one idea affecting another, when we can directly perceive the one gradually modified and shaping itself into the other. Nor can there any longer be any difficulty about one idea resembling another, when we can pass along the continuous field of quality from one to the other and back again to the point which we had marked”.

²⁵⁸ “an idea can only be affected by an idea in continuous connection with it. By anything but an idea, it cannot be affected at all. This obliges me to say, as I do say, on other grounds, that what we call matter is not completely dead, but is merely mind hidebound with habits. It still retains the element of diversification; and in that diversification there is life. When an idea is conveyed from one mind to another, it is by forms of combination of the diverse elements of nature, say by some curious symmetry, or by some union of a tender color with a refined odor. To such forms the law of mechanical energy has no application. [...] their origin cannot be accounted for by any mechanical necessity”.

Note-se a ênfase que o autor dá à ideia de afetar a mente. Peirce parece falar, ainda, de parâmetros icônicos – ao mencionar noções como sentidos, cor tenra, odor refinado. No seguinte trecho, Peirce parece mesmo configurar o que poderíamos chamar de uma afetabilidade icônica:

O único modo de comunicar diretamente uma ideia é por meio de um ícone; e todo método indireto de comunicar uma ideia deve depender, para seu estabelecimento, do uso de um ícone. Portanto, toda asserção deve conter um ícone ou um conjunto de ícones, ou deve conter signos cujo significado é explicável apenas por ícones.²⁵⁹ (CP 2.278)

Referindo-se a sensações, Peirce afirma que

O princípio com o qual eu parti requer que eu sustente que esses sentimentos são comunicados aos nervos pela continuidade, de modo que deve haver algo como eles nos próprios excitantes. Se isso parece extravagante, devemos lembrar que essa é a única maneira possível de alcançar alguma explicação sobre a sensação, que de outro modo deveria ser pronunciada um fato geral, absolutamente inexplicável e último. E a inexplicabilidade absoluta é uma hipótese que a lógica refuta justificar, sob quaisquer circunstâncias.²⁶⁰ (CP 6.158)

Ou seja, sensações ou sentimentos são comunicados por continuidade. Vemos aqui também uma relação com o sinequismo na medida em que não se aceita o inexplicável como hipótese válida. Lane (2011b, p. 242) afirma que “a lei da mente de Peirce, em conjunção com a afirmação de que o mundo material externo à mente dá lugar a sentimentos e sensações, implica o idealismo objetivo²⁶¹”. Sem a afirmação do idealismo objetivo (CP 6.25), não haveria comunicação entre matéria e mente, que seriam, nesse caso, dicotômicos. Para Peirce, a mente atua por continuidade:

mente não é, necessariamente, pessoa. Uma pessoa é mente cujas partes estão coordenadas em um modo particular. Algo da natureza geral da personalidade há em todas as ideias gerais. Essas concepções são, em um certo sentido, criações da inteligência humana; mas, em outro aspecto, a mente humana é a criação dessas concepções trabalhando junto. Essas concepções gerais não são invenções, elas são coisas reais – mais do que isso, elas são seres vivos com algo como vida e

²⁵⁹ “The only way of directly communicating an idea is by means of an icon; and every indirect method of communicating an idea must depend for its establishment upon the use of an icon. Hence, every assertion must contain an icon or set of icons, or else must contain signs whose meaning is only explicable by icons”.

²⁶⁰ “The principle with which I set out requires me to maintain that these feelings are communicated to the nerves by continuity, so that there must be something like them in the excitants themselves. If this seems extravagant, it is to be remembered that it is the sole possible way of reaching any explanation of sensation, which otherwise must be pronounced a general fact, absolutely inexplicable and ultimate. Now absolute inexplicability is a hypothesis which sound logic refuses under any circumstances to justify”.

²⁶¹ “Peirce’s law of mind, in conjunction with the claim that the material world outside the mind gives rise to feelings and sensations, implies objective idealism”.

algo como personalidade. A mente atua sobre a mente em razão de sua continuidade; e essa continuidade envolve a generalidade.²⁶² (W6, p. 439-440)

A mente humana pode ser compreendida, assim, como uma manifestação dessa mente peirceana. Pensar o contrário disso implicaria acreditar que a inteligência do mundo se reduz ao que o ser humano é capaz de produzir. A noção da mente humana como uma manifestação da mente pode ser compreendida a partir da seguinte fórmula: “O pensamento está mais fora de nós do que dentro. Somos nós que estamos nele, e não ele em qualquer um de nós²⁶³” (CP 8.256). Conforme Houser (2016, p. 388), essa afirmação implica dizer que “nós estamos na mente e a mente não está essencialmente em nós²⁶⁴”.

Peirce busca na mente humana a fundação experimental de uma concepção mais ampla de mente, conforme Ibri (2019, p. 385). A redução da noção de mente ao ser humano é uma visão muito estreita do conceito (CP 5.128). Animais têm poder de raciocínio e autocrítica²⁶⁵. De forma ainda mais radical, Peirce defende que “o pensamento não está necessariamente conectado com um cérebro. Ele aparece no trabalho de abelhas, de cristais, e por todo o mundo puramente físico; e não se pode mais negar que ele realmente está aí, da mesma forma que as cores, os formatos, etc, de objetos estão realmente aí²⁶⁶” (CP 4.551). Para o filósofo, “o pensamento não só está no mundo orgânico, como também se desenvolve aí²⁶⁷” (CP 4.551).

²⁶² “mind is not necessarily person. A person is mind whose parts are coordinated in a particular way. Something of the general nature of personality there is in all general ideas. These conceptions are in a certain sense creations of the human intelligence; but in another aspect the human mind is the creation of these conceptions working together. These general conceptions are no figments, they are real things,—more than that, they are living beings with something like life and something like personality. Mind acts upon mind by virtue of its continuity; and this continuity involves generality”.

²⁶³ “Thought it is more without us than within. It is we that are in it, rather than it in any of us”.

²⁶⁴ “we are in mind and mind is not essentially in us”.

²⁶⁵ “Quando primeiramente se começou a estudar a mente dos animais inferiores, foi a imutabilidade dos métodos animais que levou os observadores a traçar uma linha precisa de demarcação entre o instinto e a razão. Mas subsequentemente vieram à luz fatos mostrando que a fixidez era apenas relativa, que as abelhas em um clima de perpétuo verão, após algumas gerações, desistem de estocar grandes quantidades de mel; que os castores, quando dispõem de material novo, gradualmente desenvolvem novos estilos de arquitetura; que as ovelhas, levadas aos vales onde nasce o heléboro venenoso, aprendem a não comê-lo; que os pássaros, às vezes, comem uma comida não costumeira, e passam a preferi-la [...] Tais fenômenos evidenciam um elemento de autocrítica e consequentemente, de raciocínio” (MS 831: 12-13, 1900 *apud* NÖTH, 2017, p. 11). Ainda: “eu gradualmente acumulei um conjunto de experiências que me convenceram de que muitos animais, talvez todos os mais desenvolvidos, realmente raciocinam, se, por raciocínio se entende qualquer operação mental em que pela agregação de dois fatos em que se acredita chegasse a uma crença substancialmente diferente de qualquer uma dessas duas” (MS 672, II. 11-2, 1911 *apud* NÖTH, 2017, p. 15).

²⁶⁶ “Thought is not necessarily connected with a brain. It appears in the work of bees, of crystals, and throughout the purely physical world; and one can no more deny that it is really there, than that the colors, the shapes, etc., of objects are really there”.

²⁶⁷ “Not only is thought in the organic world, but it develops there”.

Nos aproximamos aqui do que Silveira (1985, p. 12) chamou de “uma surpreendente suposição de uma motivação racional e afetiva” proposta por Peirce: há uma dimensão afetiva na razoabilidade concreta. Silveira (2013, p. 41) nota que “dessa razoabilidade, [...] Peirce valoriza antes de tudo o afetivo, do qual não só os humanos, mas múltiplos seres participam”. Essa citação nos permite estabelecer uma ponte importante na constituição deste parâmetro, a conexão entre a ideia de afetabilidade e a noção de mente estendida para além de sua manifestação em um ser humano: “A extensionalidade ontológica do conceito de mente do homem à Natureza *impõe* que se desenvolva uma filosofia não mais antropocêntrica. Um caráter universalmente mental, em todas as suas manifestações, deverá ser encontrado nos processos naturais” (IBRI, 2015b, p. 628, grifo nosso). O parâmetro da afetabilidade evidencia nossa tentativa de contribuição para uma configuração de comunicação afastada do antropocentrismo (cujos elementos, todavia, não se restringem a esse parâmetro). Note-se que Ibrí fala em *imposição*. De nossa parte, destacamos ainda que tal imposição é uma decorrência da hipótese do sinequismo – é por conta da continuidade que um caráter mental deverá ser encontrado nos processos naturais.

Mente não é algo que ocorra no interior do indivíduo, de sua consciência, e sim um processo que se estabelece em relação: trata-se “essencialmente [de] um fenômeno externo²⁶⁸” (CP 7.364). Assim, “organismos com mente funcionam dentro da mente que é, ao menos em parte, externa a eles²⁶⁹” (HOUSER, 2016, p. 384). Não há descontinuidade entre essas duas instâncias da mente, assim como não há entre matéria e mente. Não existe matéria desassociada, desconectada da mente; da mesma forma, não existe uma desconexão entre a mente e sua manifestação na mente humana.

A afetabilidade – e, por consequência, a comunicação – envolve algo que pode ser nomeado de mente da natureza. Ibrí (2015b, p. 627, grifo do autor) afirma que a compreensão da tendência evolutiva à aquisição de hábitos “aproxima a mente humana da Natureza. Ambos partilham a tendência à generalização, à aquisição de hábitos, e essa conclusão é simplesmente *pragmática*, na medida em que se sustenta no modo como se conduzem”. Ainda conforme o autor, “a extensão do conceito de mente para todos os seres reais capazes de adquirir hábitos os dota de uma interioridade que abrange a primeira e a terceira categorias²⁷⁰” (IBRI, 2019, p. 385).

²⁶⁸ “mind [...] is essentially an external phenomenon”.

²⁶⁹ “minded organisms function within mind which is, at least in part, external to them”.

²⁷⁰ “the extension of the concept of mind to all real beings capable of acquiring habits endows them with an interiority which encompasses the first and third categories”.

A abordagem que apresentamos aqui, de Peirce como um autor que se afasta do antropocentrismo, não é uma novidade, tendo sido largamente explorada nos estudos sobre o filósofo. Todo o campo da biossemiótica, por exemplo, se desenvolve a partir daí. O que chamamos atenção é para a visão de que essa abordagem se fundamenta na continuidade: Nöth (2017) trata de ideias peirceanas que prefiguram a virada não-humana, dentre as quais estão o sinequismo. Santaella também menciona a continuidade ao discutir o quão *ampliada* é a noção de mente discutida aqui:

Ação inteligente é ação movida para um alvo. Onde houver tendência para aprender, para crescer e se desenvolver, haverá inteligência. Peirce descreveu esse movimento sob o nome de semiose para explicitar as noções de mente, pensamento, continuidade, vida e crescimento. Assim definido, o conceito da mente amplia-se consideravelmente não se restringindo ao reino humano, mas abraçando também qualquer forma de vida [...] (SANTAELLA, 2019, p. 398)

Elencando as razões que favorecem a opção pela continuidade, Peirce cita a seguinte: “Como pode uma mente agir sobre outra mente?²⁷¹” (CP 1.170). Ou seja, o sinequismo oferece uma resposta para essa problemática. Para Peirce, “uma porção da mente age sobre outra, porque está em uma medida imediatamente presente para aquela outra²⁷²” (CP 1.170). O processo de raciocínio da mente não é composto por partes (CP 2.27); não é descontínuo, portanto. Ideias só podem ser conectadas por meio da continuidade (CP 6.143). Há na noção de afetabilidade, também, uma crítica ao cartesianismo; ou seja, Peirce está defendendo que não existe cognição prévia, na medida em que novos signos vão sendo produzidos a partir da afetabilidade de ideias:

Que ideia pode ser ligada àquilo de que não se tem ideia? Pois se há uma ideia de uma tal realidade, é do objeto dessa ideia de que estamos falando, e que não é independente do pensamento. Está claro que está além do poder de uma mente ter uma ideia de algo inteiramente independente do pensamento [...] não temos os meios para adquirir um conceito de algo de forma independente de toda opinião e pensamento.²⁷³ (CP 7.345)

Ideias não são criações desta ou daquela mente (CP 1.217), e sim resultado de um processo contínuo. Peirce afirma que “todas as grandes realizações da mente estiveram além dos poderes de

²⁷¹ “How can one mind act upon another mind?”

²⁷² “one portion of mind acts upon another, because it is in a measure immediately present to that other”.

²⁷³ “What idea can be attached to that of which there is no idea? For if there be an idea of such a reality, it is the object of that idea of which we are speaking, and which is not independent of thought. It is clear that it is quite beyond the power of the mind to have an idea of something entirely independent of thought [...] [we] can have no such means of acquiring a conception of something independent of all opinion and thought”.

indivíduos sozinhos²⁷⁴” (CP 6.315). Isso mostra a importância da comunicação e evidencia como o crescimento da razoabilidade só pode se dar a partir da produção de interpretantes por mentes em uma comunidade. Nesse contexto, há que se olhar para a potência do signo de produzir novos interpretantes. Há uma preocupação em tornar eficientes as relações sígnicas, de modo a estabelecer um hábito. Peirce concebeu a ideia da retórica formal, que trataria “das condições formais da força dos símbolos, ou seu poder de apelar para uma mente, ou seja, de sua referência em geral a interpretantes²⁷⁵” (CP 1.559). A questão da afetabilidade da mente está estreitamente associada com a lógica triádica peirceana que conduz a um interpretante:

Um signo é um cognoscível que, de um lado, é determinado [...] por algo que não ele mesmo, chamado de seu objeto, enquanto que, de outro lado, determina uma mente atual ou potencial, determinação essa que eu nomeio como interpretante criado pelo signo, de modo que a mente interpretante é assim mediadamente determinada pelo objeto.²⁷⁶ (CP 8.177)

Conforme Romanini (2005, p. 2), a mente “emerge como o resultado de um processo sintético em que os signos chamados interpretantes são determinados por objetos exteriores à mente graças à mediação do próprio signo”. O autor ressalta o fato de que “o objeto do signo não é ‘algo em si’ de natureza transcendental” (ROMANINI, 2005, p. 2), e sim outro signo. Não há uma coisa em si externa, transcendente, apenas outros signos. É o que chamamos em nossa tese de imanência relacional.

O compromisso da comunicação com o passado é apenas o de produzir, a partir dele, novos interpretantes: “O futuro é sugerido por, ou melhor, é influenciado, pelas sugestões do passado²⁷⁷” (CP 6.142). O interpretante dará lugar a um novo signo, que por sua vez irá gerar um novo interpretante, e assim sucessivamente, *continuamente*. Nas palavras de Houser (2016, p. 386, grifo do autor), “mente é uma rede relacional de signos (consistindo fundamentalmente de conceitos gerais inter-relacionados e dos hábitos interpretativos associados a esses conceitos) da qual nós

²⁷⁴ “all the greatest achievements of mind have been beyond the powers of unaided individuals”.

²⁷⁵ “of the formal conditions of the force of symbols, or their power of appealing to a mind, that is, of their reference in general to interpretants”.

²⁷⁶ “A Sign is a Cognizable that, on the one hand, is so determined [...] by something other than itself, called its Object, while, on the other hand, it so determines some actual or potential Mind, the determination whereof I term the Interpretant created by the Sign, that that Interpreting Mind is therein determined mediately by the Object”.

²⁷⁷ “The future is suggested by, or rather is influenced by the suggestions of, the past”.

participamos e na qual operamos, mas que não é de fato *nossa*²⁷⁸”. Ou seja, a mente não nos pertence.

Peirce associa a mente a um propósito (CP 1.269); a mente atua por causação final (CP 1.269). Essa é uma tendência, não uma determinação (EP 2, p. 120). A afetabilidade atua, assim, no sentido de buscar tornar eficientes as relações sgnicas, o que a aproxima da retórica e da metodêutica. Colapietro (2022, p. 16) registra que, em seus últimos anos, Peirce “parece ter feito a metodêutica ser a fase culminante de sua teoria do signo²⁷⁹”. É essa concepção que garante que o processo de funcionamento da mente tenha um propósito: “inovação retórica e teleologia desenvolvimentista ajudam uma à outra [...] sem tal teleologia, nossos esforços seriam exercícios de *mera* inteligência²⁸⁰” (COLAPIETRO, 2022, p. 16, grifo do autor).

Peirce só chegou à afirmação de que toda comunicação se dá por continuidade (*Imortalidade e Sinequismo*, 1893) após a ideia da afetabilidade, em *A Lei da Mente*, de 1892. Com o sinequismo, Peirce se propõe a ampliar a “concepção bárbara de identidade pessoal²⁸¹” (CP 7.572). Para ele, “tudo o que experienciamos diretamente é nosso pensamento – o que passa por nossas mentes²⁸²” (CP 7.337). Como vimos, está muito além do poder da mente conceber algo de forma independente do pensamento (CP 7.345). A afetabilidade é o que permite a produção de conhecimento: “nenhuma cognição é uma cognição ou tem relevância intelectual pelo que é em si mesma, mas apenas pelo que é em seus efeitos sobre outros pensamentos. E a existência de uma cognição não é algo atual, mas consiste no fato de que sob certas circunstâncias alguma outra cognição irá surgir²⁸³” (CP 7.357).

Como forma de conclusão, notamos o seguinte: o que a afetabilidade implica é que a comunicação só pode se dar no espaço desse contínuo da mente. A tese expressa neste parâmetro é a de que fora dessa relação de afetabilidade, não se produz comunicação. O que garante a continuidade da mente é a associação entre as ideias; ela faz parte de um mesmo *continuum*, e as

²⁷⁸ “mind is a relational network of signs (consisting most fundamentally of interrelated general conceptions and associated interpretative habits) that we participate in and operate within but which is not really ours”.

²⁷⁹ “In his later years, he appears to have made methodetic the culminating phase of his sign theory”.

²⁸⁰ “Rhetorical innovation and developmental teleology assist each other [...] Without such teleology, our efforts would be so many exercises in mere cleverness”.

²⁸¹ “the barbaric conception of personal identity must be broadened”.

²⁸² “All that we directly experience is our thought -- what passes through our minds”.

²⁸³ “no cognition is such or has an intellectual significance for what it is in itself, but only for what it is in its effects upon other thoughts. And the existence of a cognition is not something actual, but consists in the fact that under certain circumstances some other cognition will arise”.

ideias se associam por afetabilidade. As cadeias semiósicas que vão sendo constituídas ao longo do tempo são marcadas por essa afetabilidade. A proposta da afetabilidade das ideias faz parte da passagem operada por Peirce da concepção dualista de mente cartesiana para um conceito de mente que não se reduza ao ser humano. O anticartesianismo de Peirce conduz ao sinequismo: “em seu aspecto metafísico, a negação peirceana da intuição significa afirmar que não há limite definido entre o mundo interno da mente e o mundo externo que a mente conhece; mente conhecedora e objeto conhecido são contínuos um com o outro²⁸⁴” (LANE, 2011b, p. 238).

O parâmetro da afetabilidade é a expressão comunicacional da generalidade relacional (CP 6.190) que a continuidade implica. A ideia de afetabilidade não se confunde com a própria continuidade, mas decorre dela. Afetabilidade é o conceito que dá conta da noção proposta por Peirce de espriamento contínuo de ideias da mente; é o que permite afirmar uma determinada operação da mente, por comunicação. A noção de afetabilidade é muito próxima tanto da ideia de hábito (CP 6.277) quanto da de ágape (CP 6.289), que passamos a ver agora.

3.2.6 Amor evolucionário orientado para o futuro

Peirce construiu um sistema que é decididamente voltado para o futuro. Para ele, “o pensamento é racional apenas na medida em que se recomenda a si próprio para um possível pensamento futuro. Ou, em outras palavras, a racionalidade do pensamento está em sua referência a um possível futuro²⁸⁵” (CP 7.361). Essa orientação para o futuro se estende ao processo sígnico: “sem a ratificação por parte de um eu futuro o signo perde seu significado” (SILVEIRA, 2001, p. 206). A comunicação se configura nessa direção para o porvir; fora disso, perde significado. Tal orientação para o futuro é consequência do sinequismo: “A preservação do contínuo requer do signo [...] o poder de, referindo-se ao passado, interpretá-lo para o futuro” (SILVEIRA, 2001, p. 206).

²⁸⁴ “in its metaphysical aspect, Peirce’s denial of intuition amounts to the claim that there is no definite boundary between the internal world of the mind and the external world that the mind cognizes; cognizing mind and cognized object are continuous with one another”.

²⁸⁵ “thought is rational only so far as it recommends itself to a possible future thought. Or in other words the rationality of thought lies in its reference to a possible future”.

O ágape é a expressão de um amor pela razão; corresponde ao amor evolucionário pelo mundo e pelo crescimento da razoabilidade concreta (CP 6.289). A mente se desenvolve de modo agapístico, dirá Peirce (CP 6.289). Essas formulações são coerentes com o pensamento peirceano como um todo: “A consideração do Amor como um substrato maior da evolução se deve a uma estrutura teórica sistêmica que permeia não somente a ontologia [de Peirce], mas toda sua filosofia”, afirma Ibri (2005, p. 196). Nesse sentido, o evolucionismo, em Peirce, não é meramente um processo aleatório, e sim organizado por um princípio condutor, o ágape. Novamente, nos vemos aqui diante da presença da teleologia nas ideias peirceanas. Peirce nos convida, em sua máxima pragmática, a imaginar os efeitos possíveis futuros das proposições. Sua visão de mundo é a de uma teleologia pragmaticista orientada para o futuro.

Pensada sob esses termos, a comunicação adquire um estatuto epistêmico e ontológico que a vê como parte do processo de crescimento da razoabilidade concreta do mundo; ela tem um sentido de complexificação e de ampliação das potencialidades. Uma filosofia evolucionária pressupõe esse caráter de crescimento (CP 6.157). A comunicação está, aqui, muito longe de ser compreendida como um conjunto de interações triviais que se dão cotidianamente entre seres humanos. Mais do que isso, ela necessariamente adquire um olhar direcionado para o futuro: “nenhum pensamento do presente [...] tem qualquer significado, qualquer valor intelectual; pois isso está não no que é de fato pensado, mas em como esse pensamento pode se conectar em representação com pensamentos subsequentes²⁸⁶” (CP 5.289). Lucas evidencia que há articulações entre o que aqui compreendemos como parâmetros da comunicação sinequista ao afirmar que

O ímpeto peirceano parece sempre conduzir a consideração do objeto investigado [...] na direção de sua repercussão futura não para um sujeito, mas para uma comunidade [...] cujo funcionamento, por sua vez, só podemos compreender suficientemente se considerada sua capacidade de produzir hábitos, crenças e condutas. Disso decorre que o que é comunicacionalmente pertinente tem sempre uma relação com o futuro. (LUCAS, 2022, p. 77)

Peirce busca demonstrar logicamente que existe uma orientação para o futuro nas proposições (CP 5.545). Ele nos explica por que o pragmaticista localiza o sentido no futuro:

o sentido racional de toda proposição está no futuro. [...] da miríade de formas nas quais uma proposição pode ser traduzida, qual é a que será chamada de seu

²⁸⁶ “no present actual thought [,,] has any meaning, any intellectual value; for this lies not in what is actually thought, but in what this thought may be connected with in representation by subsequent thoughts”.

significado? É, de acordo com o pragmaticista, aquela forma na qual a proposição se torna aplicável para a conduta humana, [...] aquela forma que é mais diretamente aplicável ao autocontrole em toda situação, e para todo propósito. É por isso que ele localiza o sentido no tempo futuro; pois a conduta futura é a única conduta que é sujeita ao autocontrole. [...] Sempre que um homem age com propósito, ele age sob uma crença em algum fenômeno experimental. Conseqüentemente, a soma dos fenômenos experimentais que uma proposição implica forma o todo de seu resultado sobre a conduta humana.²⁸⁷ (CP 5.427)

A comunicação passa a ser pensada a partir de seus efeitos futuros, e não do momento presente. Os signos vão evolutivamente crescendo e aumentando a razoabilidade concreta do mundo. Em Peirce, esse sentido de direcionamento para o futuro não se confunde com um dogma a ser seguido, com algo predestinado: “A mera execução de propósitos pré-determinados é algo mecânico²⁸⁸” (CP 6.157).

A relação da comunicação com o futuro se traduz, nos termos da comunicação sinequista, no parâmetro do ágape. O amor evolucionário é o princípio condutor desse futuro, o que o organiza, o que dá perspectiva a ele. Não se trata apenas do desenrolar de acontecimentos, mas de sua compreensão sob um propósito. O futuro devém a partir desse amor evolutivo, constitui-se sob a organização do ágape.

O ágape é o elemento que garante a presença de um propósito na continuidade das ideias, tal como concebido por Peirce: “O desenvolvimento agapástico do pensamento deveria, se existe, ser distinguido por seu caráter de propósito, esse propósito sendo o desenvolvimento de uma ideia. Deveríamos ter dele uma compreensão e uma reconhecimento agápicas, em virtude da continuidade do pensamento²⁸⁹” (CP 6.315). Não se deve, porém, tomar essa ideia de ágape como a afirmação de um progresso, que seria contrária ao pensamento peirceano em seu caráter evolucionista. O ágape não se confunde com um otimismo infundado na aposta de um desenrolar positivo – é antes a

²⁸⁷ “The rational meaning of every proposition lies in the future. [...] of the myriads of forms into which a proposition may be translated, what is that one which is to be called its very meaning? It is, according to the pragmaticist, that form in which the proposition becomes applicable to human conduct, [...] that form which is most directly applicable to self-control under every situation, and to every purpose. This is why he locates the meaning in future time; for future conduct is the only conduct that is subject to self-control. [...] Whenever a man acts purposively, he acts under a belief in some experimental phenomenon. Consequently, the sum of the experimental phenomena that a proposition implies makes up its entire bearing upon human conduct.

²⁸⁸ “The mere carrying out of predetermined purposes is mechanical”.

²⁸⁹ “The agapastic development of thought should, if it exists, be distinguished by its purposive character, this purpose being the development of an idea. We should have a direct agapic [...] comprehension and recognition of it, by virtue of the continuity of thought”.

crença no desenvolvimento da razão. Nas palavras de Silva (2021c, p. 6), “a razoabilidade concreta convive *pari passu* com todas as irrazoabilidades do mundo”.

Em carta a Lady Welby, Peirce explicita a relação entre amor evolucionário e sinequismo que está presente em sua cosmologia:

Todo mundo pode ver que a afirmação de São João é a fórmula de uma filosofia evolucionária, a qual ensina que o crescimento vem apenas do amor, não direi do auto-sacrifício, mas do impulso ardente de realizar o mais alto impulso de outrem. Suponha, por exemplo, que eu tenha uma ideia que interessa a mim. É minha criação. [...] Eu a amo. E vou me afundar para aperfeiçoá-la. Não é dando fria justiça ao círculo das minhas ideias que eu posso fazê-las crescer, mas estimando e cuidando delas como eu faria com as flores de meu jardim. A filosofia que tiramos do evangelho de João é de que esse é o modo de desenvolvimento da mente; e sobre o cosmos, apenas enquanto ainda é mente, e, portanto, tem vida, é capaz de evoluir mais. Amar, reconhecer germes de amabilidade no odioso, gradualmente aquece-o rumo à vida, e o torna adorável. Esse é o tipo de evolução que todo estudante cuidadoso do meu ensaio “A Lei da Mente” verá que o sinequismo requer.²⁹⁰ (CP 6.289)

O sinequismo garante a existência de uma relação de continuidade entre a espontaneidade da novidade e o crescimento da razoabilidade do mundo, entre tiquismo e agapismo. Em primeiridade, há diferença, variação, renovação. A razoabilidade concreta cresce a partir do surgimento da espontaneidade e da novidade no mundo. Na citação acima, há uma menção ao impulso ardente de realizar o impulso de outros. Estamos, aqui, muito longe do solipsismo. O reconhecimento, pelo sinequismo, da consciência social, na qual há uma continuidade a partir da encarnação em outrem (CP 7.575), e pela qual há a corporificação do espírito de uma pessoa em outras, é uma expressão do ágape. Peirce afirma que os resultados de sua investigação sobre a “doutrina da probabilidade” lhe permitem concluir que “a teoria social da realidade, longe de ser incompatível com o tiquismo, inevitavelmente conduz a essa forma de filosofia. Ontologia socialista, ou, como eu prefiro nomeá-la, agapista²⁹¹” (CP 6.610). Peirce chega mesmo a tratar o

²⁹⁰ “Everybody can see that the statement of St. John is the formula of an evolutionary philosophy, which teaches that growth comes only from love, from I will not say self-sacrifice, but from the ardent impulse to fulfill another's highest impulse. Suppose, for example, that I have an idea that interests me. It is my creation. [...] I love it; and I will sink myself in perfecting it. It is not by dealing out cold justice to the circle of my ideas that I can make them grow, but by cherishing and tending them as I would the flowers in my garden. The philosophy we draw from John's gospel is that this is the way mind develops; and as for the cosmos, only so far as it yet is mind, and so has life, is it capable of further evolution. Love, recognizing germs of loveliness in the hateful, gradually warms it into life, and makes it lovely. That is the sort of evolution which every careful student of my essay "The Law of Mind" must see that synechism calls for”.

²⁹¹ “the social theory of reality, far from being incompatible with tychism, inevitably leads up to that form of philosophy. Socialistic, or as I prefer to term it, agapastic ontology”.

ágape como um socialismo ontológico, portanto. O acaso é parte integrante do crescimento evolutivo do mundo. Vemos nessa citação que tiquismo e a teoria social da realidade produzida por uma comunidade são coerentes entre si. Aí já se insinua a discussão sobre um conceito peirceano de política. Nas palavras de Silveira (1985, p. 12), há uma “atribuição ao amor criativo do princípio do desenvolvimento da mente e do próprio cosmos”.

Quando Peirce afirma que é preciso ter esperança de que a comunidade irá atingir um consenso, ele está expressando uma crença no ágape, na potência desse amor evolutivo. O ágape não pressupõe uma linearidade, e sim uma crença no aumento do conhecimento do mundo que se estabelece no longo prazo. A comunicação se inscreve na mesma lógica processual da cognição, sobre a qual Peirce afirmou que “a consciência de um processo, e isso na forma do sentido de aprender, de adquirir, de crescimento mental é eminentemente característica da cognição²⁹²” (CP 1.381). Nesse sentido, “poder-se-ia inclusive afirmar que o método pragmatista é um método baseado na comunicação, pois só é possível aumentar o conhecimento internalizado por um sistema se ele estiver em comunicação com algo que lhe forneça a necessária informação” (ROMANINI, 2016, p. 29).

Para Peirce, “nenhum sinequista deve dizer ‘Eu sou por inteiro eu mesmo, e em nada você’. [...] seus vizinhos são, em certa medida, você mesmo [...] a individualidade que você gosta de se atribuir é, em maior parte, o mais vulgar delírio de vaidade²⁹³” (CP 7.571). Conforme Colapietro (2022, p. 15), “o movimento da razão (ou mente racional, ou seja, autocontrolada) é idêntico ao movimento do amor [...] a razão é, no fundo, uma forma de amor²⁹⁴”. Nos vemos aqui, claramente, em meio a uma concepção de razão muito mais ampla em relação a como é vista em um pensamento filosófico mais tradicional: “Encontrar no amor criativo a relação fundamental da produção do universo e do móvel de seu próprio crescimento amplia a noção de racional” (SILVEIRA, 1985, p. 13). O que propomos aqui é que uma filosofia da comunicação pensada em termos peirceanos deve levar em conta essa ampla concepção de razão. Devemos supor o ágape como motor também da comunicação. Esse amor criativo está presente em todas as relações, defende Peirce.

²⁹² “the consciousness of a process, and this in the form of the sense of learning, of acquiring, of mental growth is eminently characteristic of cognition”.

²⁹³ “Nor must any synechist say, ‘I am altogether myself, and not at all you.’ [...] your neighbors are, in a measure, yourself, [...], the selfhood you like to attribute to yourself is, for the most part, the vulgarest delusion of vanity”.

²⁹⁴ “the movement of reason (or rational – i.e., self-controlled – mind) is identical to the movement of love [...] reason is at bottom a form of love”.

Peirce é crítico da ideia de que a razão seria válida por outra coisa que não ela mesma (CP 5.4). O ágape, associado à razoabilidade, não corresponde, nesse sentido, a uma transcendência, e sim a uma imanência, de um sentido de amor evolutivo que percorre todas as coisas. O ágape é a teleologia da comunicação, mas não é uma teleologia transcendente, e sim algo que percorre o processo comunicacional de forma imanente. O ágape pode ser compreendido como um elemento de afirmação da presença de uma imanência radical no pensamento de Peirce também por sua relação com o sinequismo (CP 5.4). No texto *Amor Evolucionário*, Peirce fala na relação sinequismo-agapismo: “Se pudesse ser evidenciado diretamente que há uma entidade tal como o ‘espírito de uma época’ ou de um povo, e que a inteligência meramente individual não dará conta de todos os fenômenos, isso seria prova suficiente a um só tempo do agapasticismo e do sinequismo²⁹⁵” (CP 6.315).

Como vimos neste subcapítulo, agapismo e sinequismo são ideias em conexão próxima. Conforme Peirce, “o desenvolvimento agapástico do pensamento é a adoção de certas tendências mentais [...] em virtude da continuidade da mente²⁹⁶” (W8, p. 196). O ágape confere à comunicação um sentido de propósito e produz um afastamento tanto do ensimesmamento quanto da mera repetição de ideias passadas. Vista sob esse aspecto, a comunicação pode passar a ser pensada a partir de seu desenrolar no futuro, na continuidade do processo comunicacional, no aumento da razoabilidade concreta.

²⁹⁵ “The agapastic development of thought should, if it exists, be distinguished by its purposive character, this purpose being the development of an idea. We should have a direct agapic comprehension and recognition of it by virtue of the continuity of thought. [...] If it could be shown directly that there is such an entity as the ‘spirit of an age’ or of a people, and that mere individual intelligence will not account for all the phenomena, this would be proof enough at once of agapasticism and of synechism”.

²⁹⁶ “The agapastic development of thought is the adoption of certain mental tendencies [...] by virtue of the continuity of mind”.

4. A POLÍTICA EM PEIRCE

As discussões teóricas presentes neste capítulo correspondem ao desenvolvimento das seguintes questões: o que pode vir a configurar uma política peirceana? Quais os elementos de seu pensamento que constituem essa política? Quais as implicações políticas da hipótese metafísica do sinequismo? O que implica pensar essa proposta de continuidade politicamente?

O texto está estruturado em três partes. Na primeira, buscamos desdobrar as implicações políticas das teses cosmológicas e metafísicas de Peirce e situar a política na arquitetura científica. Na segunda, discutimos criticamente a ideia peirceana de hábito, conceito central para a argumentação geral de nossa tese. A terceira parte, que se pretende a mais propositiva, apresenta o que compreendemos como os elementos do pensamento de Peirce que configuram uma política pragmaticista, a qual se opõe a uma política pragmática.

4.1 Política na arquitetura peirceana

A concepção peirceana de signo tem, de saída, uma dimensão coletiva, social, e isso está claramente ligado ao que, mesmo em nível de senso comum, compreendemos como político. Essa constatação faz parte do percurso da configuração de uma política peirceana, mas está longe de encerrá-la. Como vimos buscando caracterizar ao longo de nosso texto, o signo é mais bem compreendido a partir da semiose, que, por sua vez, é mais bem compreendida a partir do sinequismo, conforme discutimos no capítulo 2.

Para se pensar em uma política peirceana, pode-se, ainda, partir de sua concepção de comunidade. A dimensão coletiva das ideias de Peirce, no sentido de constituição de uma comunidade, pode ser apreendida a partir de seu famoso ensaio sobre a fixação das crenças (CP 5.358–5.387). A noção de comunidade que Peirce constrói, com a importância atribuída a ela, é uma peça-chave na configuração da dimensão política de seu pensamento.

Para além disso, todavia, no escopo de nossa pesquisa, olhar para a política a partir de Peirce implica olhar para a política desde a metafísica e a cosmologia. O foco de nossas investigações neste capítulo está nas implicações do sinequismo – pensado em termos da continuidade tanto entre

acaso e hábito quanto entre matéria e mente – para a política. É a partir do traçado desse percurso que poderemos configurar uma política peirceana.

O que poderíamos chamar de política de Peirce não se encontra sistematizado no autor. Assim, cabe à tese propor um conceito de política propriamente peirceano, a partir de suas ideias. Ou seja, a noção que esta tese adota de política é, justamente, esse conceito a ser criado por ela, e não um prévio. Vemos com clareza, a partir do percurso já desenvolvido, que essa política não pode estar separada da metafísica elaborada por Peirce.

Não nos parece que esse pensamento político peirceano esteja associado a um contexto específico, dos Estados Unidos, na virada entre o fim do século 19 e o começo do século 20. Acreditamos que, por estar associada à cosmologia, a dimensão política das ideias de Peirce ultrapassa a sua localização espaço-temporal. A ideia de que as teses cosmológicas e metafísicas de Peirce têm implicações políticas decorre do modo como o filósofo estruturou a sua arquitetura científica. É a partir dessa arquitetura que começamos a desenvolver a concepção peirceana de política.

Os escritos de Peirce sobre cosmologia têm, por óbvio, caráter especulativo. Atentemos para o seu lugar na arquitetura. A cosmologia é uma subdivisão da metafísica (CP 1.192). A metafísica em Peirce, conforme já discutimos, não está no lugar de um *a priori* de que se parte, e sim daquilo a que se chega. Assim, essas especulações cosmológicas são informadas por conhecimento produzido – não sendo, de modo algum, desprovidas de relação com a experiência. Nesse sentido, as investigações sobre política devem estar calcadas na experiência. Mesmo “a filosofia é uma ciência baseada na experiência cotidiana²⁹⁷” (CP 8.112).

Peirce acredita que “a experiência de um homem não é nada, sozinha. Se ele vê o que outros não conseguem ver, nós chamamos isso de alucinação. Não é sobre a ‘minha’ experiência, mas sobre a ‘nossa’ experiência que se deve pensar; e esse ‘nós’ tem possibilidades indefinidas²⁹⁸” (CP 5.402). Sua política, afirmamos, dá-se no espaço das possibilidades indefinidas desse *nós* a que o autor se refere.

Conforme a lógica da arquitetura científica de Peirce, o lugar da política corresponde ao que ele chamou de ideoscopia ou ciências especiais – preocupadas, justamente, com a investigação

²⁹⁷ “philosophy is a science based upon everyday experience”.

²⁹⁸ “one man's experience is nothing, if it stands alone. If he sees what others cannot, we call it hallucination. It is not ‘my’ experience, but ‘our’ experience that has to be thought of; and this ‘us’ has indefinite possibilities”.

dessa experiência: “A ideoscopia consiste em descrever e classificar as ideias que pertencem à experiência cotidiana ou que surgem naturalmente da conexão com a vida cotidiana, sem considerar sua validade ou invalidade ou sua psicologia²⁹⁹” (CP 8.328). Nesse sentido, são irrelevantes as discussões políticas que estejam apartadas da experiência. “Todo o edifício filosófico com suas diferentes ciências dá alicerce às ciências especiais, enquanto estas abastecem aquelas com problemas e novas questões”, afirma Santaella (1992, p. 148). Ou seja, a experiência levanta problemas que obrigam as instâncias que precedem as ciências especiais na arquitetura a se repensar, a se renovar. Nesse sentido, nos perguntamos: quais são as questões que a política coloca ao pensamento de Peirce? É importante demarcar que, para nós, as ciências especiais não são pensadas como redutíveis ao humano ou a ciências humanas.

As ciências especiais buscam “descobrir o que *deve ser* e não meramente o que *é* no mundo real³⁰⁰” (CP 2.227, grifos do autor). Peirce diz que “as ciências especiais são obrigadas a tomar como certas várias proposições importantes, porque seus modos de trabalho não lhes permitem testar essas proposições. Em resumo, elas sempre se baseiam na metafísica³⁰¹” (CP 1.129). Eis aí a explicação de por que precisamos da fundamentação no sinequismo para investigar uma compreensão da política conforme Peirce. A política, enquanto ciência especial, se apoia nos conceitos da filosofia, conforme o diagrama da arquitetura (CP 1.239-242): matemática (1), filosofia (2) e ciências especiais (3).

O pensamento de Peirce apresenta importantes contribuições para a filosofia política. Pessoas são “meras células do organismo social³⁰²” (CP 1.673), nas palavras de Peirce. O sinequismo reconhece a consciência social, à qual Peirce atribui uma relevância maior do que a do nível do indivíduo: “o sinequismo reconhece que a consciência carnal é apenas uma pequena parte do homem. Há, em segundo lugar, uma consciência social, pela qual o espírito de um homem é encarnado em outros, e que continua a viver e respirar e existir para muito além do que observadores superficiais acreditam³⁰³” (CP 7.575).

²⁹⁹ “*Ideoscopy* consists in describing and classifying the ideas that belong to ordinary experience or that naturally arise in connection with ordinary life, without regard to their being valid or invalid or to their psychology”.

³⁰⁰ “aiming to find out what must be and not merely what is in the actual world”.

³⁰¹ “the special sciences are obliged to take for granted a number of most important propositions, because their ways of working afford no means of bringing these propositions to the test. In short, they always rest upon metaphysics”.

³⁰² “mere cells of the social organism”.

³⁰³ “synechism recognizes that the carnal consciousness is but a small part of the man. There is, in the second place, the social consciousness, by which a man's spirit is embodied in others, and which continues to live and breathe and have its being very much longer than superficial observers think”.

Em uma classificação das ciências por ordem de sua generalidade, datada de 1892 (W8, p. 275-276), Peirce identifica a política sob a égide da conduta, e em proximidade com a ética. Nessa classificação, tanto a política quando a comunicação estão dentro da sociologia. Vemos aí justificada, portanto, nossa extrapolação das ideias metafísicas e epistemológicas para a comunicação e a política – ambas são menos abstratas do que a metafísica.

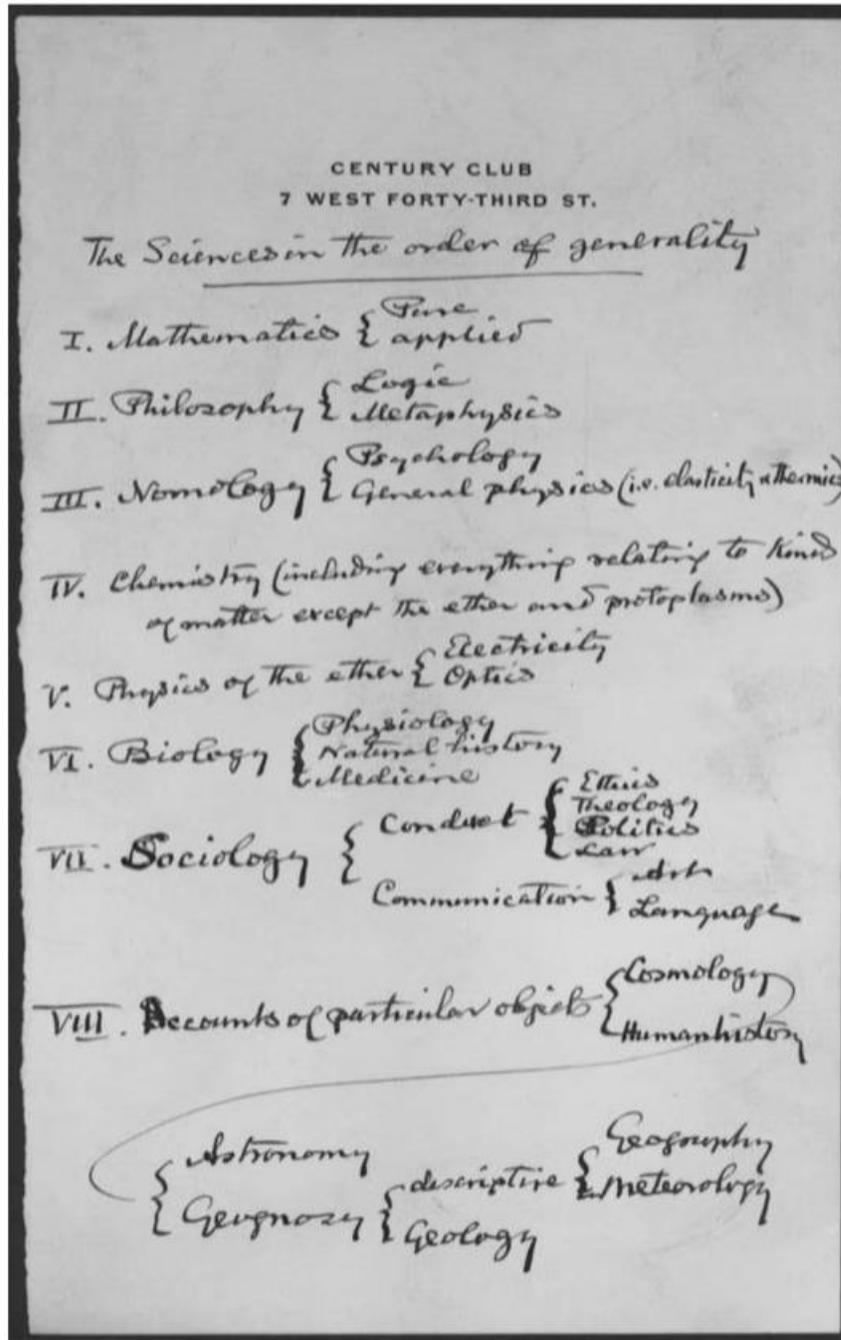


Figura 1. Manuscrito de Peirce com diagrama de classificação das ciências (W8, p. 276)

Peirce também idealizou, em sua arquitetura, as três ciências normativas: estética, ética e lógica ou semiótica. Seguindo a organização da arquitetura peirceana e das categorias, a ética se apoia na estética, e a semiótica se sustenta na estética e na ética (CP 5.129). Estética, ética e lógica são princípios orientadores, guias para a conduta humana. Sob o ponto de vista das ciências normativas, nossas práticas se sustentam em princípios estéticos. Parker (2003, p. 30) nota como há “uma clara interdependência entre as três ciências normativas³⁰⁴”. De acordo com o autor, “no coração das ciências normativas está o desenho de um realismo ético não-fundacional, baseado na estética e modelado na filosofia pragmática de Peirce da investigação científica³⁰⁵” (PARKER, 2003, p. 28).

As concepções do pensamento peirceano que garantem uma continuidade entre a inventividade e a sua atualização em hábitos políticos abrem uma dimensão potente de reflexão sobre as articulações entre estética, ética e semiótica. Por aí, podemos nos aproximar de configurar uma espécie de dimensão estética da política: parece-nos que a tradução da diversidade do cosmos em hábito tem uma dimensão estética. Ao produzir conhecimento, estamos produzindo o mundo; assim, o aumento da razoabilidade concreta produz um mundo mais complexo e belo (belo não em um sentido estético tradicional³⁰⁶). A política está imiscuída nessa produção semiósica e sinequística do mundo. Note-se a seguinte articulação das ciências normativas proposta por Silva e Santaella:

Compreendo que é pelas ciências normativas que começamos a dar forma mais concreta à forma da política. Há uma potencialidade estética que realiza comportamentos éticos cujas regras de transformação são descritas pela semiótica. Ora, tal procedimento dá a ver uma efetiva dimensão política do pensamento peirceano: a invenção estética e suas partilhas do sensível se realizam em mundos concretos e nos levam à formação de regras [e] também políticas de convivência. (SILVA; SANTAELLA, 2022, p. 20).

³⁰⁴ “a clear interdependence among the three normative sciences”.

³⁰⁵ “At the heart of the normative sciences is the outline of a non-foundational ethical realism, grounded in esthetics and modeled on Peirce’s pragmatic philosophy of scientific inquiry”.

³⁰⁶ Em CP 1.43, Peirce se refere a três classes de homens: a primeira, a dos artistas, seria formada pelos que priorizam as qualidades dos sentimentos; a segunda, a dos homens do poder; e a terceira, a dos que priorizam a razão. Para estes, a natureza “é um cosmos, tão admirável, que penetrar seus mistérios parece a eles a única coisa que faz a vida valer a pena ser vivida” (CP 1.43). Esse é o verdadeiro sentido de admirável para Peirce, e é a essa terceira classe que, naturalmente, ele dá preferência – enquanto relega o belo, ou um sentido estético tradicional, aos homens da primeira classe, para os quais “a natureza é uma figura”.

Trata-se de dar forma semiótica à potencialidade estética por meio da mediação entre esse possível e um existente. Esse é o desafio político, tal como formulado por Silva e Santaella. Por meio do hábito, há uma tradução política e semiótica da espontaneidade do mundo: “De que maneira uma potencialidade estética ao se redistribuir produz as condições a partir das quais os corpos passam a agir eticamente e a política passa a ser responsável pela estruturação das normas cujo fim último é a própria razoabilidade concreta do mundo?”, questiona Silva (2021c, p. 7). Note-se que não há como se falar em política que seja alheia a uma perspectiva semiótica, se estivermos tratando de Peirce e levando em conta a lógica de sua arquitetura. Caberia à semiótica a descrição dos modos como “potencialidades estéticas se realizam em comportamentos éticos” (SILVA, 2021c, p. 5) – essa seria a sua função política, conforme Silva.

A estética está associada ao aumento da razoabilidade concreta do mundo, que se dá a partir das traduções semióticas em terceiridade. Peirce critica a ideia de que algo seria belo por si só, sem razão para tal (CP 1.612). Por outro lado, a razoabilidade é um princípio em si mesmo. Esse fundamento estético não é algo transcendente, mas uma justificação lógica, coerente com a arquitetura de Peirce. Para ele, “o mais elevado de todos os objetivos possíveis é fazer avançar a razoabilidade concreta³⁰⁷” (CP 2.34n2). O sinequista acredita na ideia de que processos como a tendência à generalização e um maior governo das leis são “fases de um mesmo processo do crescimento da razoabilidade³⁰⁸” (CP 5.4). Essa razoabilidade é dotada de potência criativa (CP 5.520).

A ética está apoiada na estética, mas o *summum bonum* não se realiza na ação (CP 5.433), e sim nesse processo contínuo de generalização que o sinequismo implica. Conforme Parker (2003, p. 30), “no sistema peirceano, o sentimento admirável é a fundação sobre a qual a ação decisiva e o pensamento crítico montam seus ideais mais específicos³⁰⁹”. Em Peirce, ressalte-se, ética não se confunde de forma alguma com uma moral. A ética se preocupa com aquilo que tem como fim a ação (CP 5.129). Essa conduta ética diz respeito a comportamentos gerais, não particulares (IBRI, 2011, p. 78).

Como se dá essa conduta ética? Ela surge a partir de uma crença, que dá lugar a uma ação. Nesse sentido, a ação deve ser compreendida em sua articulação com as ciências normativas. A

³⁰⁷ “the highest of all possible aims is to further concrete reasonableness”.

³⁰⁸ “phases of one and the same process of the growth of reasonableness”.

³⁰⁹ “In Peirce’s system, admirable feeling is the foundation upon which decisive action and critical thought mount their own more specific ideals”.

conduta controlada pela razão ética tende à fixação de determinados hábitos de conduta (CP 5.430). Veremos detalhadamente no próximo subcapítulo as relações entre crença, hábito e ação. Neste primeiro item do capítulo, defendemos a articulação entre política e experiência, notamos a fundamentação lógica da política na metafísica e expusemos as relações entre as ciências normativas de estética, ética e semiótica. Como síntese da dimensão política do pensamento peirceano que discutimos até agora, afirmamos que pensar a política a partir do sinequismo implica vê-la sob a perspectiva de novas potencialidades que podem vir a irromper no mundo, a se atualizar em existentes e a se converter em hábitos.

4.2 Hábito e política

Hábito é um conceito importante para a filosofia, sendo central não apenas no pensamento de Peirce, mas também no de outros filósofos, como o escocês David Hume (1711-1776) e o alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). Nas mãos de Peirce, o hábito é compreendido como “uma lei geral de ação³¹⁰” (CP 2.148). Essa ideia de um hábito que conduz a uma ação nos ajuda a situá-lo em uma dimensão política, no sentido de que o agir político não vem de um lugar incerto e não-sabido, e sim está conectado a uma crença que lhe precede; ou seja, está vinculado a um hábito.

Peirce nos diz que “nada além de um princípio de hábito, ele mesmo devido ao crescimento por hábito de uma tendência infinitesimal do acaso a ganhar hábito, é a única ponte que pode cobrir o abismo entre o acaso do caos e o cosmos da lei e ordem³¹¹” (CP 6.262). São as regularidades – e os hábitos são compreendidos como regularidades – que possibilitam uma existência ordenada, que não caia no caos. Para além do qualificativo *ordenada*, a regularidade está conectada com a própria ideia que Peirce faz de existência:

a realidade das coisas consiste nelas se forçando de forma persistente em nossa reconhecimento. Se algo não tem tal persistência, é um mero sonho. A realidade, então, é persistência, é regularidade. No caos original, em que não havia regularidade, não havia existência. Era tudo um sonho confuso. Nós podemos supor que isso estava em um passado infinitamente distante, mas conforme as coisas estão

³¹⁰ “a general law of action”.

³¹¹ “nothing but a principle of habit, itself due to the growth by habit of an infinitesimal chance tendency toward habit-taking, is the only bridge that can span the chasm between the chance-medley of chaos and the cosmos of order and law”.

ficando mais regulares, mais persistentes, elas estão ficando menos sonhadoras e mais reais.³¹² (CP 1.175)

Note-se que Peirce define realidade como aquilo que insiste, que persiste sobre nós. O processo que ele descreve de as coisas estarem ficando mais reais decorre do fato de que a existência consiste em regularidades (CP 6.265). A falta de regularidade nos levaria à nulidade, ao caos: “A generalidade é, de fato, um ingrediente indispensável da realidade, pois a mera existência individual ou atualidade sem qualquer regularidade é uma nulidade. O caos é puro nada³¹³” (CP 5.431).

Como já expusemos na introdução, Peirce diz fazer “uso do acaso principalmente para dar lugar a um princípio de generalização, ou tendência a formar hábitos, que [...] produziu todas as regularidades” (CP 6.63). Para compreender as relações entre hábito, acaso e continuidade, vejamos os seguintes trechos:

Não temos nenhuma razão para pensar que a conformidade dos fenômenos com fórmulas é absolutamente exata. Quando tentamos verificar a conformidade do fato com a lei, encontramos discrepâncias que, corretamente, atribuímos a erros de observação. Mas não podemos ter certeza de que não há anomalias similares, ainda que muito menores, nos acontecimentos em si. Já que não temos razão para pensar que o desvio médio dos fenômenos em relação à lei é igual a zero, é infinitamente mais provável que não é [igual a zero]. Devemos, portanto, supor um elemento de acaso absoluto, espontaneidade, originalidade, liberdade, na natureza³¹⁴. (EP 1, p. 243)

Esse raciocínio é uma forma de Peirce tentar demonstrar logicamente que é necessária a existência de um elemento de acaso, de imprevisibilidade, que opera nos fenômenos. Essa força tiquista, porém, vai sendo reduzida pela crescente aquisição de hábitos:

Se o universo está, assim, progredindo de um estado de quase que acaso puro para um estado de quase que determinação completa pela lei, devemos supor que há uma tendência de origem, elementar, das coisas para adquirir determinadas

³¹² “The reality of things consists in their persistent forcing themselves upon our recognition. If a thing has no such persistence, it is a mere dream. Reality, then, is persistence, is regularity. In the original chaos, where there was no regularity, there was no existence. It was all a confused dream. This we may suppose was in the infinitely distant past. But as things are getting more regular, more persistent, they are getting less dreamy and more real”.

³¹³ “Generality is, indeed, an indispensable ingredient of reality; for mere individual existence or actuality without any regularity whatever is a nullity. Chaos is pure nothing”.

³¹⁴ “We have no reason to think that the accordance of phenomena with formulae is absolutely exact. Whenever we attempt to verify the accordance of fact with law, we find discrepancies which we rightly enough attribute to errors of observation. But we cannot be sure that there are not similar, though much smaller, aberrations in the events themselves. Since we have no reason to think that the mean aberration of phenomena from law is equal to zero, it is infinitely more probable that it is not. We must therefore suppose an element of absolute chance, sporting, spontaneity, originality, freedom, in nature”.

propriedades, para ganhar hábitos. Esse é o Terceiro ou elemento mediador entre acaso – que traz à luz acontecimentos originais e Primeiros – e a lei, que produz seqüências ou Segundos³¹⁵. (EP 1, p. 243)

Turley (1969, p. 247) diz que “como, de acordo com a cosmogonia peirceana, o universo está ficando cada vez com mais leis, ele estará totalmente desprovido de espontaneidade ao final do processo evolucionário³¹⁶”. A premissa está correta, mas a conclusão nos parece em desacordo com a filosofia peirceana. Podemos colocar a seguinte questão: a força de acaso será completamente subsumida à regularidade? Na citação reproduzida acima, Peirce utiliza a expressão “quase que”, sugerindo que o universo não chegaria a um estado de determinação completa pela lei. Ainda, em outro texto, ele trata a opinião final como uma possibilidade, e não como certeza (CP 8.43).

A resposta para a questão passa pela noção, trazida por Turley, de que haverá um fim do processo evolutivo. É essa a ideia que nos parece incompatível com Peirce, pelo fato de que ele não supõe que o processo evolucionário terá um fim. Segundo ele, “o estado das coisas no infinito futuro é a morte, cujo nada consiste no triunfo completo da lei e ausência de toda espontaneidade³¹⁷” (CP 8.317). Ou seja, o fim da espontaneidade, que corresponde a uma verdadeira morte da evolução, ocorreria apenas em um hipotético futuro infinito. Peirce não situa a ocorrência do fim da espontaneidade em um ponto concretamente realizável: “um elemento de puro acaso sobrevive e irá permanecer até que o mundo se torne um sistema absolutamente perfeito, racional e simétrico, no qual a mente está por fim cristalizada no futuro infinitamente distante³¹⁸” (CP 6.33). Ele trabalha o conceito de uniformidade absoluta apenas como uma ideia irrealizável: “a uniformidade absoluta deve se estender a todo o futuro infinito; e é inútil falar disso senão como uma ideia³¹⁹” (CP 6.143). De forma ainda mais clara: “em qualquer data assinalável no futuro, haverá algum leve desvio da lei³²⁰” (CP 1.409).

³¹⁵ “If the universe is thus progressing from a state of all but pure chance to a state of all but complete determination by law, we must suppose that there is an original, elemental, tendency of things to acquire determinate properties, to take habits. This is the Third or mediating element between chance, which brings forth First and original events, and law which produces sequences or Seconds”.

³¹⁶ “since according to Peirce’s cosmogony the universe is becoming increasingly lawful, it will be totally deprived of spontaneity at the end of the evolutionary process”.

³¹⁷ “The state of things in the infinite future is death, the nothingness of which consists in the complete triumph of law and absence of all spontaneity”.

³¹⁸ “an element of pure chance survives and will remain until the world becomes an absolutely perfect, rational, and symmetrical system, in which mind is at last crystallized in the infinitely distant future”.

³¹⁹ “absolute uniformity must extend over the whole infinite future; and it is idle to talk of that except as an idea”.

³²⁰ “at any assignable date in the future there will be some slight aberrancy from law”.

Para além dessas discussões, o que é fundamental compreender aqui, para os efeitos de nosso trabalho, é o seguinte: dizer que há continuidade entre acaso e hábito é dizer que há continuidade entre espontaneidade e a norma que a regulariza. Nesses termos, a política pode ser compreendida como uma tradução semiótica capaz de estabelecer a relação entre o acaso da espontaneidade do mundo e a regularidade do hábito. Tais afirmações encontram seu apoio nas fundações sobre as quais Peirce construiu seu pensamento, conforme vimos discutindo. É também a partir dessas fundações que se torna clara a ideia de que a ação do signo, entre a irrupção de um acaso em primeiridade e a sua conversão em hábito em terceiridade, é uma ação lógica.

O hábito, que dá consistência aos acontecimentos casuísticos, não deixa de ser assombrado por uma ordem de imprevisibilidade que está em sua própria constituição lógica. O acaso desafia constantemente a referencialidade e o hábito instituídos. O hábito está a todo momento sujeito a ser solapado pela diversidade do mundo, uma vez que esta insiste em nossa experiência e provoca forçosamente a mudança de hábitos. Essa aquisição de novos hábitos e novas normas é a instância para a qual o evolucionismo peirceano converge.

Em Peirce, o conceito de hábito está associado a uma tendência, jamais a uma necessidade. A postulação do hábito como invariável implicaria uma negação de princípios básicos de sua filosofia. Se fossem imutáveis, “hábitos se tornariam endurecidos e inerradicáveis e, com a falta de espaço para a formação de novos hábitos, a vida intelectual chegaria a um rápido fim³²¹” (CP 6.148). Ou seja, a capacidade de adquirir novos hábitos é o próprio movimento da inteligência.

No capítulo 2, já estabelecemos a relação entre matéria e mente. É importante ressaltar, aqui, a centralidade do hábito para essa relação. O sinequismo implica a ideia de que “a matéria é meramente a mente amortecida pelo desenvolvimento do hábito³²²” (CP 8.318). A tendência, ao longo do infinito curso do processo evolucionário, é de crescimento do hábito. Ainda, também como expusemos no capítulo 2, “a única teoria inteligível do universo é a do idealismo objetivo, de que a matéria é mente enfraquecida, hábitos inveterados tornando-se leis físicas³²³” (CP 6.25). Peirce confere grande importância a essa ideia, afirmando que, para testá-la, seria preciso olhar

³²¹ “habits would become wooden and ineradicable and, no room being left for the formation of new habits, intellectual life would come to a speedy close”.

³²² “matter is merely mind deadened by the development of habit”.

³²³ “The one intelligible theory of the universe is that of objective idealism, that matter is effete mind, inveterate habits becoming physical laws”.

para sua capacidade de explicação dos fenômenos de tridimensionalidade do espaço e das leis do movimento, bem como as características gerais do universo (CP 6.25).

O processo semiósico é o processo de funcionamento da mente, e, na lógica do idealismo objetivo, é também por esse processo que a matéria evolui e se atualiza. Assim, “matéria morta seria apenas o resultado final do endurecimento do hábito reduzindo a atuação livre do sentimento e a irracionalidade bruta do esforço à morte completa³²⁴” (CP 6.201). Peirce fala em uma

conexão muito íntima que parece subsistir entre a lei, ou quase-lei, do crescimento e a lei do hábito, que é a principal, senão (como eu defendo que é) a única lei da ação mental. Agora, essa lei do hábito parece ser radicalmente diferente em sua forma geral da lei mecânica, no sentido de que pararia de operar se fosse obedecida rigidamente, já que nesse caso todos os hábitos se tornariam tão fixos que não abririam espaço para mais formação de hábitos.³²⁵ (CP 6.613)

A recusa à lei mecânica coloca Peirce em um patamar de pensador à frente do seu tempo e das descobertas da ciência que marcaram o século 20. Essas críticas que ele elabora à lógica mecanicista estão diretamente ligadas às suas ideias sobre o sinequismo. Vejamos a construção do seguinte argumento: “A causação mecânica, se absoluta, não deixa nada para a consciência fazer no mundo da matéria; e se o mundo da mente é meramente uma transcrição daquele da matéria, não há nada para a consciência fazer mesmo no reino mental³²⁶” (CP 6.613). Peirce está argumentando aqui que o mecanicismo faria da consciência algo sem função. A consciência volta a ser considerada como um fator no universo apenas quando se admite o tiquismo e o sinequismo (CP 6.613):

Supondo que a matéria seja mente sob a servidão do hábito inveterado, a lei da mente ainda se aplica a ela. De acordo com esta lei, a consciência retrocede conforme o hábito se estabelece, e é excitada novamente no rompimento do hábito. Porém, a mais alta qualidade da mente envolve uma grande facilidade para ganhar hábitos, e uma grande facilidade para perdê-los³²⁷. (CP 6.613)

³²⁴ “dead matter would be merely the final result of the complete induration of habit reducing the free play of feeling and the brute irrationality of effort to complete death. [...] when I speak of chance, I only employ a mathematical term to express with accuracy the characteristics of freedom or spontaneity”.

³²⁵ “very intimate connection which seems to subsist between the law, or quasi-law, of growth and the law of habit, which is the principal, if not (as I hold it to be) the sole, law of mental action. Now, this law of habit seems to be quite radically different in its general form from mechanical law, inasmuch as it would at once cease to operate if it were rigidly obeyed: since in that case all habits would at once become so fixed as to give room for no further formation of habits”.

³²⁶ “Mechanical causation, if absolute, leaves nothing for consciousness to do in the world of matter; and if the world of mind is merely a transcript of that of matter, there is nothing for consciousness to do even in the mental realm”.

³²⁷ “Supposing matter to be but mind under the slavery of inveterate habit, the law of mind still applies to it. According to that law, consciousness subsides as habit becomes established, and is excited again at the breaking up of habit. But the highest quality of mind involves a great readiness to take habits, and a great readiness to lose them”.

Assim, a plasticidade da mente – compreendida aqui nos termos de Peirce, não se reduzindo ao cérebro de um indivíduo, onde estaria localizada sua consciência – está associada à sua capacidade de ganhar hábitos. O crescimento que Peirce supõe estar ocorrendo no universo se dá a partir de violações dos hábitos (CP 6.613). Caso os hábitos se mantivessem fixos, não haveria esse crescimento geral, tampouco a complexificação do mundo e o aumento da diversidade (CP 6.613) – que são ideias primordiais para a lógica peirceana. O hábito é fundamental para a produção de conhecimento, pois conhecemos por meio de generalizações: “Esse hábito é uma tendência generalizante, e como tal uma generalização, e como tal um geral, e como tal um *continuum* ou continuidade. Ele deve ter sua origem na continuidade original que é inerente à potencialidade. A continuidade, enquanto generalidade, é inerente à potencialidade, que é essencialmente geral³²⁸” (CP 6.204). Peirce fala em uma conexão íntima entre continuidade e generalidade (CP 1.84). A noção de avanço do conhecimento científico pertence a esse domínio da continuidade que é a instância da terceiridade, da generalidade, do hábito. O universo está crescendo, defende Peirce a partir de seu evolucionismo: “Alguns de nós somos evolucionistas; ou seja, estamos tão impressionados com a disseminação do crescimento, cujo percurso parece ser apenas aqui e ali interrompido, que nos parece que o universo como um todo, tanto quanto se pode possivelmente conceber ou opinar logicamente do todo, deveria ser concebido como em crescimento³²⁹” (CP 6.613).

O que essas passagens entre acaso e hábito sobre as quais vimos discutindo nos dizem sobre política? Parece-nos que nos sugerem uma compreensão de sua operação. Na política vista dessa forma, o conceito de hábito é compreendido a partir do tiquismo e sinequismo aliançados. Não se trata, aqui, de inventar uma nova ou outra política, uma alternativa, e sim de mostrar que a política se dá assim, concretamente, efetivamente, no mundo como é – para além dos eventuais desejos daqueles que gostariam de conter a irrupção das potencialidades. Negar a possibilidade do surgimento da espontaneidade não impede que ela de fato venha a se atualizar em um existente.

³²⁸ “This habit is a generalizing tendency, and as such a generalization, and as such a general, and as such a continuum or continuity. It must have its origin in the original continuity which is inherent in potentiality. Continuity, as generality, is inherent in potentiality, which is essentially general”.

³²⁹ “Some of us are evolutionists; that is, we are so impressed with the pervasiveness of growth, whose course seems only here and there to be interrupted, that it seems to us that the universe as a whole, so far as anything can possibly be conceived or logically opined of the whole, should be conceived as growing”.

O hábito é algo que confere consistência (CP 6.204), regularidade. Consistência e regularidade não se confundem com fixidez e determinação: hábitos se alteram a partir de variações que irrompem no mundo de forma casuística. Uma política compreendida a partir do hábito é uma política que está em continuidade com o surgimento da novidade e da espontaneidade que a assombra. Isso pois ela está sempre aberta a um fator de indeterminação que a força a mudar. Tal é a compreensão que dela podemos fazer, a partir da cosmologia de Peirce. Conforme já vimos no capítulo 2,

O desenvolvimento ticastico do pensamento, então, irá consistir em leves desvios das ideias habituais em diferentes direções de forma indiferente, sem objetivo e sem amarras seja por circunstâncias externas ou pela força da lógica, sendo esses novos desvios seguidos por resultados imprevisos que tendem a fixar alguns deles como hábitos mais do que outros.³³⁰ (CP 6.307)

A política é dominada pelo hábito, pela norma, mas a norma está constantemente sendo solapada pela irrupção casuística de novos fenômenos, os quais podem forçar esta norma a sofrer alterações. A diversidade do mundo insiste sobre a lei, sobre as traduções do mundo que fomos capazes de produzir – o existente que ainda não se transformou em lei insiste sobre ela. A lei está sujeita a ser violada por acontecimentos que desviam do que ela havia estabelecido como norma. Há uma imprevisibilidade intrínseca ao universo, quando o compreendemos a partir desses termos. O hábito tem o seu percurso de formação traçado com início no caos, na diversidade do mundo. Afirma-se, assim – a partir de um pensamento que tem como centro o sinequismo –, a presença de uma força do acaso na política, que faz balançar constantemente os hábitos instituídos.

Essa força do acaso se materializa na irrupção eventual de acontecimentos que podem vir a provocar uma mudança no que está instituído, ou *habitado*: “há no acontecimento enquanto secundidade a presença de algo que possui uma força eruptiva, uma vontade afirmativa que completa sua existência quando consegue se desdobrar” (SILVA, 2021c, p. 12). De acordo com Silva e Colling (2019, p. 7), “o signo, em contato acontecimental com algo que não ele, é uma ação que produz um efeito concreto no mundo. E essa ação é formalmente política, sejam os objetos de que trata reconhecidos como tal ou não”. É importante ressaltar mais uma vez como o pensamento

³³⁰ “The tychastic development of thought, then, will consist in slight departures from habitual ideas in different directions indifferently, quite purposeless and quite unconstrained whether by outward circumstances or by force of logic, these new departures being followed by unforeseen results which tend to fix some of them as habits more than others”.

de Peirce rejeita dicotomias, e como as noções de tiquismo e sinequismo contribuem para essa recusa. Silva e Colling mostram que a lógica triádica também se manifesta aqui ao afirmar que

se o acontecimento político, sob o aspecto da relação do signo com seu objeto dinâmico, é força bruta; na perspectiva do tiquismo também é acaso. A diferença não é só de nuance; trata-se, efetivamente, de um viés que nos permite descrever com maior clareza a complexidade que envolve a questão do acontecimento. Sob o aspecto do signo, força bruta, indicial; sob o aspecto do tiquismo, acaso, espontaneidade; sob o aspecto dos efeitos, sentido e verdade. (SILVA; COLLING, 2019, p. 9)

Os acontecimentos podem provocar rupturas nas normas. Peirce afirma que a dissolução da crença começa com uma surpresa (CP 5.417). A crença, que é um hábito, dá lugar à dúvida. Essa logo dará lugar a uma nova crença, a um novo hábito de conduta. A política nos ajuda a mostrar que o sinequismo não é algo etéreo – ele se manifesta concretamente na produção de novos hábitos de conduta. O que é habituado, normalizado, é a cristalização da diversidade, da espontaneidade, do acaso que irrompe. A tendência de aquisição de hábitos torna lógico, em Peirce, esse percurso do acaso ao hábito, da espontaneidade ao hábito. Note-se que, se há tendência à aquisição de hábitos, isso se deve em larga medida ao fato de que há uma força de continuidade atuando no mundo:

Que as ideias não podem de maneira nenhuma ser conectadas sem continuidade é suficientemente evidente para quem refletir sobre o assunto. Mas ainda se pode entreter a opinião de que após a continuidade ter tornado possível a conexão de ideias, elas poderiam então se conectar em outros modos que não por continuidade. Certamente, eu não consigo ver como alguém pode negar que a diversidade infinita do universo, que nós chamamos de acaso, pode aproximar ideias que não estão associadas em uma ideia geral. Ela pode fazer isso muitas vezes. Mas então a lei do espraiamento contínuo irá produzir uma associação mental; e eu suponho que essa é uma definição resumida do modo como o universo foi evoluído.³³¹ (CP 6.143)

O universo evolui, portanto, por meio de associações mentais. O fato de que as ideias só podem ser conectadas por meio da continuidade, formulado claramente aqui, é central para o desenvolvimento da parte do pensamento de Peirce que estamos investigando em nossa pesquisa.

³³¹ “That ideas can nowise be connected without continuity is sufficiently evident to one who reflects upon the matter. But still the opinion may be entertained that after continuity has once made the connection of ideas possible, then they may get to be connected in other modes than through continuity. Certainly, I cannot see how anyone can deny that the infinite diversity of the universe, which we call chance, may bring ideas into proximity which are not associated in one general idea. It may do this many times. But then the law of continuous spreading will produce a mental association; and this I suppose is an abridged statement of the way the universe has been evolved”.

Note-se aí a relação profunda que há entre sinequismo e semiose. Para Peirce, “onde quer que ideias se juntem, elas tendem a se fundir em ideias gerais³³²” (CP 6.143). É nessa afetabilidade, nessas ideias associadas pela continuidade, que se dão as atualizações entre acaso e hábito. Não há descontinuidade entre uma e outra instância.

As traduções políticas do acaso ao hábito aumentam a razoabilidade concreta do mundo. É a partir desse movimento que se pode afirmar a existência de uma tendência ao aumento do campo do cognoscível. Nesse sentido, tais traduções podem ser compreendidas como expressão do ágape, o amor evolucionário pelo conhecimento e pelo universo. Peirce chegou a afirmar o ágape como uma espécie de evolução ou desenvolvimento necessário do sinequismo (CP 6.289). Assim, o processo evolucionário não é em vão, e sim justificado pelo amor, ágape.

O sinequista deve considerar que a continuidade é animada por essa dimensão agapística do pensamento peirceano. A política, pensada a partir de termos peirceanos, e conectada com o ágape, adquire um sentido vitalista. Essa dimensão vitalista está conectada com o pragmaticismo: nesta formulação da máxima pragmaticista, Peirce afirma que “o teor racional de uma palavra ou de outra expressão resta exclusivamente na sua consequência concebível sobre a *conduta da vida*³³³” (CP 5.412, grifo nosso). Essa versão da máxima tem consequências políticas e impõe um sentido normativo que, parece-nos, não se reduz a um plano imaginário ou ideal, e pode ser estendido para uma reflexão sobre existentes no presente, a partir da ideia de conduta da vida.

O sinequismo pode ser compreendido como uma espécie de continuidade da vida, a forma pela qual a vida se renova, tal como previsto por Peirce em sua cosmologia. Há, assim, algo da ordem da ação da própria vida presente no sinequismo. Esse elemento nos convida a um repensar do que compreendemos como política, que se dá em direção a uma concepção de política que está em uma relação de continuidade com o mundo, com o cosmos. Por esse caminho, pode-se compreender a política em uma dimensão que supere mesmo o sentido etimológico da palavra³³⁴.

Silva (2021a, p. 9) afirma que, em primeiridade, os fenômenos têm o “papel político” de “surpreender, criar, mover”, e que “o propósito pragmático de tais fenômenos é encarnar-se e o propósito pragmaticista é gerar pensamento e mudança de hábitos. [...] A continuidade, nesse

³³² “wherever ideas come together they tend to weld into general ideas”.

³³³ “rational purport of a word or other expression, lies exclusively in its conceivable bearing upon the conduct of life”.

³³⁴ “A palavra política vem de pólis e, quando seres que não são da pólis pensam, podem imaginar outros mundos que não são política, ou, ao menos, não a política vigente” (KRENAK, 2022, p. 80).

sentido, expressa por múltiplas cadeias tradutórias, é sinônimo do que poderíamos chamar de vida”. Essa vitalidade que Silva identificava é uma consequência da proposta do sinequismo.

Peirce se manifestou de forma contrária à noção de assuntos de *importância vital* que William James lhe rogava fossem alvo de suas palestras em Cambridge³³⁵. Apesar desse distanciamento que ele defendia entre a filosofia e esses tópicos vitais, há em seu sistema de pensamento um forte sentido de vitalidade. Se de um lado recusava a ideia de tópicos de importância vital, por outro lado, mostrou-se favorável ao pragmatismo ser tomado em um sentido de crescimento e de vitalidade (CP 5.414). O espaço em que esse crescimento e essa vitalidade se realizam é a terceiridade: “onde quer que haja vida, geração, crescimento, desenvolvimento, lá e apenas lá está a terceiridade genuína³³⁶” (W6, p. 211-212).

Nesse sentido, é coerente que o conceito de hábito, que pertence ao domínio da terceiridade, tenha um sentido vitalista em Peirce: “O principal elemento do hábito é a tendência a repetir qualquer ação que foi performada anteriormente. É um fenômeno ao menos co-extensivo com a vida, e pode cobrir um domínio real ainda mais amplo³³⁷” (EP 2, p. 223). Ibrí (2016, p. 602-603, grifo do autor) nota como, em Peirce, a noção de vida está associada à experiência, e afirma que sua filosofia, “na medida em que envolve experiência interpretada que se torna o *curso da própria vida*, já emerge como uma filosofia da conduta, ou seja, já se torna geneticamente pragmática³³⁸”. Conduta, experiência, hábito e vitalidade estão, dessa forma, associados no pensamento de Peirce.

Bergman (2009a, p. 23) argumenta que, na lógica peirceana, “em última instância, não se empreende a filosofia em prol da especulação ou do divertimento estético enquanto tais, mas com o objetivo de melhorar hábitos³³⁹”. Peirce chega a formular um neologismo, *habit-change*: “significando por mudança de hábito (*habit-change*) uma modificação das tendências de uma pessoa à ação³⁴⁰” (CP 5.476). O hábito, portanto, conduz à ação. Em Peirce, a ideia de ação está associada à racionalidade. Uma das formulações da máxima pragmática dá conta de que o raciocínio conduz à ação com propósito (*purposive action*, CP 5.212). Peirce destaca a definição,

³³⁵ Cf. RLT, p. 31.

³³⁶ “wherever there is life, generation, growth, development, there and there alone is such genuine thirdness”.

³³⁷ “The main element of habit is the tendency to repeat any action which has been performed before. It is a phenomenon at least coextensive with life, and it may cover a still wider real realm”.

³³⁸ “the original character of Peircean thought, insofar as it involves interpreted experience that becomes the *course of life* itself, already emerges as a philosophy of conduct, that is, already becomes genetically pragmatic”.

³³⁹ “ultimately, philosophy is not pursued for the benefit of speculation or aesthetic amusement as such, but with the aim of improving habits”.

³⁴⁰ “meaning by a habit-change a modification of a person's tendencies toward action”.

elaborada por Alexander Bain, de crença como “aquilo a partir do qual um homem está preparado para agir³⁴¹”, e afirma que “dessa definição, o pragmatismo é pouco mais do que um corolário³⁴²” (CP 5.12). Segundo Peirce, “as ações do sistema nervoso são direcionadas para fins, o que é a propriedade essencial da mente³⁴³” (W6, p. 450).

Peirce sustenta que a inteligência e o conhecimento envolvem uma disposição para agir: “A prontidão para agir de uma certa forma sob dadas circunstâncias e quando acionado por um dado motivo é um hábito; e um hábito deliberado, ou autocontrolado, é precisamente uma crença³⁴⁴” (CP 5.480). É apenas porque temos uma determinada crença prévia ao ato de agir que realizamos determinadas ações. Essa relação entre crença, hábito e ação se apresenta no cotidiano de todos. Por crer que me conduzirá ao lugar indicado, entro em um ônibus. Porque cremos que um restaurante não envenena a comida que serve a seus clientes, nos dispomos a comer ali. Porque creio que irá descrever uma trajetória descendente uma vez lançada ao ar, atiro uma bolinha de papel na direção do lixo. Fala-se aqui de atos banais. Por outro lado, também se pode pensar em uma crítica dos hábitos *normalizados* que seria de natureza fundamentalmente política. Por exemplo, se as evidências empíricas mostram que há uma desproporção no número de abordagens policiais entre pessoas brancas e negras comparativamente à parcela que representam na sociedade, isso revela um racismo subjacente ao trabalho da polícia que opera como hábito. Como esses, há uma miríade de outros hábitos de conduta que orientam as ações de indivíduos e da comunidade cotidianamente. A normalização de certos hábitos pode ser compreendida como despolitizante. É nesse sentido que a desnaturalização do hábito instituído e operante como norma é um esforço fundamentalmente político. É preciso formular uma crítica pragmaticista dos hábitos de conduta.

O hábito está associado a uma generalidade, e não deve ser tomado ou confundido como secundidade. Todavia, os hábitos produzem efeitos que se verificam no existente da secundidade. A terceiridade se manifesta na realidade concreta a partir do existente, da ação (CP 5.436). Assim, os hábitos podem ser descritos a partir do tipo de ação ao qual dão lugar (CP 5.491). No entanto, não se reduzem à ação: Peirce nota que hábitos são gerais que produzem efeitos que inclusive podem não se atualizar (CP 6.485). É nesse sentido que a ação deve ser tratada, nessa continuidade

³⁴¹ “that upon which a man is prepared to act”.

³⁴² “from this definition, pragmatism is scarce more than a corollary”.

³⁴³ “the actions of the nervous system are directed toward ends, which is the essential property of mind”.

³⁴⁴ “[Readiness] to act in a certain way under given circumstances and when actuated by a given motive is a habit; and a deliberate, or self-controlled, habit is precisely a belief”.

entre potencialidade e hábito. Desnaturalizar a secundidade é também trabalhar nessa crítica dos hábitos de conduta. O futuro deve ser pensado “não exclusivamente em termos de ações concretas, mas em termos daquilo que deveria ser, ou seja, em termos de uma ciência normativa que se ocupasse no estudo das finalidades últimas da ação” (SILVA, 2021c, p. 3).

O sinequismo implica reconhecer a capacidade dos possíveis de se atualizar em hábitos. Se o hábito diz respeito a uma continuidade entre a norma instituída em terceiridade e a espontaneidade da primeiridade, e envolve uma prontidão para agir, a ação também pode ter que dar conta das potencialidades ilimitadas. É o argumento exposto por Rosenthal (1984, p. 438): “o significado concreto de possibilidades não-atualizadas, de alternativas genuínas e potencialidades genuínas é adquirido por referência à consciência experiencial no presente da duração de um hábito enquanto uma regra de organização de possibilidades ilimitadas e como uma prontidão para responder a mais do que pode ser jamais especificado ou atualizado³⁴⁵”.

O conceito de hábito não se reduz ou se esgota em um ato repetido da vida cotidiana – está associado a uma ética e às demais ciências normativas. Nas palavras de Romanini (2016, p. 48), “o hábito não se sustenta apenas sobre considerações lógicas, mas também exige considerações éticas e estéticas”. Isso está profundamente conectado com o pragmaticismo: “o sentido dos conceitos, ou [...] de *interpretante lógicos*, determina a ação. Esse compromisso semântico [...] realiza aquilo que a máxima do pragmaticismo recomenda e é basicamente de uma natureza ética³⁴⁶” (IBRI, 2016, p. 603, grifo do autor).

A consideração das potencialidades não deve ser confundida com uma hipervalorização do casual: “Não proponho explicar qualquer coisa como devida à ação do acaso, ou seja, como sendo sem lei [...] Apenas utilizo o acaso para dar lugar ao desenvolvimento da lei por meio da lei do hábito³⁴⁷” (CP 6.606). O que Gradim (2006, p. 77) chamou de “subtil jogo entre novidade-continuidade” é compreendido aqui em uma dimensão política. Se pensamos que matéria é mente com hábitos cristalizados, podemos afirmar que as formas de organização política são resultado desse processo contínuo de *habituação*. Essa forma de compreensão mostra tanto que a matéria se

³⁴⁵ “The concrete meaning of unactualized possibilities, of genuine alternatives and genuine potentialities is gained by reference to the experiential awareness within the durational present of habit as a rule of organization of unlimited possibilities and as a readiness to respond to more than can ever be specified or actualized”.

³⁴⁶ “the meaning of concepts, or using the semiotic vocabulary, of *logical interpretants*, determines the action. This semantic commitment [...] accomplishes what the maxim of pragmaticism recommends and is basically of an ethical nature”.

³⁴⁷ “I do not propose to explain anything as due to the action of chance, that is, as being lawless. [...] I only use chance to give room for the development of law by means of the law of habits”.

configurou a partir de processos mentais de hábito quanto que está aberta à transformação. Por conta do caráter evolucionário do pensamento peirceano, fica claro que esse processo é movente; não estará jamais concluído, mas sempre se constituindo e por se fazer a um só tempo: “a essência da razão é tal que seu ser não pode jamais ter sido completamente aperfeiçoado. Deve sempre estar em um estado de incipiência, de crescimento³⁴⁸” (CP 1.615).

As crenças estarão continuamente sujeitas à alteração a partir da experiência: “novos estímulos periféricos estão [...] continuamente criando novas crenças-hábitos. Então, a crença é parcialmente determinada por crenças antigas e parcialmente por experiência nova³⁴⁹” (CP 3.161). Em uma citação que evidencia o caráter evolucionário de suas ideias, Peirce afirma que “a criação do universo, [...que] está ocorrendo hoje e nunca vai estar terminada, é o próprio desenvolvimento da razão. Não vejo como se possa ter um ideal mais satisfatório do admirável do que o desenvolvimento da razão assim compreendida³⁵⁰” (CP 1.615).

As ideias que discutimos neste subcapítulo têm consequências para a ciência. A investigação científica não é um fim em si mesmo, e deve ser algo voltado para a obtenção de resultados concretos: “a inteligência não consiste em se sentir inteligente, mas em agir de modo a que nossas ações sejam voltadas para um resultado³⁵¹” (CP 7.559). No mesmo sentido, “o significado intelectual de todo pensamento reside ao fim em seus efeitos sobre nossas ações³⁵²” (CP 7.361). No próximo subcapítulo, nos dedicaremos aos desdobramentos dessas ideias para a ciência e iremos propor uma articulação com a política.

4.3 Elementos para uma política pragmaticista

Nossa pesquisa passa por buscar evidenciar como o pragmaticismo de Peirce, compreendido dentro de sua arquitetura científica e em articulação com o sinequismo, nos ajuda a fazer uma reflexão crítica da política e nos fornece elementos que permitirão configurar uma

³⁴⁸ “the essence of Reason is such that its being never can have been completely perfected. It always must be in a state of incipency, of growth”.

³⁴⁹ “fresh peripheral excitations are [...] continually creating new belief-habits. Thus, belief is partly determined by old beliefs and partly by new experience”.

³⁵⁰ “The creation of the universe, which [...] is going on today and never will be done, is this very development of Reason. I do not see how one can have a more satisfying ideal of the admirable than the development of Reason so understood”.

³⁵¹ “intelligence does not consist in feeling intelligently but in acting so that one's deeds are concentrated upon a result”.

³⁵² “the intellectual significance of all thought ultimately lies in its effect upon our actions”.

política pragmaticista. Por esse caminho, poderemos realizar a passagem a que aludia Silva (2021b) de uma política vista a partir da perspectiva do pragmatismo para uma compreendida na perspectiva do pragmaticismo.

Nesse sentido, a política pragmaticista se opõe ao que podemos denominar de uma política pragmática, compreendida como aquela associada à *realpolitik* e caracterizada por acordos e meios-termos. Na visão que buscamos afirmar aqui, a política traduz a diversidade do mundo em hábito – mas não o faz pela conciliação ou pelo consenso, compreendido sob uma perspectiva *pragmática*, de redução das diferenças a um denominador comum. Nessa perspectiva, ideias como acordo não são suficientes para a reflexão sobre política, pois são incapazes de dar conta da irrupção da diversidade que significa o tiquismo – é o que apresentaríamos como ideia inicial na argumentação deste subcapítulo. O pensamento de Peirce deu lugar a ideias, encontradas em autores como Habermas e Rorty, que constituem um corpo teórico que pode ser associado a essa política pragmática – o qual, todavia, em muito se afasta dos fundamentos do sistema peirceano. Assim, para os efeitos dessa discussão sobre política, pragmatismo não se refere ao conceito formulado por Peirce em seus textos mais iniciais, e sim à compreensão dessa ideia no senso comum. Quando utilizamos o termo neopragmatismo, estamos nos referindo a autores como Rorty.

Peirce afirmou ironicamente³⁵³ que o pragmatismo se tornaria “a opinião filosófica dominante no século XX³⁵⁴” (CP 6.501). Curiosamente, porém, o pragmatismo, em uma versão diluída, ganhou extrema relevância tanto na filosofia quanto na política nesse período, e assim se mantém até os dias atuais. É interessante observar a existência dessa distância entre a expectativa de Peirce em relação a sua filosofia e os efeitos concretos que ela produziu, bem como a distância entre um sistema de pensamento extremamente complexo, caracterizado por uma lógica formal e abstrata, e afirmações pertencentes ao senso comum cotidiano, que advogam a necessidade de “ser pragmático”. Pensamos aqui na mesma direção do que Apel (1981, p. 196) descreveu criticamente como “o pragmatismo público de uma racionalidade técnico-científica livre de valores [que] relega todos os problemas relacionados à ética para a esfera de decisões [...] privadas³⁵⁵”.

Peirce anuncia o advento do pragmaticismo propagandeando ser essa uma palavra tão feia que estaria fora do alcance de sequestradores (CP 5.414). No texto em que anuncia a criação da

³⁵³ O contexto no qual a afirmação está inserida deixa claro que se trata de uma ironia.

³⁵⁴ “pragmatism is going to be the dominant philosophical opinion of the twentieth century”.

³⁵⁵ “the public Pragmatism of value-free, scientific-technological rationality relegates all problems relating to ethics to the sphere of private, supposedly existential, decisions”.

palavra *pragmaticismo*, Peirce fala mesmo em uma obrigação de inventar novos termos ao introduzir ideias novas na filosofia (CP 5.413). Para além da anedota, é digno de interesse que o *pragmatismo* já era, desde sua concepção por Peirce, alvo de ladrões do intelecto. Se não puderam capturar os sentidos da palavra *pragmaticismo*, certamente o fizeram do *pragmatismo*.

Nossa tese busca produzir um afastamento desses capttores. Mais especificamente, a ideia que defendemos neste subcapítulo é a de que o *pragmaticismo* nos permite refletir criticamente sobre a política – ao evidenciar-nos, por exemplo, que, para compreender a política, é insuficiente olhar apenas para o mundo como está. Para compreendê-la, é preciso olhar também para os fenômenos em seu aspecto de primeiridade. Essa perspectiva nos abre as portas para uma compreensão da política a partir de um *dever*, do que pode vir a ser. Isso pois sabemos de saída que a política nunca está completa; ela está sempre por fazer, em processo, já que tende à aquisição de novos hábitos. A política está aberta ao que Peirce, em outro contexto, nomeou como “um oceano de possibilidades sem limite³⁵⁶” (CP 7.508). A partir desses elementos, o pensamento de Peirce nos coloca, ainda, no rumo de uma política decididamente coletiva.

Pensada pelo contínuo, a política se vê livre dos limites – diríamos até, limites “pragmáticos” – a que frequentemente é submetida. A partir do *tiquismo* e do *sinequismo*, com a lógica de que novos acontecimentos surgidos do acaso podem vir a se converter em regularidades, abre-se para nós uma via para olhar para os possíveis da política, ou seja, para o que não está dado, o que ainda não está constituído formalmente. Vista sob esse aspecto, a política não pré-existe.

O pensamento de Peirce conduz logicamente à produção de novos hábitos de conduta. Esse processo tem um fim, um *telos*. Peirce não renegou esse caráter teleológico, tendo inclusive o reconhecido. De acordo com ele, o *sinequista* “irá insistir que todos os fenômenos são de um único caráter, ainda que alguns mais mentais e espontâneos, e outros mais materiais e regulares. Todavia, todos apresentam da mesma forma uma mistura de liberdade e restrição que lhes permitem, não, lhes obrigam a ser teleológicos, ou com um propósito³⁵⁷” (CP 7.570). A visão de mundo exposta nessa citação é a de uma teleologia *pragmaticista* orientada para o futuro.

De acordo com Silva (2021b, p. 16), o *pragmaticismo* opera uma série de deslocamentos em relação ao *pragmatismo*: “do individualismo ao coletivismo qualificado (bem-estar comum),

³⁵⁶ “a boundless ocean of possibilities”.

³⁵⁷ “[the *synechist*] will insist that all phenomena are of one character, though some are more mental and spontaneous, others more material and regular. Still, all alike present that mixture of freedom and constraint, which allows them to be, nay, makes them to be teleological, or purposive”.

da utilidade ao hábito controlado de conduta, do espaço-tempo coordenado do presente à razoabilidade concreta do futuro (sob a condição ético-estética das ciências normativas)”. A crítica ao individualismo foi formulada expressamente por Peirce. Para ele, “é impossível apreender corretamente a posição do pragmaticista sem compreender completamente que em nenhum lugar ele estaria menos em casa do que ao lado dos individualistas³⁵⁸” (CP 5.504).

As ideias que trazemos aqui nos permitem elaborar uma desconstrução das dicotomias da política a partir da continuidade peirceana. Elas nos possibilitam realizar uma crítica da concepção representacional de política, a qual é calcada em um determinado conceito de representação (que não é o de Peirce), que cria uma dicotomia entre mundo representado e representação³⁵⁹. Também nos permitem questionar o discurso da política pragmática, que prega acordos conciliatórios e meios-termos como capazes de produzir transformação.

O desafio que fica evidenciado a partir das ideias que apresentamos é o de que compreender a política implica compreender a continuidade entre espontaneidade que irrompe, referencialidade do acontecimento e hábito instituído. A lógica das categorias mostra aqui sua enorme potência. A espontaneidade, por ser um fenômeno de primeiridade, só pode ser compreendida a partir de suas manifestações em secundidade e terceiridade. No entanto, o caráter mediador da terceiridade não se confunde com um papel conciliador. Não é por acordos que se traduz a diversidade do mundo; de fato, essa tradução pode ser violenta. A política pragmática opera a partir de conceitos como o de acordo – ideia que, diríamos, é insuficiente para dar conta da diversidade do mundo e de sua manutenção no futuro. A política pragmaticista, por seu lado, é baseada não em um acordo intersubjetivo conciliatório, mas no reconhecimento da diversidade do mundo.

Reafirmamos a importância de se olhar para os fenômenos em primeiridade, secundidade e terceiridade. Negligenciar a secundidade equivale a “esquecer que há um mundo real com ações e reações reais³⁶⁰” (CP 1.368). Por outro lado, o foco excessivo no concreto, ou seja, na secundidade, corresponde ao que poderíamos chamar da posição de um nominalista, da qual Peirce procura se afastar: “Ser um nominalista consiste no estado não-desenvolvido na mente de um indivíduo da apreensão da Terceiridade enquanto Terceiridade. O remédio para isso consiste em permitir que as

³⁵⁸ “It is impossible rightly to apprehend the pragmaticist's position without fully understanding that nowhere would he be less at home than in the ranks of individualists”.

³⁵⁹ Para uma crítica peirceana a esse conceito e à ideia de crise da representação, ver Santaella (2003).

³⁶⁰ “forgetting that there is a real world with real actions and reactions”.

ideias da vida humana desempenhem um papel maior na filosofia do indivíduo³⁶¹” (CP 5.121). Frente a essa visão nominalista, o desafio é trabalhar no nível da terceiridade, do hábito. Apenas essa posição nos afasta, ainda, dos teólogos da ciência que eram alvo da crítica de Peirce. Dificilmente eles trabalham no nível da terceiridade, que exigiria perceber que a conduta e as ações estão relacionadas com o hábito. Exige, também, perceber que as crenças são a um só tempo estáveis e também abertas à mudança – mudança essa provocada pelo acaso, por um movimento criativo da diversidade do mundo, pelo acaso que subverte a norma, que gera um fenômeno imprevisto na regularidade da lei. Conforme Silva (2021b, p. 16), “a secundidade é uma das formas do real, talvez a mais naturalizada. Desnaturizá-la, integrando-a à semiose de que participa em sua dimensão potencial e em sua dimensão mental (mente do mundo) ainda é um desafio teórico e político do século XXI”.

A partir das discussões elaboradas aqui, podemos traçar um percurso para efetivar o projeto de uma política peirceana. Esse projeto não foi enunciado pelo próprio filósofo. Refletir sobre Peirce e política não é, todavia, uma ideia original desta tese. Ward (2001) e Silva (2021b) nos ajudam a caracterizar essa dimensão do pensamento peirceano. Visamos aqui explorar e reconhecer suas propostas, mas também buscar avançar em relação a suas descobertas. Por exemplo, Ward não fala de comunicação – que, nos termos de nosso trabalho, é central.

Ward nos oferece uma trilha para a configuração da política peirceana que se aproxima do percurso que construímos a partir da metafísica sinequista. Ele afirma que a “função dos indivíduos enquanto uma comunidade está predicada em sua participação no espírito do agapismo. Então, a política de Peirce também se torna um terreno para testar sua hipótese metafísica³⁶²” (WARD, 2001, p. 69). O agapismo não corresponde a uma garantia de sucesso do amor e da razão. A teleologia peirceana está associada a uma esperança, mas está muito distante da garantia de progresso – é antes a crença em um processo evolucionário. Nas palavras de Gradim,

A beleza do esquema peirceano é que a Metafísica e a unificação protagonizada pelas Ciências Normativas reintroduzem no mundo a noção de teleologia, mas não, ao contrário da clássica ou medieval, uma teleologia antropomórfica. O progresso e a evolução cósmica passam pelo homem, mas não só por ele, nem este

³⁶¹ “To be a nominalist consists in the undeveloped state in one's mind of the apprehension of Thirdness as Thirdness. The remedy for it consists in allowing ideas of human life to play a greater part in one's philosophy”.

³⁶² “The function of individuals as a community is predicated on their participation in the spirit of agapism, and so Peirce's politics also becomes a ground for testing his metaphysical hypothesis”.

é instância privilegiada do *evolutionary love* que perpassa todas as coisas. (GRADIM, 2006, p. 18)

Ward (2001, p. 72) predica, ainda, o sucesso da comunidade em sua capacidade de se expandir para incluir todas as mentes. O autor nota como a metafísica especulativa de Peirce fundamenta uma concepção de política, a qual passa pela ciência: “Peirce argumenta que o pragmatismo representa o potencial para que pessoas se unam à investigação construtiva e criativa que desenvolve o sentido do universo – tornar-se real em reação ao caráter do universo. Apenas isso é a Comunidade. Qualquer coisa fora disso divide a razão e erode sua realidade ‘sinequística’³⁶³” (WARD, 2001, p. 72). Na visão de Ward, o otimismo de Peirce com a aposta esperançosa no trabalho de uma comunidade científica constitui o limite de seu conceito de política. Nessa perspectiva, “o único potencial de ação controlada, a única possibilidade para a realidade da política, está na comunidade científica”, conforme a crítica de Ward (2001, p. 83). Ward (2001, p. 84) conclui seu ensaio sobre Peirce e a política apontando o fracasso da ciência. Para ele, isso também acarreta no fracasso do pragmaticismo: “se não há espaço no qual a ação comum é ao mesmo tempo examinada e também controlada cientificamente na direção de fins agapísticos, o pragmatismo [...] não será real porque não é uma presença reagindo no mundo da ação³⁶⁴” (WARD, 2001, p. 75).

Há uma compreensão evolucionária de política a partir de um determinado modo de pensamento, o científico. Nesse sentido, limites políticos estarão associados aos limites científicos. Ao mesmo tempo, porém, não convém reduzir a ideia de ciência em Peirce a pesquisadores que fazem testes em laboratórios e publicam seus resultados em revistas acadêmicas; como vimos, a própria filosofia deve obedecer a princípios científicos. Essa ideia de ciência corresponde a um determinado método, que implica raciocínio rigoroso.

Para Peirce, como já mostramos, a lógica é social. Assim, a política pragmaticista precisa de uma comunidade para se efetivar. A articulação entre sinequismo e política, que construímos aqui, nos leva, no movimento do pragmaticismo, à comunidade de investigadores. Se a política de Peirce requer uma comunidade, então, nos termos de nosso trabalho, para efetivar a passagem entre

³⁶³ “Peirce argues that pragmatism represents the potential for persons to join the constructive and creative inquiry which develops the meaning of the universe – to be becoming real as reacting to the character of the universe. This alone is Community. Anything else partitions reason and undercuts its ‘synechistic’ reality”.

³⁶⁴ “if there is no space in which communal action is at once examined and also controlled scientifically toward agapistic ends, pragmatism [...] will not be real because it is not a reacting presence in the world of action”.

a política pragmática e a política pragmaticista, um caminho produtivo parece ser o de olhar para uma comunidade de investigadores – é para essa trilha que nossa investigação nos conduz.

Desdobrar as implicações políticas das teses cosmológicas e metafísicas de Peirce é perceber que há toda uma política em potencial a partir da ideia de que o sinequismo é a síntese do tiquismo e do pragmaticismo. É essa política que buscamos explorar e desenvolver aqui. Trata-se de uma política que tem a ver com ciência e com seu sentido de coletivo, de comunidade, e distanciada de verdades *a priori*. A filosofia da ciência peirceana tem implicações políticas: “A concepção de ciência do cientista [...] é baseada em considerações éticas e sociais³⁶⁵” (BERGMAN, 2009a, p. 8). Ao elaborar-se, como no pensamento de Peirce, uma passagem do indivíduo para o coletivo, há uma determinada concepção de política a ser instaurada aí. É apenas a partir dessa passagem que a ciência se constitui: “o locus da mente científica não é o investigador individual enquanto tal, mas sim a *comunidade de investigação* que, pode-se dizer, constitui *uma ciência*³⁶⁶” (BERGMAN, 2009a, p. 11, grifos do autor). Na ciência moderna, o método se tornou social (CP 7.87). Esse deslocamento do indivíduo para a comunidade nos permite estabelecer os fundamentos de nossa passagem de uma política considerada sob a égide do pragmatismo para outra, pensada a partir do pragmaticismo. Essa política pragmática à qual opomos a pragmaticista é a de autores neopragmatistas – e não a do próprio Peirce, quando denominava seu método como pragmatista, em seus primeiros textos. Ainda assim, cabe explorar algumas distinções, discutidas pelo próprio Peirce, entre pragmatismo e pragmaticismo. Ele buscava com o pragmaticismo, conforme Apel (1981, p. 191), abrir espaço “para a primazia de uma metafísica da evolução sinequística e orientada pela cosmologia³⁶⁷”.

A análise do pensamento peirceano desde sua perspectiva política nos conduz à afirmação não de um acordo conciliador, mas da necessidade de se considerar a diversidade da natureza. A política pragmaticista, fiel ao sinequismo, reconhece a existência do acaso, uma vez que a uniformidade não dá conta da espontaneidade: “a variedade infinita no mundo não foi criada pela lei. Não é da natureza da uniformidade dar origem à variação, nem da lei gerar circunstância. Quando olhamos para a multiplicidade da natureza, estamos olhando diretamente para o rosto de

³⁶⁵ “the scientist’s conception of science [...] is based on ethical and social considerations”.

³⁶⁶ “the locus of scientific mind is not the individual inquirer as such, but rather the research community that can be said to constitute a science”.

³⁶⁷ “the primacy of a cosmologically oriented, synechistic metaphysics of evolution”.

uma espontaneidade viva³⁶⁸” (W6, p. 63). Na regularidade da terceiridade, sempre irá permanecer um elemento da espontaneidade (primeiridade) que lhe é constitutiva.

A política pragmaticista se diferencia da de autores que se autointitulam pragmatistas por sua ênfase em fundamentos do pensamento peirceano como falibilismo, tiquismo, sinequismo e orientação para o futuro. Seria um equívoco inferir da afirmação peirceana do consenso da comunidade a proposição de uma política baseada na conversação democrática. O conceito peirceano de comunidade não se reduz a um grupo de pessoas que se reúne para entrar em um acordo que seja palatável a todos seus integrantes, ou à sua maioria. Não se resume a uma cooperação entre indivíduos. A comunidade científica busca o avanço do conhecimento por uma mente que não se reduz a nenhum de seus integrantes, mas pode ser compreendida como uma produção coletiva. O consenso da comunidade é resultado da investigação científica, não de um debate parlamentar, de uma conversação de representantes eleitos. O trabalho da ciência não se confunde com um convescote de sábios, mas pressupõe raciocínio rigoroso. Peirce confere grande importância ao trabalho da comunidade em sua teoria da realidade, e fundamenta a esperança nesse trabalho no amor evolutivo. Essa noção de esperança na comunidade opera no pensamento peirceano de forma imanente, e não transcendente, mostra Cooke (2005). Ainda, a esperança não se sustenta por si só; é efetiva a partir da experiência e atua com fundamento na razão.

Quando nos referimos, portanto, ao pragmatismo, estamos abordando não a fase inicial de Peirce, mas a sua apropriação por outros autores. Ibri (2013, p. 9-10) denuncia que o neopragmatismo de Rorty “nada tem a ver³⁶⁹” com a filosofia peirceana. Na diacronia dos escritos de Peirce, o pragmaticismo é uma versão mais evoluída do pragmatismo; há um desenvolvimento posterior, um aprimoramento, não uma descontinuidade. Pragmatismo e pragmaticismo estão em uma relação de continuidade, no contexto específico do pensamento peirceano; não se trata de uma dicotomia. Peirce chega mesmo a compor uma metáfora sobre o rio do pragmatismo (CP 5.11).

Um dos elementos da política pragmaticista é a necessária vinculação com a experiência. Para Peirce, uma inteligência científica é a capaz de aprender com a experiência (CP 2.227). O ágape é outra importante distinção entre pragmatismo e pragmaticismo. Não se trata da ação pela ação, por si só, mas orientada pelo amor evolutivo. O esforço pelo aumento da razoabilidade

³⁶⁸ “The endless variety in the world has not been created by law. It is not of the nature of uniformity to originate variation, nor of law to beget circumstance. When we gaze upon the multifariousness of nature, we are looking straight into the face of a living spontaneity”.

³⁶⁹ “has nothing to do”.

concreta é um dos princípios fundamentais do pragmaticismo (CP 5.3). A ação fundada no ágape garante ao pragmaticismo um afastamento do pragmatismo.

O pragmaticismo implica “o reconhecimento de uma conexão inseparável entre cognição racional e propósito racional³⁷⁰” (CP 5.412). Ressaltamos, assim, que a vinculação que estamos construindo aqui entre pensamento peirceano e política não é uma aproximação forçada por nosso trabalho, e sim uma exigência colocada pelo próprio pragmaticismo. Essa é a ideia defendida por Ward (2001, p. 79), para quem o pragmaticismo demanda ação política – “Apenas uma ação política universal irá justificar o pragmatismo³⁷¹” – e a efetivação real de uma comunidade. Ward (2001, p. 81) afirma que as palestras sobre pragmatismo (EP2, p. 133-241) são um trabalho de natureza política, chegando mesmo a tratá-las como o “manifesto político³⁷²” de Peirce.

Forster (1992) discute o nominalismo enquanto sistema de pensamento que tem repercussões inclusive para a filosofia política. Ele afirma a ideia de que as críticas peirceanas ao nominalismo “são parte de uma cruzada muito mais ampla por mudanças sociais e intelectuais³⁷³” (FORSTER, 1992, p. 691). Vejamos a descrição política do nominalismo, a qual Peirce visa combater, conforme Forster (1992, p. 694): “a sociedade é uma coleção de indivíduos autônomos e egoístas. O bem da sociedade não é diferente daquele do de seus membros, é meramente a soma da felicidade de seus constituintes. O Estado é um construto convencional organizado por leis cuja autoridade reside no consentimento individual³⁷⁴”.

Peirce, por sua vez, alerta para que a máxima pragmaticista não seja compreendida em um sentido individualista (CP 5.402n2). Seu pensamento é em tudo contrário a esse individualismo associado ao nominalismo. Para ele, “a racionalidade exige o tipo de cooperação e auto-sacrifício de que, segundo o nominalismo, os agentes são incapazes³⁷⁵”, nos esclarece Forster (1992, p. 711). No espaço do pensamento peirceano, “o domínio do conhecimento é alterado do espaço privado de um sujeito epistêmico isolado para a arena pública³⁷⁶” (FORSTER, 1992, p. 713). Forster (1992,

³⁷⁰ “recognition of an inseparable connection between rational cognition and rational purpose”.

³⁷¹ “Only a universal political action will vindicate pragmatism”.

³⁷² “political manifesto”.

³⁷³ “Peirce's tirades against the epistemological theses of Nominalism are part of a much broader crusade for social and intellectual change”.

³⁷⁴ “Society is a collection of autonomous self-interested individuals. Society's good is not distinct from that of its members, it is merely the sum of the happiness of its constituents. The state is a conventional construct, organized by laws the authority of which rests on individual consent”.

³⁷⁵ “rationality demands the kind of cooperation and self-sacrifice of which, according to Nominalism, agent's are incapable”.

³⁷⁶ “the domain of knowledge is shifted from the private space of a detached, epistemic subject into the public arena”.

p. 713) diz que a afirmação peirceana da comunidade a um só tempo contorna o nominalismo e coloca em seu lugar uma outra proposta. Em Peirce, o nível do individual é relegado a um segundo plano. Inclusive, não há introspecção verdadeira, e o raciocínio é caracterizado por um dialogismo que envolve necessariamente o futuro: “Todo raciocínio é necessariamente um tipo de diálogo, um apelo do *self* momentâneo para o mais ponderado *self* do futuro imediato e geral³⁷⁷” (SS, p. 95).

Peirce sustenta uma relação entre hábitos e a capacidade de exercer autocontrole sobre a conduta futura (CP 5.418). Para ele, “de acordo com o pragmatismo, a conclusão de uma potência dotada de razão deve se dirigir ao futuro. Pois o seu significado se refere à conduta, e uma vez que é uma conclusão racional, deve se referir à conduta deliberada, que é a conduta controlável. A única conduta controlável é a conduta futura³⁷⁸” (CP 5.461). A mudança de hábito é a única forma possível de alteração e controle dessa conduta futura. Nas palavras de Silva, a cosmologia peirceana

problematiza a um tempo o acontecimento como acaso, mas também o seu desdobramento na formação de hábitos e crenças em direção ao amor evolucionário. Essa direção [...] permite que se repensem criticamente os relativismos tão presentes no pensamento contemporâneo. Contra o relativismo, politicamente seria importante afirmar o perspectivismo semiótico. (SILVA, 2021a, p. 19)

A política considerada sob as ideias do pragmatismo precisa incorporar potencialidades e a possibilidade de elas virem a se atualizar. Os possíveis não apenas são reais, como também detêm relevância política. A ideia de problematização do acaso a que se refere Silva é um elemento com fundamentação lógica e epistemológica e inserção em uma complexa filosofia científica. Ou seja, há alicerces fortes no qual buscamos sustentar nossa concepção de política pragmatista. Cabe ressaltar, ainda, a partir do que Silva destaca na citação acima, que a crítica ao nominalismo é uma recusa do relativismo, jamais sua afirmação.

A afirmação de Silva de que é preciso dar atenção ao desdobramento de acontecimentos na formação de hábitos decorre da ideia peirceana de que a razoabilidade só se constitui efetivamente na terceiridade (CP 5.97; CP 5.121). Acreditamos que uma discussão sobre política nos termos que foram tratados aqui envolve, necessariamente, uma discussão sobre investigação científica.

³⁷⁷ “All thinking is necessarily a sort of dialogue, an appeal from the momentary self to the better considered self of the immediate and of the general future”.

³⁷⁸ “according to Pragmatism, the conclusion of a Reasoning power must refer to the Future. For its meaning refers to conduct, and since it is a reasoned conclusion must refer to deliberate conduct, which is controllable conduct. But the only controllable conduct is Future conduct”.

Afirmamos a existência de uma dimensão política nessa concepção de ciência, ou seja, na filosofia da ciência de Peirce. Ainda que não aborde diretamente a política, Houser (2016) enfatiza a importância da dimensão social no pensamento peirceano, salientando a configuração de *mentes sociais* operada pelo filósofo. A dimensão política da ideia de ciência fundada em uma comunidade tampouco escapou a comentadores como Forster (1992, p. 713): “Na medida em que a ciência é necessariamente um empreendimento coletivo envolvendo uma comunidade de agentes mutuamente situados e altruístas dedicados à realização coletiva, e não individual, ela funciona como um ideal moral e político³⁷⁹”. Talisse (2004) é outro comentador que compreendeu como tendo um caráter político as formulações de Peirce sobre os métodos de fixação de crenças e o processo de investigação científica. De Waal (2006, p. 161), ao abordar a “epistemologia social” de Peirce, extrai, do pensamento deste, a ideia de que “a ciência progride por meio de um processo de tentativa e erro que só pode ser social³⁸⁰”.

Além do foco no social, também há um direcionamento do pensamento para a ação. A noção de consequências práticas contida na máxima do pragmatismo pode ser identificada “com os planos da *ação* e da *experiência*” (IBRI, 2000b, p. 32, grifos do autor). A roda do pragmatismo só completa seu giro quando conduz à ação: “os elementos de todo conceito entram no raciocínio lógico no portão da percepção e saem no portão da ação com propósito³⁸¹” (CP 5.212). A ideia de propósito é indissociável da ação (CP 5.212).

Ward (2001, p. 80) enuncia da seguinte forma o desafio pragmatista: “fazer tanto o auto-controle quanto a ação razoáveis, colocando-os sob crítica e permitindo que nos movamos na direção de descobrir uma noção normativa condutora – teleologicamente potente para o auto-controle, descritivamente potente para a ação³⁸²”. Há uma imanência relacional que se manifesta no ágape – expressão do esforço pelo aumento da razoabilidade concreta – que produz um afastamento de qualquer transcendência nessa teleologia: “A única coisa cuja admirabilidade não se deve a uma razão ulterior é a própria razão compreendida em sua completude [...] Sob essa

³⁷⁹ “Insofar as science is necessarily a cooperative enterprise involving a community of mutually-situated, selfless agents dedicated to collective, rather than individual, fulfillment, it serves as a moral and political ideal”.

³⁸⁰ “Science progresses through a process of trial and error and one that can only be social”.

³⁸¹ “The elements of every concept enter into logical thought at the gate of perception and make their exit at the gate of purposive action”.

³⁸² “make both self-control and action reasonable, bringing them under criticism and enabling us to move in the direction of discovering a normative guiding notion – teleologically potent for self-control, descriptively potent for action”.

concepção, o ideal da conduta será executar nossa pequena função na operação da criação ao dar uma mão rumo a tornar o mundo mais razoável sempre que [...] nos couber fazê-lo³⁸³” (CP 1.615).

O sentido de uma proposição é a sua tradução na conduta (CP 5.427). Sob uma lógica pragmaticista, trata-se de compreender a política a partir dos seguintes termos: “o pragmaticismo, em última instância, é uma relação de comprometimento entre os mundos interno e externo, no qual o agir é como a generalidade indeterminada de um conceito é determinada, dentro de um teatro de reações aberto à experiência comum³⁸⁴” (IBRI, 2013, p. 8). O que nessa citação é tratado como *compromisso* também é chamado de *comunicação* pelo mesmo autor, em outro texto (IBRI, 2011, p. 76). Nessa comunicação, “o universo sígnico na esfera da lógica não está confinado apenas à instância proposicional, linguística³⁸⁵”, mas a tudo o que é realizado por meio da ação, defende Ibri (2011, p. 76). Para ele, o pragmaticismo “requer um tipo de diálogo entre pensamento e ação, no qual o fim último é eminentemente cognitivo e geral, cujo crescimento deve ser refletido na conduta³⁸⁶” (IBRI, 2011, p. 76). Essa exigência de um reflexo na conduta distancia o pragmaticismo de um mero exercício intelectual apartado das ações.

No próximo capítulo, essa política pragmaticista de que falamos aqui será discutida a partir do relatório produzido pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Trata-se de, a partir desse objeto de análise, colocar à prova a ideia de que o pensamento de Peirce tem pertinência para nos ajudar a refletir sobre política. A partir das discussões do capítulo 5, ficará claro como a política opera uma ponte entre a comunicação sinequista e a ciência na construção de nossa tese. Se nos perguntávamos como constituir uma política peirceana, parece-nos que a resposta possível passa pela configuração de uma comunidade de investigadores.

³⁸³ “The one thing whose admirableness is not due to an ulterior reason is Reason itself comprehended in all its fullness [...] Under this conception, the ideal of conduct will be to execute our little function in the operation of the creation by giving a hand toward rendering the world more reasonable whenever [...] it is ‘up to us’ to do so”.

³⁸⁴ “pragmaticism, ultimately, is a relationship of commitment between inner and outer worlds, in which acting is how an indeterminate generality of concept is determined, within a theater of reactions open to common experience”.

³⁸⁵ “There is, so to speak, an effective communication between the external and internal worlds wherein the signic universe on the sphere of logic is not solely confined to the propositional, linguistic [...] instance, but rather to all facticity that is drawn through action”.

³⁸⁶ “requires a kind of dialogue between thought and action, in which the ultimate end is eminently cognitive and general, whose growth must be reflected in conduct”.

5. COMUNICAÇÃO SINEQUISTA E O RELATÓRIO DO IPCC

Acreditamos que o relatório do IPCC, que introduzimos aqui, é um objeto privilegiado para refletir sobre o pensamento de Peirce e sua filosofia da comunicação tal como desenvolvida nesta tese. O trabalho efetivado pelo IPCC será pensado aqui nos termos peirceanos de uma comunidade de investigadores³⁸⁷. A partir de 5.2, buscamos analisar criticamente o relatório a partir da comunicação sinequista. Nossa argumentação passa por investigar o que compreendemos como os parâmetros dessa comunicação em suas materializações no texto, em suas expressões no relatório do IPCC. Como veremos, o fenômeno das mudanças climáticas nos permite, ainda, discutir o negacionismo, em termos peirceanos. Por aí já evidenciamos uma investigação sobre como se dá a comunicação das mudanças climáticas. A parte do relatório destinada a tomadores de decisão é uma tentativa explícita de comunicar o conhecimento científico aos governos. Como provocação, podemos pensar: como se comunica o fim do mundo?

5.1 O relatório do IPCC

Compreendemos o relatório do IPCC como um objeto privilegiado para pensar comunicação, ciência e política. O texto é uma peça de comunicação, de ciência e de política, em nossa visão. É nesse sentido que o consenso surge como parâmetro de leitura: o consenso é um fenômeno que, nos termos de nosso trabalho, pode ser pensado sob o viés da comunicação, da ciência e da política. No subcapítulo 5.2.1, direcionaremos nosso foco para o consenso da comunidade, compreendido como parâmetro da comunicação sinequista.

O relatório é uma tradução semiótica formal dos fenômenos de mudança do clima imbuído da intenção expressa de mudar hábitos. A ideia de que ele é um trabalho semiótico, de tradução

³⁸⁷ Trata-se de uma comunidade específica, que não é compreendida por nós como *a* comunidade científica. O IPCC não é a única comunidade dedicada à investigação e a alertas sobre mudanças climáticas. Apontamos o trabalho da comunidade centrada em torno do cientista estadunidense William Ripple, que já produziu documentos importantes como o segundo alerta de cientistas à humanidade (RIPPLE et. al, 2017), assinado por mais de 15.000 cientistas, e, mais recentemente, um artigo publicado na revista BioScience que alerta que estamos à beira de um desastre climático irreversível (RIPPLE et. al, 2024).

científica do mundo, não lhe dá um caráter diferencial. Há, porém, alguns elementos que o tornam de especial interesse, como, por exemplo, o caráter de urgência do fenômeno em questão. Isso poderia trazer ao relatório o tom de um manifesto – no entanto, trata-se de um texto de caráter diplomático. Não se deve confundir, todavia, o tom do relatório com uma narração burocrática do fim do mundo – ele convoca à mudança de hábito. O viés declarado de buscar provocar essa mudança é o que torna o relatório um objeto muito mais pertinente para os nossos propósitos. O que o torna especialmente relevante para os fins de nossa tese é o fato de que se trata de um objeto de comunicação que visa à produção de hábitos; que tem, portanto, caráter político. Que ele reúna todas essas características e que o faça por dentro da ciência é o que o torna um objeto privilegiado para se tornar o foco de uma tese que se fundamenta na filosofia peirceana. Esse pensador é possivelmente o maior exemplo moderno de conjugação entre ciência e filosofia. O relatório é, assim, um objeto pertinente também para refletirmos sobre a filosofia da ciência de Peirce. Em seu ideal, cabe à filosofia trabalhar para chegar à ciência (CP 8.170). Nesta pesquisa, a investigação sobre o sinequismo terminou por nos conduzir a uma discussão sobre ciência. Esse percurso é coerente com o pensamento peirceano – basta que lembremos da relação do sinequismo com hipótese e pragmatismo que trouxemos no capítulo 2. Vale ressaltar que o método científico a que Peirce alude em *A fixação das crenças*, o único dos quatro por ele discutidos que tem a capacidade de fazer avançar o conhecimento, é o método do pragmatismo.

No longo curso da investigação científica, dados sobre o comportamento do sistema climático foram gradualmente sendo coletados e analisados. A partir da análise desses fatos, em um processo abduutivo, surgiu a hipótese das mudanças climáticas causadas pela ação antrópica. Essa teoria pode ser definida hoje como um consenso na comunidade científica, do qual o relatório do IPCC é expressão. O relatório é um efeito da mudança de clima – ou seja, há um fenômeno que existe na realidade (objeto dinâmico) e que o texto busca descrever. Ao mesmo tempo, a escrita e a publicação do relatório cristalizam e evidenciam essa mudança. As mudanças climáticas se apresentam em uma dimensão de secundidade – um acontecimento –, da realidade concreta, com a qual nos debatemos duramente, e assim o será por séculos, ou milênios³⁸⁸. Na vivência em força bruta – sem ser capaz de fazer relações para compreender o mundo –, estamos em secundidade. O

³⁸⁸ “O aumento do nível do mar é inevitável por séculos a milênios devido aos contínuos aquecimento do oceano profundo e derretimento da calota polar, e os níveis do mar irão permanecer elevados por milhares de anos (*alta confiança*)” (AR6, p. 42).

relatório é um exemplo de terceiridade – ou seja, lida com experiências de terceiridade (artigos científicos) que tratam desse acontecimento que é o aquecimento global. É um trabalho de mediação. Trata-se de um texto científico capaz de fazer relações complexas e estabelecer hipóteses. Em nossas dimensões da comunicação, o relatório é mediação entre a referencialidade e a materialidade.

A lógica da ciência peirceana também atenta para a importância da recorrência, da contínua reafirmação de fatos científicos. O relatório do IPCC é construído em cima da reiteração de descobertas científicas em uma mesma direção, que contribuem para a comprovação umas das outras. Por exemplo, em um determinado campo do conhecimento, nota-se o aumento da temperatura da superfície global, e, em outro, a diminuição da população de espécies ameaçadas por esse aquecimento; ou, em um mesmo campo do conhecimento, nota-se o agravamento de processos já descritos anteriormente. A ciência se prova a si própria nessas recorrências. Todavia, essas não são lineares: o falibilismo nos põe em alerta contra qualquer leitura de progresso linear da ciência.

Em Peirce, a verdade é pensada como um resultado do que o consenso científico estabelece. Ou seja, verdade é aquilo que uma comunidade de investigadores foi capaz, em um dado espaço-tempo histórico, de produzir. Não convém, todavia, que essa verdade seja inscrita na pedra. Ela é aberta à mudança e à evolução, por conta do falibilismo. Façamos um exercício: suponhamos que as ações humanas que causam as mudanças climáticas se mantenham inalteradas nas próximas décadas. Vamos supor também que, para espanto dos cientistas desse mundo futuro, a tendência de aumento da temperatura da Terra mude, estabilizando-se, ou, até, que essa temperatura retorne a patamares anteriores – apesar de as ações humanas terem continuado a trabalhar para a destruição da Terra. Nesse caso, todo o consenso científico precisaria ser reexaminado, e seria preciso entreter a hipótese de que não seriam as ações humanas as responsáveis pelas mudanças climáticas, e sim outros fatores.

O cenário que descrevemos é altamente improvável, dado o nível de evidências e de confiança da comunidade de investigadores. Ainda assim, serve como um exemplo do que significa pensar ciência nos termos de Peirce, a partir do falibilismo. Assim, é evidente que, para a teoria peirceana, o consenso sobre as mudanças climáticas pode vir a se alterar falibilisticamente no futuro, ou seja, a verdade da comunidade científica pode vir a ser outra no futuro – pois toda a ideia do falibilismo nos vacina contra verdades absolutas.

Ainda, o tiquismo abre a possibilidade de irrupção de um fenômeno imprevisível pelas leis da natureza tais como as conhecemos. Ou seja, algo que configure um desvio da lei e que coloque as mudanças climáticas em uma trajetória diferente da conhecida hoje. Da mesma forma, é possível que o avanço da tecnologia – mesmo que de forma acidental, como ocorreu em descobertas como a da penicilina – reverta a tendência com soluções hoje imprevisíveis. Peirce faz referência à “variedade do universo, que é casual, e é manifestamente inexplicável³⁸⁹” (CP 6.613). Em nossas referências ao tiquismo, não pretendemos cair no que Santaella (2004b, p. 28) chamou de apologia do casual. O importante é que o fato de não haver certezas absolutas deve nos levar a trabalhar com cenários probabilísticos. É exatamente o que faz o relatório do IPCC, como veremos no subcapítulo 5.2.3.

O relatório pode ser visto como uma possível expressão da esperança peirceana no trabalho da comunidade de investigadores, que produzirá, por consenso, no longo prazo e em diálogo com a experiência, uma verdade sobre a realidade. Assim, a comunidade de investigadores não seria um desejo peirceano improvável que talvez se efetive em um futuro possível; ela existe aqui e agora, e produz efeitos com suas descobertas. Não nos cabe, porém, tratar o relatório a partir de idealizações sobre a comunidade de investigadores, e sim buscar compreendê-lo como expressão do trabalho de uma comunidade concreta.

Ainda, uma das consequências da lógica semiótica é a de que a única forma de se produzir conhecimento é a partir do conhecimento já existente. A ciência é a melhor expressão disso, pois ela parte do estado da arte em um determinado campo para produzir avanços nesse campo. Assim, cientistas não operam por intuição, como queria o pensamento cartesiano; suas ideias se dão a partir do conhecimento acumulado pelo campo em que atuam.

Destacamos, a partir de agora, uma citação de Peirce importante para nossa argumentação:

Parece-me que somos dirigidos a isso, que a logicidade inexoravelmente requer que nossos interesses não sejam limitados. Eles não devem se restringir ao nosso próprio destino, mas devem abranger toda a comunidade. Essa comunidade, de novo, não deve ser limitada, mas deve se estender a todas as raças de seres com quem podemos estabelecer relação intelectual imediata ou mediada. Ela deve alcançar, ainda que vagamente, além desta época geológica, além de todos os limites. Aquele que não sacrificaria sua própria alma para salvar o mundo inteiro

³⁸⁹ “variety of the universe, which is chance, and is manifestly inexplicable”.

é, ao que me parece, ilógico em todas as suas inferências, coletivamente. A lógica está arraigada no princípio social.³⁹⁰ (CP 2.654)

O trecho acima é essencial para as discussões que estamos elaborando e merece ser desdobrado em cinco pontos de atenção para as problemáticas de nossa tese. O primeiro é que Peirce argumenta que nossos interesses não se limitam meramente ao que pertence a nossa alçada individual, mas se estendem à comunidade. No mesmo texto, Peirce fala em uma concepção de “identificação dos interesses de um indivíduo com aqueles [interesses] de uma comunidade ilimitada³⁹¹” (CP 2.654).

Por aí, refletimos sobre o que motiva a comunidade de investigadores. Peirce diz que “o curso da vida desenvolveu certas compulsões de pensamento sobre as quais nós tratamos coletivamente como Experiência. Ainda, o investigador se identifica vagamente mais ou menos em sentimento com uma Comunidade de que ele é membro³⁹²” (CP 8.101). Esse sentimento de que fala Peirce é o da comunidade científica em alerta para as mudanças climáticas. Ele se configura como uma esperança que motiva os investigadores, e que conduz à verdade científica:

Todos nós temos a esperança de que as diferentes investigações científicas nas quais estamos seriamente engajados irão por fim levar a alguma conclusão definitivamente estabelecida, conclusão essa que nos esforçamos para antecipar em alguma medida. O acordo com essa proposição última à qual ansiamos – o acordo com isso, o que quer que venha a ser, é a verdade científica³⁹³. (CP 7.187)

O segundo ponto a ser desdobrado da citação que reproduzimos acima é a afirmação de Peirce de que a comunidade abrange todos os seres com os quais podemos estabelecer uma relação intelectual. Há aqui uma relação clara com nosso objeto de investigação, uma vez que as mudanças climáticas afetam potencialmente a todas as espécies.

³⁹⁰ “It seems to me that we are driven to this, that logicity inexorably requires that our interests shall not be limited. They must not stop at our own fate, but must embrace the whole community. This community, again, must not be limited, but must extend to all races of beings with whom we can come into immediate or mediate intellectual relation. It must reach, however vaguely, beyond this geological epoch, beyond all bounds. He who would not sacrifice his own soul to save the whole world, is, as it seems to me, illogical in all his inferences, collectively. Logic is rooted in the social principle”.

³⁹¹ “conceived identification of one's interests with those of an unlimited community”.

³⁹² “The course of life has developed certain compulsions of thought which we speak of collectively as Experience. Moreover, the inquirer more or less vaguely identifies himself in sentiment with a Community of which he is a member”.

³⁹³ “We all hope that the different scientific inquiries in which we are severally engaged are going ultimately to lead to some definitely established conclusion, which conclusion we endeavor to anticipate in some measure. Agreement with that ultimate proposition that we look forward to, -- agreement with that, whatever it may turn out to be, is the scientific truth”.

O terceiro ponto é a menção que Peirce faz a “além desta época geológica”. Aqui o seu pensamento se revela em sua grande capacidade de estar à frente de seu tempo. A relação que podemos estabelecer entre essa ideia e as mudanças climáticas é que a ação antropogênica nos últimos três séculos levou a uma tamanha alteração da Terra que instaurou-se uma nova era geológica, e estamos vivendo hoje no Antropoceno³⁹⁴.

O quarto ponto está expresso na ideia de que aquele que não se sacrificaria para salvar o mundo é ilógico. Esse argumento está em consonância com uma premissa do relatório do IPCC, a de que nossos hábitos estão levando a Terra a um aumento de temperatura superior ao limite estabelecido como tolerável, e é preciso mudar o curso das ações.

O quinto ponto é a afirmação explícita de que a lógica está arraigada, enraizada, no princípio social. Como sabemos, lógica e semiótica são termos intercambiáveis, para Peirce (CP 2.227). Temos aí, portanto, a extensão da semiótica para a política, uma vez que esse princípio social de que fala Peirce torna impossível que pensemos a semiótica fora do social.

5.2 Parâmetros da comunicação sinequista

Os parâmetros da comunicação sinequista não operam, neste capítulo, no sentido de um modelo a ser seguido pelo relatório do IPCC (ou qualquer outro texto), mas como uma ferramenta de análise crítica. Não estamos defendendo que o texto da comunidade ilustre as ideias de Peirce sobre a comunicação sinequista. Buscamos, isso sim, refletir sobre essa prática comunicacional e sobre a proposta dos parâmetros da tese a partir dessa análise que as confronta. Compreendemos o IPCC como uma prática – de caráter social, comunicacional, político e científico. Acreditamos que tanto o objeto quanto essa forma de tratamento são coerentes com o que Colapietro (2022, p. 7, grifo do autor) chamou de “insistência dos pragmatistas na primazia da *prática*”³⁹⁵. O que nos propomos a fazer aqui é analisar criticamente o relatório desde o ponto de vista comunicacional, com base nos parâmetros sistematizados por nossa pesquisa.

³⁹⁴ Antropoceno é o termo proposto por Crutzen e Stoermer (2000) para o que seria um novo período geológico da Terra – em sucessão ao Holoceno, que começou há cerca de 12.000 anos e, conforme diferentes propostas, teria se encerrado recentemente –, marcado pela ação antrópica e os impactos que produz no planeta.

³⁹⁵ “[...] in the pragmatists insistence on the primacy of *practice*”.

Nesse sentido, iremos atentar à construção comunicacional do texto do IPCC, operando uma leitura do relatório a partir dos parâmetros que sistematizamos no capítulo 3. Ao longo de toda a discussão elaborada aqui, o problema do descompasso será explorado a partir da comunicação sinequista. No primeiro subcapítulo, 5.2.1, o trabalho do IPCC será compreendido nos termos de uma prática de consenso, e iremos atentar para os critérios comunicacionais de construção do consenso em uma comunidade. Em 5.2.2, iremos discutir a interdependência das dimensões da comunicação a partir do relatório.

O que a filosofia de Peirce tem a nos dizer sobre as projeções, os cenários, os caminhos de emissões futuras analisados no relatório do IPCC? Essa é uma das questões que irão nortear o subcapítulo 5.2.3, *Indeterminação*. Buscamos apontar como são fundamentais para a composição do relatório os elementos de probabilidades e intervalo de confiança. Esses são conceitos científicos utilizados para comunicar o grau de certeza que a comunidade tem sobre os fatos descritos no relatório. É a forma encontrada para tentar comunicar o que há de incerteza e indeterminação nas descobertas científicas e nos efeitos futuros dos fenômenos observados.

Nos deparamos, a partir desse objeto, com um projeto de ciência que visa à mudança de hábitos – é o que veremos no subcapítulo 5.2.4. Discutimos o conceito de hábito e as formas como aparece no relatório, ou seja, o quê no relatório visa à produção de hábitos, em termos peirceanos. Iremos enfatizar as formas como o texto é marcado pela produção de hábito como objetivo da comunicação e discutir o conceito de hábito a partir das noções de crença e de ação. No subcapítulo relativo ao parâmetro da afetabilidade, argumentamos que o IPCC produz uma dicotomia entre seres humanos e ecossistemas e, assim, não reconhece a co-naturalidade entre um e outro. No último subcapítulo, discutimos como o processo evolutivo de aumento da razoabilidade concreta está associado com o ágape. Há, ainda, uma série de relações entre os parâmetros: o hábito, por exemplo, tem, no pensamento pragmaticista, um sentido de direcionamento ao futuro, que se aproxima da orientação para o futuro associada ao amor evolutivo. Peirce está muito menos interessado no histórico de nossas crenças passadas do que em nossas disposições para agir no futuro – ou seja, as crenças que tenho agora guiarão minhas ações futuras. Estamos, aqui, no espaço do pragmaticismo.

5.2.1 Consenso da comunidade

Para Peirce, a realidade consiste em um acordo a que uma comunidade potencialmente irá chegar no futuro (CP 5.331). Discutindo a proposição indicial que relaciona fumaça e fogo, Peirce nos diz que

Se nós consideramos o modo com que tal proposição se tornou conhecida para nós, descobriremos que o que ela realmente significa é que “se encontramos fumaça, encontraremos evidências de que houve fogo”; e isso, se a realidade consiste no acordo a que toda a comunidade em algum momento chegaria, é exatamente a mesma coisa do que dizer que de fato houve fogo. [...] Essa teoria da realidade [...] faz de toda realidade algo que é constituído por um evento indefinidamente futuro.³⁹⁶ (CP 5.331)

No mesmo trecho (CP 5.331), Peirce também legitima o raciocínio de encontrar no passado as evidências de alterações do presente, movimento do fazer científico operado pelo relatório do IPCC. A realidade de que fala Peirce é de natureza sîgnica (CP 8.327). Logo após afirmar que lógica e semiótica são sinônimos (CP 2.227), Peirce afirma que

Nós observamos as características de tais signos como conhecemos, e de tal observação [...], somos levados a afirmações, eminentemente falíveis, e portanto em um sentido de forma alguma necessárias, sobre o que devem ser as características de todos os signos usados por uma inteligência “científica”, o que quer dizer, por uma inteligência capaz de aprender por experiência.³⁹⁷ (CP 2.227)

A ciência se dispõe a aprender com a experiência – ao contrário dos outros métodos elencados por Peirce em *A fixação das crenças*, de tenacidade, autoridade e *a priori*. Os achados científicos estão sujeitos ao teste da experiência. Ou seja, é preciso pensar constantemente sobre o que a experiência nos mostra, pôr à prova nossos achados. Uma característica importante do texto do relatório é que ele faz relação a todo o tempo com os precedentes históricos; ou seja, a ciência é capaz de identificar que os últimos anos configuram anomalias porque investiga os dados sobre

³⁹⁶ “If we consider the manner in which such a proposition became known to us, we shall find that what it really means is that “If we find smoke, we shall find evidence on the whole that there has been fire”; and this, if reality consists in the agreement that the whole community would eventually come to, is the very same thing as to say that there really has been fire. [...] this theory of reality [...] makes all reality something which is constituted by an event indefinitely future”.

³⁹⁷ “we observe the characters of such signs as we know, and from such an observation [...], we are led to statements, eminently fallible, and therefore in one sense by no means necessary, as to what must be the characters of all signs used by a ‘scientific’ intelligence, that is to say, by an intelligence capable of learning by experience”.

décadas e séculos anteriores. Por exemplo: “o nível médio global do mar aumentou 0,2m [0,15 a 0,25] entre 1901 e 2018. A taxa média de acréscimo do nível do mar foi de 1,3 mm/ano [0,6 a 2,1] entre 1901 e 1971, aumentando para 1,9 mm/ano [0,8 a 2,9] entre 1971 e 2006, e aumentando ainda mais para 3,7 mm/ano [3,2 a 4,2] entre 2006 e 2018 (*alta confiança*)³⁹⁸” (AR6, p. 46). É a partir desse trabalho da comunidade que se afirma um consenso científico.

Quando se fala em experiência, é pertinente pontuar que há diferenças entre uma abordagem baseada no senso comum ou na ciência. Ou seja, o que conhecemos sobre as mudanças climáticas não pode estar limitado à nossa experiência cotidiana. Trata-se da experiência da realidade concreta do mundo vista a partir do método científico, pois é apenas esse trabalho científico que é capaz de identificar sistematicamente as anomalias a que nos referíamos, e, por consequência, de compreender de forma mais clara o fenômeno das mudanças climáticas. A ciência é capaz de identificar os signos das mudanças climáticas e proceder a sua sistematização. De Waal (2007, p. 147) nos diz que “o realista pode sustentar haver na própria experiência um elemento de razoabilidade”. Peirce ressalta que podemos nos aproximar do conhecimento científico: “Há uma terceiridade na experiência, um elemento de Razoabilidade para o qual podemos treinar nossa própria razão para se sujeitar mais e mais³⁹⁹” (EP 2, p. 212).

Em termos peirceanos, cada ciclo de relatório é um novo convite a se repensar as crenças do relatório anterior (as quais foram obtidas por meio do método científico, e não por intuição). Os achados dos artigos produzidos ao longo dos anos do ciclo, somados ao conhecimento produzido acumuladamente e consolidado pelos relatórios anteriores, reforçam as crenças em relação à tese geral sobre as mudanças climáticas – e, portanto, não dão lugar a um abalo nesse consenso científico. Isso significa que a revisão crítica das crenças do relatório anterior pelo novo relatório acaba por confirmá-las e, inclusive, potencialmente, aumentar o grau de confiança, reforçando-as.

Peirce nos diz que “na história da ciência, maiorias sem unanimidade estiveram mais frequentemente erradas do que certas. Maiorias não formam suas opiniões racionalmente⁴⁰⁰” (CP 7.367n7). Assim, ele não se contenta com maiorias, mas requer um consenso. Consenso não

³⁹⁸ “Global mean sea level increased by 0.20 [0.15 to 0.25] m between 1901 and 2018. The average rate of sea level rise was 1.3 [0.6 to 2.1]mm yr⁻¹ between 1901 and 1971, increasing to 1.9 [0.8 to 2.9] mm yr between 1971 and 2006, and further increasing to 3.7 [3.2 to 4.2] mm yr between 2006 and 2018 (high confidence)”.

³⁹⁹ “There is a thirdness in experience, an element of Reasonableness to which we can train our own reason to conform more and more”.

⁴⁰⁰ “in the history of science majorities short of unanimity have more often been wrong than right. Majorities do not form their opinions rationally”.

implica certeza absoluta – dentro do princípio do falibilismo, o consenso científico pode estar equivocado. A constituição da realidade está associada à ideia de comunidade:

A própria origem da concepção de realidade mostra que essa concepção envolve essencialmente a noção de uma COMUNIDADE, sem limites definidos, e capaz de um aumento definitivo do conhecimento. E então estas duas séries da cognição – o real e o irreal – consistem naquilo que, em um tempo suficientemente futuro, a comunidade sempre irá continuar a reafirmar; e naquilo que, sob as mesmas condições, será para sempre negado.⁴⁰¹ (CP 5.311)

O recurso da palavra com letras maiúsculas, inusual nos escritos de Peirce, evidencia a importância que ele atribuía à ideia. As opiniões negacionistas terão como destino final a lata de lixo da História – ou, nas palavras de Peirce, “a tumba das crenças extintas⁴⁰²” (W6, p. 204). Ou seja, precisamente por serem incompatíveis com a realidade, posições negacionistas, no longo prazo, perdem qualquer relevância ou consistência. A tendência é o negacionista ser atropelado pela realidade – para a qual pouco importa se se acredita nela ou não. A realidade é aquilo que é afirmado pela comunidade, não em um sentido nominalista ou circular (a realidade é o que a comunidade afirma que é real), mas no de que só se chega a ela após um longo prazo de inquirição. O real não é conhecido *a priori*. A teoria da realidade peirceana não é um construtivismo. Não é porque uma dada comunidade acredita em um determinado fato que ele será verdadeiro: “o real não é aquilo que pensamos dele; pelo contrário, resta não afetado pelo que pensemos dele⁴⁰³” (CP 8.12). Um acordo da comunidade científica para ignorar as evidências e postular a inexistência de alterações no sistema climático não resolveria o problema, logicamente.

A ideia de *longo prazo* é um elemento importante do pensamento de Peirce, e que também se manifesta na ideia de comunidade: “não há nada nos fatos que nos proíba de ter uma esperança, ou um desejo calmo e alegre, que a comunidade possa durar além de qualquer data atribuível⁴⁰⁴” (CP 2.654). Peirce nos diz que “em um certo sentido, minha teoria da realidade, a de que a realidade é a reação dinâmica de certas formas sobre a mente da comunidade, é uma proposta de explicação

⁴⁰¹ “the very origin of the conception of reality shows that this conception essentially involves the notion of a COMMUNITY, without definite limits, and capable of a definite increase of knowledge. And so those two series of cognition -- the real and the unreal -- consist of those which, at a time sufficiently future, the community will always continue to re-affirm; and of those which, under the same conditions, will ever after be denied”.

⁴⁰² “the tomb of extinct creeds”.

⁴⁰³ “The real is that which is not whatever we happen to think it, but is unaffected by what we may think of it”.

⁴⁰⁴ “There is nothing in the facts to forbid our having a hope, or calm and cheerful wish, that the community may last beyond any assignable date”.

do ser em geral⁴⁰⁵” (CP 6.612). Ou seja, a realidade decorre da mente da comunidade: “o real é a ideia que a comunidade por fim assenta⁴⁰⁶” (CP 6.610). Peirce chama isso de “teoria social da realidade⁴⁰⁷” (CP 6.610). Nesse sentido, as mudanças climáticas são uma realidade afirmada pelo consenso da comunidade, do qual o relatório do IPCC é uma expressão.

Não podemos ter total certeza de que a comunidade irá um dia estabelecer uma conclusão inalterável sobre qualquer questão específica. Mesmo que a maior parte o faça, não temos nenhuma razão para acreditar que a unanimidade será completa, nem podemos presumir racionalmente que um *consenso* forte de opinião será alcançado sobre cada questão. Tudo o que temos o direito de presumir está na forma de uma *esperança* de que se chegue substancialmente a tal conclusão em relação às questões particulares que ocupam nossas investigações.⁴⁰⁸ (CP 6.610, grifos do autor)

Note-se que as palavras consenso e esperança foram destacadas pelo próprio Peirce, o que sinaliza a importância que ele dava a essas noções. Não pretendemos aqui afirmar que o consenso sobre mudanças climáticas seja a verdade final peirceana. Acreditamos que o mais pertinente é pensá-lo como um grande teste pragmaticista, no sentido do que está em jogo e as consequências práticas do fenômeno – a extinção em massa, a dificuldade de habitar a Terra, etc. Conforme o apelo de Luiz Marques (2023, p. 442, grifo do autor), “*a permanência das civilizações humanas depende da diminuição de suas taxas de consumo de materiais e de energia*”. Em nenhum outro fenômeno há tanto em jogo quanto na questão das mudanças climáticas.

Ao ser aceito (*adopted*) pelos governos, o texto do relatório pode ser compreendido como um ato performativo de consenso; ou seja, o IPCC enuncia performativamente um consenso por meio do relatório. Existe um consenso da comunidade que é performado a partir desse texto. O relatório do IPCC é um agregador de pesquisas científicas, e o consenso da comunidade não é prévio a ele – é precisamente o IPCC quem enuncia o consenso, que é um achado, uma descoberta desse trabalho de sistematização dos artigos científicos. Ou seja, o consenso não está dado de saída. O IPCC é o órgão capaz de fazer uma afirmação muito forte desse consenso científico sobre as

⁴⁰⁵ “In a certain sense, my theory of reality, namely that reality is the dynamical reaction of certain forms upon the mind of the community, is a proposed explanation of being in general”.

⁴⁰⁶ “the real is the idea in which the community ultimately settles down”

⁴⁰⁷ “social theory of reality”.

⁴⁰⁸ “We cannot be quite sure that the community ever will settle down to an unalterable conclusion upon any given question. Even if they do so for the most part, we have no reason to think the unanimity will be quite complete, nor can we rationally presume any overwhelming consensus of opinion will be reached upon every question. All that we are entitled to assume is in the form of a hope that such conclusion may be substantially reached concerning the particular questions with which our inquiries are busied”.

mudanças climáticas que foi se tornando cada vez mais claro nas últimas décadas. O que dá tanta força à hipótese de que existem mudanças climáticas provocadas pela ação humana é precisamente o trabalho da comunidade e o consenso por ela produzido em torno dessa teoria. Peirce advoga por um compromisso intergeracional para o avanço da ciência. Esse avanço está localizado no futuro, e só podemos vê-lo por meio de um vislumbre: “Estamos todos colocando nossos ombros na roda por um objetivo do qual nenhum de nós poderá ter mais do que um vislumbre – aquilo em que estão trabalhando as gerações⁴⁰⁹” (CP 5.402n2). Investigações conduzidas no nível do solipsismo não têm relevância, por si só, para o processo de chegar à realidade. A comunidade não se reduz a um coletivo de indivíduos, ela diz respeito às relações (inclusive comunicacionais) que ali se dão e que fazem avançar o conhecimento. Assim, “a ciência é [...] o empreendimento comunitário quintessencial⁴¹⁰” (HOUSER, 2016, p. 396). Essas ideias são coerentes com o projeto peirceano que expusemos nesta tese: “a teoria social da realidade, longe de ser incompatível com o tiquismo, inevitavelmente conduz a essa forma de filosofia⁴¹¹” (CP 6.610).

“Para Peirce, o *significado* e a *verdade* das crenças dos indivíduos dependem da linguagem e critérios *públicos*⁴¹²”, defende Haack (1982, p. 173, grifos da autora). Essa afirmação dá a ver a existência, no pensamento peirceano, de vínculos entre política, comunicação e ciência. É também a partir daí que podemos afirmar a comunicação sinequista em seu caráter de imanência relacional, afastada de uma transcendência. Essa verdade que a lógica peirceana almeja não se confunde com tal transcendência:

A opinião futura da comunidade dos investigadores, quando a Verdade absoluta seria alcançada, sequer implicava para Peirce reconhecê-la como instância transcendental. Quem determina a verdade é o confronto de nossas expectativas eminentemente falíveis com o objeto de tais expectativas, e tal confronto mais serve para apontar erros do que para confirmar verdades. (SILVEIRA, 2013, p. 41).

Ibri aponta o equívoco (o qual chamaríamos, nos termos que construímos em nossa tese, de um equívoco pragmático, do ponto de vista político) de acreditar que a comunidade se reduz “a um mero compartilhamento de opiniões derivado da conversação e do uso criativo da linguagem⁴¹³”

⁴⁰⁹ “We are all putting our shoulders to the wheel for an end that none of us can catch more than a glimpse at -- that which the generations are working out”.

⁴¹⁰ “science [...] is the quintessential communal enterprise”.

⁴¹¹ “the social theory of reality, far from being incompatible with tychism, inevitably leads up to that form of philosophy”.

⁴¹² “for Peirce, the meaning and truth of individuals’ beliefs depend upon public language and criteria”.

⁴¹³ “a mere sharing of opinions derived from conversation and creative use of language”.

(IBRI, 2013, p. 7). A comunidade opera a partir do encontro – por vezes violento – com a alteridade da secundidade. Dos quatro métodos elencados por Peirce em *A Fixação das Crenças*, nenhum é tão constrangido pela realidade, nenhum considera tanto a realidade, quanto o científico. Conforme Silva (2021a, p. 16), no método científico, “a verdade está em devir”. Já a tenacidade “pode significar *morte*”, diz Ibrí (2018, p. 927, grifo do autor). Certamente é o caso da aplicação desse método ao fenômeno das mudanças climáticas.

“Que o estabelecimento da opinião seja o único objetivo da investigação é uma proposição muito importante⁴¹⁴”, defende Peirce (CP 5.375). Há um “cabal reconhecimento da distinção entre objetos imediato e dinâmico que se efetiva na própria prática científica. As teorias dotadas do primeiro buscam incessantemente o segundo” (IBRI, 2018, p. 926). A ciência ganha em complexidade a partir da autocorreção e do crescimento dos signos em terceiridade, que, na lógica evolucionária, tendem, cada vez mais, a dar conta da diversificação do mundo que a primeiridade pressupõe:

No método científico a lei, o hábito são respostas inteligentes do pensamento ao problema da diversidade do mundo: cada hábito é a um tempo invenção e contenção, está em constante crescimento. O motor desse crescimento é a diversidade do mundo; o produto desse crescimento é o pensamento estruturado. (SILVA, 2021a, p. 16)

O crescimento desse pensamento estruturado se dá apenas no âmbito de uma construção coletiva de conhecimento. Houser (2016) discute a ideia de mentes sociais de instituições – na qual, em nossa visão, enquadra-se a comunidade do IPCC. Essas mentes “se desenvolvem e evoluem mais ou menos de acordo com o processo de dúvida e crença que Peirce descreveu para as mentes individuais⁴¹⁵”, conjectura Houser (2016, p. 393). A partir do pensamento peirceano, pode-se mesmo afirmar que “a sobrevivência e avanço da civilização dependem da extensão da mente além de organismos biológicos individuais para grupos e instituições sociais⁴¹⁶”, defende Houser (2016, p. 379). Indispensável, nesse sentido, a comunicação para a obtenção de tais objetivos.

Haack (2005, p. 241) nota como o ensaio *A Fixação das Crenças* tem um espírito sinequista “em virtude de sua consciência das continuidades entre o aprendizado humano e as explorações

⁴¹⁴ “That the settlement of opinion is the sole end of inquiry is a very important proposition”.

⁴¹⁵ “It is my conjecture that the social minds of institutions develop and evolve more or less in accordance with the doubt-belief process Peirce described for individual minds”.

⁴¹⁶ “the survival and advancement of civilization depends on the extension of mind beyond individual biological organisms into social groups and institutions”.

por outros animais de seu ambiente, e entre investigação e outros meios de formar opinião⁴¹⁷”. Houser defende que a lógica estabelecida por Peirce nesse texto entre dúvida e crença também se aplica a uma comunidade: “essa irritação da dúvida, se distribuída de forma suficientemente ampla na comunidade, geraria um análogo da investigação, ações responsivas, uma forma de tentativa e erro, até que um estado satisfatório de coisas fosse restaurado – adaptando, assim, a mente social a realidades ambientais em mutação⁴¹⁸” (HOUSER, 2016, p. 394).

Na teoria realista de Peirce, a realidade se constitui por meio de um consenso (CP 8.16). Em sua descrição do processo científico, Peirce afirma que “mentes diferentes podem partir com as visões mais antagônicas, mas o progresso da investigação as carrega – por uma força externa a elas – a uma mesma conclusão⁴¹⁹” (CP 5.407). É nesse sentido que só se pode almejar chegar à verdade por meio da comunicação: não há esperança de se alcançar esse consenso sem comunicação – a qual deve ser compreendida não como um ideal transcendente, e sim como um processo imanente, conforme defendemos nesta tese.

Há um desafio comunicacional inerente à compreensão do fenômeno das mudanças climáticas: a ausência de experiência colateral. Essa é uma hipótese para as dificuldades na formação do *commens* – pré-condição para a comunicação, conforme Peirce. A experiência colateral é um pré-requisito para o processo comunicacional no sentido de que contribui para a formação do *commens* (EP 2, p. 478). Como ter conhecimento prévio do fenômeno das mudanças climáticas? Há uma certa invisibilização em torno da queima de combustíveis fósseis (ou seja, não somos capazes de ver gás carbônico sendo de fato lançado à atmosfera). Essa observação se refere à causa, mas o ponto mais interessante da discussão é em relação aos efeitos das mudanças climáticas. Não temos experiência colateral de oceanos em um nível quatro metros mais alto em relação ao que conhecemos. Também há a questão da exigência de especialização: os efeitos de fenômenos como a acidificação dos oceanos e o branqueamento dos corais se apresentam antes para especialistas. Se, conforme o pragmatismo, o conceito que fazemos de algo está nos efeitos que experienciamos, então as mudanças climáticas estão ainda no início do seu processo de adquirir

⁴¹⁷ “in virtue of its awareness of the continuities between human learning and other animals' exploration of their environment, and between inquiry and other means of settling opinion, ‘The Fixation of Belief’ (1877) seems no less synechist in spirit”.

⁴¹⁸ “This irritation of doubt, at least if distributed widely enough throughout the community, would generate the analogue of inquiry, responsive actions, more or less trial and error, until a satisfactory state of affairs was restored — thus adapting the social mind to changing environmental realities”.

⁴¹⁹ “Different minds may set out with the most antagonistic views, but the progress of investigation carries them by a force outside of themselves to one and the same conclusion”.

significado. Trata-se de um fenômeno novo, de altíssima complexidade, cuja compreensão desafia mesmo especialistas. Como se comunica esse fenômeno? O próprio fenômeno das mudanças climáticas ocorre no longo prazo: não foi notado em seus primeiros anos ou décadas, ou mesmo até meados do século 20. Há uma dificuldade de ter experiência colateral de um fenômeno que se prolonga por décadas. Agora, passa-se a sentir seus efeitos.

Suponha-se que, em um cenário de baixas emissões futuras, o aquecimento global ultrapasse 1,5°C e depois volte para algo próximo a 1°C. Nesse cenário, “emissões líquidas zero de gases do efeito estufa, se sustentadas, devem resultar em um declínio gradual das temperaturas da superfície global depois de um pico prévio (*alta confiança*)⁴²⁰” (AR6, p. 19). O retorno depois da ultrapassagem de 1,5°C será perceptível (trata-se aqui de um espaço de décadas). Conforme o IPCC, “reduções profundas, rápidas e sustentadas nas emissões de gases do efeito estufa levariam a uma desaceleração perceptível no aquecimento global dentro de duas décadas⁴²¹” (AR6, p. 12). Ainda no mesmo cenário, “reduções profundas, rápidas e sustentadas nas emissões de gases do efeito estufa levariam a melhorias na qualidade do ar dentro de poucos anos e a reduções nas tendências da temperatura da superfície global perceptíveis depois de 20 anos⁴²²” (AR6, p. 68).

A partir dessa ideia, operamos a discussão sobre a experiência colateral. A questão é explicada por Peirce na relação com o conceito de *commens*, da seguinte forma. Na mesma carta a Lady Welby em que introduz as ideias de *commens* e de interpretante comunicacional, Peirce prossegue o desenvolvimento do argumento com a seguinte ideia: “Nenhum objeto pode ser denotado a não ser que seja colocado em relação com o objeto do *commen[s]*⁴²³” (EP 2, p. 478). Ele desenvolve então a ideia de que a produção de interpretantes depende da experiência ou observação colateral, por ele definida como “conhecimento prévio sobre o que o signo denota⁴²⁴” (EP 2, p. 494). Conforme lemos em outro trecho, “um signo pode trazer perante à mente uma nova hipótese, ou um sentimento, uma qualidade, um aspecto, um grau, uma coisa, um acontecimento, uma lei, etc. Porém, não pode jamais comunicar algo a uma pessoa que não teve uma experiência

⁴²⁰ “Net zero GHG emissions, if sustained, are projected to result in a gradual decline in global surface temperatures after an earlier peak. (high confidence)”.

⁴²¹ “Deep, rapid, and sustained reductions in greenhouse gas emissions would lead to a discernible slowdown in global warming within around two decades”.

⁴²² “Deep, rapid, and sustained reductions in GHG emissions would lead to improvements in air quality within a few years, to reductions in trends of global surface temperature discernible after around 20 years”.

⁴²³ “No object can be denoted unless it be put into relation to the object of the commends”.

⁴²⁴ “previous acquaintance with what the Sign denotes”.

direta ou ao menos uma experiência própria do mesmo objeto, experiência colateral⁴²⁵” (MS [R] L463:14).

Não se produz interpretantes sem experiência colateral: “A pessoa que interpreta tal frase (ou qualquer outro signo) deve ser determinada pelo seu objeto por meio da observação colateral de forma independente da ação do signo. De outro modo ele não será determinado para o pensamento daquele objeto⁴²⁶” (EP 2, p. 493). No mesmo sentido, há uma dificuldade de compreensão das consequências do processo de aquecimento global. Assim, do ponto de vista da crença, pode-se argumentar que a falta de experiência colateral abre espaço para dúvida. Essa falta de experiência colateral está associada a uma posição infalibilista que presume que o fato de algo nunca ter ocorrido é um indicativo de que esse algo continuará a não ocorrer por todo o sempre.

De acordo com o AR6, “com cada aumento do aquecimento global, alterações regionais na média do clima e em extremos se tornam mais disseminadas e pronunciadas⁴²⁷” (AR6, p. 70). A palavra *pronunciadas* é a chave aqui, no sentido de que se trata dos efeitos das mudanças climáticas. Conforme o IPCC, “os impactos de longo prazo projetados são múltiplas vezes maiores do que o que se observa atualmente (*alta confiança*)⁴²⁸” (AR6, p. 14). Como nota Peirce, “acontecimentos futuros não podem ser experienciados [...] Posso apenas imaginar que um certo tipo geral de evento irá ocorrer⁴²⁹” (MS 320 *apud* SFENDONI-MENTZOU, 1997, p. 649). Ou seja, há uma perspectiva de uma maior recorrência de eventos climáticos extremos causados pelo aquecimento global – que, todavia, depende dessa ideia geral, em caráter de terceiridade, das alterações nas leis do sistema climático, que tendem a provocar eventos cada vez mais intensos e frequentes.

Bergman (2009a, p. 107) enfatiza a importância da experiência colateral e discute a questão a partir da previsão do tempo, como por exemplo, a ideia de que amanhã irá chover. No entanto, no caso das mudanças climáticas há uma diferença de natureza, não de grau: trata-se do futuro, mas

⁴²⁵ “A Sign may bring before the Mind, a new hypothesis, or a sentiment, a quality, a respect, a degree, a thing, an event, a law, etc. But it never can convey anything to a person who has not had a direct experience or at least original self-experience of the same object, collateral experience”.

⁴²⁶ “The person who interprets that sentence (or any other Sign whatsoever) must be determined by the Object of it through collateral observation quite independently of the action of the Sign. Otherwise he will not be determined to /the/ thought of that object”.

⁴²⁷ “With every increment of global warming, regional changes in mean climate and extremes become more widespread and pronounced”.

⁴²⁸ “projected long-term impacts are up to multiple times higher than currently observed (high confidence)”.

⁴²⁹ “Future events cannot be experienced [...] I can only imagine that a certain general kind of event will occur”.

não a partir de experiências conhecidas. Do ponto de vista da primeira dimensão da comunicação, a da materialidade, este argumento tem a sua compreensão facilitada se exposto na língua inglesa, onde há uma distinção mais clara a partir dos termos *weather* (referente ao que em português tratamos coloquialmente como tempo) e *climate*, que diz respeito ao sistema climático⁴³⁰. A própria designação de *extremos climáticos* já evidencia como esses acontecimentos fogem à experiência conhecida – são eventos climáticos extremos em relação ao que conhecemos.

Como hipótese, parece-nos que a falta de experiência colateral dificulta e no limite impede que o consenso da comunidade científica se dissemine para uma comunidade mais ampla. Malgrado a importância que lhe atribuiu, Peirce não desenvolveu extensivamente o conceito de comunidade. Por exemplo, ele fala em uma comunidade sem limites definidos; ou seja, não precisou seus contornos. O relatório manifesta uma preocupação com a comunicação para além da comunidade a partir de uma ferramenta explicitamente direcionada para tal, que apresenta pequenos comentários a afirmações do IPCC. Trata-se de anotações com “explicações simples escritas em linguagem não-técnica [...que] ajudam não-especialistas a navegar um conteúdo complexo⁴³¹” (AR6, p. 39).

No seguinte trecho, o relatório expressa uma crença no potencial transformador do consenso e de sua ampliação:

Equidade, inclusão, transições justas, participação ampla e significativa de todos os atores relevantes na tomada de decisões em todas as escalas permitem ambições mais profundas na sociedade para mitigação acelerada, e para a ação climática de forma mais ampla, constroem confiança social, sustentam mudanças transformadoras e um compartilhamento equitativo de benefícios e ônus (*alta confiança*).⁴³² (AR6, p. 101)

Ward (2001, p. 72) já associava o sucesso da comunidade à sua capacidade de ampliar o seu alcance para abranger todas as mentes. Nessa discussão sobre a ampliação do consenso da comunidade, o IPCC acredita que “instituições locais, municipais, nacionais e sub-nacionais efetivas constroem consenso para a ação climática dentre interesses diversos⁴³³” (AR6, p. 32). Ou

⁴³⁰ Essa distinção entre clima e tempo é importante do ponto de vista do discurso pois permite desconstruir uma falácia habitual dos negacionistas, a que defende a ideia de que a ocorrência de temperaturas baixas seria uma prova de que não está havendo um aquecimento global.

⁴³¹ “Simple explanations written in non-technical language” [...] “these help non-experts navigate complex content”.

⁴³² “Equity, inclusion, just transitions, broad and meaningful participation of all relevant actors in decision making at all scales enable deeper societal ambitions for accelerated mitigation, and climate action more broadly, and build social trust, support transformative changes and an equitable sharing of benefits and burdens (high confidence)”.

⁴³³ “Effective local, municipal, national and subnational institutions build consensus for climate action among diverse interests”.

seja, há uma crença nos efeitos dessa produção de consenso. Em suma, neste subcapítulo, além de caracterizar o consenso da comunidade científica do IPCC em relação aos efeitos da ação antropogênica sobre o sistema climático, também abordamos a questão da ampliação dos limites da comunidade e exploramos a dificuldade de formação do consenso sobre a questão específica das mudanças climáticas a partir da ideia peirceana de experiência colateral.

5.2.2 Interdependência das dimensões da comunicação

O trabalho com as dimensões da comunicação envolve pensar, no nível da primeiridade, na materialidade. Em termos da materialidade textual, podemos pensar, por exemplo, que o relatório, texto de caráter diplomático, é escrito na língua inglesa, como habitual nesse tipo de documento. O nível intergovernamental parece exigir o inglês como linguagem. No entanto, a discussão sobre materialidade não se reduz a esse aspecto: “Em um estudo propriamente comunicacional na perspectiva da Semiótica Crítica, [...] convém atentar para as materialidades presentes na enunciação, sejam elas propriamente midiáticas, sejam elas da ordem de máquinas expressivas que se conjugam para produzir sentido” (GPESC, 2020, p. 171). No caso do relatório do IPCC, utilizando o vocabulário do GPESC, as *máquinas expressivas* que se conjugam para produzir sentido envolvem, no mínimo, a comunidade de investigadores e os atores governamentais que devem entrar em acordo sobre as conclusões do texto. Assim, o que pode ser dito, no âmbito do relatório, está conformado por essas máquinas, para além da linguagem.

Na dimensão de secundidade, de referencialidade, podemos pensar em termos de autorreferencialidade: o relatório faz diversas menções ao trabalho anterior do próprio IPCC, como a seguinte:

O aumento estimado na temperatura da superfície global desde o AR5 se dá principalmente devido a um maior aquecimento entre 2003 e 2012 (0,19 [0,16 a 0,22]°C) [...] avanços metodológicos e novos dados deram uma representação espacial mais completa das mudanças na temperatura da superfície, inclusive no Ártico. Essas e outras melhoras também aumentaram a estimativa da temperatura da superfície global em aproximadamente 0,1°C, mas esse acréscimo não representa um aquecimento físico adicional desde o AR5⁴³⁴. (AR6, p. 4)

⁴³⁴ “The estimated increase in global surface temperature since AR5 is principally due to further warming since 2003–2012 (0.19 [0.16 to 0.22]°C). Additionally, methodological advances and new datasets have provided a more complete

De especial importância é o fato de que o relatório-síntese, que analisamos aqui, remete aos outros relatórios produzidos ao longo do ciclo. Esse é um exemplo claro de cadeia semiótica que vai continuamente se desenvolvendo; ou seja, produz-se novas sistematizações a partir das sínteses dos relatórios escritos ao longo do ciclo, e as conclusões do relatório são resultado do que se produziu nesses textos anteriores. Nos termos de nossa tese, a referencialidade é a dimensão de secundidade da comunicação. Passamos, agora, a caracterizar a sua manifestação no relatório do IPCC. O texto do relatório-síntese do AR6 é composto por duas partes: a primeira, de pouco mais de 30 páginas, é um resumo de todas as sínteses do ciclo, explicitamente direcionada para o que IPCC nomeia de tomadores de decisão; a segunda parte, com cerca de 80 páginas, é uma versão mais detalhada do texto, com um maior desdobramento dessas mesmas conclusões do IPCC, e denominada *longer report*, ou relatório mais longo⁴³⁵.

Para os efeitos da discussão sobre referencialidade, notamos que a construção do texto do IPCC, em suas duas versões, tem sua base em referências aos demais relatórios do ciclo: “Cada parágrafo do resumo para tomadores de decisão contém referências para o texto que lhe serve de suporte no relatório mais longo. Por sua vez, o relatório mais longo contém extensas referências às partes relevantes dos relatórios dos grupos de trabalho ou dos relatórios especiais⁴³⁶” (AR6, p. vii). Ainda: “Este relatório combina em um todo as principais descobertas dos relatórios dos grupos de trabalho do AR6 e dos três relatórios especiais do AR6⁴³⁷” (AR6, p. 38). Assim, ainda que o que esteja em análise por nossa pesquisa seja apenas o texto do relatório final, ela trata de todo o ciclo, pois o relatório-síntese produz referencialidade a partir dos outros textos do ciclo do AR6. O que se nota é que há uma *máquina expressiva* que opera a partir da autorreferencialidade, nesse sentido

spatial representation of changes in surface temperature, including in the Arctic. These and other improvements have also increased the estimate of global surface temperature change by approximately 0.1°C, but this increase does not represent additional physical warming since AR5”.

⁴³⁵ Diríamos que o IPCC produz uma dicotomia ao estruturar o relatório dessa forma, com um resumo para tomadores de decisão, como se afirmando que esse é o texto político – como se o restante do relatório não o fosse. O IPCC parece não reconhecer que há continuidade entre ciência e política, tratando-as de forma dicotômica a partir de uma autoatribuída neutralidade (AR6, p. v). Parece-nos que não há descontinuidade entre ciência e política, ao contrário do que pretenderia o IPCC.

⁴³⁶ “Each paragraph of the SPM contains references to the supporting text in the longer report. In turn, the longer report contains extensive references to relevant portions of the Working Group Reports or Special Reports mentioned above”. Diríamos que o IPCC produz uma dicotomia ao estruturar o relatório dessa forma, com um resumo para tomadores de decisão, como se afirmando que esse é o texto político – como se o restante do relatório não o fosse). O IPCC parece não reconhecer que há continuidade entre ciência e política, tratando-as de forma dicotômica a partir de uma autoatribuída neutralidade (AR6, p. v). Parece-nos que não há descontinuidade entre ciência e política, ao contrário do que pretenderia o IPCC.

⁴³⁷ “This report integrates the main findings of the AR6 Working Group reports and the three AR6 Special Reports”.

de que o relatório lança mão de referências a outros textos do IPCC. Seu fluxo comunicacional é estruturado dessa forma; isso faz parte de seu texto, do que permite a sua escrita, da mesma forma como operam as probabilidades (que veremos em 5.2.3). É uma forma de construção que reforça a argumentação do consenso no relatório.

O que é de natureza da secundidade da comunicação é essa relação de referencialidade. Já as novas sínteses produzidas a partir desse material são signos de terceiridade. Ou seja, em relação à interdependência, essa construção de referencialidade faz parte do processo comunicacional, mas não o encerra. A construção de novas sínteses a partir desses signos é um processo de mediação, de terceiridade. Para que seja possível a produção de signos de terceiridade, é necessária a existência desse signo de secundidade, a referência a algo anterior.

Nossa discussão sobre referencialidade passa pelo reconhecimento de que o referente está em evolução. A verdade sobre o sistema climático atual é distinta da de 200 anos atrás, pois potencialmente já não estamos mais sequer na mesma era geológica de 200 anos atrás, mas no Antropoceno. A verdade descoberta pelo cientista enquanto uma teoria em terceiridade será sentida na realidade da secundidade: “O homem científico se impressiona profundamente com a majestade da verdade, como algo razoável ou inteligente que está destinado a, mais cedo ou mais tarde, forçar-se sobre toda mente⁴³⁸” (CP 8.136n3).

O problema das mudanças climáticas possibilita uma discussão relevante sobre objeto dinâmico e objeto imediato, uma vez que o objeto dinâmico está efetivamente mudando. Há uma ordem de mudanças nas leis e nos hábitos da natureza provocada pela ação antropogênica. Ou seja, o objeto dinâmico está se alterando.

Produzir conhecimento suficiente sobre um fenômeno ao ponto de prever com um bom grau de segurança quando ele irá acontecer não implica, evidentemente, a capacidade de evitar que ele ocorra. A necessidade apontada pelo IPCC de alterações em nossos modos de vida evidencia a importância das ideias de hábito e de ação. Há a irreversibilidade das alterações que já ocorreram – que podem ser contornadas em algum nível, mitigadas, mas não desfeitas.

Na passagem da referencialidade à mediação, podemos pensar da seguinte forma: se apenas experiencio o fenômeno no nível da secundidade, da ação e reação bruta (se sou vítima de um fenômeno extremo cujo aspecto de lei que tende a se repetir não chego a compreender), estou

⁴³⁸ “The scientific man is deeply impressed with the majesty of truth, as something reasonable or intelligible which is bound sooner or later to force itself upon every mind”.

aquém do que o método científico é capaz de afirmar, em terceira pessoa (que os eventos extremos e as anomalias estão mais frequentes por conta das mudanças no sistema climático causadas pela ação humana).

A dimensão da materialidade está associada à noção de veículo do signo. Nesse sentido, o que se observa no relatório é uma linguagem técnica, precisa, concisa. É um documento que pode inclusive ser tratado como burocrático, sob esse ponto de vista específico. Desde a perspectiva das condições de feitura do relatório, destaca-se, como notamos, o fato de que o texto é escrito em inglês; ou seja, o meio de produção do acordo é a língua inglesa. Isso implica uma redução, um estreitamento; há uma língua específica a partir da qual se estabelece o consenso científico.

A dimensão da materialidade dá conta das potencialidades do signo. A mediação só se dá a partir daquilo que a dimensão da materialidade foi capaz de produzir. Do ponto de vista da materialidade, o principal ponto de atenção é a linguagem calibrada do IPCC. Essa consiste em estabelecer, ao final de trechos do texto, o nível de confiança que o IPCC tem naquilo que está sendo afirmado. Essa discussão será mais detalhada no subcapítulo 5.2.3, no qual exploramos esse procedimento de atribuição de um grau de confiabilidade para as afirmações a partir da ideia de indeterminação. Além de texto, o relatório também é composto por representações gráficas, nas quais também constam indicadores de confiança.

Na dimensão da referencialidade, podemos centrar a discussão na ideia de que a construção do texto tem sua base em referências aos relatórios do ciclo do AR6. Nossa análise se restringe ao relatório-síntese, mas este se refere constantemente aos outros textos do ciclo. Ao final de cada parágrafo, há a indicação do relatório do IPCC em que as afirmações do parágrafo são embasadas e, mais especificamente, da seção deste relatório onde se encontram as bases para a discussão do relatório-síntese. Por uma questão de clareza do texto e para os propósitos desta tese, não incluímos essa informação em nossas citações diretas do AR6, mas elas são importantes no sentido em que detalham a origem das avaliações expostas no texto do IPCC. Vejamos o seguinte exemplo:

Com cada incremento no aquecimento, os impactos e os riscos das mudanças climáticas se tornarão cada vez mais complexos e mais difíceis de manejar [...] riscos podem surgir de algumas respostas que têm a intenção de reduzir os riscos das mudanças climáticas, como efeitos colaterais de parte das reduções de emissões e de medidas de remoção de dióxido de carbono (*alta confiança*). {WGI SPM C.2.7, WGI Figure SPM.6, WGI TS.4.3; WGII SPM B.1.7, WGII B.2.2, WGII SPM B.5, WGII SPM B.5.4, WGII SPM C.4.2, WGII SPM B.5, WGII

CCB2}⁴³⁹

As siglas se referem aos distintos relatórios produzidos pelo IPCC. WG corresponde a grupo de trabalho (*working group*) e SPM, ao resumo para tomadores de decisão (*summary for policymakers*). As seções no interior de cada relatório são identificadas por números e letras. Há aqui complexas relações de autorreferencialidade, em diferentes níveis, entre o relatório-síntese que opera como fechamento do ciclo, os relatórios do ciclo e os artigos e estudos científicos nos quais esses textos se baseiam. Trata-se de uma cadeia semiósica que evidencia a construção do texto do IPCC como a expressão de um consenso científico. Outro aspecto importante nesse sentido de autorreferencialidade é a estrutura do próprio relatório-síntese, que tem, no início das seções, afirmações resumidas, condensadas, que são desenvolvidas ao longo da seção.

O relatório estabelece, em diversos trechos, comparações com as descobertas dos ciclos anteriores, como a seguinte: “para um dado nível de aquecimento, avalia-se que muitos riscos associados ao clima são mais altos do que no AR5 (*alta confiança*)⁴⁴⁰” (AR6, p. 71). Ainda: “na comparação com o AR5, avalia-se que os níveis globais de risco agregado [...] se tornam altos a muito altos em níveis mais baixos de aquecimento global⁴⁴¹” (AR6, p. 15).

Inclusive, é isso o que nos permite identificar um conservadorismo no trabalho do IPCC: os riscos e impactos são, em geral, maiores do que se avaliava nos relatórios dos ciclos anteriores, e não menores. É o que se verifica nos seguintes trechos: conforme o IPCC, “agora se avalia que riscos elevados ocorrem com níveis mais baixos de aquecimento global⁴⁴²” (AR6, p. 75). Ainda: “A extensão e magnitude dos impactos das mudanças climáticas são maiores do que o estimado em avaliações anteriores (*alta confiança*)⁴⁴³” (AR6, p. 46).

Nesse sentido, o AR6 não funciona isoladamente. Há uma cadeia semiósica na qual o IPCC foi se constituindo e na qual o texto se apoia para construir sua argumentação e que evidencia como vai evoluindo o conhecimento sobre mudanças climáticas e que novas mediações vão sendo

⁴³⁹ “With every increment of warming, climate change impacts and risks will become increasingly complex and more difficult to manage. [...] risks can arise from some responses that are intended to reduce the risks of climate change, e.g., adverse side effects of some emission reduction and carbon dioxide removal (CDR) measures (see 3.4.1). (high confidence) {WGI SPM C.2.7, WGI Figure SPM.6, WGI TS.4.3; WGII SPM B.1.7, WGII B.2.2, WGII SPM B.5, WGII SPM B.5.4, WGII SPM C.4.2, WGII SPM B.5, WGII CCB2}”.

⁴⁴⁰ “For a given level of warming, many climate-related risks are assessed to be higher than in AR5 (high confidence)”.

⁴⁴¹ “Compared to the AR5, global aggregated risk levels [...] are assessed to become high to very high at lower levels of global warming”.

⁴⁴² “High risks are now assessed to occur at lower global warming levels”.

⁴⁴³ “The extent and magnitude of climate change impacts are larger than estimated in previous assessments (high confidence)”.

produzidas. O IPCC recolhe avanços da ciência ao longo do ciclo. Não se trata de circularidade, de repetição do mesmo; a imposição da realidade em seu caráter de secundidade forçou a autocorreção da ciência. A evolução do conhecimento científico fica caracterizada a partir de novos interpretantes que vão gradualmente sendo produzidos ao longo do tempo: “evidências de alterações observadas em extremos climáticos como ondas de calor, fortes precipitações, secas e ciclones tropicais e, em particular, sua atribuição à influência humana, foram fortalecidas desde o AR5⁴⁴⁴” (AR6, p. 46). O objeto insiste sobre o signo e força a produção de interpretantes. É também por conta dessa insistência da realidade que o consenso da comunidade não é algo fixo, acordado, conciliatório, e sim movente, necessariamente aberto para se modificar a partir da evolução do processo investigativo.

A discussão sobre referência que estabelecemos, todavia, é apenas um primeiro sentido da problemática. Como vimos no capítulo 3, há relações de referência na instância de cada categoria, não apenas na secundidade. O que de fato caracteriza a secundidade da comunicação de modo distintivo é a referencialidade, ou relação com o objeto do signo. Esse é compreendido a partir de dois conceitos, os de objeto dinâmico e imediato. Nas palavras de Peirce, “temos que distinguir o objeto imediato, que é o objeto como o próprio signo o representa – e cujo ser é portanto dependente dessa sua representação no signo –, do objeto dinâmico, que é a realidade que de alguma forma consegue determinar o signo à sua representação⁴⁴⁵” (CP 4.536). O objeto dinâmico “é o objeto em tais relações como o estudo final e ilimitado o mostrariam ser⁴⁴⁶” (CP 8.183). A realidade coloca em xeque as nossas certezas sobre ela; o objeto dinâmico nos obriga a produzir novos signos ao demonstrar constantemente a insuficiência dos signos.

As mudanças climáticas se impõem em seu caráter de secundidade, de ação e reação brutas. No entanto, não se pode tomar a realidade apenas pelo seu aspecto de secundidade. Na perspectiva com a qual estamos trabalhando aqui, há uma relação de continuidade entre a referencialidade e o estabelecimento de uma mediação. A quebra dessa relação implica limitar-se à secundidade, restringir-se a ela. Pensar a referencialidade dissociada de sua mediação implicaria a produção de uma descontinuidade no processo comunicacional – o qual se efetiva na terceiridade – e significaria

⁴⁴⁴ “Evidence of observed changes in extremes such as heatwaves, heavy precipitation, droughts, and tropical cyclones, and, in particular, their attribution to human influence, has strengthened since AR5”.

⁴⁴⁵ “we have to distinguish the Immediate Object, which is the Object as the Sign itself represents it, and whose Being is thus dependent upon the Representation of it in the Sign, from the Dynamical Object, which is the Reality which by some means contrives to determine the Sign to its Representation”.

⁴⁴⁶ “the Object in such relations as unlimited and final study would show it to be”.

a incapacidade de estabelecer, a partir do particular, uma mediação que seja capaz de compreender esse particular no contexto de um geral – de um contínuo.

São esses os termos que se impõem quando pensamos a referencialidade em termos de produção, e não de correspondência com um referente extra-linguístico. A própria designação *mudanças climáticas* já evidencia que se trata de um objeto em mutação. Essa não é uma exclusividade, todavia, desse fenômeno específico: o existente sempre está em mutação, na lógica peirceana. Nosso conhecimento sobre esse referente em evolução se dá a partir dos signos que somos capazes de produzir sobre ele.

Nos referíamos anteriormente à linguagem; ela não é vazia, fechada em si mesma, mas utilizada de uma forma que a potencialize a produzir referencialidades e estabelecer mediações. A mediação, por sua vez, só pode se estabelecer a partir das dimensões comunicacionais que lhe precedem: sem a primeiridade e a secundidade, “a terceiridade não teria nada a partir do qual operar⁴⁴⁷” (CP 6.202). Fica clara, nesse sentido, a interdependência das categorias.

Ficar no nível da secundidade, como nos referíamos anteriormente, ou seja, no nível da ação e reação brutas, opera uma descontinuidade, e equivale a romper, na prática, a indissociabilidade das categorias, ao ser incapaz de estabelecer mediações – do ponto de vista comunicacional, configura o que nomeamos como a prisão da secundidade. A limitação da comunicação à sua dimensão de secundidade quebra a sua triadidade e a retira do espaço de um pensamento coerente com a lógica peirceana. A comunicação se realiza efetivamente na terceiridade, a qual pressupõe a primeiridade e a secundidade. Não há novo interpretante sem o signo e sem o objeto. É apenas a partir das mediações que se produz aumento da razoabilidade concreta. O interpretante não é um pensamento solto ou uma invenção genial e criativa que saiu de um lugar não-sabido, e sim é produzido a partir de uma determinação do signo. A compreensão dessa ideia afasta a comunicação tal como a estamos pensando aqui de um relativismo. É apenas a partir da mediação que se podem estabelecer hábitos, que discutiremos detidamente no subcapítulo 5.2.4. Sem essa mediação, sem essa dimensão de terceiridade, não há comunicação efetiva.

⁴⁴⁷ “Thirddness would not have anything upon which to operate”.

5.2.3 Indeterminação

Um de nossos parâmetros da comunicação sinequista dá conta de que ela é aberta à indeterminação e se configura de forma probabilística. Esse é um fator central do relatório do IPCC: a incerteza permeia o texto. Neste subcapítulo, nossa intenção é a de olhar para o marcador de confiança e probabilidade presente na escrita do IPCC como um dispositivo de construção argumentativa do relatório, que permeia todo o texto e, no limite, pode ser visto como condição de possibilidade da feitura do texto. Isso pois o relatório lida, quase que a cada página, com cenários futuros cujas variáveis dependerão de ações tomadas no futuro próximo. Como veremos, porém, há limites na compreensão de indeterminação conforme aparece no relatório em relação com a concepção peirceana. Passamos, agora, a caracterizar a indeterminação como um dos parâmetros da comunicação sinequista a partir de suas manifestações no AR6.

A forma de construção do relatório é apontar fatos probabilísticos que vão sendo construídos por meio de consenso científico. Ou seja, o cálculo probabilístico de um evento se torna mais preciso conforme mais avançado esteja o conhecimento científico sobre esse determinado evento. Assim, o IPCC é mais capaz de fazer estimativas precisas no ciclo do AR6, concluído em 2023, do que no AR1, finalizado em 1990.

O relatório é por definição um texto de análise de risco. Ele trabalha a todo momento com probabilidades e o risco de se efetivarem. Informa-nos, por exemplo, que fenômenos com baixa probabilidade de se concretizar, mas com consequências desastrosas, carregam um alto grau de risco – no sentido dos graves problemas que sua efetivação traria.

O relatório tem ao mesmo tempo caráter de diagnóstico e de prognóstico. O texto faz uma série de projeções para o futuro que, naturalmente, estão sujeitas a erro, quanto mais se estamos dentro de um pensamento que tem no falibilismo um de seus pilares. Desde o ponto de vista do falibilismo, o conservadorismo do IPCC a que nos referíamos anteriormente pode vir a ser comprovado futuramente – é possível que as projeções estejam equivocadas, seja porque as consequências se provem mais graves do que o que hoje se acredita ou porque ocorram antes do esperado. No entanto, a análise dos relatórios recentes parece indicar que o equívoco se dá no sentido contrário, por conta desse conservadorismo de que o IPCC é acusado: “O relatório de 2018 do IPCC retardava ainda em um decênio a data de ultrapassagem do aquecimento de 1,5°C [...]

Reagindo a esse relatório de 2018, muitos cientistas consideraram o prazo entre 2030 e 2052, com média em 2040, excessivamente conservador” (MARQUES, 2023, p. 293-294). Ainda assim, o próprio IPCC ressalta que projeções não devem ser confundidas com previsões (AR6, p. 9).

Em relação a incertezas, o relatório aborda explicitamente a possibilidade de surpresas, de imprevistos. Há uma incerteza natural associada a modelos de previsão. O IPCC elabora modelos que projetam realidades de longo prazo, em especial considerando-se que essas dependerão, ainda, de distintos cenários futuros, conforme o nível de emissões futuras.

O relatório tem uma seção intitulada *Mudanças observadas e suas causas*, em que se faz hipóteses a partir das observações que deem conta de explicar os fenômenos observados. Esse é um elemento de incerteza, na medida em que não necessariamente as hipóteses elencadas se confirmam. O texto também trata de existências potenciais, ou seja, é um relatório sobre futuros possíveis. Há diferentes cenários futuros considerando-se distintos rumos de ações a serem tomadas em um futuro imediato.

Interconexão e interdependência são aspectos afins ao pensamento de Peirce e também ao contexto de mudanças climáticas. Isso é fundamental na discussão sobre indeterminação, pois o relatório alerta que há uma série de efeitos em cadeia nos diferentes cenários de aquecimento, ou seja, há interdependência entre distintos elementos.

Peirce associa a produção de uma realidade futura ao trabalho da comunidade. O consenso da comunidade, porém, não se impõe sobre a realidade. Esta põe à prova constantemente as descobertas científicas, e, eventualmente, os acontecimentos obrigam a ciência a repensar suas conclusões. Para Peirce (CP 1.55), o “espírito científico” requer uma disposição para abandonar nossas crenças, caso a experiência as contrarie. Compreender que esse não é um processo que se esgota é começar a compreender o falibilismo peirceano.

Do ponto de vista de nossa tese, é preciso adotar uma visão crítica, em termos falibilísticos, de certas ideias expressas no relatório. Por exemplo, o texto afirma que “é inequívoco que a influência humana aqueceu a atmosfera, o oceano e a terra. Amplas e rápidas mudanças na atmosfera, no oceano, na criosfera e na biosfera ocorreram⁴⁴⁸” (AR6, p. 11) – apenas para, na sequência, enunciar uma série de fatos probabilísticos. Ou seja, é inequívoco, mas as observações que embasam essa afirmação têm caráter probabilístico.

⁴⁴⁸ “it is unequivocal that human influence has warmed the atmosphere, ocean and land. Widespread and rapid changes in the atmosphere, ocean, cryosphere and biosphere have occurred”.

O que é pertinente notar, para os propósitos de nossa pesquisa, é que, do ponto de vista peirceano, nenhuma afirmação chega a 100% de certeza, por conta da indeterminação e do falibilismo. Há sempre a possibilidade de ocorrer desvios, ainda que de forma infinitesimal. A ideia de que as coisas não permanecerão sempre como estão é válida inclusive para considerar que o processo atual de alterações do sistema climático não é irreversível – e que, entre as potencialidades futuras, está a recuperação do meio ambiente, a partir das radicais transformações requeridas. Assim como as mudanças atuais espantam pela velocidade maior do que a prevista, igualmente a regeneração após uma eventual reversão de emissões poderia ser mais rápida do que se acredita hoje. Como vimos, o principal inimigo do sinequismo é o infalibilismo, e a ciência que não se considera falibilista vira uma forma de religião.

Peirce compreendeu, no final do século 19, que o tempo do mecanicismo havia se esgotado: “até onde eu consigo ler os sinais dos tempos, o destino da metafísica necessária está selado. O mundo acabou com ela⁴⁴⁹” (W6, p. 64). São ideias como essa que nos permitem dizer que, do ponto de vista científico, pode-se até fazer afirmações que tendam a 100% de certeza – sem jamais, no entanto, alcançá-la. Peirce deixou claro em diversas ocasiões que a certeza absoluta não é algo alcançável: a “certeza absoluta, ou probabilidade 0 ou probabilidade 1 são inatingíveis⁴⁵⁰” (CP 4.143).

Os teólogos da ciência a que aludimos anteriormente acreditariam que suas projeções para o futuro não estão sujeitas a erro. Isso configura uma negação da continuidade: “epistemologicamente, seria absurdo pretender que a representação [das] leis contenha uma determinação que a evolução ainda não lhes conferiu” (IBRI, 2015, p. 82-83). É nesse absurdo epistemológico que acreditam os teólogos da ciência ironizados por Peirce. Assim, o sinequismo não implica continuidade necessária entre acontecimentos; pelo contrário, a filosofia peirceana nega esse determinismo, por meio do tiquismo, do falibilismo e do evolucionismo. Há um sentido de indeterminação instaurado no centro do pensamento peirceano. Não se trata de um efeito colateral ou indesejado. Peirce se esforça para fazer ver a inocuidade de afirmações absolutas, em especial as que se referem a cenários futuros. Para ele, “sempre que algum grau ou qualquer outra possibilidade de variação contínua subsiste, a precisão absoluta é impossível⁴⁵¹” (CP 5.506).

⁴⁴⁹ "as well as I can read the signs of the times, the doom of necessitarian metaphysics is sealed. The world has done with it".

⁴⁵⁰ "Absolute certainty, or probability 0 or probability 1 are unattainable".

⁴⁵¹ "wherever degree or any other possibility of continuous variation subsists, absolute precision is impossible".

Esta indeterminação também está no centro do relatório. A questão da confiança e dos intervalos de probabilidade é fundamental na escrita do texto. É o que o IPCC chama de linguagem calibrada:

Cada descoberta é fundamentada em uma avaliação das evidências e acordo subjacentes. A linguagem calibrada do IPCC usa cinco qualificatórios para expressar um nível de confiança: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto [...]. Os seguintes termos são usados para indicar a probabilidade avaliada de uma consequência ou resultado: virtualmente certo, probabilidade de 99% a 100%; muito provável, 90 a 100%; provável, 66 a 90%; mais provável do que não, maior do que 50%; tão provável quanto improvável, 33 a 66%; improvável, 0 a 33%; muito improvável, 0 a 10%; excepcionalmente improvável, 0 a 1%. Termos adicionais (extremamente provável, 95 a 100%; e extremamente improvável, 0 a 5%) também são usados quando apropriado.⁴⁵² (AR6, p. 3)

Cada afirmação é avaliada a partir de sua probabilidade e do grau de confiança que a comunidade é capaz de aferir sobre sua realidade. A indeterminação se manifesta, assim, na necessidade de realizar afirmações probabilísticas. Estabelecer uma afirmativa e, ao final da frase, indicar a probabilidade de ela estar correta, é o que podemos caracterizar como um exemplo paradigmático da indeterminação na comunicação: é uma frase que, em sua própria constituição, admite o elemento de incerteza – que, justamente, é o que torna possível realizar a afirmação. Ou seja, afirma-se algo, admitindo a existência da indeterminação, que pode inclusive vir a solapar essa afirmação. O relatório trata de cenários condicionais, futuros possíveis e múltiplos, ou seja, está-se o tempo todo indicando as consequências possíveis nos casos de cenários de emissões altas, médias ou baixas. Assim, é preciso admitir a incerteza, trazê-la para a própria constituição do texto, nessa forma de quase que um comentário ao final da assertiva, que caracteriza o grau de confiança dos autores em sua conformidade.

A indeterminação também se apresenta no caso de cenários futuros: “as emissões globais de gases de efeito estufa projetadas a partir das CNDs (contribuições nacionalmente definidas) anunciadas antes da COP26 tornariam provável que o aquecimento irá exceder 1,5°C e também dificultam, após 2030, limitar o aquecimento a menos do que 2°C⁴⁵³” (AR 6, p. 59).

⁴⁵² “Each finding is grounded in an evaluation of underlying evidence and agreement. The IPCC calibrated language uses five qualifiers to express a level of confidence: very low, low, medium, high and very high [...]. The following terms are used to indicate the assessed likelihood of an outcome or a result: virtually certain 99–100% probability, very likely 90–100%, likely 66–100%, more likely than not >50–100%, about as likely as not 33–66%, unlikely 0–33%, very unlikely 0–10%, exceptionally unlikely 0–1%. Additional terms (extremely likely 95–100%; and extremely unlikely 0–5%) are also used when appropriate”.

⁴⁵³ “Projected global GHG emissions from NDCs announced prior to COP26 would make it likely that warming will exceed 1.5°C and also make it harder after 2030 to limit warming to below 2°C”.

Note-se dois exemplos que trabalham com um intervalo de confiança da variação da temperatura: “A temperatura da superfície global foi 1,09 [0,95 a 1,20]°C mais alta em 2011-2020 do que em 1850-1900⁴⁵⁴” (AR6, p. 4) e “a faixa provável do aumento da temperatura da superfície global causado por humanos de 1850-1900 a 2010–2019 é de 0,8°C a 1,3°C, sendo a melhor estimativa de 1,07 °C⁴⁵⁵” (AR6, p. 4). Os termos envolvidos aqui, de intervalo, faixa provável e estimativa, dão conta de como a investigação científica é um empreendimento probabilístico, de como a incerteza e a variação probabilística são constitutivas do próprio fazer científico. Premissa básica da filosofia da ciência peirceana, essa ideia também é reconhecida pela comunidade do IPCC, como, por exemplo, em um trecho em que o relatório explicita as incertezas envolvidas na opção por um determinado método: “A escolha da métrica depende do objetivo da análise e todas as métricas de emissões de gases de efeito estufa têm limitações e incertezas, considerando que elas simplificam a complexidade do sistema climático físico e sua resposta a emissões passadas e futuras de gases de efeito estufa⁴⁵⁶” (AR6, p. 4). Os instrumentos de avaliação também evoluem ao longo do tempo, resultado de novas descobertas científicas. A incerteza decorrente do método, todavia, é apenas uma das dimensões da indeterminação, como veremos.

“Com base no entendimento científico, descobertas-chave podem ser formuladas como afirmações de fatos ou associadas com a avaliação de um nível de confiança usando a linguagem calibrada do IPCC⁴⁵⁷” (AR6, p. 3). A linguagem calibrada expressa um acordo da avaliação da probabilidade, definida em intervalos. O seguinte trecho evidencia a importância desses marcadores para a composição do texto, na medida em que permitem o encadeamento de diversas frases sobre as quais há níveis de confiança muito distintos:

a probabilidade e impactos de mudanças abruptas e/ou irreversíveis no sistema climático, inclusive mudanças desencadeadas quando pontos críticos forem alcançados, crescem com um aumento do aquecimento global (*alta confiança*). Conforme os níveis de aquecimento aumentam, também aumentam os riscos de extinção de espécies ou perda irreversível de biodiversidade em ecossistemas como florestas (*confiança média*), recifes de corais (*confiança muito alta*) e em regiões do Ártico (*alta confiança*). A níveis sustentados de aquecimento entre 2°C

⁴⁵⁴ “Global surface temperature was 1.09 [0.95 to 1.20]°C higher in 2011–2020 than 1850–1900”.

⁴⁵⁵ “The likely range of total human-caused global surface temperature increase from 1850–1900 to 2010–2019 is 0.8°C to 1.3°C, with a best estimate of 1.07°C”.

⁴⁵⁶ “The choice of metric depends on the purpose of the analysis and all GHG emission metrics have limitations and uncertainties, given that they simplify the complexity of the physical climate system and its response to past and future GHG emissions”.

⁴⁵⁷ “Based on scientific understanding, key findings can be formulated as statements of fact or associated with an assessed level of confidence using the IPCC calibrated language”.

e 3°C, as camadas de gelo da Groenlândia e do oeste da Antártida serão perdidas quase que por completo e de forma irreversível por múltiplos milênios, causando um aumento do nível do mar de diversos metros (*evidências limitadas*)⁴⁵⁸. (AR6, p. 18)

O trecho evidencia que há limites na ideia de certeza. O que o IPCC aponta é que há cenários condicionais, que os futuros possíveis são múltiplos, no sentido de que se está a todo momento, no texto, indicando as consequências possíveis nos casos de cenários de emissões altas, médias ou baixas. A extensão e a profundidade das mudanças climáticas dependem de acontecimentos futuros: “O aumento do nível dos oceanos vai continuar por milênios, mas a velocidade e o volume dependem das emissões futuras⁴⁵⁹” (AR6, p. 80). Nesse quadro, trabalha-se com tendências, não com certezas. É possível, ainda, por exemplo, que ocorram erupções vulcânicas significativas (que têm como resultado um esfriamento da temperatura da superfície), o que provocaria uma reversão, ainda que em menor escala e breve, da tendência de aquecimento (AR6, p. 13).

A evolução do conhecimento diminui a incerteza. O texto fala em “faixas de incerteza mais estreitas [em relação a] cenários correspondentes no AR5⁴⁶⁰” (AR6, p. 12). Ainda: “a faixa de incerteza nas mudanças futuras avaliadas na temperatura da superfície global é mais estreita do que no AR5⁴⁶¹” (AR6, p. 68). Em relação às limitações metodológicas, um bom resumo se encontra na seguinte afirmação: “todas as métricas de emissões de gases de efeito estufa têm limitações e incertezas, dado que elas simplificam a complexidade do sistema físico climático e sua resposta a emissões de gases de efeito estufa passadas e futuras⁴⁶²” (AR6, p. 44). As evoluções metodológicas são explicitadas no interior do texto:

As mudanças futuras na temperatura da superfície global foram construídas, pela primeira vez, ao se combinar projeções de múltiplos modelos com restrições observacionais e a avaliação da sensibilidade climática de equilíbrio e a resposta climática transitória. A faixa de incerteza é mais estreita do que no AR5 graças à

⁴⁵⁸ “The likelihood and impacts of abrupt and/or irreversible changes in the climate system, including changes triggered when tipping points are reached, increase with further global warming (high confidence). As warming levels increase, so do the risks of species extinction or irreversible loss of biodiversity in ecosystems including forests (medium confidence), coral reefs (very high confidence) and in Arctic regions (high confidence). At sustained warming levels between 2°C and 3°C, the Greenland and West Antarctic ice sheets will be lost almost completely and irreversibly over multiple millennia, causing several metres of sea level rise (limited evidence)”.

⁴⁵⁹ “Sea level rise will continue for millennia, but how fast and how much depends on future emissions”.

⁴⁶⁰ “narrower uncertainty ranges than for corresponding scenarios in AR5”.

⁴⁶¹ “The uncertainty range on assessed future changes in global surface temperature is narrower than in the AR5”.

⁴⁶² “all GHG emission metrics have limitations and uncertainties, given that they simplify the complexity of the physical climate system and its response to past and future GHG emissions”.

melhora do conhecimento sobre os processos climáticos, evidências paleoclimáticas e novas restrições com base em modelos⁴⁶³. (AR6, p. 12)

A incerteza está associada a limitações metodológicas e também à complexidade envolvida nos fenômenos observados; seria preciso dar conta de como irão interagir diversos elementos diferentes, mas interdependentes entre si, em um cenário futuro que depende da quantidade de gases de efeito estufa que serão emitidos entre o momento atual e este futuro. Assim, “mudanças projetadas nas regiões do Ártico têm baixa confiança devido às incertezas associadas à modelagem de múltiplos fatores e respostas do ecossistema em interação⁴⁶⁴” (AR6, p. 16).

A comunicação da incerteza também precisa levar em consideração o risco envolvido em cenários de baixa probabilidade, mas com consequências severas: “Devido à profunda incerteza associada a processos de calota polar, um aumento do nível médio global do oceano acima da faixa provável – se aproximando de 2 metros até 2100 e acima de 15 metros até 2300 sob o cenário de emissões muito altas de gases do efeito estufa (*baixa confiança*) – não pode ser desconsiderado⁴⁶⁵” (AR6, p. 18). Um desses cenários de baixa probabilidade, mas de alto risco, é o que provoca alterações na corrente de circulação do Oceano Atlântico, uma vez que traria consequências severas para a região: “Há média confiança de que a Circulação de Revolvimento Meridional do Atlântico não irá colapsar de forma abrupta antes de 2100, mas se isso ocorresse, provavelmente causaria mudanças abruptas nos padrões climáticos regionais e grandes impactos em ecossistemas e atividades humanas⁴⁶⁶” (AR6, p. 18). Nesse cenário, o IPCC avalia que “caso esse acontecimento de baixa probabilidade ocorresse, provavelmente causaria mudanças abruptas nos padrões climáticos e ciclos de água regionais, como uma alteração para o sul no cinturão de chuvas tropicais⁴⁶⁷” (AR6, p. 78). Nesse mesmo sentido de baixa probabilidade e alto risco, referindo-se a

⁴⁶³ “Assessed future changes in global surface temperature have been constructed, for the first time, by combining multi-model projections with observational constraints and the assessed equilibrium climate sensitivity and transient climate response. The uncertainty range is narrower than in the AR5 thanks to improved knowledge of climate processes, paleoclimate evidence and model-based emergent constraints”.

⁴⁶⁴ “Projected changes in the Arctic regions have low confidence due to uncertainties associated with modelling multiple interacting drivers and ecosystem responses”.

⁴⁶⁵ “Due to deep uncertainty linked to ice-sheet processes, global mean sea level rise above the likely range – approaching 2 m by 2100 and in excess of 15 m by 2300 under the very high GHG emissions scenario (low confidence) – cannot be excluded”.

⁴⁶⁶ “There is medium confidence that the Atlantic Meridional Overturning Circulation will not collapse abruptly before 2100, but if it were to occur, it would very likely cause abrupt shifts in regional weather patterns, and large impacts on ecosystems and human activities”.

⁴⁶⁷ “If such a low probability event were to occur, it would very likely cause abrupt shifts in regional weather patterns and water cycle, such as a southward shift in the tropical rain belt”.

outro cenário específico, o relatório afirma que “esse resultado é caracterizado por profunda incerteza: sua probabilidade é um desafio para uma avaliação quantitativa, mas é considerado devido a seu alto impacto potencial⁴⁶⁸” (AR6, p. 77).

O conhecimento científico permite inclusive fazer afirmações com confiança alta que se referem a um período de centenas de milhares de anos: “As concentrações de CH₄ e de N₂O aumentaram a níveis sem precedentes em ao menos 800.000 anos (*confiança muito alta*), e há alta confiança de que as concentrações atuais de CO₂ são mais altas do que em qualquer período em ao menos dois milhões de anos⁴⁶⁹” (AR6, p. 42). Em relação às projeções para o futuro, de modo geral, o longo prazo do relatório é 2100, mas o texto também faz projeções para além disso, indicando a possibilidade de a elevação do nível dos oceanos perdurar por milênios (AR6, p. 18). O IPCC reconhece, por outro lado, as limitações no atual conhecimento científico sobre um cenário de aquecimento superior a 1,5°C: “Como a literatura acima de 1,5°C é limitada, a viabilidade [das respostas climáticas e adaptação] em níveis mais altos de aquecimento pode mudar, o que atualmente não é possível de avaliar de forma robusta⁴⁷⁰” (AR6, p. 27).

Referimo-nos, anteriormente, à ideia do relatório de que as mudanças climáticas são inequivocamente causadas pela ação humana. Conforme o IPCC, o relatório “confirma que o uso insustentável e desigual de energia e da terra, bem como mais de um século de queima de combustíveis fósseis, causaram inequivocamente o aquecimento global, com a temperatura da superfície global alcançando 1,1°C acima de 1850-1900 em 2011-2020⁴⁷¹” (AR6, p. v). A primeira frase do desenvolvimento do texto do IPCC já utiliza o termo inequívoco: “Atividades humanas, principalmente por meio da emissão de gases causadores do efeito estufa, causaram inequivocamente o aquecimento global⁴⁷²” (AR6, p. 4). O fato de que essa frase foi escolhida para abrir o relatório mostra como a ideia de inequívoco é um elemento importante na construção argumentativa do relatório, e não um termo utilizado de forma isolada ou sem maiores implicações.

⁴⁶⁸ “This outcome is characterised by deep uncertainty: Its likelihood defies quantitative assessment but is considered due to its high potential impact”.

⁴⁶⁹ “Concentrations of CH₄ and N₂O have increased to levels unprecedented in at least 800,000 years (very high confidence), and there is high confidence that current CO₂ concentrations are higher than at any time over at least the past two million years”.

⁴⁷⁰ “As literature above 1.5°C is limited, feasibility at higher levels of warming may change, which is currently not possible to assess robustly”.

⁴⁷¹ “The AR6 SYR confirms that unsustainable and unequal energy and land use as well as more than a century of burning fossil fuels have unequivocally caused global warming, with global surface temperature reaching 1.1°C above 1850–1900 in 2011–2020”.

⁴⁷² “Human activities, principally through emissions of greenhouse gases, have unequivocally caused global warming”.

Nesse mesmo sentido do inequívoco, o IPCC aponta a inevitabilidade das mudanças futuras: “algumas mudanças futuras são inevitáveis e/ou irreversíveis mas podem ser limitadas por reduções profundas, rápidas e sustentadas dos gases de efeito estufa⁴⁷³” (AR6, p. 18). Em termos peirceanos, a afirmação da inequivocidade não se sustenta, por conta do falibilismo e do tiquismo. Uma afirmação absoluta, como essa, está em desacordo com esses princípios. Do ponto de vista da evolução do trabalho do IPCC, no entanto, o uso da palavra é importante: foi apenas no sexto ciclo que a avaliação sobre a ação antropogênica ser a causa do aquecimento global passou de *altamente provável* (AR4), ou *virtualmente certa* (AR5), para *inequívoca*. Assim, se de um lado a comunidade do IPCC se aproxima aqui do que Peirce chamou de teólogos da ciência, por outro lado, politicamente faz uma afirmação dos resultados de seus estudos que vai além do que era declarado anteriormente, e que simultaneamente caracteriza as mudanças climáticas como emergência e configura uma contraposição aos negacionismos que rejeitam o consenso científico sobre o aquecimento global.

Projeções são limitadas também pelo fato de que, em geral, as estimativas para o futuro são baseadas no comportamento de determinadas variáveis e na comparação com dados oriundos de observações anteriores. A questão é que isso sempre se baseia no passado. No caso das mudanças climáticas, não há base de comparação para alterações climáticas provocados pela ação humana. Ainda, as mudanças de clima que ocorreram em eras glaciais passadas se deram ao longo de milênios. Não há clareza sobre como será a velocidade de um processo, como o atual, de apenas 170 anos. Há superação do erro, tanto pelo próprio aperfeiçoamento do processo de investigação científica – capaz de fazer medições mais precisas – quanto por mudanças causadas pela aceleração das emissões causadoras das mudanças climáticas, imprevista em um estudo anterior – mas a incerteza permanece. O que também contribui para a incerteza é o fato de que o sistema climático não é linear. Referíamos-nos, anteriormente, à questão dos riscos. Esses riscos se combinam entre si: “Os múltiplos riscos das mudanças climáticas vão cada vez mais se combinar e entrar em efeito cascata no curto prazo (*alta confiança*)⁴⁷⁴” (AR6, p. 99).

Peirce chama de “obstáculo filosófico ao avanço do conhecimento” a ideia de que “essa ou aquela lei ou verdade encontrou sua formulação última e perfeita; – e, em especial, que o curso

⁴⁷³ “Some future changes are unavoidable and/or irreversible but can be limited by deep, rapid, and sustained global greenhouse gas emissions reductions”.

⁴⁷⁴ “multiple climate change risks will increasingly compound and cascade in the near term (high confidence)”.

usual e ordinário da natureza não pode jamais ser quebrado⁴⁷⁵” (CP 1.140). Contra a ideia de que o curso natural da natureza não pode ser quebrado, a comunidade científica do IPCC mostra como as mudanças climáticas alteraram esse curso, como o curso da natureza pode ser alterado. A filosofia da ciência de Peirce, coerente com sua crítica ao cartesianismo, é centrada em hipóteses, que são falíveis, e não em intuições prévias. O que dá tanta força à hipótese de que existem mudanças climáticas provocadas pela ação humana é precisamente o trabalho da comunidade e o consenso por ela produzido em torno dessa teoria.

Probabilidade, para Peirce, é uma quantidade contínua que relaciona dois opostos, em que estão a necessidade e a impossibilidade. Note-se, aí, como o sinequismo está nos mais distintos pontos do pensamento peirceano. Ressaltamos, mais uma vez, que a continuidade tem sua origem na matemática. Ibri (2015, p. 84) nota como o pensamento peirceano “torna a teoria das probabilidades um instrumento genuíno na construção das representações”. Destacamos novamente que, do ponto de vista de Peirce, todas as leis da natureza têm caráter probabilístico, nunca alcançando 100% de certeza ou exatidão. Isso implica dizer que, em termos peirceanos, todas as afirmações e descobertas da ciência são probabilísticas. Em suas próprias palavras, “não apenas as leis da química, mas as demais leis da matéria são resultados estatísticos⁴⁷⁶” (W4, p. 551 *apud* SANTAELLA, 2009, p. 264).

Há uma estreita relação entre a formulação de que o máximo de certeza a que podemos almejar está na casa dos 99% e o tiquismo e sinequismo. Trata-se de possibilidades espalhadas em um contínuo: nenhum fenômeno tem 0% ou 100% de probabilidade de ocorrer. As ideias de tendência e acaso mostram como não há uma conformidade estrita com a lei. Só se compreende verdadeiramente o conceito de falibilismo a partir do princípio metafísico do acaso. Ressaltamos, novamente, que não se trata de que a comunidade ainda não chegou na certeza absoluta, mas que ela é inalcançável. A comunicação dessa incerteza é um elemento indispensável na escrita do relatório, e é a partir dela que analisamos o parâmetro da indeterminação.

Comunicar a incerteza é uma ferramenta que permite o trabalho da ciência, que não a paralisa: “todo o corpo da ciência [...] convive com um certo grau de incerteza que, não obstante, não a torna inoperativa” (IBRI, 2000a, p. 98). O que a comunicação sinequista defende é que toda

⁴⁷⁵ “Philosophical obstacle to the advance of knowledge [...] "the holding that this or that law or truth has found its last and perfect formulation; – and especially that the ordinary and usual course of nature never can be broken through”.

⁴⁷⁶ “not only the laws of chemistry but the other known laws of matter are statistical results”.

a comunicação é probabilística. O relatório parece contribuir para a sustentação dessa hipótese ao, de forma explícita, apontar níveis de certeza para suas próprias afirmações; ou seja, o texto reconhece a existência de algum nível de indeterminação. Projeções para um sistema extremamente complexo, como o climático, só se tornam plausíveis se elaboradas de forma probabilística, sem afirmação de certezas. Essa é uma lógica presente mesmo no senso comum e no dia a dia da previsão do tempo, que nos informa a probabilidade de chuva em um dado horário de um determinado dia.

O aspecto que discutíamos anteriormente, da precisão dos instrumentos que medem os fenômenos, é apenas um primeiro sentido da questão. Peirce ressalta a existência de equívocos de observação, mas defende que os desvios da lei que percebemos na experiência se devem fundamentalmente ao acaso (CP 6.46). A redução do acaso a equívocos de observação é, aliás, uma característica do determinismo, ao qual o pensamento peirceano se contrapõe.

Reynolds (1997) apresenta uma distinção entre o acaso pensado em sua dimensão absoluta e em sua dimensão matemática que nos ajuda a construir nosso argumento. Pensemos da seguinte forma. Jogo um dado para cima. A lei da gravidade me autoriza a afirmar que esse objeto, como qualquer outro, irá cair até se encontrar com uma superfície. Não há lei conhecida, porém, que me permita conhecer de antemão o número que o dado vai apontar. Há apenas o cálculo das probabilidades. Aqui, estamos no campo do acaso matemático. Porém, há, neste exemplo, também uma incidência do acaso absoluto. O falibilismo deve nos levar a reconhecer a possibilidade da existência de desvios na própria lei da gravidade. A lei da gravidade, conforme descrita pela ciência, no século 20, não é a mesma do que a do século 17. Trata-se de desvios infinitesimais, que não se aplicam para o exemplo do dado, e sim para partículas subatômicas. Mas essa autocorreção da ciência mostrou que tudo é probabilístico, e afirmações serão feitas com maior ou menor nível de confiabilidade. É simples prever com alto grau de certeza que um objeto solto no ar irá cair em direção ao chão. Por outro lado, há afirmações necessariamente mais limitadas. A partir da dualidade entre onda e partícula descoberta pela física moderna, pode-se pensar, por exemplo, que a afirmação que anuncia se o gato de Schrödinger está vivo ou morto tem exatos 50% de chance de estar correta.

Estabelecido isso, a questão passa a ser: o relatório reconhece a existência desse acaso absoluto, presente na cosmologia peirceana, e que fundamenta o parâmetro da indeterminação na

comunicação? Nosso principal ponto de crítica, no parâmetro da indeterminação, é que o IPCC reconhece o acaso em sua dimensão matemática, mas não em sua dimensão absoluta.

A ciência, por ofício, dedica-se a esclarecer os fatos do mundo, produzindo conhecimento que permita fazer afirmações cada vez mais precisas sobre a realidade. Todavia, esse esforço resta sempre incompleto, por conta do acaso absoluto. Do ponto de vista político, esse impasse não deve nos conduzir a um relativismo, mas ao esforço pela constituição de uma comunidade capaz de se aproximar da verdade. O conhecimento evolui, não porque o fenômeno tenha se alterado necessariamente, mas sim porque as leis que somos capazes de construir para dar conta da generalidade do fenômeno foram aperfeiçoadas. Partículas como elétrons não se comportam, hoje, de forma diferente do que no século 17 – o que mudou foi o nosso conhecimento sobre esses elementos.

Ao mesmo tempo em que associa o labor científico a uma ideia de esperança, Peirce não a toma em um sentido ingênuo: “há três coisas que nunca podemos ter esperança de alcançar pelo raciocínio, nomeadamente, certeza absoluta, exatidão absoluta e universalidade absoluta⁴⁷⁷” (CP 1.141). Ele diz que “afirmar que verdades gerais são objetivamente reais, porém negando que elas sejam estritamente universais, exatas, e certas, é aceitar a doutrina do acaso absoluto⁴⁷⁸” (CP 6.610). Trata-se de uma ideia que expressa bem por que a afirmação da inequivocidade feita pelo relatório o retira do espaço do acaso absoluto.

As ponderações do IPCC sobre risco e a precisão das projeções se dão no nível do acaso matemático, mas não do acaso absoluto; ou seja, o texto não reconhece a dimensão da existência de leves desvios à lei, a qual não será corrigida em um futuro em que a ciência esteja mais evoluída. O tiquismo coloca o acaso num lugar ontológico para além da incerteza das projeções. O aumento da razoabilidade concreta por meio da descrição do mundo pela ciência não implica o fim da existência de imprevisibilidades no longo prazo. Peirce nos alerta, com seu falibilismo, para limites em nossa capacidade de conhecimento que não são passíveis de resolução. Em Peirce, a incerteza é afirmada nos níveis epistemológico e ontológico, e não se reduz a esses problemas de observação experiencial. A indeterminação é um elemento constitutivo da realidade que não pode ser eliminado a partir da superação dos nossos erros de observação. Não há como superar a possibilidade de erro

⁴⁷⁷ “there are three things to which we can never hope to attain by reasoning, namely, absolute certainty, absolute exactitude, absolute universality”.

⁴⁷⁸ “to assert that general truths are objectively real, but to deny that they are strictly universal, exact, and certain, is to embrace the doctrine of absolute chance”.

por meio de estudos mais precisos, de metodologias mais bem desenvolvidas. Peirce evidencia como a incerteza não se reduz a uma questão de métodos que podem ser aperfeiçoados ao afirmar que o acaso não é meramente uma “criatura de nossa ignorância⁴⁷⁹” (CP 6.612). Não será possível, em um dia futuro, alcançar uma norma perfeita e eliminar o elemento casual.

No parâmetro da indeterminação, o mérito do relatório é o da capacidade de comunicar a incerteza, basicamente por meio da linguagem calibrada que indica os diferentes níveis de confiabilidade. É notável a composição de um texto com as marcas da incerteza, que a todo momento faz lembrar do caráter falível da ciência: para esta descoberta, há alto nível de confiança; para aquela, o grau de certeza é baixo. O relatório do IPCC a um só tempo evidencia a potência de se pensar a comunicação em um espaço probabilístico – no sentido que permite que se estabeleçam afirmações sobre as quais não se tem elevado grau de certeza – e também mostra seus limites quando lemos o texto a partir de uma compreensão mais radical dessa indeterminação. Seu limite é não reconhecer a possibilidade de erro no nível do acaso absoluto, do qual o pensamento peirceano dá conta a partir do falibilismo e do tiquismo. A aposta em termos como *inequívoco* para apontar o aquecimento global causado pela ação antropogênica é importante do ponto de vista político, mas, desde uma perspectiva de crítica epistemológica, acaba por recair na teologia da ciência que Peirce já denunciava.

A partir do sinequismo compreendido como um contínuo de possibilidades e da configuração da comunicação sinequista, é possível pensar a comunicação em um nível de continuidade probabilística que se dá no espaço entre 0 e 1, sem jamais atingir esses extremos. A indeterminação, compreendida como um parâmetro da comunicação, evidencia a impossibilidade de esgotamento ou resolução das incertezas.

5.2.4 Hábito como resultado da comunicação

O conceito de hábito em Peirce não se reduz a nem se confunde com a rotina de ações cotidianas – é antes a ideia de que nossos hábitos orientam nossas ações. Assim, a denúncia dos

⁴⁷⁹ “is not the mere creature of our ignorance”.

cientistas do IPCC de que as ações tomadas para lidar com as mudanças climáticas não condizem com a gravidade dos efeitos do cenário que se avizinha pode inclusive ser compreendida como uma denúncia de caráter peirceano. Mesmo sendo informados das crenças da comunidade científica, os governos não mudam suas ações. O resumo para tomadores de decisão do relatório-síntese é precisamente uma tentativa do relatório de depurar suas descobertas em um texto conciso e direcionado a esse público, de modo a provocar essa mudança de ação.

A forma de se tomar um novo rumo de ações, peirceanamente, é pela mudança de hábito. Peirce nos diz que “o caos é um estado do mais intenso sentimento, embora, estando memória e hábitos totalmente ausentes, seja ainda um completo nada⁴⁸⁰” (CP 6.612). Ou seja, o hábito organiza, é o que nos tira do caos.

Faz parte da construção lógico-argumentativa do relatório do IPCC, como premissa, a ideia de que o curso atual dos acontecimentos nos conduz para um aumento significativo da temperatura da superfície terrestre, o qual seria desejável evitar. O alerta de incêndio que o texto soa a todo momento é o de que o estado atual de nosso conhecimento sobre as mudanças climáticas indica que o caminho traçado até agora é insuficiente como rumo de ação – sempre considerando que o objetivo é evitar o cenário de um aumento expressivo da temperatura global. Como solução, o relatório sugere a mudança daquilo que, em termos peirceanos, compreende-se como hábito. Assim, o relatório pode ser lido como um grande apelo à mudança de hábito – e a comunicação sinequista, nos termos de nossa tese, é compreendida como a que tem como resultado final o hábito. Um hábito é uma orientação para uma ação, no sentido normativo do termo *orientação*. Também está relacionado à noção peirceana de *lei*, ou seja, um hábito é uma lei geral que seguimos.

Há necessidade de mudanças rápidas, profundas, e imediatas: “Limitar o aquecimento global causado pelos humanos requer zero emissões líquidas de CO₂ antropogênicas. Caminhos consistentes com orçamento de carbono de 1,5°C e 2°C supõem reduções de emissões dos gases do efeito estufa rápidas, profundas e na maioria dos casos imediatas em todos os setores (*alta confiança*)⁴⁸¹” (AR6, p. 46), nos diz o relatório.

⁴⁸⁰ “The chaos is a state of intensest feeling, although, memory and habit being totally absent, it is sheer nothing still”.

⁴⁸¹ “Limiting human-caused global warming requires net zero anthropogenic CO₂ emissions. Pathways consistent with 1.5°C and 2°C carbon budgets imply rapid, deep, and in most cases immediate GHG emission reductions in all sectors (high confidence)”.

O hábito é uma “tendência a se comportar de modo similar em circunstâncias similares no futuro⁴⁸²” (CP 5.487). É essencial notar, para os efeitos de nossa tese, que o hábito é orientado para o futuro, ou seja, ele diz respeito a uma ação a ser tomada no futuro a partir de uma crença. Peirce afirma que “a produção de crença é a única função do pensamento⁴⁸³” (CP 5.484). Ele define a mudança de hábito como “a modificação das tendências de uma pessoa à ação, resultando de experiências prévias ou de exames prévios de seus desejos ou atos⁴⁸⁴” (CP 5.476). Veja-se a centralidade que os hábitos têm no pragmatismo, e note-se como o conceito de hábito está atrelado ao de ação:

o sentido de uma coisa consiste simplesmente nos hábitos que ela implica. O caráter de um hábito depende da maneira com que ele pode nos fazer agir, não somente em uma circunstância provável, mas em todas as circunstâncias possíveis, por mais improváveis que elas possam ser. Isso pois um hábito depende destes dois pontos: quando e como ele faz agir⁴⁸⁵. (CP 5.18)

O hábito faz agir; conduz a uma ação, desemboca em uma ação. Fiel a sua máxima pragmática, que define um objeto a partir dos efeitos e das consequências práticas que podem vir a se produzir a partir dele (CP 5.2), Peirce afirma que o hábito deve ser compreendido a partir da ação que é seu efeito (CP 5.491). Ward demarca a importância da ação para a política peirceana:

Como a ação se torna uma questão, uma questão de verdade, de princípios orientadores últimos? Esse é o elemento crucial do empreendimento político de Peirce, a resina nas mãos do pragmatista se esforçando para alcançar o sentido do universo. Sem uma transição para a questão da ação em termos normativos, não há política e não há validação possível do pragmatismo⁴⁸⁶. (WARD, 2001, p. 79)

Assim, a política calcada no pragmatismo é direcionada para a ação. É vazia a crença que não conduz a uma ação, ou seja, só creio efetivamente se ajo de acordo com minha crença (CP 7.356). Posso acreditar que a lei da gravidade não existe, mas só efetivo essa crença se a coloco à

⁴⁸² “a tendency -- the habit -- actually to behave in a similar way under similar circumstances in the future”.

⁴⁸³ “the production of belief is the sole function of thought”.

⁴⁸⁴ “meaning by a habit-change a modification of a person's tendencies toward action, resulting from previous experiences or from previous exertions of his will or acts”.

⁴⁸⁵ “le sens d'une chose consiste simplement dans les habitudes qu'elle implique. Le caractère d'une habitude dépend de la façon dont elle peut nous faire agir non pas seulement dans telle circonstance probable, mais dans toute circonstance possible, si improbable qu'elle puisse être. Ce qu'est une habitude dépend de ces deux points: quand et comment elle fait agir”.

⁴⁸⁶ “How does action become a question, a question of truth, of ultimate guiding principles? This is the crucial element in Peirce's political endeavor, the resin on the hands of the pragmatist grasping for a hold on the meaning of the universe. Without a transition to the question of action in normative terms, there is no politics and no possible validation of pragmatism”.

prova me submetendo a uma queda de grande altura acreditando que nada irá ocorrer comigo. Nossos hábitos de conduta são motivados por nossas crenças; Peirce fala mesmo em uma “crença-hábito⁴⁸⁷”. A uma mudança de crença, corresponde uma mudança de hábito.

O relatório evidencia o consenso científico e mostra como esse consenso aponta para uma mudança de hábito necessária – diga-se, necessária para a continuidade da existência da espécie humana, ou para sua sobrevivência nas condições que conhecemos. A ciência constata que nossos hábitos são autodestrutivos e podem levar, potencialmente, até à extinção da espécie. Qual a conduta a ser tomada a partir dessa constatação, de acordo com o pragmatismo evolucionário de Peirce? De forma preliminar, podemos apontar, como obstáculo para a mudança na conduta, que há dificuldade em compreender as mudanças climáticas em terceiridade, dada a complexidade e a magnitude dos fenômenos envolvidos. É exatamente isso que a comunidade de investigadores do IPCC busca fazer no relatório. É importante reforçar que o relatório tem caráter de terceiridade, e não perder isso de vista, para evitar cair no nominalismo.

Comprendemos o relatório como um texto pensado para conduzir à ação, à mudança de hábito. De modo pragmaticista, visa à mudança de conduta. Neste subcapítulo, trata-se de buscar investigar as operações comunicacionais de produção de hábito, a partir do relatório. Trata-se, aqui, de uma comunicação que parece crer no seu potencial de produzir transformação. O relatório opera em nossa pesquisa como uma espécie de teste pragmático da concepção de ciência de Peirce. Partindo da premissa de que seu *telos* é a mudança de hábito, buscamos investigar sua potencialidade de produzir efeitos, com foco nos hábitos. Algumas das ideias das quais partimos para a investigação deste subcapítulo: Não podemos deixar de ressaltar que o consenso é um hábito coletivo. É preciso levar em consideração, ainda, que Peirce afirma explicitamente que o hábito não se reduz ao humano (CP 5.492).

O impacto das ações antropogênicas no clima e no funcionamento da Terra é uma demonstração clara da tese de Peirce sobre a continuidade dos fenômenos. O negacionismo das mudanças climáticas é o negacionismo dessa continuidade. Ainda, essas ações que causam as mudanças climáticas são um hábito e produzem efeitos concretos, ou seja, efeitos destrutivos:

⁴⁸⁷ “*Belief-habit*”, em inglês. A expressão é utilizada nos *Collected Papers*, como, por exemplo, em CP 2.148: “quando você diz que tem fé no raciocínio, o que você quer dizer é que a crença-hábito formada na imaginação irá determinar suas ações no caso real”.

“Continuar com os padrões de desenvolvimento insustentáveis atuais aumentaria a exposição e a vulnerabilidade de ecossistemas e pessoas a perigos climáticos (*alta confiança*)⁴⁸⁸” (AR6, p. 62).

Em termos peirceanos, o hábito é compreendido como preparação para a experiência futura. A configuração do que entendemos como as manifestações do conceito de hábito no relatório do IPCC apresenta similitudes com a noção peirceana, no sentido em que também se aproxima da ideia de disposição para agir. Nessa relação entre ação e hábito, podemos mencionar como hipótese que, talvez, o objetivo da comunidade de investigadores seja justamente expandir a comunidade, ampliar seu limite. Nesse sentido, talvez o desafio da ciência seja a ampliação da comunidade, a expansão da comunidade de conhecimento ao ponto de que seja capaz de produzir mudança de hábito – trata-se de um problema de ordem da política. Talvez a questão possa ser expressa da seguinte forma: que o sucesso da comunidade científica seja a expansão, o alargamento dessa comunidade, de modo a englobar não-cientistas e aumentar essa comunidade; ou seja, que os hábitos de conduta dessa comunidade mais expandida sejam guiados pelas descobertas e sistematizações da comunidade científica. No pragmatismo, “a efetivação do conhecimento [...] somente tem lugar em fatos particulares, em ações na história” (SILVEIRA, 2001, p. 210). No mesmo sentido, é possível conjecturar que a efetivação do conhecimento científico sobre as mudanças climáticas só se realiza a partir da tomada de ações para alterar o corrente curso dessas mudanças.

Podemos identificar a mudança de hábito como objetivo de comunicação explícito do texto a partir de trechos como o seguinte: “este relatório identifica oportunidades para ação transformadora que são eficazes, factíveis, justas e equitativas, utilizando conceitos de transição de sistemas e caminhos de desenvolvimento resilientes⁴⁸⁹” (AR6, p. 38). Se nossos hábitos nos levam à produção de um mundo progressivamente inabitável, como agir para alterar o modo de vida? O relatório do IPCC atesta a necessidade de mudanças sistêmicas: “Reduções rápidas e profundas de emissões dos gases de efeito estufa requerem transições significativas no sistema energético (*alta confiança*)⁴⁹⁰” (AR6, p. 104).

⁴⁸⁸ “Continuing with current unsustainable development patterns would increase exposure and vulnerability of ecosystems and people to climate hazards (high confidence)”.

⁴⁸⁹ “this report identifies opportunities for transformative action which are effective, feasible, just and equitable using concepts of systems transitions and resilient development pathways”.

⁴⁹⁰ “Rapid and deep reductions in GHG emissions require major energy system transitions (high confidence)”.

Especialmente na subseção 4, o texto é um grande relatório de ações a serem tomadas no sentido de evitar um aquecimento maior do que 1,5°C ou 2°C. Note-se como há um caráter prescritivo em afirmações como a seguinte: “uma ação climática efetiva requer compromisso político, governança multi-nível bem alinhada e estruturas, leis, políticas e estratégias institucionais⁴⁹¹” (AR6, p. 110). Ainda: “a remoção dos subsídios para combustíveis fósseis reduziria as emissões, aumentaria a receita do setor público e a performance macroeconômica, e produziria outros benefícios ambientais e de desenvolvimento sustentável como [...] uma melhora na performance macroeconômica e de sustentabilidade⁴⁹²” (AR 6, p. 111).

O aumento de 1,5°C em relação à era pré-industrial foi definido, no âmbito do Acordo de Paris, celebrado na COP21 em 2015, como um máximo de aquecimento a ser alcançado. No entanto, esse aumento alcançou, na década passada, 1,1 °C (AR6, p. v), e, hoje, já se aproxima de 1,4°C, ou mesmo 1,5°C⁴⁹³. De qualquer forma, o limiar de 1,5°C deve ser ultrapassado no curto prazo, conforme o IPCC (AR6, p. 12), e as políticas implementadas atualmente nos conduzem para um mundo 3,2°C mais quente (AR6, p. 22). É nesse sentido que apenas mudanças radicais e imediatas seriam capazes de reverter o curso de ações que nos leva para um aumento superior aos colocados pelo Acordo de Paris: “Se se quiser atingir os objetivos climáticos, o financiamento tanto para a adaptação quanto para a mitigação precisaria ser multiplicado⁴⁹⁴” (AR 6, p. 111). A ideia de *janela de oportunidade* é utilizada pelo relatório em uma tentativa de conferir um sentido de urgência às mudanças necessárias.

Na configuração do hábito como um parâmetro da comunicação sinequista, é importante explorar a relação entre hábito e continuidade. Para Peirce, um hábito “é uma tendência generalizante, e como tal uma generalização, e como tal um geral, e como tal um *continuum* ou continuidade. Deve ter sua origem na continuidade original que é inerente à potencialidade⁴⁹⁵” (CP

⁴⁹¹ “Effective climate action requires political commitment, well-aligned multi-level governance and institutional frameworks, laws, policies and strategies”.

⁴⁹² “Removing fossil fuel subsidies would reduce emissions, improve public revenue and macroeconomic performance, and yield other environmental and sustainable development benefits such as improved public revenue, macroeconomic and sustainability performance”.

⁴⁹³ “O Sétimo Relatório de Avaliação do IPCC, a ser publicado provavelmente entre 2027 e 2030 (mantidos os intervalos de tempo dos últimos seis), já se dará num mundo no qual o aquecimento médio global terá, com toda a probabilidade, ultrapassado pela primeira vez 1,5°C na média anual em relação ao período pré-industrial” (MARQUES, 2023, p. 292). Ainda: “há uma alta probabilidade de que o aquecimento médio global atinja ou ultrapasse 1,5°C ao final desta década” (MARQUES, 2023, p. 295).

⁴⁹⁴ “If climate goals are to be achieved, both adaptation and mitigation financing would have to increase many-fold”.

⁴⁹⁵ “is a generalizing tendency, and as such a generalization, and as such a general, and as such a continuum or continuity. It must have its origin in the original continuity which is inherent in potentiality”.

6.204). É nesse sentido que a ideia do hábito como finalidade da comunicação é induzida do sinequismo.

O descompasso entre o atual conhecimento científico sobre as causas das mudanças climáticas e a inação, ou insuficiência das ações, para dar conta dessas causas exige a mudança de hábitos. Em sua caracterização do descompasso, o IPCC nota que ao mesmo tempo em que há o reconhecimento do problema e, em algum nível, ações para lidar com ele, estas são insuficientes para dar conta das mudanças climáticas:

políticas e leis para lidar com a mitigação foram expandidas de forma consistente desde o AR5. Emissões de gases do efeito estufa em 2030 conforme as contribuições nacionalmente determinadas (CNDs) anunciadas até outubro de 2021 tornam provável que o aquecimento irá exceder 1,5°C durante o século 21 e dificultam limitar o aquecimento a menos de 2°C [...] fluxos financeiros estão abaixo dos níveis necessários para dar conta dos objetivos climáticos em todos os setores e regiões (*alta confiança*)⁴⁹⁶. (AR6, p. 10)

O texto expressa que existem efeitos das ações em cursos, mas são limitados, insuficientes inclusive para se contrapor ao aumento de emissões (AR6, p. 10). O IPCC denuncia a inação e expressa o seu resultado: “Emissões continuadas de gases do efeito estufa vão levar a um aquecimento global crescente [...] Cada aumento do aquecimento global irá intensificar perigos múltiplos e simultâneos (*alta confiança*)⁴⁹⁷” (AR6, p. 12). Ainda: “Riscos climáticos e não-climáticos vão interagir cada vez mais, criando riscos combinados e em cascata que são mais complexos e difíceis de manejar (*alta confiança*)⁴⁹⁸” (AR6, p. 14).

O efeito do descompasso é que estamos caminhando para um aumento de 3,2°C na temperatura da Terra, denuncia o IPCC: “as políticas implementadas resultam em emissões projetadas que levam a um aquecimento de 3,2°C, com um intervalo de 2,2°C a 3,5°C (*média confiança*)⁴⁹⁹” (AR6, p. 19). De acordo com o relatório, “perdas e danos não estão sendo enfrentados de forma abrangente pelos atuais arranjos financeiros, de governança e

⁴⁹⁶ “Policies and laws addressing mitigation have consistently expanded since AR5. Global GHG emissions in 2030 implied by nationally determined contributions (NDCs) announced by October 2021 make it likely that warming will exceed 1.5°C during the 21st century and make it harder to limit warming below 2°C. [...] finance flows fall short of the levels needed to meet climate goals across all sectors and regions. (high confidence)”.

⁴⁹⁷ “Continued greenhouse gas emissions will lead to increasing global warming [...] Every increment of global warming will intensify multiple and concurrent hazards (high confidence)”.

⁴⁹⁸ “Climatic and non-climatic risks will increasingly interact, creating compound and cascading risks that are more complex and difficult to manage (high confidence)”.

⁴⁹⁹ “Implemented policies result in projected emissions that lead to warming of 3.2°C, with a range of 2.2°C to 3.5°C (medium confidence)”.

institucionais⁵⁰⁰” (AR6, p. 52). Há melhorias, mas insuficientes: “O financiamento global rastreado para mitigação e adaptação aumentou desde o AR5, mas está aquém das necessidades (*alta confiança*)⁵⁰¹” (AR6, p. 52). Especificamente em relação à utilização de recursos, há maior disponibilidade para a manutenção do atual sistema energético do que para lidar com as mudanças climáticas: “os fluxos de financiamento públicos e privados para combustíveis fósseis ainda são maiores do que aqueles para adaptação e mitigação climáticas (*alta confiança*)⁵⁰²” (AR6, p. 62).

O descompasso se manifesta também tanto entre as políticas nacionais e globais quanto entre as intenções e as políticas de fato implementadas: “No momento desta avaliação há diferenças entre as ambições globais e a soma das ambições nacionais declaradas. Essas são aumentadas ainda pelas diferenças entre as ambições nacionais declaradas e a implementação atual em todos os aspectos da ação climática⁵⁰³” (AR6, p. 57). A soma dessas múltiplas diferenças leva a um cenário de aumento de temperatura significativamente superior ao acordado em Paris:

As políticas implementadas até o fim de 2020 devem resultar em emissões dos gases de efeito estufa mais altas em 2030 do que aquelas sinalizadas pelas CNDs, indicando uma diferença (*gap*) de implementação (*alta confiança*) [...] Sem um fortalecimento das políticas, as emissões devem crescer, levando a um aumento global médio de 2,2°C a 3,5°C (intervalo muito provável) em 2100 (*confiança média*)⁵⁰⁴. (AR6, p. 57)

Esses *gaps* de implementação se referem à distância entre as metas adotadas e as políticas e ações realizadas (AR6, p. 57). Também aqui há o intervalo, a incerteza, que discutimos em subcapítulo anterior: “Cenários modelados consistentes com a continuidade das políticas implementadas até o fim de 2020 levam a um aquecimento global de 3,2 [2,2 a 3,5]°C (intervalo de 5–95%) em 2100 (*confiança média*)⁵⁰⁵” (AR6, p. 68).

⁵⁰⁰ “losses and damages are not comprehensively addressed by current financial, governance and institutional arrangements”.

⁵⁰¹ “Global tracked finance for mitigation and adaptation has seen an upward trend since AR5, but falls short of needs (high confidence)”.

⁵⁰² “Public and private finance flows for fossil fuels are still greater than those for climate adaptation and mitigation (high confidence)”.

⁵⁰³ “At the time of the present assessment there are gaps between global ambitions and the sum of declared national ambitions. These are further compounded by gaps between declared national ambitions and current implementation for all aspects of climate action”.

⁵⁰⁴ “Policies implemented by the end of 2020 are projected to result in higher global GHG emissions in 2030 than those implied by NDCs, indicating an ‘implementation gap’ (high confidence) [...] without a strengthening of policies, emissions are projected to rise, leading to a median global warming of 2.2°C to 3.5°C (very likely range) by 2100 (medium confidence)”.

⁵⁰⁵ “Modelled pathways consistent with the continuation of policies implemented by the end of 2020 lead to global warming of 3.2 [2.2 to 3.5]°C (5–95% range) by 2100 (medium confidence)”.

Há uma representação gráfica do descompasso que evidencia que o cenário a partir das políticas implementadas atualmente é de continuidade do aumento das emissões (linha vermelha), em tendência que se afasta daquelas que conduzem a um limite no aquecimento a 1,5°C ou 2°C (linhas na cor verde e em dois tons de azul):

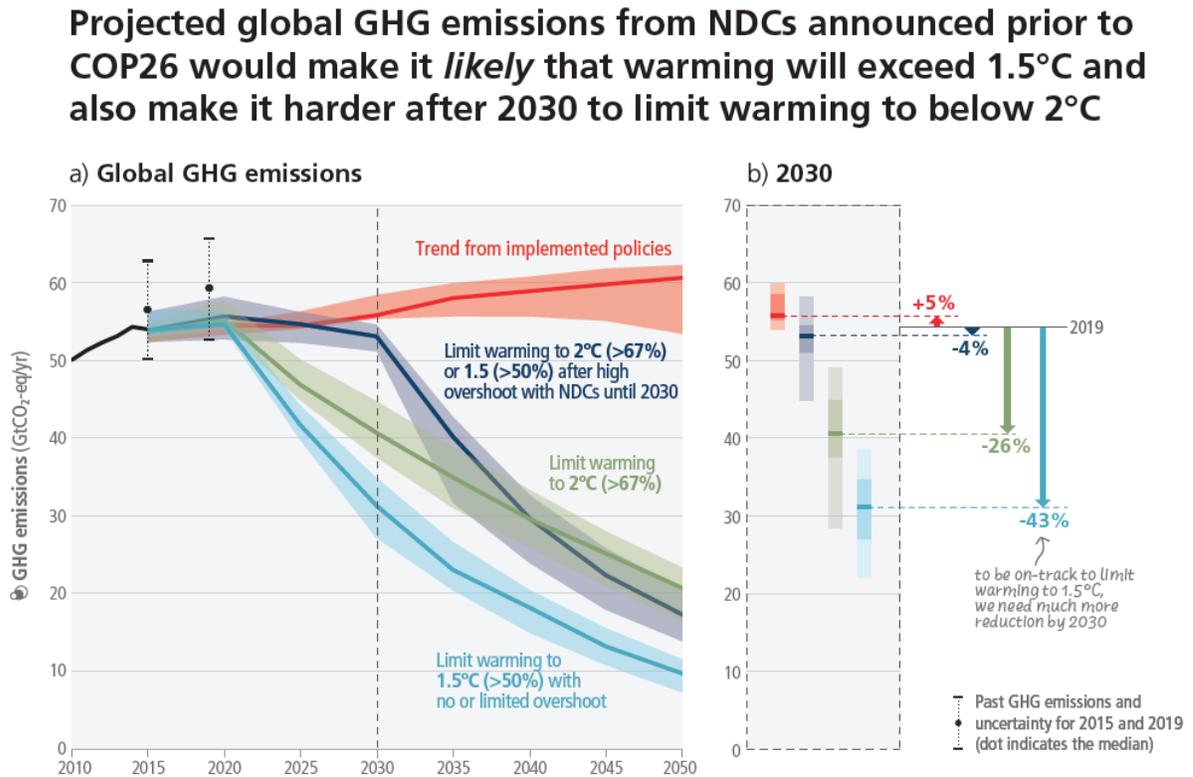


Figura 2. Representação da diferença entre trajetórias de emissões necessárias para limitar o aquecimento da Terra e a tendência colocada pelas políticas implementadas (AR6, p. 59)

Para reverter esse cenário, o IPCC fala em *necessidades*: conforme modelo, “as necessidades de investimento anual médio para 2020 a 2030 em cenários que limitam o aquecimento a 2°C ou 1,5°C são um fator de três a seis vezes maior do que os níveis atuais⁵⁰⁶” (AR6, p. 62). Para que ocorra um aumento dos fluxos de financiamento, é preciso “uma sinalização

⁵⁰⁶ “average annual modelled investment requirements for 2020 to 2030 in scenarios that limit warming to 2°C or 1.5°C are a factor of three to six greater than current levels”.

clara de governos e da comunidade internacional⁵⁰⁷” (AR6, p. 112). Todo esse cenário evidencia a necessidade de ação.

O problema comunicacional a ser enfrentado neste subcapítulo é o de como se comunica a necessidade de mudança radical de hábito. Não analisamos aqui a mudança de hábito em si, mas seu aspecto comunicacional, o apelo do IPCC para a produção de mudanças. Após a análise do relatório, foi possível identificar três estratégias principais para a defesa da mudança de hábito. A primeira é a de alertar para as consequências: como estratégia para demandar mudança de hábito, o IPCC emite uma série de alertas sobre as consequências da manutenção das ações e políticas atuais. A segunda é apontar a necessidade de agir agora, utilizando qualificativos temporais como *ação imediata e nesta década*. A terceira é evidenciar a escala da mudança necessária. Podemos visualizar essa terceira estratégia atentando especificamente para o sistema energético.

Passamos a discutir a estratégia da exposição das consequências das alterações climáticas. De acordo com o IPCC, ocorrerá no século 21 um aquecimento global superior a 2°C “a não ser que, nas próximas décadas, ocorram emissões profundas nas emissões de CO₂ e de outros gases do efeito estufa⁵⁰⁸” (AR6, p. 68). São alertas como esse que caracterizam a primeira estratégia: “Limitar o aquecimento global causado por humanos requer zero emissões líquidas de CO₂ antropogênicas. Cenários consistentes com orçamentos de carbono de 1,5°C e 2°C implicam reduções em todos os setores de emissões de gases do efeito estufa rápidas, profundas e na maior parte dos casos imediata (*alta confiança*)⁵⁰⁹” (AR6, p. 82).

A segunda estratégia envolve explicitar que se requer ação imediata. Conforme o IPCC, “em cenários modelados que limitam o aquecimento a 1,5°C [...] e naqueles que limitam o aquecimento a 2°C [...] e presumem ação imediata, projeta-se um pico de emissões globais dos gases de efeito estufa no começo dos anos 2020 seguido de reduções rápidas e profundas⁵¹⁰” (AR6, p. 92). Ou seja, para manter-se em um intervalo de 1,5°C a 2°C, são necessárias alterações radicais agora, não em um futuro distante. O relatório identifica que essas mudanças são mais urgentes do

⁵⁰⁷ “Scaling up financial flows requires clear signalling from governments and the international community”.

⁵⁰⁸ “Global warming of 2°C will be exceeded during the 21st century unless deep reductions in CO₂ and other GHG emissions occur in the coming decades”.

⁵⁰⁹ “Limiting human-caused global warming requires net zero anthropogenic CO₂ emissions. Pathways consistent with 1.5°C and 2°C carbon budgets imply rapid, deep, and in most cases immediate GHG emission reductions in all sectors (high confidence)”.

⁵¹⁰ “In modelled pathways that limit warming to 1.5°C [...] and in those that limit warming to 2°C [...] and assume immediate action, global GHG emissions are projected to peak in the early 2020s followed by rapid and deep reductions”.

que o consenso científico apontava previamente: “Impactos adversos observados e perdas e danos relacionados, riscos projetados, tendências em vulnerabilidades, e limites de adaptação demonstram que a transformação para a sustentabilidade e desenvolvimento climático resiliente é mais urgente do que havia sido avaliado anteriormente (*confiança muito alta*)⁵¹¹” (AR6, p. 89).

O IPCC estabelece um apelo à mudança de hábito: “Limitar o aquecimento global causado por humanos requer emissões líquidas zero de CO₂. As emissões cumulativas de carbono até o momento em que se alcançar emissões líquidas zero de CO₂ e o nível de redução de emissões de gases de efeito estufa nesta década determinam, em grande medida, se o aquecimento pode ser limitado a 1,5°C ou 2°C (*alta confiança*)⁵¹²” (AR6, p. 19). A mudança deve ocorrer nesta década, uma vez que “todos os cenários globais modelados que limitam o aquecimento a 1,5°C [...], e aqueles que limitam o aquecimento a 2°C [...], envolvem reduções de emissões de gases de efeito estufa rápidas e profundas e, na maior parte dos casos, imediatas, em todos os setores nesta década⁵¹³” (AR6, p. 20). Assim, as projeções apontam para a necessidade de a mudança ser imediata. Nesses cenários em que o aumento fica limitado a no máximo 2°C, o pico de emissões ocorre, no mais tardar, antes de 2025; ou seja, é preciso ação imediata (AR6, p. 20), que “implica reduções de gases de efeito estufa profundas, rápidas e sustentadas nesta década⁵¹⁴” (AR6, p. 57). O IPCC reconhece as dificuldades envolvidas nessa necessidade de transformação imediata: “cenários ambiciosos de mitigação implicam mudanças grandes e por vezes disruptivas nas estruturas econômicas existentes, com consequências distributivas significativas dentre e entre países⁵¹⁵” (AR6, p. 26).

A afirmação de que as mudanças necessárias são imediatas já conduz o relatório para a sua terceira estratégia, a que aponta a escala da transformação. Aqui o IPCC está evidenciando as dificuldades para a concretização das mudanças requeridas: “A priorização de opções e transições de uma adaptação incremental para transformadora são limitadas devido a interesses constituídos,

⁵¹¹ “Observed adverse impacts and related losses and damages, projected risks, trends in vulnerability, and adaptation limits demonstrate that transformation for sustainability and climate resilient development action is more urgent than previously assessed (very high confidence)”.

⁵¹² “Limiting human-caused global warming requires net zero CO₂ emissions. Cumulative carbon emissions until the time of reaching net zero CO₂ emissions and the level of greenhouse gas emission reductions this decade largely determine whether warming can be limited to 1.5°C or 2°C (high confidence)”.

⁵¹³ “All global modelled pathways that limit warming to 1.5°C [...], and those that limit warming to 2°C [...], involve rapid and deep and, in most cases, immediate greenhouse gas emissions reductions in all sectors this decade”.

⁵¹⁴ “immediate action [...] implies deep, rapid, and sustained global GHG emission reductions this decade”.

⁵¹⁵ “Ambitious mitigation pathways imply large and sometimes disruptive changes in existing economic structures, with significant distributional consequences within and between countries”.

aprisionamentos (*lock-ins*) econômicos, dependências institucionais de trajetória e as práticas, culturas, normas e sistemas de crença prevalentes (*alta confiança*)⁵¹⁶ (AR6, p. 62). Ou seja, é preciso alterar as normas e as crenças; são necessárias mudanças de hábitos.

O texto identifica a possibilidade de ação transformadora – “este relatório identifica oportunidades para ação transformadora que são efetivas, factíveis, justas e equitativas utilizando conceitos de transições de sistemas e cenários de desenvolvimento resiliente⁵¹⁷” (AR6, p. 38) – e cobra compromisso político: “ação climática efetiva requer compromisso político⁵¹⁸” (AR6, p. 110). O IPCC reconhece a existência de “riscos de viabilidade de economia política que podem comprometer os esforços para limitar o aquecimento global⁵¹⁹” (AR6, p. 95). Veja-se o que o IPCC identifica como barreiras às ações de adaptação às mudanças climáticas: “Barreiras-chave para a adaptação são recursos limitados, falta de engajamento cidadão e do setor privado, mobilização insuficiente de financiamento (incluindo para pesquisa), baixa alfabetização climática, falta de compromisso político, pesquisa limitada e/ou aceitação lenta e baixa da ciência de adaptação, e baixo senso de urgência⁵²⁰” (AR6, p. 9).

A habitabilidade do futuro exige um aumento significativo de escala nas ações, evidencia o IPCC: “transições rápidas e de grande alcance em todos os setores e sistemas são necessárias para alcançar reduções de emissões profundas e sustentadas e assegurar um futuro suportável e sustentável para todos. Essas transições de sistema envolvem um significativo aumento de escala de um amplo portfólio de opções de mitigação e adaptação⁵²¹” (AR6, p. 102). Os níveis de financiamento para a ação climática estão muito abaixo do necessário, de acordo com o relatório: “Para que os objetivos climáticos sejam alcançados, o financiamento tanto para adaptação quanto para mitigação precisaria aumentar em muitas vezes. Há capital global suficiente para fechar as

⁵¹⁶ “Prioritisation of options and transitions from incremental to transformational adaptation are limited due to vested interests, economic lock-ins, institutional path dependencies and prevalent practices, cultures, norms and belief systems (high confidence)”.

⁵¹⁷ “this report identifies opportunities for transformative action which are effective, feasible, just and equitable using concepts of systems transitions and resilient development pathways”.

⁵¹⁸ “Effective climate action requires political commitment”.

⁵¹⁹ “political economy feasibility risks that may jeopardise efforts to limit global warming”.

⁵²⁰ “Key barriers to adaptation are limited resources, lack of private sector and citizen engagement, insufficient mobilization of finance (including for research), low climate literacy, lack of political commitment, limited research and/or slow and low uptake of adaptation science, and low sense of urgency”.

⁵²¹ “Rapid and far-reaching transitions across all sectors and systems are necessary to achieve deep and sustained emissions reductions and secure a liveable and sustainable future for all. These system transitions involve a significant upscaling of a wide portfolio of mitigation and adaptation options”.

brechas de investimento global, porém há barreiras para redirecionar o capital para a ação climática⁵²²” (AR6, p. 33).

Conforme o IPCC, “a mudança sistêmica necessária para alcançar reduções de emissões profundas e adaptação transformadora para as mudanças climáticas é sem precedente em termos de escala⁵²³” (AR6, p. 28) e envolve “mudanças socioculturais e de comportamento⁵²⁴” (AR6, p. 28). Especificamente em relação à energia, a escala das mudanças necessárias fica evidente: “reduções rápidas e profundas de emissões de gases do efeito estufa requerem grandes transições no sistema energético (*alta confiança*)⁵²⁵” (AR6, p. 104). Essa transição envolve transformações radicais em relação à atualidade:

Sistemas de energia de emissões líquidas zero de CO₂ implicam: redução substancial do uso total de combustíveis fósseis, uso mínimo de combustíveis fósseis sem abatimento, e uso de captura e armazenamento de carbono nos sistemas de combustíveis fósseis remanescentes; sistemas de eletricidade sem emissão líquida de CO₂; ampla eletrificação; fontes de energia alternativa em aplicações menos suscetíveis à eletrificação; conservação e eficiência energética; e maior integração em todo o sistema energético (*alta confiança*).⁵²⁶ (AR6, p. 104)

Isso leva a um reconhecimento da extensão dos desafios: “Em regiões com alta dependência de combustíveis fósseis para, entre outras coisas, receita e geração de emprego, mitigação de risco para o desenvolvimento sustentável requer políticas que promovam diversificação econômica e do setor energético e considerações de transições justas de princípios, processos e práticas (*alta confiança*)⁵²⁷” (AR6, p. 30). Essa transição energética requer uma transformação total em relação ao uso de combustíveis fósseis: “Cerca de 80% das reservas de carvão, 50% de gás e 30% de petróleo não podem ser queimadas e emitidas para que o aquecimento seja limitado a 2°C. Um número significativamente maior de reservas deve permanecer sem ser queimado para que o

⁵²² “If climate goals are to be achieved, both adaptation and mitigation financing would need to increase many-fold. There is sufficient global capital to close the global investment gaps but there are barriers to redirect capital to climate action”.

⁵²³ “The systemic change required to achieve rapid and deep emissions reductions and transformative adaptation to climate change is unprecedented in terms of scale”.

⁵²⁴ “socio-cultural and behavioural changes”.

⁵²⁵ “Rapid and deep reductions in GHG emissions require major energy system transitions (high confidence)”.

⁵²⁶ “Net zero CO₂ energy systems entail: a substantial reduction in overall fossil fuel use, minimal use of unabated fossil fuels, and use of Carbon Capture and Storage in the remaining fossil fuel systems; electricity systems that emit no net CO₂; widespread electrification; alternative energy carriers in applications less amenable to electrification; energy conservation and efficiency; and greater integration across the energy system (high confidence)”.

⁵²⁷ “In regions with high dependency on fossil fuels for, among other things, revenue and employment generation, mitigating risk for sustainable development requires policies that promote economic and energy sector diversification and considerations of just transitions principles, processes and practices (high confidence)”.

aquecimento se limite a 1,5°C (*alta confiança*)⁵²⁸” (AR6, p. 58). Nesse sentido, o relatório cobra mudanças de comportamento: “Elevar o conhecimento sobre riscos e opções de adaptação disponíveis promove respostas da sociedade, e mudanças de comportamento e de estilo de vida baseadas em políticas, infraestrutura e tecnologia podem ajudar a reduzir emissões globais de gases do efeito estufa (*alta confiança*)⁵²⁹” (AR6, p. 107).

Em suma, há uma necessidade de mudança sistêmica de caráter social e econômico. É preciso um redirecionamento de capital no sentido da ação climática (AR6, p. 62). As dificuldades descritas pelo IPCC que mencionamos aqui podem ser compreendidas como dizendo respeito a desafios de caráter socioeconômico ou político – por outro lado, como argumentamos, há imbricações entre comunicação e política.

O relatório também aborda diretamente os desafios comunicacionais envolvidos na ação climática, compreendidos pelo IPCC sob um ponto de vista estritamente *mediático*, no sentido dos meios de comunicação: “a mídia ajuda a formar o discurso público sobre mudanças climáticas. [...] Em algumas instâncias, discursos públicos da mídia e de contra-movimentos organizados impediram a ação climática, exacerbando desamparo e desinformação e incentivando a polarização, com implicações negativas para a ação climática (*confiança média*)⁵³⁰” (AR6, p. 52). Esse trecho sobre os meios de comunicação é o único ponto do texto em que o IPCC menciona a desinformação. Não há referências diretas ao fenômeno do negacionismo.

Nos termos da comunicação sinequista, a questão não se explica por esses termos, mas pelos do hábito. A mudança de hábito está associada à produção de novos interpretantes. Novos hábitos se estabelecem a partir de mediações do processo comunicacional. Passamos agora a explorar a relação entre hábito e interpretante. Podemos pensar na seguinte questão: qual seria o interpretante comunicacional do relatório? Parece-nos que não é o acordo, mas a ação. Enquanto o neopragmatismo se contenta com o acordo, o pragmaticismo exige a ação. Esse é o ponto fulcral da nossa proposta de uma passagem da política pragmática para a política pragmaticista; não é por falta de acordo (vide o de Paris) que não se revertem as emissões dos gases de efeito estufa.

⁵²⁸ “About 80% of coal, 50% of gas, and 30% of oil reserves cannot be burned and emitted if warming is limited to 2°C. Significantly more reserves are expected to remain unburned if warming is limited to 1.5°C (high confidence)”.

⁵²⁹ “Enhancing knowledge on risks and available adaptation options promotes societal responses, and behaviour and lifestyle changes supported by policies, infrastructure and technology can help reduce global GHG emissions (high confidence)”.

⁵³⁰ “The media helps shape the public discourse about climate change. [...]. In some instances, public discourses of media and organised counter movements have impeded climate action, exacerbating helplessness and disinformation and fueling polarisation, with negative implications for climate action (medium confidence)”.

Como buscamos argumentar neste subcapítulo, há uma convocação à mudança de hábito que organiza e configura o texto do relatório do IPCC. Em especial, toda a seção 4 do relatório, que diz respeito às respostas em curto prazo a um sistema climático em mutação, pode ser definida como um apelo à mudança de hábito e à ação. A dificuldade de mudança de hábito está associada à dificuldade de produção de novos interpretantes. A partir das estratégias que expusemos, podemos afirmar que o interpretante pretendido é o que conduz à mudança de hábito. Pensamos aqui no nível do interpretante normal ou final, definido como “o efeito que seria produzido na mente pelo signo após desenvolvimento suficiente do raciocínio⁵³¹” (EP2, p. 482).

O desafio seria chegar ao nível dos interpretantes lógicos, que “levam pragmaticamente a condutas dirigidas sob hipóteses de conduta da alteridade no futuro, ou sob hábitos bem-sucedidos porque conducentes a fins desejados” (IBRI, 2018, p. 925). Esses interpretantes “pretendem ter poder preditivo e, assim, seriam deliberativos para a conduta futura que se torna mediada por eles” (IBRI, 2018, p. 925).

O parâmetro da comunicação sinequista que configuramos dá conta de que o resultado da comunicação é a produção de novos hábitos. Em Peirce, o interpretante lógico está no futuro. Assim, as relações entre hábito e interpretante são o ponto fundamental aqui. Como notamos anteriormente, em termos peirceanos, o hábito é compreendido como preparação para a experiência futura. Essa preparação é *racional*: o pragmaticismo sustenta que o interpretante imediato de todo raciocínio é a conduta (CP 4.539) Bergman (2009a, p. 170, n21) fala em hábitos de ação desenvolvidos de forma racional e com propósito⁵³². Na lógica peirceana, “há um contínuo entre raciocínio e ação⁵³³” (BERGMAN, 2009a, p. 17).

A ciência busca a verdade e atua no sentido de mudanças de hábitos: “ação continuamente bem-sucedida é o propósito e o motivo da investigação; mas também ‘encontrar a verdade’. Do ponto de vista do hábito, são duas faces da mesma moeda⁵³⁴” (BERGMAN, 2009a, p. 170, n21). Do ponto de vista comunicacional, a forma de olhar para a ação é por meio do hábito. Essa alteração das ações diz respeito à mudança de hábito, uma vez que a ação só pode partir de um hábito. O grande desafio peirceano é a passagem à ação: “sem uma transição para a questão da ação em

⁵³¹ “effect that would be produced on the mind by the Sign after sufficient development of thought”.

⁵³² “rationally and purposefully developed habits of action”.

⁵³³ “There is a continuum between reasoning and action”.

⁵³⁴ “continuously successful action is the purpose and motive of inquiry; but so is ‘finding truth’. From the point of view of habit, they are but two sides of the same coin”.

termos normativos, não há política nem validação possível do pragmatismo⁵³⁵” (WARD, 2001, p. 79).

Se “todas as coisas têm uma tendência a adquirir hábitos⁵³⁶” (CP 1.409), podemos compreender as mudanças climáticas como um processo de alteração dos hábitos do sistema climático. As leis que o regem estão sendo alteradas por conta da ação antrópica, e a instauração de uma tendência diferente exigiria a mudança de hábito e conseqüente modificação nas ações. Lidar com as mudanças climáticas envolve uma ação extraordinária, uma mudança de hábito, o que exige uma plasticidade da mente. A dificuldade ou mesmo incapacidade de adquirir novos hábitos de conduta é, ainda, uma expressão da tenacidade, da recusa de aceite do método da ciência. As mudanças climáticas se impõem e forçam a uma mudança de hábito – a qual, no entanto, do ponto de vista da ação humana, ainda está por ocorrer. A mente excessivamente cristalizada, enrijecida, estratificada, tem baixa capacidade de adquirir novos hábitos. A dificuldade de produção de interpretantes está, ainda, associada à falta de experiência colateral que discutimos no subcapítulo 5.2.1. Peirce explora os modos como podem ocorrer mudanças de hábito, e cita que uma das formas é a experiência que se força sobre a mente (CP 5.478). Nesse sentido, a aparição das mudanças climáticas enquanto fenômeno da experiência pode levar a essa mudança de hábito.

Essa ideia de adaptação às mudanças impostas pela realidade é própria à lógica peirceana: “Fenomenologicamente, precisamos saber o que poderá vir [a] acontecer no tempo futuro, para ajustarmos nossa conduta aos fatos” (IBRI, 2018, p. 924). A mudança de hábito está associada a um interpretante lógico último (CP 5.476). O interpretante lógico último do relatório poderia ser a ação transformadora. Sob o ponto de vista do interpretante, falando aqui em termos mais hipotéticos do que plausíveis de serem concretizados, o relatório do IPCC tem, potencialmente, a capacidade de produzir ações que implicariam transformações sistêmicas de forma disseminada por todo o planeta – isso quando olhamos para a potencialidade do signo-relatório de gerar interpretantes. Luiz Marques (2023, p. 59) fala em “rupturas civilizacionais requeridas para a conquista de uma política e de uma sociedade da sobrevivência”, o que deixa clara a radicalidade das transformações necessárias.

⁵³⁵ “Without a transition to the question of action in normative terms, there is no politics and no possible validation of pragmatism”.

⁵³⁶ “all things have a tendency to take habits”.

O desafio, portanto, seria chegar ao nível dos interpretantes lógicos para estabelecer novos hábitos. Isso passa por olhar para o relatório do IPCC em sua dimensão de prática comunicacional, no aspecto específico da retórica, ou metodêutica. As estratégias operadas pelo texto que discutimos neste subcapítulo visando à mudança de hábito se enquadram nessa dimensão. Assim, o apontamento crítico que se pode fazer a partir de nossa análise do relatório é relativo a sua capacidade retórica. Um texto não tem a capacidade de controlar os interpretantes a serem produzidos a partir dele. Ao mesmo tempo, porém, há uma ordem de determinação presente na relação entre os signos do relatório e esses novos interpretantes. Nesse sentido, são os alertas do IPCC suficientes do ponto de vista da retórica para uma comunicação eficiente visando à mudança de hábito?

Esse questionamento nos leva à discussão final deste subcapítulo, sobre o conceito de crença. Hábito é compreendido aqui a partir das ideias de crença e de ação – “A crença [...] orienta a ação, o que a dúvida nunca faz” (HAACK, 2019, p. 165) –, o que nos leva a colocar a seguinte questão: há verdadeiramente a crença nas mudanças climáticas? Tal pergunta se impõe, uma vez que essa crença não leva à ação. Melhor dito, essa passagem à ação, em termos peirceanos, demanda uma crença. A mudança de hábito depende de uma crença – daí a importância da produção de novos interpretantes.

Do ponto de vista da crença, o uso pelo IPCC do termo inequívoco evidencia que não há dúvida razoável na comunidade científica sobre a teoria de que as ações antropogênicas estão provocando alterações no sistema climático. Em termos peirceanos, o que se depreende do relatório do IPCC, analisado a partir do parâmetro do hábito como resultado da comunicação, é que as mudanças radicais de hábito necessárias para sair da situação de descompasso entre conhecimento científico e inação exigem alterações igualmente radicais nos sistemas de crenças – afirmar o contrário seria negar a relação entre crença e hábito proposta por Peirce. Para a mudança efetiva de hábito, o desafio é a produção de novas crenças.

5.2.5 Afetabilidade

No relatório do IPCC, o parâmetro da afetabilidade está expresso na conectividade e na interdependência, como no seguinte trecho: “o aquecimento futuro será impulsionado por emissões

futuras e irá afetar todos os principais componentes do sistema do clima, com todas as regiões experienciando mudanças múltiplas e simultâneas⁵³⁷” (AR6, p. 33). A interdependência e a conectividade ficam caracterizadas quando o relatório aborda, por exemplo, os “co-benefícios” de ações de enfrentamento às mudanças climáticas. Afetabilidade é pensada aqui em termos do próprio encadeamento, da continuidade entre os fenômenos. Conforme lemos no relatório, “as estratégias de desenvolvimento resiliente ao clima que tratam clima, ecossistemas, biodiversidade e sociedade humana como partes de um sistema integrado são as mais eficazes (*alta confiança*). A vulnerabilidade humana e dos ecossistemas são interdependentes (*alta confiança*)⁵³⁸” (AR6, p. 114). É importante notar como a proposta de Peirce da afetabilidade se mostra pertinente nas descobertas científicas de hoje.

O texto enfatiza que as mudanças são generalizadas e relacionadas entre si, e constituem um problema do presente: “Ocorreram mudanças generalizadas e rápidas na atmosfera, no oceano, na criosfera e na biosfera. Mudanças climáticas causadas por humanos já estão afetando muitos extremos climáticos e meteorológicos em todas as regiões ao redor do mundo. Isso levou a impactos adversos generalizados e perdas e danos à natureza e a pessoas (*alta confiança*)⁵³⁹” (AR6, p. 5).

Esse é, porém, apenas um primeiro sentido do parâmetro da afetabilidade. Conforme vimos no capítulo 3, em Peirce, a ideia de afetabilidade se refere àquilo que afeta a mente. O que buscamos configurar aqui é a ideia da mente em um sentido expandido, que não se reduz ao humano. Ao defender a tese da externalidade da mente, Peirce afirmou que “na minha opinião, é muito mais verdadeiro que os pensamentos de um escritor vivo estejam em qualquer cópia impressa de seu livro do que estejam em seu cérebro⁵⁴⁰” (CP 7.364). No mesmo sentido, o relatório é uma inscrição da mente da comunidade científica do IPCC. Essa mente está mais bem expressa no texto do relatório do que no cérebro de qualquer um dos cientistas que integram a comunidade. Existe uma

⁵³⁷ “Future warming will be driven by future emissions and will affect all major climate system components, with every region experiencing multiple and co-occurring changes”.

⁵³⁸ “Climate resilient development strategies that treat climate, ecosystems and biodiversity, and human society as parts of an integrated system are the most effective (high confidence). Human and ecosystem vulnerability are interdependent (high confidence)”.

⁵³⁹ “Widespread and rapid changes in the atmosphere, ocean, cryosphere and biosphere have occurred. Human-caused climate change is already affecting many weather and climate extremes in every region across the globe. This has led to widespread adverse impacts and related losses and damages to nature and people (high confidence)”.

⁵⁴⁰ “In my opinion it is much more true that the thoughts of a living writer are in any printed copy of his book than that they are in his brain”.

mente da comunidade, a partir dos signos dos artigos científicos por ela produzidos, que são traduzidos pelos relatórios do IPCC ao longo de seu sexto ciclo, os quais são novamente traduzidos pelo texto que é nosso objeto de análise, o relatório final de avaliação do ciclo. Afetabilidade não se reduz ao humano, mas se refere a essa mente estendida. A mente é um fenômeno externo (CP 7.364), e compreender isso é o primeiro passo para a configuração de uma mente estendida, ou, no termo de Santaella (2019), ampliada. A afetabilidade da mente, o parâmetro da comunicação sinequista a ser configurado aqui, se refere a essa mente estendida.

Em Peirce, a lógica é social. A mente também está associada a esse social – e há aí uma clara dimensão política. Podemos falar, assim, em uma mente da comunidade. Há uma inserção da concepção de mente estendida na cosmologia peirceana. A mente da comunidade pode ser compreendida a partir de sua relação cosmológica com o mundo. Conforme Houser (2016, p. 388), “a sobrevivência de uma espécie depende de sua adequada sintonização com a mente da natureza⁵⁴¹”. A escala e o volume de mudanças necessárias exigem uma plasticidade da mente, a qual não pode se encerrar na tenacidade.

O principal ponto de crítica que construímos ao relatório a partir do parâmetro da afetabilidade é apontar que ele produz uma dicotomia entre humano e natureza – ainda que reconheça a interdependência do humano em relação aos ecossistemas naturais. A filosofia de Peirce envolve “um esforço teórico que orbita em torno do conceito de co-naturalidade entre aquilo que é humano e aquilo que é natural⁵⁴²” (IBRI, 2019, p. 381). Nesse sentido, o relatório não compreende a afetabilidade, pois, mais do que interdependência, há conaturalidade entre essas duas instâncias. Trata-se aqui de uma perspectiva cosmológica na qual o ser humano não é visto como menos natural do que outros animais. Há, nesse sentido, uma dicotomia latente no discurso do IPCC que em muito se afasta da continuidade.

Se a negação da capacidade de intuição significa que “mente conhecedora e objeto conhecido são contínuos um com o outro⁵⁴³”, como expõe Lane⁵⁴⁴ (2011b, p. 238), não há separação definitiva entre ser humano e a natureza conforme conhecida pela mente humana. É a

⁵⁴¹ “Survival of a species depends on its adequate attunement to nature’s mind”.

⁵⁴² “In Peirce’s philosophy, it is possible to ascertain a theoretical effort that orbits around the concept of connaturality between that which is human and that which is natural”.

⁵⁴³ “cognizing mind and cognized object are continuous with one another”.

⁵⁴⁴ Haack (1982, p. 160) já prenunciava a tese afirmada por Lane (2011a; 2011b) – de que, do ponto de vista metafísico, a ideia de Peirce de que não temos capacidade de intuição implica na continuidade entre matéria e mente – quando dizia que “a tese da continuidade da cognição [...] desempenha um papel na negação de Peirce das ‘Intuições’ cartesianas”.

continuidade entre mente e matéria preconizada pelo sinequismo. A diferença entre mundo externo e mundo interno, entre mente e matéria, é apenas de grau (LANE, 2011b, p. 243). Não há descontinuidade entre essas instâncias, conforme o pensamento peirceano.

O parâmetro da afetabilidade carrega consigo uma lógica de associações, de conexões entre ideias. Por outro lado, o que há no relatório do IPCC é um certo rompimento dessa conexão, a partir de um estranhamento de base entre seres humanos e ecossistemas que difere da proposta de continuidade da mente. Conforme o IPCC, “continuar com os atuais padrões de desenvolvimento insustentáveis aumentaria a exposição e a vulnerabilidade de ecossistemas e de pessoas a perigos climáticos (*alta confiança*)⁵⁴⁵” (AR6, p. 97). De modo geral ao longo do texto, essas duas instâncias são tratadas de forma dicotômica: “Mitigação profunda, rápida e sustentada e a implementação acelerada da adaptação reduzem os riscos das mudanças climáticas para humanos e ecossistemas⁵⁴⁶” (AR6, p. 92).

No texto do IPCC, a relação entre ser humano e ecossistema se restringe a uma noção de interdependência: “A vulnerabilidade de humanos e do ecossistema são interdependentes (*alta confiança*)⁵⁴⁷” (AR6, p. 98). Ao abordar a questão a partir de ideias como interdependência e relações próximas, o IPCC separa, dicotomiza o que em Peirce pode ser compreendido como duas instâncias da mente. O relatório produz uma descontinuidade entre mente e matéria ao produzir uma descontinuidade entre ser humano e a Terra, quando os trata de forma dicotômica. O IPCC fala em “relações próximas entre adaptação às mudanças climáticas, mitigação, saúde do ecossistema, bem-estar humano e desenvolvimento sustentável⁵⁴⁸” (AR6, p. 38). Do ponto de vista peirceano, porém, não se trata de relações próximas, mas de co-naturalidade, de continuidade. Se estamos em um sistema que pensa a mente como algo que não se reduz ao humano, não há como se produzir essa dicotomia. A compreensão de Peirce coloca a afetabilidade em continuidade com a racionalidade, novamente uma posição anticartesiana.

Nesse sentido, o relatório parece não reconhecer a continuidade entre humano e natureza, sua co-naturalidade. A falta de reconhecimento dessa continuidade pode até ser compreendida

⁵⁴⁵ “Continuing with current unsustainable development patterns would increase exposure and vulnerability of ecosystems and people to climate hazards (high confidence)”.

⁵⁴⁶ “Deep, rapid, and sustained mitigation and accelerated implementation of adaptation reduces the risks of climate change for humans and ecosystems”.

⁵⁴⁷ “Human and ecosystem vulnerability are interdependent (high confidence)”.

⁵⁴⁸ “the close linkages between climate change adaptation, mitigation, ecosystem health, human well-being and sustainable development”.

como a raiz da exploração da natureza pela ação humana. É a ideia defendida por Ibri (2015b, p. 628-629) em citação que já expusemos na introdução desta tese: “a quebra do dualismo mente-matéria rompe de vez um estranhamento de gênese entre homem e Natureza de há muito vigente em nossa cultura e, pode-se conjecturar, também responsável pela transformação radical do mundo natural e pela sua indiscriminada exploração”. O IPCC acaba por reproduzir esse “estranhamento de gênese entre homem e Natureza” de que fala Ibri.

Essa co-naturalidade, pensada em seu aspecto comunicacional, encontra sua tradução no parâmetro da afetabilidade. O IPCC aponta a interdependência, mas não chega a identificar a co-naturalidade, a continuidade entre ecossistema e humano, e produz uma dicotomia que, no limite, acaba passando por cima da própria ideia de que a ação humana afeta o ecossistema. Essa dicotomia quebra a afetabilidade e a continuidade, e o rompimento de um pensamento de continuidade entre ser humano e a natureza pode inclusive levar a uma negação da inscrição da ação humana na Terra que, a rigor, implicaria na negação da própria ideia de Antropoceno.

A separação que argumentamos aqui fica mais evidente a partir do seguinte trecho do relatório: “A perda de ecossistemas e seus serviços tem impactos em longo prazo e em cascata para pessoas ao redor do mundo, em especial para os povos indígenas e comunidades locais que são diretamente dependentes dos ecossistemas para dar conta de necessidades básicas⁵⁴⁹” (AR6, p. 99). O relatório produz um afastamento, um estranhamento entre humano e natureza – e atribui uma proximidade maior a indígenas, talvez vistos como *mais naturais*.

A co-naturalidade se estabelece a partir do conceito de mente e da continuidade entre matéria e mente, e a dicotomia presente no relatório se aproxima da produção de uma dualidade entre mente e matéria. Em uma lógica de pensamento em que matéria é mente enrijecida, natureza e ser humano são instâncias, manifestações diversas da mente. O parâmetro da afetabilidade diz respeito a como a comunicação opera na continuidade da mente. Se a mente não se reduz ao humano, tampouco a comunicação se reduz ao humano. A ideia de *commens*, da fusão entre duas mentes que deve ocorrer para produzir comunicação, não se reduz a duas mentes humanas – a afetabilidade expande o campo para além disso. Sem a consideração disso, não há como se

⁵⁴⁹ “Loss of ecosystems and their services has cascading and long-term impacts on people globally, especially for Indigenous Peoples and local communities who are directly dependent on ecosystems, to meet basic needs (high confidence)”.

estabelecer comunicação. O sucesso da comunicação depende do estabelecimento de relações afetivas entre mentes, as quais não se reduzem ao humano.

Assim, o IPCC produz uma dicotomia e uma separação, uma descontinuidade entre humano e natureza. Se compreendemos a comunicação como continuidade, isso enfraquece o potencial comunicativo do relatório, uma vez que produz uma quebra no contínuo da mente. Assim, nesse aspecto, o relatório nega aquilo que, em nossa tese, denominamos como imanência relacional. É um sintoma de que se mantém o estranhamento de natureza de que falava Ibri.

Em suma, o relatório trabalha com uma dicotomia entre sistemas humanos e ecossistemas que difere da lógica da afetabilidade proposta pela comunicação sinequista. Essa relação dicotômica que encontramos no relatório se afasta da radicalidade da proposta sinequista. No limite, essa dicotomia pode ser compreendida mesmo como um obstáculo à ação climática, na medida em que, ao não se reconhecer a co-naturalidade entre ser humano e natureza, não se percebe a necessidade de alteração no curso das ações humanas para lidar com as mudanças no sistema climático.

5.2.6 Amor evolucionário orientado para o futuro

Quando pensamos nas consequências práticas a que Peirce se referia em sua máxima pragmática, aplicadas para o fenômeno que estamos investigando aqui, podemos olhar, por exemplo, para a extinção de espécies. As mudanças climáticas aceleram essa extinção e tendem a fazer desaparecer incontáveis formas de vida. Nesse processo, reduz-se a diversidade do mundo de forma irreversível. Peirce associa a diversificação à vida (CP 6.158).

“Ágape significa que eu me importo com o outro como se o outro fosse eu mesmo [...] A realização do outro e a minha realização estão, de uma forma complicada e nada óbvia, conectadas⁵⁵⁰”, diz Colapietro (2021, p. 145). O necessário processo de mudança de hábito para mitigar e lidar com as mudanças climáticas é um ato agapístico, no sentido de que se refere mais ao futuro do que ao presente, mais à sobrevivência de seres humanos ainda por nascer do que à

⁵⁵⁰ “agápē means that I care for the other as though the other were myself [...] The realization of the other and the realization of myself are, in some complicated not altogether obvious way, connected”.

nossa sobrevivência. O amor agapístico por esses seres virtuais, potenciais, é o motor da mudança de hábito: “Há uma janela de oportunidade se fechando rapidamente para garantir um futuro habitável e sustentável para todos (*confiança muito alta*)⁵⁵¹” (AR6, p. 53). Podemos pensar, por aí, na criação de uma política de dimensão afetiva e de afirmação de uma continuidade cósmica entre ser humano e Terra. É nessa direção que se constitui a política pragmaticista de que tratamos em nossa tese.

O ágape é também um amor pelo conhecimento, pelo aumento da razoabilidade concreta. Visto dessa forma, a partir da continuidade, o ato científico tem uma dimensão política, no sentido de que a produção de conhecimento sobre o mundo nos aproxima dele e de sua diversidade. Assim, articulam-se sinequismo, política e comunidade científica: “A função dos indivíduos enquanto uma comunidade está predicada em sua participação no espírito do agapismo, e então a política de Peirce também se torna um terreno para testar sua hipótese metafísica⁵⁵²” (WARD, 2001, p. 69).

O ágape está expresso, no relatório do IPCC, em seu ímpeto transformador de mudança de hábitos de conduta e em sua orientação para o futuro. Assim, trata-se de uma comunicação voltada para os efeitos futuros que podem vir a ser produzidos. Vislumbramos, aqui, a configuração de uma política científica que visa à mudança de hábito para preservação da vida. Essa política tem caráter agapístico, em termos peirceanos. Um exemplo da manifestação do ágape e da orientação para o futuro do relatório está neste trecho: “a medida do quão diferente e mais quente será o mundo experienciado pelas gerações atuais e futuras depende de escolhas feitas agora e no curto prazo⁵⁵³” (AR6, p. 7).

Peirce acionou a ideia de ágape em uma de suas formulações sobre o embate entre nominalismo e realismo: “parece-me provável que a ontologia agapástica pode agradar muitas mentes em breve, porque é um caminho natural pelo qual o nominalista pode ser guiado aos caminhos realistas do pensamento, caminhos para os quais muitos fatos e forças internas o impõem⁵⁵⁴” (CP 6.610). Atualizando a formulação de Peirce, podemos considerar o relatório do

⁵⁵¹ “There is a rapidly closing window of opportunity to secure a liveable and sustainable future for all (very high confidence)”.

⁵⁵² “The function of individuals as a community is predicated on their participation in the spirit of agapism, and so Peirce’s politics also becomes a ground for testing his metaphysical hypothesis”.

⁵⁵³ “The extent to which current and future generations will experience a hotter and different world depends on choices now and in the near term”.

⁵⁵⁴ “agapastic ontology seems to me likely to find favour with many minds at an early day, because it is a natural path by which the nominalist may be led into the realistic ways of thought, ways toward which many facts and inward forces impel him”.

IPCC como um dos fatos que impelem um nominalista a um caminho realista e à ontologia agapástica a que Peirce associou suas ideias.

Notamos, assim, como há uma inserção do agapismo na cosmologia de Peirce. Há uma dimensão política nessa afirmação do ágape por parte do filósofo. Aqui, trata-se de evidenciar as manifestações desse agapismo no relatório do IPCC. Por esse caminho, poderemos explorar as relações entre a política pragmaticista e aquilo que estamos nomeando como orientação para o futuro. As conclusões do IPCC são especialmente relevantes para configurar esse direcionamento para o futuro pois não se está tratando, no texto, meramente de décadas por vir, mas de milênios: “O aumento do nível do mar é inevitável por séculos a milênios devido aos contínuos aquecimento do oceano profundo e derretimento da calota polar, e os níveis do mar irão permanecer elevados por milhares de anos (*alta confiança*)⁵⁵⁵” (AR6, p. 77).

Uma das ideias básicas que norteia o relatório é que “continuar com os padrões insustentáveis de desenvolvimento atuais aumentaria a exposição e a vulnerabilidade de ecossistemas e pessoas a riscos climáticos (*alta confiança*)⁵⁵⁶” (AR6, p. 97). Há uma clara relação estabelecida pelo IPCC entre as ações a serem tomadas e o seu impacto na habitabilidade da Terra e no que o texto chama de bem-estar humano: “existem opções efetivas de adaptação para ajudar a proteger a saúde e o bem-estar humanos (*alta confiança*)⁵⁵⁷” (AR6, p. 107).

Nessa caracterização do agapismo, chamamos atenção para o fato de que o texto é imbuído de um sentido de equidade: “erradicar a pobreza extrema, a pobreza energética, e fornecer padrões de vida decentes para todos, consistentes com os objetivos de desenvolvimento sustentáveis de curto prazo, [são metas que] podem ser alcançadas sem um aumento significativo de emissões globais (*alta confiança*)⁵⁵⁸” (AR6, p. 108). As ações a serem tomadas devem ser equitativas, ressalta o IPCC: “Sem ações de adaptação e mitigação urgentes, efetivas e equitativas, as mudanças climáticas ameaçam cada vez mais a saúde e os meios de subsistência de pessoas ao redor do mundo, a saúde do ecossistema, e a biodiversidade, com severas consequências adversas para as

⁵⁵⁵ “Sea level rise is unavoidable for centuries to millennia due to continuing deep ocean warming and ice sheet melt, and sea levels will remain elevated for thousands of years (high confidence)”.

⁵⁵⁶ “Continuing with current unsustainable development patterns would increase exposure and vulnerability of ecosystems and people to climate hazards (high confidence)”.

⁵⁵⁷ “Effective adaptation options exist to help protect human health and well-being (high confidence)”.

⁵⁵⁸ “Eradicating extreme poverty, energy poverty, and providing decent living standards to all, consistent with near term sustainable development objectives, can be achieved without significant global emissions growth. (high confidence)”.

gerações atuais e futuras⁵⁵⁹” (AR6, p. 92). A equidade é uma das formas a partir das quais podemos configurar o agapismo no relatório. O IPCC ressalta que as mudanças climáticas afetam desproporcionalmente uma parcela da população:

A implementação acelerada da adaptação irá melhorar o bem-estar ao reduzir perdas e danos, em especial para populações vulneráveis. Ações de mitigação profundas, rápidas e continuadas reduzirão os futuros custos de adaptação e perdas e danos, melhorariam os co-benefícios do desenvolvimento sustentável, evitariam o *lock-in* de fontes de emissão e reduzirão ativos enclausurados e mudanças climáticas irreversíveis⁵⁶⁰. (AR6, p. 95)

O IPCC apresenta inclusive uma desconstrução de uma correlação entre crescimento econômico e necessidade de aumento de emissões para sustentar esse crescimento: “Erradicar a extrema pobreza e a pobreza energética e dar padrões de vida decentes em países e regiões com baixas emissões no contexto de alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável, no curto prazo, pode ser alcançado sem crescimento significativo das emissões globais (*alta confiança*)⁵⁶¹” (AR6, p. 30).

No texto *Amor evolucionário*, Peirce afirma que o desenvolvimento agapístico do pensamento opera “em virtude da continuidade da mente⁵⁶²”. Há conexões entre terceiridade, razoabilidade, ciência e a orientação para o futuro: “Todo o nosso conhecimento das leis da natureza é análogo ao conhecimento do futuro, no sentido de que não há forma direta pela qual as leis podem ser conhecidas por nós. Aqui procedemos por experimentação⁵⁶³” (CP 2.86). A partir dessas relações, podemos afirmar que o futuro é produzido coletivamente, por conta do sentido coletivo que há na investigação científica.

A orientação para o futuro ganha um sentido premente, pois as condições de habitabilidade desse futuro dependem de ações a serem tomadas no presente. As descobertas da ciência apontam

⁵⁵⁹ “without urgent, effective and equitable adaptation and mitigation actions, climate change increasingly threatens the health and livelihoods of people around the globe, ecosystem health, and biodiversity, with severe adverse consequences for current and future generations (high confidence)”.

⁵⁶⁰ “Accelerated implementation of adaptation will improve well-being by reducing losses and damages, especially for vulnerable populations. Deep, rapid, and sustained mitigation actions would reduce future adaptation costs and losses and damages, enhance sustainable development co-benefits, avoid locking-in emission sources, and reduce stranded assets and irreversible climate changes”.

⁵⁶¹ “Eradicating extreme poverty, energy poverty, and providing decent living standards in low-emitting countries / regions in the context of achieving sustainable development objectives, in the near term, can be achieved without significant global emissions growth (high confidence)”.

⁵⁶² “by virtue of the continuity of mind”.

⁵⁶³ “All our knowledge of the laws of nature is analogous to knowledge of the future, inasmuch as there is no direct way in which the laws can become known to us. We here proceed by experimentation”.

para um cenário provável de regressão da diversidade do mundo. Há um reconhecimento científico da tendência de um caráter catastrófico do futuro. Nesse contexto, o ágape surge como aposta na permanência de algo da variedade da natureza, na preservação da biodiversidade.

O relatório é construído de uma forma que tem o futuro como horizonte. A orientação para o futuro pode ser verificada inclusive no tempo verbal predominante no relatório e que se apresenta em afirmações como a seguinte: “A implementação acelerada de respostas de adaptação trará benefícios para o bem-estar humano (*alta confiança*)⁵⁶⁴” (AR6, p. 95).

Peirce explicita a relação entre a evolução do universo, o desenvolvimento da razão e o admirável: “A criação do universo, que não se deu em uma certa semana, [...] mas está ocorrendo hoje e jamais será terminada, é esse próprio desenvolvimento da razão. Não vejo como alguém possa ter um ideal mais satisfatório do admirável do que o desenvolvimento da razão assim compreendido⁵⁶⁵” (CP 1.615). O desenvolvimento da razão é a expressão do *summum bonnum*, na lógica peirceana.

Nosso desafio metodológico e epistemológico pode ser definido como conseguir abordar essa realidade concreta das mudanças climáticas, a relação ser humano-Terra e o objeto relatório do IPCC com o olhar de um sinequista. Dentro da cosmologia peirceana, isso implica olhar para essas experiências considerando o ágape.

Jungk nos ajuda a caracterizar a relação do ágape com o sinequismo: “A força metafísica do amor reside no seu caráter propositado, que concerne ao desenvolvimento de uma ideia que atrai os seres existentes através do sentimento, isto é, através do direto reconhecimento agápico ou simpático que se dá através da continuidade da mente” (JUNGK, 2018, p. 347). Conforme a autora, “essa ideia é o contínuo, dinâmico e harmonioso desenvolvimento da razão em si mesma” (JUNGK, 2018, p. 347).

O ágape pode ser compreendido como o ponto focal de convergência do vitalismo presente no pensamento de Peirce, conforme foi exposto ao longo desta tese. As mudanças climáticas têm como consequência prevista a extinção generalizada de espécies. Entre os riscos esperados em curto prazo, estão “perda de biodiversidade em ecossistemas de terra, água doce e oceanos⁵⁶⁶”

⁵⁶⁴ “Accelerated implementation of adaptation responses will bring benefits to human well-being (high confidence)”.

⁵⁶⁵ “The creation of the universe, which did not take place during a certain busy week, [...] but is going on today and never will be done, is this very development of Reason. I do not see how one can have a more satisfying ideal of the admirable than the development of Reason so understood”.

⁵⁶⁶ “biodiversity loss in land, freshwater and ocean ecosystems”.

(AR6, p. 15). Ao lado de um gráfico com projeções para cenários de emissões futuras, o IPCC alerta: “experiências futuras dependem de como lidamos com as mudanças climáticas⁵⁶⁷” (AR6, p. 7).

No texto do IPCC, o ágape se traduz no alerta para a extinção da biodiversidade que se avizinha: “Conforme os níveis de aquecimento aumentam, também aumentam os riscos de extinção de espécies ou perda irreversível de biodiversidade em ecossistemas como florestas (*confiança média*), recifes de corais (*confiança muito alta*) e em regiões do Ártico (*alta confiança*)⁵⁶⁸” (AR6, p. 77). Nesse sentido, uma expressão clara do ágape está na defesa da preservação da biodiversidade e dos ecossistemas: “Manter a resiliência da biodiversidade e dos serviços de ecossistema em uma escala global depende da conservação efetiva e equitativa de aproximadamente 30% a 50% das áreas de superfície, água doce e oceano da Terra⁵⁶⁹” (AR6, p. 29). Esse chamado à manutenção da biodiversidade é uma expressão do ágape, de um amor pela alteridade como se fosse a si mesmo. O amor pela diversidade do mundo implica uma inclinação à tentativa de mantê-la diante da ameaça que as mudanças climáticas significam para essa diversidade. O ágape é uma força que atua no sentido de produção da diferença do mundo, que está associada ao desenvolvimento da razão conforme Peirce a via. A extinção de espécies implica uma diminuição ou um apagamento dessa diversidade. A perda, ou a diminuição de diversidade, é contrária ao desenvolvimento da razoabilidade concreta, ao *summum bonnum* peirceano. A razão deve se desenvolver no sentido da manutenção da diversidade do mundo – essa é a proposta peirceana.

Conforme o IPCC, “as mudanças climáticas causaram danos substanciais e perdas cada vez mais irreversíveis em ecossistemas terrestres, de água doce, criosféricos, costeiros e de oceano aberto (*alta confiança*)⁵⁷⁰” (AR6, p. 46). A perda da biodiversidade é, portanto, compreendida em nossa tese como uma diminuição da diversidade do mundo que é contrária ao aumento da razoabilidade concreta. O pensamento peirceano supõe uma continuidade entre racionalidade e diversidade do mundo, entre o desenvolvimento da razão e a existência de diversificação. A

⁵⁶⁷ “future experiences depend on how we address climate change”.

⁵⁶⁸ “As warming levels increase, so do the risks of species extinction or irreversible loss of biodiversity in ecosystems such as forests (medium confidence), coral reefs (very high confidence) and in Arctic regions (high confidence)”.

⁵⁶⁹ “Maintaining the resilience of biodiversity and ecosystem services at a global scale depends on effective and equitable conservation of approximately 30% to 50% of Earth’s land, freshwater and ocean areas”.

⁵⁷⁰ “Climate change has caused substantial damages, and increasingly irreversible losses, in terrestrial, freshwater, cryospheric and coastal and open ocean ecosystems (high confidence)”.

extinção da diferença é ilógica em Peirce, visto que implicaria uma diminuição da atuação da força do acaso no cosmos. A extinção massiva de espécies pode mesmo ser compreendida como um acontecimento que gera uma descontinuidade no processo evolucionário, como um evento de homogeneização da diferença do mundo.

O relatório faz apelo ao ágape, mas não é certo que ele será vitorioso, a julgar pela falta de ação denunciada pelo texto. O ágape pode ser entendido como um elemento a justificar essa ação, a motivá-la: porque há um sentido de amor evolutivo frente à diversidade do mundo, é preciso atuar para mantê-la, para evitar a sua radical diminuição.

Parece-nos que o ágape articula, ainda, o seguinte raciocínio, marcado por confiança alta ou muito alta: “As mudanças climáticas são uma ameaça para o bem-estar humano e a saúde planetária (*confiança muito alta*). Há uma janela de oportunidade se fechando rapidamente para assegurar um futuro suportável e sustentável para todos (*confiança muito alta*) [...] As escolhas e ações implementadas nesta década terão impacto imediato e por milhares de anos (*alta confiança*)⁵⁷¹” (AR6, p. 24).

Em uma lógica de caráter evolucionário, o futuro não é o *locus* do inesperado, de consequências imprevistas, mas será definido pelas ações do presente. O apelo que o IPCC faz ao alertar para as condições de vida do futuro pode ser compreendido, nos termos com que trabalhamos nesta tese, como um chamado à efetivação do ágape que, conforme o consenso científico expresso pelo relatório, precisa ocorrer no presente, e não em um momento posterior, num futuro incerto e não-sabido. As condições do futuro estão sendo decididas no presente, é o que alerta o IPCC. Os limites para a efetivação desse amor evolucionário estão, em alguma medida, contidos no próprio relatório quando este aponta para as dificuldades de realização das mudanças necessárias, de que tratamos no parâmetro do hábito.

Orientação para o futuro e o caráter evolucionário estão intimamente associados no ágape. O aumento da razoabilidade concreta só pode se dar no sentido do futuro, a partir da superação do erro do presente, no sentido evolucionário do tempo em direção ao futuro. Há um entendimento de que a existência e a diversidade não se esgotam no presente, mas devem se manter no futuro; nesse sentido, o ágape opera como motivação da ação presente para a produção de diferença e as

⁵⁷¹ “Climate change is a threat to human well-being and planetary health (very high confidence). There is a rapidly closing window of opportunity to secure a liveable and sustainable future for all (very high confidence). [...] The choices and actions implemented in this decade will have impacts now and for thousands of years (high confidence)”.

transições necessárias: “As transições de sistema tornam possível a adaptação transformadora necessária para níveis altos de saúde e bem-estar humanos, resiliência econômica e social, saúde do ecossistema e do planeta⁵⁷²” (AR6, p. 102). A consequência da manutenção das ações atuais é que “sem ações de adaptação aceleradas e ações de mitigação rápidas, profundas e sustentadas, perdas e danos irão continuar a aumentar, [...] e irão afetar desproporcionalmente as populações mais vulneráveis (*alta confiança*)⁵⁷³” (AR6, p. 93). Há também uma explicitação da escala do problema: “Aproximadamente 3,3 a 3,6 bilhões de pessoas vivem em contextos que são altamente vulneráveis às mudanças climáticas (*alta confiança*)⁵⁷⁴” (AR6, p. 51).

No seguinte trecho, vemos articulados os parâmetros do consenso, da indeterminação, da afetabilidade e do ágape:

As evidências científicas acumuladas são inequívocas: as mudanças climáticas são uma ameaça para o bem-estar humano e a saúde planetária (*confiança muito alta*). Qualquer atraso a mais na ação global concertada e antecipada de adaptação e mitigação irá perder uma janela breve e se fechando rapidamente para assegurar um futuro suportável e sustentável para todos (*confiança muito alta*)⁵⁷⁵. (AR6, p. 89)

O texto do IPCC alerta para as condições de vida a serem enfrentadas no futuro por conta das mudanças climáticas. Esse futuro, todavia, é cada vez mais presente. Se o ágape implica se importar com o outro como se fosse eu mesmo, como dizia Colapietro (2021), essa alteridade não se restringe mais, aqui, apenas à ideia de futuras gerações, mas já prescinde do qualificativo temporal: “Sem ações de adaptação e mitigação urgentes, efetivas e equitativas, a mudança do clima ameaça cada vez mais a saúde e os meios de subsistência de pessoas ao redor do mundo, a saúde do ecossistema, e a biodiversidade, com consequências adversas severas para as gerações atuais e futuras (*alta confiança*)⁵⁷⁶” (AR6, p. 92).

⁵⁷² “The system transitions make possible the transformative adaptation required for high levels of human health and well-being, economic and social resilience, ecosystem health, and planetary health”.

⁵⁷³ “Without rapid, deep and sustained mitigation and accelerated adaptation actions, losses and damages will continue to increase, [...] and will disproportionately affect the most vulnerable populations (high confidence)”.

⁵⁷⁴ “Approximately 3.3 to 3.6 billion people live in contexts that are highly vulnerable to climate change (high confidence)”.

⁵⁷⁵ “The cumulative scientific evidence is unequivocal: climate change is a threat to human well-being and planetary health (very high confidence). Any further delay in concerted anticipatory global action on adaptation and mitigation will miss a brief and rapidly closing window of opportunity to secure a liveable and sustainable future for all (very high confidence)”.

⁵⁷⁶ “Without urgent, effective and equitable adaptation and mitigation actions, climate change increasingly threatens the health and livelihoods of people around the globe, ecosystem health, and biodiversity, with severe adverse consequences for current and future generations (high confidence)”.

A leitura do texto do IPCC a partir deste parâmetro parece indicar que o apelo do relatório para a mudança tem caráter agapístico. O ágape é uma força comunicacional a mover a escrita do relatório, a mover o empreendimento científico do IPCC, presente em seus enunciados. O IPCC parece imbuído dessa força agapística no desenvolvimento de sua razão científica. Há uma esperança agapística no trabalho da comunidade de investigadores (CP 6.610), em um movimento decididamente coletivo, e não individual, o que o aproxima da política pragmaticista.

Nessa dimensão do caráter coletivo, nos vemos novamente diante da problemática da ampliação da comunidade: “o desenvolvimento agapástico do pensamento [...] pode afetar todo um povo ou comunidade em sua personalidade coletiva, sendo assim comunicado a tais indivíduos em uma conexão simpatética com o povo coletivo, ainda que possam ser intelectualmente incapazes de atingir a ideia por suas compreensões privadas ou talvez mesmo de apreendê-las conscientemente⁵⁷⁷” (CP 6.307).

O movimento de manutenção da diversidade, prevenção de sua redução e, no limite, de sua extinção, é um movimento agapístico, de preservação da natureza em suas diferentes manifestações, seja em nossa espécie ou em outras. O IPCC enuncia comunicacionalmente um desafio político que é de ordem agapística.

⁵⁷⁷ “it may affect a whole people or community in its collective personality, and be thence communicated to such individuals as are in powerfully sympathetic connection with the collective people, although they may be intellectually incapable of attaining the idea by their private understandings or even perhaps of consciously apprehending it”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: COMUNICAÇÃO SINEQUISTA, POLÍTICA PRAGMATICISTA E A PRISÃO DA SECUNDIDADE

Comunicação sinequista

Tratou-se, nesta tese, de pensar a comunicação sob os contornos da continuidade, compreendida tanto em seus aspectos metafísicos quanto epistemológicos. Os parâmetros que elaboramos dão conta de exigências colocadas pelo sinequismo – ou seja, o que corresponde à comunicação quando ela é pensada a partir da continuidade. Esses parâmetros, que dão forma ao conceito de comunicação sinequista, também configuram propostas para o campo da comunicação. Trabalhos futuros podem tirar proveito dessas discussões para realizar as suas próprias.

A direção aberta por Alexandre Rocha da Silva (2021a; 2021b; 2021c) no sentido de configuração de um conceito de comunicação capaz de conectar semiótica, política e um pensamento associado à diferença animou e inspirou esta pesquisa sobre a filosofia da comunicação peirceana. Espera-se ter demonstrado que há grande riqueza e produtividade na abordagem proposta por Silva a ser ainda estudada e explorada pelo campo futuramente.

Em nosso percurso de pesquisa, evidenciamos que a proposição de um espaço comunicacional da continuidade não implica a inexistência de discontinuidades. Vimos, também, como o processo de construção da verdade depende da comunicação. Nesse sentido, iremos empreender, neste texto de considerações finais, uma breve retomada da discussão sobre a teoria da realidade peirceana, de modo a apresentar um fechamento do trabalho operado em torno de nossas problematizações, no sentido de explorar uma hipótese de desenvolvimento das problemáticas iniciais de pesquisa.

Nossa pesquisa buscou sistematizar um determinado modo de operação da comunicação, por continuidade. O conceito formulado pela tese evidencia, entre outras, as relações entre interpretante, hábito, crença e ação. Defende, também, uma compreensão de comunicação alicerçada na indissociabilidade das categorias (e, mais especificamente, das dimensões de materialidade, referencialidade e mediação) – é o que nos permite argumentar a hipótese da discontinuidade da secundidade que iremos expor nestas considerações finais. Após seu percurso

de investigação, o trabalho chega no reconhecimento de uma descontinuidade. A partir da problematização inicial, nos colocávamos uma questão que pode ser traduzida nos seguintes termos: que hipóteses podem ser levantadas, desde a perspectiva da comunicação, para dar conta do descompasso entre as descobertas científicas sobre as alterações no sistema climático e a insuficiência das ações para lidar com esse cenário? Possíveis respostas foram construídas a partir de parâmetros como o da interdependência das dimensões – que evidencia a necessidade de as instâncias da comunicação serem consideradas em seu caráter de indissociabilidade – e o que compreende o hábito como resultado da comunicação. A ideia da prisão à secundidade, a que chegamos neste texto de considerações finais, é um dos resultados do desenvolvimento da tese a partir do problema de pesquisa e da configuração do conceito de comunicação sinequista. Assim, o conceito formulado pela tese se apresenta como hipótese de resposta ao problema de pesquisa. Isso evidencia as relações entre sinequismo e pragmaticismo e a potência da hipótese do sinequismo, da ideia de que devemos supor que as coisas são formadas por continuidade – como pedia Peirce ao defender a necessidade de se postular hipóteses que considerem a continuidade (CP 6.169).

A incapacidade de configurar a realidade em seu aspecto de terceiridade, a partir do hábito, no nível da continuidade, acaba nos condenando a uma vida continuamente atingida pela violência da realidade em seu aspecto de secundidade, à força bruta do aqui e agora, de um desastre climático imprevisto não porque não houvesse condições de prevê-lo, mas sim porque fomos incapazes de prevê-lo. Por esse caminho, não se alcança a verdade. Ainda não chegamos ao nível do hábito, não chegamos à terceiridade, no que se refere às mudanças climáticas. Todavia, a negação da verdade e da realidade do fenômeno das mudanças climáticas não faz com que ele desapareça.

O desafio que a realidade impõe violentamente é o da mudança de hábitos. Em termos peirceanos, a resistência à mudança de hábito pode ser compreendida como um sintoma de dúvida. Crer verdadeiramente na teoria das mudanças climáticas nos colocaria no rumo de uma mudança de hábito, de uma alteração em nossa disposição para agir – isso pois está pressuposta no pensamento de Peirce uma continuidade entre crença e ação. A ação está vinculada ao raciocínio, e a dificuldade de mudar de hábito pode ser compreendida a partir da falta de plasticidade da mente e do uso disseminado dos outros três métodos de crença que não o científico (de tenacidade, de autoridade e *a priori*). Colapietro (2022, p. 9) nota como a disposição para a mudança de hábito é

“uma condição necessária para a agência racional”, destacando que “a própria capacidade de autocontrole depende da plasticidade do organismo, de sua abertura para autoalteração”.

A construção teórica do hábito como resultado da comunicação – decorrente, como argumentamos, da proposta do sinequismo – nos permitiu direcionar nosso olhar para a ação e o interpretante, compreendidos, dentro dos limites de nossa pesquisa, em sua dimensão comunicacional. Esse nos pareceu um enfoque produtivo em nossa análise do relatório do IPCC, caso não tão corriqueiro de texto que assume e declara seu objetivo de mudar hábitos de conduta. Do ponto de vista dos estudos peirceanos, esse percurso nos permitiu, ainda, nos somarmos a vozes como a de Colapietro (2022) e de Santaella (2009), que chamam atenção para um necessário maior desenvolvimento da retórica/metodêutica para enfrentar desafios de ordem semiósica e comunicacional.

O pensamento peirceano, compreendido em sua radicalidade e a partir de seus princípios fundamentais, configura uma filosofia da comunicação de caráter sinequista capaz de enriquecer os debates do campo. A análise do relatório do IPCC operada a partir dos parâmetros evidenciou a capacidade da comunicação sinequista de apresentar problematizações ao campo comunicacional.

A partir das análises, foi possível perceber ainda a existência de articulações entre os parâmetros. Eles apresentam relações entre si e configuram, em seu conjunto, a comunicação sinequista proposta a um só tempo por Peirce e por esta tese, em seu intento de sistematizar uma filosofia da comunicação compreendida a partir da continuidade. Há o parâmetro do hábito, cujas contribuições descrevemos acima. As discussões sobre o consenso da comunidade são relevantes para a configuração da verdade e da realidade peirceanas, conforme expusemos nos capítulos anteriores. A interdependência das dimensões da comunicação e a ideia de que o processo comunicacional se efetiva na mediação nos permitiram chegar à crítica da prisão da secundidade que elaboramos nestas considerações finais. A recusa do determinismo causal presente na filosofia peirceana permite colocar a comunicação em um espaço de indeterminação e de um contínuo de possibilidades, instaurando um paradigma em que afirmações são pensadas de forma probabilística, e não como certeza absoluta. A ênfase nas probabilidades também nos afasta da “apologia do casual” (SANTAELLA, 2004b, p. 28). Ou seja, trata-se menos de defender a ideia de que tudo pode acontecer e mais de compreender os fenômenos – inclusive os comunicacionais – como probabilísticos, com maiores ou menores chances de ocorrer. A afetabilidade aponta para a ampliação do conceito de mente para além de sua restrição ao ser humano. O ágape pressupõe um

desenvolvimento evolucionário da diversidade do mundo por meio do aumento da razoabilidade concreta. A existência dessas articulações entre os parâmetros decorre da lógica sistemática do pensamento de Peirce, a partir da qual buscamos, ao longo de todo esse trabalho, refletir sobre a comunicação.

Buscamos empreender uma leitura crítica do relatório a partir da comunicação sinequista, refletindo simultaneamente sobre o texto do IPCC e sobre os parâmetros sistematizados por nossa pesquisa. Tal escolha se deu pelo relatório ser um texto fértil para tal reflexão, como argumentamos, e pela relevância das mudanças climáticas na contemporaneidade. Em relação a essa problemática, este trabalho buscou tanto pensar sobre ela a partir de questões propriamente comunicacionais quanto configurar uma contribuição peirceana ao debate sobre mudanças climáticas. Tal contribuição está alicerçada em sua filosofia da comunicação e também no pragmatismo, o qual buscamos compreender aqui não apenas em seus aspectos epistemológicos, mas também políticos. Não defendemos, de forma alguma, a ideia de que a incapacidade para se lidar com as mudanças climáticas possa ser reduzida a um *problema de comunicação*, no sentido em que essa expressão é compreendida no senso comum. Buscamos explorar a questão nos atendo estritamente a seus aspectos propriamente comunicacionais, sem afirmar que para resolvê-la bastaria tratá-la nessa dimensão, sem levar em consideração as questões econômicas, políticas e sociais envolvidas.

A formulação do conceito central de nossa tese exigia a sistematização de suas distintas dimensões e dos modos como o sinequismo produz implicações para a comunicação. Nesse sentido, desenvolvemos os parâmetros, no capítulo 3. Para além disso, buscamos também discutir criticamente esses parâmetros a partir de uma prática comunicacional, o relatório do IPCC. Utilizamos os parâmetros como parte de uma metodologia para análise crítica do objeto comunicacional relatório do IPCC. Houve, assim, um esforço duplo: sistematizar os parâmetros e também fazer deles um método para a análise de um objeto comunicacional. Ou seja, o conceito formulado pela tese opera como modo de análise a dar a ver os limites e as potencialidades de uma peça comunicacional específica. O trabalho a partir dos parâmetros foi capaz de evidenciar determinados limites comunicacionais do relatório do IPCC, como a crítica sobre a potencialidade dos interpretantes e a dicotomia no parâmetro da afetabilidade que apontamos no capítulo 5. A parametrização da comunicação sinequista nos permitiu, ainda, explorar problemáticas como a da verdade e realidade, que desdobramos neste texto de considerações finais.

No contexto específico de nossa tese, essa parametrização operou como forma de desenvolvimento da problematização de pesquisa a partir da análise do relatório do IPCC. Dentro do espaço deste trabalho, o conceito foi utilizado nessa análise crítica; seus usos, todavia, não se reduzem a esse específico de nossa tese, restando como uma tentativa de contribuição que aportamos ao debate teórico sobre comunicação, com a formulação de um conceito alicerçado em uma filosofia da comunicação marcadamente peirceana. Do ponto de vista dos estudos de Peirce, espera-se que essa configuração de um conceito de comunicação associado à continuidade contribua para a comunidade. Nossa abordagem a partir do sinequismo permitiu a exploração de uma filosofia da comunicação peirceana com um enfoque distinto do de outros empreendimentos investigativos, como, por exemplo, o de Bergman (2009a) – que busca desenvolver essa filosofia sem, no entanto, realizar o mesmo movimento de centramento da continuidade que operamos. A pertinência das ideias de Peirce para uma investigação sobre o fenômeno das mudanças climáticas pode, ainda, ajudar a evidenciar a atualidade e a vitalidade de suas ideias, que não restam, de modo algum, confinadas ao século 19. O enfoque sobre a dimensão política de seu pensamento também configura uma tentativa de contribuição da tese e de demonstração da relevância desse pensamento para a contemporaneidade.

Em relação às contribuições da pesquisa no sentido de possíveis aberturas de novas perspectivas para o campo, podemos destacar que o parâmetro da indeterminação instaura um paradigma probabilístico na comunicação, o que difere do tratamento usual na área. A afirmação do hábito como resultado da comunicação também permite colocá-la em um espaço de transformação, a partir da ideia de mudança de hábito que foi aqui trabalhada. Esses resultados têm potencial para embasar futuras pesquisas da área, que podem, também, prosseguir na exploração das relações entre comunicação e política tais como foram aqui desenvolvidas. Ainda, as problematizações que foram sendo colocadas a partir da comunicação sinequista podem levar a novos trabalhos que já partam dessas questões como perspectiva inicial de pesquisa.

No decorrer do processo de investigação, ocorreram três acontecimentos de pesquisa que foram fundamentais na configuração da tese. Na ordem cronológica, o primeiro: em nossa pesquisa nos *Collected Papers*, nos deparamos com a afirmação de Peirce da comunicação como continuidade (CP 7.572), que permitiu dar forma ao conceito de comunicação sinequista. O segundo foi o trecho de carta a Lady Welby em que consta a proposta do *commens*. Como vimos neste texto, comentadores da obra peirceana já se debruçaram sobre o conceito, mas, naquele

momento, ele era desconhecido para nós, e esse primeiro encontro com a ideia revelava a existência de uma riqueza em potencial para a discussão sobre comunicação a partir de Peirce que ajudou a inspirar nossa pesquisa. O terceiro é a descoberta da comunidade de investigadores do IPCC, que auxiliou na articulação entre comunicação e política que nossa pesquisa já operava. O achado, em meio ao processo de pesquisa, do relatório do IPCC como um objeto de investigação potencial ajudou a dar forma à nossa problematização comunicacional, que passou a se organizar em torno do fenômeno das mudanças climáticas. Em um primeiro momento, o acontecimento que significou essa descoberta se traduziu em um certo encantamento que enxergava aparições de elementos do pensamento peirceano na comunidade do IPCC, o que foi gradualmente sendo repensado e retrabalhado a partir das análises. Nesse processo, ficou claro para nós que os parâmetros configurados por nossa pesquisa – que são regularidades do processo comunicacional compreendido como continuidade a que chegamos após nossa investigação – não devem ser trabalhados como modelos ou idealidades a que se deve buscar corresponder. Nesse sentido, não foi nossa intenção, na análise do relatório do IPCC, buscar enquadrar o texto nos parâmetros. Não se trata de uma lógica de sim ou não, mas de um contínuo de possibilidades entre 0 e 1.

Nosso problema de pesquisa mencionava um descompasso entre as alterações no sistema climático e a falta de ações efetivas apontada pelo IPCC para lidar com esse cenário. Ao final de nossa investigação, a formulação do conceito de comunicação sinequista se apresenta como uma hipótese para explicar, desde o ponto de vista comunicacional, o fenômeno ao qual, em nossa problematização inicial, denominávamos como descompasso, e, agora, pode ser caracterizado como a produção de uma descontinuidade que a prisão à secundidade implica.

Se compreendemos, a partir de Peirce, a comunicação como uma afirmação da continuidade (CP 7.572), a produção de dicotomias e descontinuidades enfraquece o potencial comunicativo, no contínuo das possibilidades da comunicação, ou mesmo impossibilita a sua efetivação. Do ponto de vista da comunicação, a descontinuidade seria aquilo que se afasta dos parâmetros da comunicação sinequista. Assim, o que nos permite fazer as discussões sobre negacionismo e descontinuidade é a problematização de pesquisa trabalhada, ao longo de toda a tese, a partir da configuração da comunicação sinequista. A hipótese da continuidade evidencia, aqui, a sua força: “para fechar a brecha, o sinequismo é necessário⁵⁷⁸” (CP 6.613).

⁵⁷⁸ “to bridge the gap synechism is required”.

Política pragmaticista e a prisão da secundidade

Como vimos, na lógica peirceana, chega-se à verdade a partir da investigação científica empreendida por uma comunidade. Há consequências políticas envolvidas aí, como o esvaziamento da noção de indivíduo, o qual produzirá apenas achados irrelevantes, se isolado do trabalho da comunidade – o eremita é uma nulidade científica. A ênfase e a importância que Peirce conferiu à comunidade se colocam em forte oposição a uma noção de individualismo. Assim, a responsabilização em um nível individual não faz sentido dentro do ponto de vista da política pragmaticista, de constituição do coletivo.

O conceito peirceano de política a que se queria chegar em nossa pesquisa foi desenvolvido na tese a partir do sinequismo. A escolha da denominação política pragmaticista envolveu reconhecer a captura da palavra pragmatismo, que Peirce já denunciava, e compreender as enormes distâncias que há entre o projeto pragmaticista e o que se faz sob o nome de pragmatismo. Conforme Peirce, “o pragmaticista não faz o *summum bonum* consistir na ação, mas o faz consistir naquele processo da evolução pelo qual o existente incorpora cada vez mais aqueles gerais [...] ditos *destinados*, que é o que buscamos expressar ao chamá-los de *razoáveis*⁵⁷⁹” (CP 5.433, grifos do autor).

A própria concepção que Peirce tem de ciência é de natureza política, ao afirmar uma determinada posição de que os avanços do conhecimento são construídos a partir de um trabalho coletivo, e não de um só indivíduo refletindo consigo mesmo. Aquilo que foi tratado nesta tese como política pragmática são expressões e manifestações políticas do nominalismo. Trata-se de doutrinas políticas que atribuem a centralidade ao indivíduo e supõem a inexistência do conceito de sociedade. Peirce associa explicitamente o nominalismo ao individualismo (CP 6.150).

Essas discussões têm impacto sobre o que Peirce tratou como os modos de conduta de vida: “um conceito, ou seja, o teor racional de uma palavra ou de outra expressão, resta exclusivamente na sua consequência concebível sobre a conduta da vida⁵⁸⁰” (CP 5.412). Como conduzir a vida a

⁵⁷⁹ “the pragmaticist does not make the *summum bonum* to consist in action, but makes it to consist in that process of evolution whereby the existent comes more and more to embody those generals [...] said to be *destined*, which is what we strive to express in calling them *reasonable*”.

⁵⁸⁰ “a conception, that is, the rational purport of a word or other expression, lies exclusively in its conceivable bearing upon the conduct of life”.

partir do sentido pragmaticista que toma o termo mudanças climáticas? Que hábitos resultariam de uma consideração suficiente da verdade da teoria das mudanças climáticas (CP 6.481)? Que consequências práticas⁵⁸¹ o termo *emergência climática* deve ter sobre a nossa conduta de vida? A resposta pragmaticista é implacável, pois postula que “o teste da dúvida e da crença é a conduta⁵⁸²” (EP 2, p. 433). A crítica pragmaticista dos nossos hábitos de conduta é o que nos permite afirmar a predominância do negacionismo.

As ideias pragmaticistas surgem aqui como um corpo filosófico capaz de dar forma à necessária passagem à ação que o atual cenário climático impõe. Entramos, assim, no espaço de uma política peirceana. O apelo pelo aumento da razoabilidade concreta do mundo se transforma em um chamado à manutenção da diversidade da Natureza que se manifesta na existência das espécies. Peirce defende que o pragmatismo implica “o reconhecimento de uma conexão inseparável entre cognição racional e propósito racional⁵⁸³” (CP 5.412). Adotamos, no âmbito deste trabalho, a premissa pragmaticista de que “*teorias verdadeiras* são capazes de afetar, e devem efetivamente fazê-lo, a conduta racional futura” (IBRI, 2003, p. 10, grifo do autor). Isso segundo o espírito pragmaticista de acordo com o qual “eventos futuros determinam minha ação presente⁵⁸⁴” (CP 7.369). Quando falamos em ação, não se trata jamais da ação por si mesma, mas da ação compreendida a partir do hábito.

Aquilo que compreendemos como os limites da política pragmática nos levou a pensar na necessidade de reflexão sobre uma política organizada sob outros parâmetros, de forma a almejar a superação desses limites. Ideias gerais – como o termo *mudanças climáticas* – têm realidade: “essas ideias gerais não são meras palavras, nem consistem em que certos fatos concretos irão acontecer toda vez sob certas descrições de condições; mas elas são tanto, ou na verdade muito mais, realidades vivas do que as próprias sensações a partir das quais elas se concretizam⁵⁸⁵” (CP 6.152). Essas ideias gerais permitem que orientemos nossa conduta futura: “o modo de ser que consiste no fato de que futuros acontecimentos de secundidade terão uma determinada

⁵⁸¹ Enfatizamos aqui a noção de práticas sem, no entanto, reduzir a questão a um mero empirismo que seria contrário à filosofia de Peirce, a qual “consider[a] a necessária interação entre teoria e experiência” (IBRI, 2000b, p. 32).

⁵⁸² “the test of doubt and belief is conduct”.

⁵⁸³ “recognition of an inseparable connection between rational cognition and rational purpose”.

⁵⁸⁴ “future events determine my present action”.

⁵⁸⁵ “these general ideas are not mere words, nor do they consist in this, that certain concrete facts will every time happen under certain descriptions of conditions; but they are just as much, or rather far more, living realities than the feelings themselves out of which they are concentered”.

característica geral, eu chamo de terceiridade⁵⁸⁶ (CP 1.26). O nominalista, por outro lado, restringe-se à realidade dos atuais, desacreditando da realidade dos gerais.

Peirce afirma que, além de gerais reais, “também há vaguezas reais e, em especial, possibilidades reais. [...] De fato, é sobre a realidade de algumas possibilidades que o pragmaticismo está mais preocupado em insistir⁵⁸⁷” (EP2, p. 354). Essas possibilidades com as quais o pragmaticismo está preocupado não são esgotáveis: “a ideia de um geral envolve a ideia de variações possíveis que nenhuma multidão de coisas existentes poderia exaurir, e na qual restariam entre duas [variações] quaisquer não apenas muitas possibilidades, mas possibilidades absolutamente além de qualquer multidão⁵⁸⁸” (CP 5.103). Essa ideia está claramente relacionada à do contínuo de infinitas possibilidades que o sinequismo implica.

Desde o ponto de vista da política pragmaticista, é preciso considerar os possíveis, e não apenas os atuais. As possibilidades de efeitos futuros das mudanças climáticas descritas pela comunidade de investigadores têm realidade. No entanto, a atualidade parece padecer da hipertrofia da secundidade que Silva (2021a) denunciava. Nas palavras de Herdy (2011, p. 63, grifo da autora), “o universo de *possibilidades reais* não se determina pelo mundo existente”. O equívoco do nominalismo é acreditar nessa determinação. O nominalista é vítima de não reconhecer que vive em um universo sîgnico: “Aqueles que alegam haver tido experiências absolutamente individuais [...] não reconhecem que nós não somos nem os criadores dos signos que interpretamos, nem os construtores da realidade que nossos signos representam” (NÖTH, 2017, p. 12). Conforme Ibri (2013, p. 9), “o nominalismo só pode conduzir a um antropocentrismo, e essa abordagem filosófica tem sido responsável por considerarmos a natureza como algo alheio à humanidade, algo desprovido de linguagem⁵⁸⁹”. Vemos aqui claramente formulada uma associação entre o antropocentrismo nominalista e a exploração da Natureza – à qual, possivelmente, o ser humano sequer pertenceria, nessa concepção.

Considerando o problema da falta de ação, decorrente da não mudança de hábito, parece possível afirmar que vivemos sob o império do negacionismo. É desde a perspectiva da política

⁵⁸⁶ “the mode of being which consists in the fact that future facts of Secondness will take on a determinate general character, I call a Thirdness”.

⁵⁸⁷ “there are, besides, real vagues, and especially, real possibilities. [...] Indeed, it is the reality of some possibilities that pragmaticism is most concerned to insist upon”.

⁵⁸⁸ “the idea of a general involves the idea of possible variations which no multitude of existent things could exhaust but would leave between any two not merely many possibilities, but possibilities absolutely beyond all multitude”.

⁵⁸⁹ “Nominalism could only lead to an anthropocentrism, and this philosophical approach has been responsible for us to consider Nature as something foreign to humankind, something devoid of language”.

pragmaticista que se torna possível caracterizar e afirmar a existência desse negacionismo, no sentido da falta de ação; o que há são hábitos negacionistas. Assim, em relação às mudanças climáticas, estamos presos na hipertrofia da secundidade que Silva denunciava, incapazes de estabelecer mediações. Essa incapacidade nos mantém presos à secundidade e à descontinuidade que ela implica.

No contexto do pensamento peirceano, a ciência é o espaço vitalista onde se busca a verdade: “A ciência é um modo de vida; [...] a bem-pensada e devota missão de vida pelo conhecimento: devoção à verdade⁵⁹⁰” (PEIRCE *apud* HOUSER, 2016, p. 396). Nesse sentido, “a verdade [...] só pode ser encontrada através do projeto da razoabilidade concreta” (SILVA; SEVERO, 2021, p. 14). Esse projeto da razão, como vimos ao longo desta tese, é guiado pelo amor criativo, pelo ágape. Na teleologia peirceana, estamos progressivamente nos aproximando da verdade, por meio do avanço do conhecimento científico. A ciência é o caminho para o aumento da razoabilidade concreta e para uma ética orientada pela razão, no espaço das ciências normativas. Peirce fala em uma “esperança infinita⁵⁹¹” (CP 5.357) no avanço do conhecimento da realidade pela comunidade.

Para Peirce, “a opinião humana tende, universalmente, no longo prazo, a uma forma definitiva, que é a verdade⁵⁹²” (CP 8.12). A palavra-chave aqui é *tende*. A verdade será sempre uma aproximação – mais ou menos bem-sucedida – da realidade: “a verdade é inalcançável; se a semiose fosse realizada em todo seu potencial, haveria então a superposição entre real e verdadeiro, objeto dinâmico e interpretante final” (SILVA; SEVERO, 2021, p. 13). A verdade pode ser compreendida como um horizonte para o qual se direciona o processo de conhecimento, que tende ao aumento da razoabilidade concreta no trabalho da comunidade. O interpretante é tido por Peirce como a instância pela qual a “tocha da verdade⁵⁹³” é passada adiante (CP 1.339). A ciência, conforme Peirce a vê, é um projeto intergeracional. Nesse sentido, em termos peirceanos, o trabalho científico da comunidade não chega jamais a um fim.

A opinião final da comunidade de investigadores coincide com o real (CP 8.12), mas a construção da verdade sobre a realidade não pode ser adiada para um futuro inalcançável. Essa

⁵⁹⁰ “a mode of life; [...] the devoted, well-considered life-pursuit of knowledge: devotion to Truth”.

⁵⁹¹ “infinite hope”.

⁵⁹² “human opinion universally tends in the long run to a definite form, which is the truth”.

⁵⁹³ “the interpretant is nothing but another representation to which the torch of truth is handed along; and as representation, it has its interpretant again”.

construção é um processo constante, o qual evolui progressivamente – ou melhor, em termos peirceanos, de modo evolucionário. Ao mesmo tempo que envolve algo que está sempre por se fazer, também envolve um aqui e agora, no sentido de que o presente demanda urgência. A realidade não aguarda por interpretantes finais, ela é constituída pelos interpretantes que conseguimos produzir. Os fenômenos não esperam, a realidade insiste; e talvez em nenhum outro fenômeno isso fique tão evidente como nas mudanças climáticas. Há uma insistência do existente, da realidade em seu aspecto de secundidade: “A mudança do clima causada por humanos já está afetando diversos extremos climáticos e de tempo em todas as regiões ao redor do globo. Isso levou a impactos adversos disseminados e perdas e danos relacionados à natureza e a pessoas (*alta confiança*)⁵⁹⁴” (AR6, p. 5).

A crença na verdade é um pressuposto do trabalho científico: “toda pesquisa científica se desenvolve sobre a premissa, a esperança, de que, em referência à sua questão particular, há uma resposta verdadeira. Aquilo que essa verdade representa é uma realidade⁵⁹⁵” (CP 8.153). Essa busca não implica a crença na existência de uma verdade prévia à linguagem, de um referente extralinguístico: “essa teoria da realidade é instantaneamente fatal para a ideia de uma coisa em si mesma, uma coisa existindo independentemente de toda a relação com a concepção da mente sobre ela⁵⁹⁶” (CP 8.13). Ainda: “não há nada que seja em si mesmo no sentido de não ser relativo à mente⁵⁹⁷” (CP 5.311). Objeto dinâmico e objeto imediato não são dicotomizados; há continuidade entre um e outro, no sentido da ação da mente. Como esclarece Bergman (2009a, p. 104), “embora o objeto dinâmico não seja dependente de uma cognição humana, ainda assim ele não é inteiramente independente do processo semiótico, que para Peirce é praticamente um sinônimo para ação inteligente ou da mente⁵⁹⁸”.

A ação da mente foi compreendida neste trabalho como um processo comunicativo que opera por continuidade. Essa perspectiva é a um só tempo uma formulação elaborada ao longo de

⁵⁹⁴ “Human-caused climate change is already affecting many weather and climate extremes in every region across the globe. This has led to widespread adverse impacts and related losses and damages to nature and people (*high confidence*)”.

⁵⁹⁵ “every scientific research goes upon the assumption, the hope, that, in reference to its particular question, there is some true answer. That which that truth represents is a reality”.

⁵⁹⁶ “This theory of reality is instantly fatal to the idea of a thing in itself, -- a thing existing independent of all relation to the mind's conception of it”.

⁵⁹⁷ “there is no thing which is in-itself in the sense of not being relative to the mind”.

⁵⁹⁸ “while the dynamical object is not dependent on any actual human cognition, it is nonetheless not entirely independent of the semiotic process, which for Peirce is practically a synonym for intelligent or mind-like action”.

nossa pesquisa e uma exigência do pensamento peirceano. A própria problematização sobre verdade e realidade exige o sinequismo, como afirma Romanini (2016, p. 28-29): “A conclusão de Peirce é que a solução do problema da realidade e da verdade depende de postularmos uma doutrina do contínuo”. Bergman (2009a, p. 114) também apontava nessa direção ao defender que “a investigação, como busca pela verdade, pode ser interpretada como um caso especial da generalização do processo comunicativo⁵⁹⁹”. Ainda: “a concepção científica de filosofia de Peirce pode ser interpretada como implicando uma filosofia da comunicação⁶⁰⁰” (BERGMAN, 2009a, p. 30). Foi no sentido da configuração dessa filosofia da comunicação – compreendida aqui a partir da ideia de continuidade – que empreendemos nossos esforços ao longo dessa tese.

A partir do conceito de crença e das discussões sobre verdade e realidade, chegamos a formulações sobre a ideia de ação no contexto das mudanças climáticas. No capítulo 5, concluímos a discussão de um dos parâmetros chegando à seguinte questão: há, verdadeiramente, crença na teoria das mudanças climáticas? Se acompanhamos Peirce na ideia de que pensamento é voltado para a produção de crenças (CP 5.394) e, em consequência, de hábitos, podemos afirmar que o processo de investigação científica tem apontado na direção da crença em alterações do sistema climático provocadas pela ação antropogênica e da necessidade de mudança de hábitos para dar conta dessas alterações. Se a crença equivale a uma disposição para agir, o que se desprende da inação, em termos peirceanos, é que não há, verdadeiramente, crença na teoria das mudanças climáticas. Sob a lógica do pragmatismo, o conhecimento sobre as mudanças climáticas se torna desprovido de sentido se desacompanhado de ações efetivas coerentes com a crença de que o mundo está se tornando cada vez menos habitável para nossas espécies. Peirce admite a existência de *graus* de dúvida em uma crença (CP 7.109). Se nossas ações são moldadas por nossas crenças e o que valida a crença é o estabelecimento de um hábito que vai determinar nossa ação (CP 5.371), podemos inferir, assim, que não cremos, ao menos não completamente, nas mudanças climáticas, pois não manifestamos disposição aparente para agir de forma coerente com a necessidade colocada pela emergência climática. Se há crença, ela não se dá em um nível que força a mudança de hábito.

⁵⁹⁹ “inquiry, as the search for truth, could be construed as a special case of a generalization of the communicative process”.

⁶⁰⁰ “Peirce’s scientific conception of philosophy can be construed as entailing a philosophy of communication”.

A ação exige um hábito prévio – daí a necessidade de produção de novos interpretantes e mudanças de hábitos para dar conta do descompasso de que tratamos neste trabalho. A inação, ou falta de ação suficiente, fica caracterizada pelo IPCC em afirmações como a seguinte: “apesar de progressos, existem diferenças entre os níveis atuais de adaptação e os níveis necessários para responder aos impactos e reduzir os riscos climáticos (*alta confiança*)⁶⁰¹” (AR6, p. 61). Para além da redução de emissões (mitigação), necessária para reverter o curso atual das mudanças climáticas, também é preciso atuar na adaptação ao novo clima. Assim, a insuficiência das ações de adaptação é, em termos pragmaticistas, sintoma de um negacionismo.

A dinâmica que descrevemos entre verdade e realidade evidencia que não há compreensão possível da realidade fora da continuidade, da terceiridade. A secundidade é uma manifestação da realidade em sua força bruta, ainda sem possibilidade de mediação, de construção do conhecimento. A secundidade é como um golpe que nos acerta nas costelas constantemente (CP 6.95). Sem esses golpes, não há como chegar à verdade. No entanto, restringir a realidade a esse seu aspecto de secundidade, tomá-la a partir desse aspecto, é problemático. Passamos agora a uma crítica política do que compreendemos como essa prisão da secundidade.

No capítulo 4, já discutíamos associações entre a teoria da realidade peirceana e uma política pragmaticista e entre o nominalismo e o que designamos de política pragmática. Há uma predominância da secundidade na ideia de realidade (CP 1.325), “pois o real é aquilo que insiste forçando o seu reconhecimento como algo outro que não criação da mente⁶⁰²” (CP 1.325), mas a realidade não se confunde com a secundidade. Ibri (2019, p. 385) ressalta que, no realismo peirceano, “a realidade não é constituída apenas por objetos de acordo com sua secundidade, mas o real é co-valentemente composto também por outras duas categorias [...] que abrangem possibilidade lógica e necessidade⁶⁰³”. Estar preso na secundidade implica não reconhecer a existência da potencialidade e da lei; significa crer apenas no que se passa agora, sem compreender as possibilidades de fenômenos outros virem a ocorrer e, ainda, de esses fenômenos se repetirem e adquirirem caráter de regularidade, em terceiridade. É precisamente a partir daí que constatamos um nominalismo dominante: como afirma Ibri (2019, p. 385), a diferença entre realismo e

⁶⁰¹ “Despite progress, adaptation gaps exist between current levels of adaptation and levels needed to respond to impacts and reduce climate risks (high confidence)”.

⁶⁰² “In the idea of reality, Secondness is predominant; for the real is that which insists upon forcing its way to recognition as something other than the mind's creation”.

⁶⁰³ “reality is not only constituted by objects according to their secondness, but that the real is co-valently comprised of the other two categories as well, namely, firstness and thirdness, that encompass logical possibility and necessity”.

nominalismo está no reconhecimento das categorias de primeiridade e terceiridade como componentes da realidade. Há hábitos que operam em terceiridade no sentido de manutenção do que produz as mudanças climáticas. Esses hábitos dão lugar a ações normalizadas. A crítica pragmaticista dos hábitos de conduta pode conduzir a uma necessária desnaturalização desses hábitos. Desnaturalização dos hábitos, desabituação do mundo. Propusemos, nesse sentido, a ideia de política pragmaticista na crença de que ela dê conta da “necessidade política de se desconstruir o estatuto naturalizado do fenômeno” (SILVA, 2021a, p. 6). Há um predomínio do nominalismo que opera inclusive politicamente. É nesse sentido que a desnaturalização da secundidade é uma tarefa política urgente, como afirmava Silva (2021b, p. 16).

Estar preso na secundidade significa estar condenado à descontinuidade dos acontecimentos, à irregularidade do que ocorre, à incapacidade de estabelecer mediações e de compreender os fenômenos dentro do quadro de uma teoria que nos pudesse esclarecer seus sentidos. Significa ignorar as leis da natureza conforme sistematizadas pelo processo de investigação científica – as quais têm a capacidade de prever como um dado fenômeno por ela descrito irá se comportar em eventos futuros (CP 5.48), ainda que jamais com exatidão absoluta, e compreendendo que a lei é incapaz de dar conta das inesgotáveis potencialidades (CP 5.103).

A realidade insiste em secundidade, independentemente dos signos que fomos capazes de construir sobre ela. Caso as anomalias causadas pelas mudanças climáticas tivessem de alguma forma escapado à comunidade científica, ainda assim os efeitos dessas mudanças teriam se feito presentes. A realidade “é o que é, independentemente se você ou eu ou qualquer grupo pense que é assim ou não⁶⁰⁴” (CP 8.153). As mudanças climáticas se impõem brutalmente como uma realidade em secundidade, independentemente de nossa produção de conhecimento sobre elas em terceiridade (ou seja, de nossa capacidade de compreender as alterações no sistema climático em seu caráter de lei, de geral). A Terra gira independentemente de nosso conhecimento sobre seus movimentos. Tais formulações, se pensadas no âmbito do fenômeno das mudanças climáticas, não se restringem a projeções sobre um futuro distante. Resultado desse negacionismo que descrevemos, as mudanças climáticas produzem muito mais efeitos na atualidade do que produzem efeitos as ações tomadas para lidar com elas.

⁶⁰⁴ “it is as it is, whether you or I or any group of men think it to be so or not”.

Peirce argumenta que as coisas ganham existência a partir da regularidade. É preciso compreender o fenômeno das mudanças climáticas enquanto terceiridade, em seu aspecto de generalidade. Se o fenômeno é visto apenas sob um aspecto de secundidade, perde-se a noção de continuidade. A secundidade diz respeito a um aqui e agora, a um irrepetível: “uma reação é algo que ocorre aqui e agora (*hic et nunc*). Acontece apenas uma vez. [...] Se continua por algum tempo, isso [...] envolve a terceira categoria. [...] Uma reação não pode ser generalizada sem perder inteiramente seu caráter de reação. Uma reação generalizada é uma lei⁶⁰⁵” (CP 7.532). A ciência é capaz de organizar a ocorrência desses fenômenos em secundidade e apontar tanto a maior incidência de anomalias climáticas quanto a causa desse aumento, ou seja, a ação antrópica sobre a Terra. A teoria das mudanças climáticas é uma proposta no nível da terceiridade. Do ponto de vista do evolucionismo, o IPCC descreve um processo no qual as anomalias climáticas vão progressivamente se convertendo em lei da natureza.

A questão-problema que organizou e deu impulso a este texto dava conta do descompasso entre o consenso da comunidade científica sobre a teoria das mudanças climáticas e seus impactos e a falta de ação para lidar com esse cenário. Ao final deste percurso de pesquisa, podemos configurar aquilo que inicialmente nomeamos de descompasso como a produção de uma descontinuidade. O descompasso é resultado dessa restrição à descontinuidade da secundidade, à prisão da força bruta da ação e reação, no aqui e agora. Negar a realidade é negar a relação de determinação do objeto dinâmico para com o signo. A quebra da continuidade entre o objeto dinâmico e o signo é fatal para qualquer tentativa de produção comunicacional a partir da realidade.

O negacionismo que caracterizamos implica, assim, uma descontinuidade: “Teorias falsas sobre qualquer aspecto da realidade e discursos que dissimulam propósitos intencionalmente velados têm em comum a quebra da regra semântica de harmonia entre secundidade e terceiridade requerida pelo pragmaticismo⁶⁰⁶” (IBRI, 2016, p. 603). Tais teorias falsas produzem uma descontinuidade entre secundidade e terceiridade que é contrária à continuidade entre essas duas instâncias exigida pela filosofia peirceana. A comunicação sinequista deve envolver, necessariamente, a terceiridade. Isso fica claro a partir tanto da associação da continuidade à

⁶⁰⁵ “A reaction is something which occurs *hic et nunc*. It happens but once. [...] If it is continued for some time, that [...] involves the third category. [...] A reaction cannot be generalized without entirely losing its character as a reaction. A generalized reaction is a law”.

⁶⁰⁶ “False theories about any aspect of reality, and discourses that dissimulate intentionally veiled purposes, have in common the breaking of the semantic rule of harmony between secondness and thirdness required by pragmaticism”.

terceiridade quanto do parâmetro da interdependência das dimensões. Se, por outro lado, nos mostramos incapazes de estabelecer mediações, reduzimo-nos à brutalidade da secundidade.

O que as discussões elaboradas ao longo desta tese nos permitem afirmar é que há uma diferença de grau, mas não de natureza, entre os negacionistas que, em seus discursos, dissimulam os propósitos velados de que fala Ibri e os que, independentemente dessas manifestações, mantêm-se na inação. Pode-se chegar a um acordo intersubjetivo que negue a teoria das mudanças climáticas, mas isso não impede o fato bruto em secundidade, ou seja, a ocorrência cada vez mais frequente de eventos extremos: “Encontro-me em um mundo de forças que agem sobre mim, e são elas, e não as transformações lógicas do meu raciocínio, que determinam aquilo em que irei acreditar em última instância⁶⁰⁷” (CP 8.45). O real não se confunde com um acordo conciliatório. É independente das opiniões de um conjunto de mentes quaisquer (CP 6.610). Uma conversação democrática pode alcançar um acordo sobre determinado tema, mas isso não implica que o assunto esteja resolvido. Um plebiscito questionando a opinião da população sobre o formato do nosso planeta pode até ter como resultado a vitória da Terra plana, mas isso não se sobrepõe ao consenso da comunidade científica e aos movimentos de rotação e translação. A natureza é indiferente à opinião humana, ainda que unânime (CP 5.384n1), e a realidade insiste em secundidade.

O que se depreende dessas discussões é um cenário em que não consideramos o fenômeno das mudanças climáticas nem em seu aspecto de potencialidade (primeiridade) nem em seu aspecto de lei (terceiridade). Tudo se passa como se desconhecêssemos a realidade das mudanças climáticas. Essa posição desconsidera a realidade das potencialidades e das regularidades, do caráter de repetição pressuposto pela ideia de lei (no caso específico, a previsão científica de que os extremos climáticos serão cada vez mais frequentes e intensos). Toma-se os fenômenos como se fossem independentes de uma lei – há aí um rompimento da continuidade. A tentativa de explicar o mundo de forma limitada à secundidade implica uma quebra da irredutibilidade das categorias. A incapacidade de passar à ação equivale a uma incompreensão do fenômeno em terceiridade, em sua continuidade. Em Peirce, a realidade exige generalidade para se constituir como tal. Se somos incapazes de perceber os fenômenos em sua continuidade, não teremos capacidade de compreender a realidade, de formular um entendimento sobre ela. Somos surpreendidos por eventos extremos, como se já não fossem previstos. Do ponto de vista da política pragmática, dos meios-terminos, pode-

⁶⁰⁷ “I find myself in a world of forces which act upon me, and it is they and not the logical transformations of my thought which determine what I shall ultimately believe”.

se afirmar que as metas de redução de emissões não são realistas, no sentido das dificuldades de sua aplicação. Do ponto de vista da política pragmaticista, a realidade bate à porta e exige mudanças de hábitos. A política pragmaticista deve dar ênfase à conduta racional. Trata-se, nesse âmbito, da ação orientada pelo raciocínio, e não de um acordo conciliatório.

Ignorar a verdade e a realidade tem um custo alto para quem o faz, mas não para a verdade e a realidade, que permanecem inabaláveis independentemente de sua aceitação ou não. Posso compreender as mudanças climáticas como uma farsa e prever que essa teoria científica será desacreditada em breve, mas o futuro irá continuamente evidenciar o equívoco dessa minha previsão – o que, em termos peirceanos, forçaria uma mudança de hábito e de conduta; é precisamente nesse sentido que a inação corresponde a um negacionismo da verdade e da realidade. Futuro, aqui, não se refere apenas ao longo prazo. Pelo contrário, inclui mesmo o exato instante seguinte àquele em que fiz minha previsão. As consequências das mudanças climáticas são cada vez mais evidentes em sua presentidade, no aqui e agora da secundidade. Pouco importa que ainda circulem discursos que mencionam o aquecimento global como uma ameaça futura: a realidade insiste e continuará a apontar que se trata de um problema do presente.

As evidências do fenômeno das mudanças climáticas e sua ação bruta deveriam, em tese, forçar a mudança de hábitos; a incapacidade de fazê-lo equivale a manter-se preso na categoria da secundidade. Tudo se passa como se não houvesse crença de que haverá repetição futura de extremos climáticos; como se não se compreendesse o aspecto de lei das mudanças climáticas, ou seja, da existência de alterações na atmosfera que provocam a inscrição de novas leis no sistema climático e das consequências que acarretam. A hipertrofia da secundidade implica a redução do fenômeno a esse aspecto, sem compreendê-lo na relação com as outras categorias da experiência. Nesse sentido, estar preso na secundidade é não compreender a ocorrência futura dos fenômenos que são efeitos das mudanças climáticas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORN, Timothy L. Peirce's Evolutionary Logic: Continuity, Indeterminacy and the Natural Order. *Transactions of Charles S. Peirce Society*, Buffalo (NY). XXV, n. 1, p. 1-28, 1989.

ANNONI, Marco. Implications of Synechism: Continuity and Second-Order Vagueness. *COGNITIO-ESTUDOS: Revista Eletrônica de Filosofia*. São Paulo, Volume 3, Número 2, p. 96-108, TEXTO 11/3.2, julho/dezembro, 2006.

APEL, Karl-Otto. Charles S. Peirce: from pragmatism to pragmaticism. University of Massachusetts Press Amherst, 1981.

ARAUJO, André Corrêa da Silva de. Deleuze e o problema da comunicação. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2020.

BERGMAN, Mats. Reflections on the Role of the Communicative Sign in Semeiotic. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. 36, n. 2, p. 225-254, 2000.

BERGMAN, Mats. Peirce's Philosophy of Communication: The Rhetorical Underpinnings of the Theory of Signs. Londres: Continuum, 2009a.

BERGMAN, Mats. Experience, Purpose, and the Value of Vagueness: On C. S. Peirce's Contribution to the Philosophy of Communication. *Communication Theory*, p. 248-277, 2009b.

CARRINGTON, Damian. World's top climate scientists expect global heating to blast past 1.5C target. *The Guardian*, Londres, 8 mai. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/article/2024/may/08/world-scientists-climate-failure-survey-global-temperature> (Acesso em 29/10/2024).

COLAPIETRO, Vincent. The Routes of Significance: Reflections on Peirce's Theory of Interpretants. *Cognitio*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2004.

COLAPIETRO, Vincent. In: COLAPIETRO, Vincent; NÖTH, Winfried; CESTARI, Guilherme H. de O. NETO BITTENCOURT, Levy Henrique. How can we change habits? *TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, n. 23, jan./jun. p. 136-155, 2021.

COLAPIETRO, Vincent. Rhetoric revisited, methodeutic re-imagined. *Cognitio*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1-20, jan.-dez. 2022.

COOKE, Elizabeth. Transcendental Hope: Peirce, Hookway, and Pihlström on the Conditions for Inquiry. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, Vol. 41, No. 3 (Summer, 2005), p. 651-674, 2005.

COSCULLUELA, Victor. Peirce on Tychism and Determinism. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, vol. XXVIII, n. 4, p. 741–755, 1992.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The Anthropocene. *Global Change Newsletter*, v. 41, p.17-18, mai. 2000.

DE WAAL, Cornelis. *Science Beyond the Self: Remarks on Charles S. Peirce's Social Epistemology*. *Cognitio*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 149-163, jan./jun. 2006.

DE WAAL, Cornelis. *Sobre pragmatismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

FORSTER, Paul D. Peirce and the Threat of Nominalism. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, Vol. 28, No. 4 (Fall, 1992), p. 691-724, 1992.

GPESC, Grupo de Pesquisa Semiótica e Culturas da Comunicação. *Semiótica crítica: a comunicação como acontecimento*. Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq. 2019.

GPESC, Grupo de Pesquisa em Semiótica e Culturas da Comunicação; WERLANG, A. ; SILVA, A. R. ; ARAUJO, A. ; LEITES, B. ; RAMOS, C. ; LUCAS, C. ; DINIZ, F. ; NONINO, G. ; LUZ, G. ; MELLO, J. G. ; FLORES DA CUNHA, J. F. ; MACEDO, L. ; ABREU, L. F. ; MULLER, L. ; CONTER, M. B. ; TELLES, M. ; ARRUDA, M. ; FREITAS, S. *Semiótica Crítica e as materialidades da comunicação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.

GPESC. SILVA, Alexandre Rocha da *et al.* A aventura crítica da semiótica. *Intexto*, Porto Alegre, n. 54, e-120299, 2022, p. 1-19.

GRADIM, Anabela. *Comunicação e ética: o sistema semiótico de Charles S. Peirce*. Covilhã: Livros LabCom, 2006.

HAACK, Susan. Fallibilism and Necessity. *Synthese*, Vol. 41, No. 1, *Essays on the Philosophy of Charles Peirce* (May, 1979), p. 37-63, 1979.

HAACK, Susan. Descartes, Peirce and the cognitive community. *The Monist*, Vol. 65, No. 2, *The Relevance of Charles Peirce—Part II* (APRIL, 1982), p. 156-181, 1982.

HAACK, Susan. Not Cynicism, but Synechism: Lessons from Classical Pragmatism. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, Vol. 41, No. 2 (Spring, 2005), p. 239-253, 2005.

HAACK, Susan. Da corrente ao cabo: a teoria de Peirce sobre a investigação através de suas metáforas. *Cognitio*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 159-179, jan./jun. 2019.

HABERMAS, Jürgen. Peirce and Communication. In: KETNER, Kenneth Laine (Org.). *Peirce and Contemporary Thought: Philosophical Inquiries*. Nova Iorque: Fordham University Press, 1995, p. 243-266.

HAVENEL, Jérôme. Peirce's Clarifications of Continuity. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, Vol. 44, No. 1, 2008.

HERDY, Rachel. Da comunidade à realidade? Desfazendo equívocos sobre Peirce. *Revista Estudos Hum(e)anos*, v. 3, p. 56-69, 2011.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOUSER, Nathan. "Peirce's Contrite Fallibilism,". In: *Semiotics and Philosophy in Charles Sanders Peirce*, Rossella Fabbrichesi Leo e Susanna Marietti (Editores). Newcastle (Reino Unido), Cambridge Scholars Press, p. 1-14, 2006.

HOUSER, Nathan. Social minds and the fixation of belief. In: WEST, E.; ANDERSON, M. (Orgs.). *Consensus on Peirce's Concept of Habit Before and Beyond Consciousness*. Suíça: Springer, p. 379-400, 2016.

IBRI, Ivo Assad. Sobre a incerteza. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 23, p. 97-104, 2000a.

IBRI, I. A.. As Conseqüências de "Conseqüências Práticas" no Pragmatismo de C.S. Peirce. *Cognitio*, São Paulo, v. 01, p. 30-37, 2000b.

IBRI, I. A.. A Vital Importância da Primeiridade na Filosofia de Peirce. *Cognitio*, São Paulo, v. 3, p. 46-52, 2002.

IBRI, I. A. Pragmatismo e a Possibilidade da Metafísica. *Cognitio*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 9-14, jan.-jun. 2003.

IBRI, I. A.. O Amor Criativo como Princípio Heurístico na Filosofia de Peirce. *COGNITIO (PUCSP)*, São Paulo, v. 6, n.2, p. 187-199, 2005.

IBRI, I. A.. Semiotics and Epistemology: The Pragmatic Ground of Communication. In: Rosa M. Calcaterra. (Org.). *New Perspectives on Pragmatism and Analytic Philosophy*. Amsterdã: Rodopi, p. 71-82, 2011.

IBRI, I. A.. Neopragmatism Viewed by Pragmaticism. *European Journal of Pragmatism and American Philosophy*, v. 1, p. 1-13, 2013.

IBRI, I. A.. Kósmos noetós: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce. São Paulo: Paulus, 2015a.

IBRI, I. A. A formação de hábitos e a origem das leis na VII Conferência de Cambridge, de Ch. S. Peirce. *Veritas (Porto Alegre)*, v. 60, p. 619-630, 2015b.

IBRI, I. A. Linking the Aesthetic and the Normative in Peirce's Pragmaticism: A Heuristic Sketch. Charles S. Peirce Society 2016 Presidential Address. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, Vol. 52, No. 4 (Fall 2016), p. 598-610, 2016.

IBRI, I. A. O Crepúsculo da Realidade e a Ironia Melancólica do Sucesso Brillhante e Duradouro: reflexões sobre os Interpretantes Emocionais e Lógicos nos Modos peircianos de Fixação das Crenças. *Veritas*, Porto Alegre, v. 63, n. 3, set.-dez. 2018, p. 921-932, 2018.

IBRI, I. A. The semiotic resilient mind: conflictual and agapic relationship between logical and emotional interpretants. *Cognitio*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 378-391, jul./dez. 2019.

IPCC, Intergovernmental Panel on Climate Change. Synthesis Report of the IPCC Sixth Assessment Report (AR6), 2023.

IPCC, Intergovernmental Panel on Climate Change. Synthesis Report of the IPCC Fifth Assessment Report (AR5), 2014.

IPCC, Intergovernmental Panel on Climate Change. Synthesis Report of the IPCC Fourth Assessment Report (AR4), 2007.

JOHANSEN, Jorgen Dines. Let sleeping signs lie: On signs, objects, and communication. *Semiotica* 97-3/4 (1993), p. 271-295, 1993.

JUNGK, Isabel. A natureza normativa do amor evolucionário. *Cognitio*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 340-357, jul./dez. 2018.

KETNER; Kenneth Laine; PUTNAM, Hilary. Introduction: The Consequences of Mathematics. In: PEIRCE, Charles S. Reasoning and the Logic of Things. The Cambridge Conferences Lectures of 1898. Cambridge (Estados Unidos): Harvard University Press, 1992, p. 37-54.

KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LANE, Robert. The Final Incapacity: Peirce on Intuition and the Continuity of Mind and Matter (Part 1). *Cognitio*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 105-119, jan/jun. 2011a.

LANE, Robert. The Final Incapacity: Peirce on Intuition and the Continuity of Mind and Matter (Part 2). *Cognitio*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 237-256, jul./dez. 2011b.

LOCKE, Gordon. Peirce's Metaphysics: Evolution, Synechism, and the Mathematical Conception of the Continuum. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, Vol. 36, No. 1 (Winter, 2000), pp. 133-147, 2000.

LUCAS, Cássio de Borba. Escutas expandidas e a produção comunicacional de escutas musicais. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2022.

MARQUES, Luiz. O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.

MÜLLER, Luiza. O Comunicável em Michel Foucault e o clitóris da serpente. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2024.

- NADIN, Mihai. The logic of vagueness and the category of synechism. *The Monist*, Vol. 63, No. 3, The Relevance of Charles Peirce (JULY, 1980), p. 351-363, 1980.
- NÖTH, Winfried. Ecosemiotics and the semiotics of nature. *Sign Systems Studies (Tartu)*, v. 29.1, p. 71-82, 2001.
- NÖTH, Winfried. From Representation to Thirdness and Representamen to Medium: Evolution of Peircean Key Terms and Topics. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. 47, p. 445-481, 2011a.
- NÖTH, Winfried. Representation and Reference According to Peirce. *International Journal of Signs and Semiotic Systems*, 1(2), p. 28-39, Jul.-Dez. 2011, 2011b.
- NÖTH, Winfried. A teoria da comunicação de Charles S. Peirce e os equívocos de Ciro Marcondes Filho. *Galáxia (São Paulo. Online)*, v. 25, p. 10-23, 2013.
- NÖTH, Winfried. Charles S. Peirce – Precursor da virada não-humana. *Tríade, Sorocaba, SP*, v. 5, n. 9, p. 6-17, jun. 2017.
- NÖTH, Winfried. The semiotic paradox of the improbability of communication. *MATRIZES (ONLINE)*, v. 17, p. 11-23, 2023.
- NÖTH, Winfried; GURICK, Amaral. A teoria da informação de Charles S. Peirce. *TECCOGS: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, v. 5, p. 4-29, 2011.
- PARKER, Kelly A. *The Continuity of Peirce's Thought*. Nashville (EUA): Vanderbilt University Press, 1998.
- PARKER, Kelly A. Reconstructing the Normative Sciences. *Cognitio, São Paulo*, v. 4, n. 1, p. 27-45, jan.-jun. 2003.
- PEIRCE, Charles S. *Semiotics and signifiics: the correspondence between Charles S. Peirce and Victoria Lady Welby*. Hardwick, C. S. (Ed.). Indiana University Press, 1977.
- PEIRCE, Charles S. *Reasoning and the Logic of Things. The Cambridge Conferences Lectures of 1898*. Cambridge (Estados Unidos): Harvard University Press, 1992.
- PEIRCE, Charles S. *The essential Peirce: selected philosophical writings, volume 1 (1867-1893)* / editado por Nathan Houser e Christian Kloesel. Bloomington: Indiana University Press, 1992.
- PEIRCE, C. S. *The collected papers of Charles Sanders Peirce*. Edição eletrônica: Harvard University Press, 1994.
- PEIRCE, Charles S. *The essential Peirce: selected philosophical writings, volume 2 (1893-1913)* / editado pelo Peirce Edition Project. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

PEIRCE, Charles S. Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition. Editado pelo Peirce Edition Project. Bloomington: Indiana University Press.

PIETARINEN, Ahti-Veikko. 'Peirce's Theory of Communication and its Contemporary Relevance' K. Nyiri (Eds) *Mobile Learning: Essays on Philosophy, Psychology and Education*. Passagen Verlag Vienna, p. 81–98, 2003.

RANSDELL, Joseph. Some leading ideas of Peirce's Semiotic. *Semiotica* 19 (3/4), p. 157–178, 1977.

REYNOLDS, Andrew. The Incongruity of Peirce's Tychism. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, Vol. 33, No. 3 (Summer, 1997), p. 704-721, 1997.

RIPPLE, William J.; et al. World Scientists' Warning to Humanity: A Second Notice, *BioScience*, 67 (12), p. 1026–1028, 2017.

RIPPLE, William J.; et al. The 2024 state of the climate report: Perilous times on planet Earth, *BioScience*, p. 1-13, 2024.

ROCHA PEREIRA, Demétrio Jorge. Gilbert Simondon e a Comunicação Maquínica. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2021.

ROMANINI, Vinicius. A cifra que se revela: alguns apontamentos biográficos e bibliográficos para tornar mais clara a importância de Peirce para a moderna pesquisa em Comunicação. *Caligrama (ECA/USP. Online)*, São Paulo, v. 1, n.2, p. 1, 2005.

ROMANINI, Vinicius. A contribuição de Peirce para a teoria da comunicação. *CASA. Cadernos de Semiótica Aplicada (Online)*, v. 14, p. 13-56, 2016.

ROSA, António Machuco. O conceito de continuidade em Charles S. Peirce. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

ROSENTHAL, Sandra. Temporality, Perceptual Experience and Peirce's "Proofs" of Realism. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, Vol. 20, No. 4 (Fall, 1984), p. 435-451, 1984.

ROSENTHAL, Sandra. Pragmatic Metaphysics: A Pathway for the Future. *Cognitio*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 46-59, jan.-jun. 2003.

SALATIEL, J. R.. "Peirce e Kant Sobre Categorias: Parte I - Dedução Metafísica e Reviravolta Semiótica". *Cognitio-Estudos (PUC-SP. Online)*, v. 3, p. 79-88, 2006.

SANTAELLA, Lucia. *Tractatus de Signis: The Semiotic of John Poincaré*. *The Journal of Speculative Philosophy*, v. 5, n. 2, p. 151-159, 1991.

SANTAELLA, Lucia. *A assinatura das coisas: Peirce e a literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

- SANTAELLA, Lucia. A teoria geral dos signos: semiose e autogeração. São Paulo: Ática, 1995.
- SANTAELLA, Lucia. A semiótica filosófica de C. S. Peirce. *Hypnós*, São Paulo, v. 5, p. 301-307, 1999.
- SANTAELLA, Lucia. Matter as effete mind: Peirce's synechistic ideas on the semiotic threshold. *SIGN SYSTEMS STUDIES (TARTU)*, v. 29, p. 49-62, 2001.
- SANTAELLA, Lucia. Os significados pragmáticos da mente e do sinequismo em Peirce. *Cognitio*, São Paulo, v. 3, p. 97-106, 2002.
- SANTAELLA, Lucia. Why there is no crisis of representation in Peirce. *Semiotica (Berlin)*, Berlin, v. 143, n.1, p. 45-52, 2003.
- SANTAELLA, Lucia. O papel da mudança de hábito no pragmatismo evolucionista de Peirce. *Cognitio*, São Paulo, v. 5, n.1, p. 73-83, 2004a.
- SANTAELLA, Lucia. O método anticartesiano de C. S. Peirce. São Paulo: Editora UNESP, 2004b.
- SANTAELLA, Lucia. Sinequismo e a Onipresença da Semiose. *Cognitio*, v. 8, p. 141-149, 2007.
- SANTAELLA, Lucia. *Semiótica Aplicada*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- SANTAELLA, Lucia. 2007 Presidential Address: Pervasive semiosis. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. 45, p. 261-272, 2009.
- SANTAELLA, Lucia. A concepção ampliada da mente segundo C. S. Peirce. *Cognitio*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 392-403, jul./dez. 2019.
- SANTAELLA, Lucia. A verdade à luz da vagueza e do falibilismo. *ESTUDOS SEMIÓTICOS (USP)*, v. 18, p. 46-55, 2022.
- SFENDONI-MENTZOU, Demetra. Peirce on Continuity and Laws of Nature. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, Vol. 33, No. 3 (Summer, 1997), pp. 646-678.
- SILVA, A. R. ; LUCAS, C. B. ; ROCHA PEREIRA, D. ; MENEGAT, F. ; COLLING, G. ; MENDES, I. P. ; FLORES DA CUNHA, J. ; MACEDO, L. ; ABREU, L. F. S. ; MULLER, L. ; ARRUDA, M. ; SEVERO, T. ; MORELE, V. S. . Notas para As configurações da comunicação: sinequismo e política. *InTexto*, v. 54, p. 1-15, 2022.
- SILVA, A. R. ; WERLANG, A. ; ARAUJO, A. ; LEITES, B. ; SILVA, C. R. ; LUCAS, C. B. ; DINIZ, F. M. X. ; NONINO, G. ; LUZ, G. G. ; MELLO, J. G. ; FLORES DA CUNHA, J. F. ; MACEDO, L. ; ABREU, L. F. S. ; MULLER, L. ; CONTER, M. B. ; TELLES, M. ; ARRUDA, M. ; FREITAS, S. . A aventura crítica da semiótica. *InTexto*, v. 54, p. 1-19, 2022.

SILVA, Alexandre Rocha da. O fenômeno e o ser: entre o infinito de fora e o ínfimo de dentro. Inédito, 2021a.

SILVA, Alexandre Rocha da. Pragmatismo/Pragmaticismo – duas políticas em perspectiva. Inédito, 2021b.

SILVA, Alexandre Rocha da. A política e o paradigma estético-ético-semiótico. Inédito, 2021c.

SILVA, A. R.; COLLING, G. . Peirce e a Política. In: 42º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2019, Belém. ANAIS DO 42º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. São Paulo: Intercom, 2019.

SILVA, A. R.; NONINO, G. P. ; MACEDO, L. P. . Uma leitura semiótica das multidões. In Texto (UFRGS. Online), v. 3, p. 176-192, 2016.

SILVA, Alexandre Rocha da; SEVERO, Taís. Notas sobre o científico na arquitetura filosófica de Peirce. Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação, Vol. 9, nº 17, janeiro-junho/2021, p. 9-14.

SILVA, Alexandre Rocha da; SANTAELLA, Lucia. Por uma semiótica política. Intexto, Porto Alegre, n. 54, e-120465, 2022.

SILVEIRA, Lauro Frederico Barbosa da. Cosmos evolutivo e plano de criação na filosofia peirceana. Trans/Form/Ação, São Paulo, 8: 1-24, 1985.

SILVEIRA, L. F. B. A comunicação de um ponto de vista pragmaticista. Cognitio, São Paulo, v. 2, n.1, p. 203-212, 2001.

SILVEIRA, L. F. B. Habermas lendo Peirce. Trans/Form/Ação (UNESP. Marília. Impresso), v. 36, p. 33-44, 2013.

SILVEIRA, Fabricio. 'Uma reserva de mundo': as materialidades da comunicação no projeto da Semiótica Crítica. InTexto, v. 54, p. 1-15, 2022.

STAAB, Janice M. Questions concerning Peirce's Agapic Continuity. Transactions of the Charles S. Peirce Society, v. 35, n.º 1, p. 157-176, 1999.

TALISSE, Robert B. Towards a Peircean Politics of Inquiry. Transactions of the Charles S. Peirce Society, Vol. 40, No. 1 (Winter, 2004), p. 21-38, 2004.

TURLEY, Peter. Peirce on Chance. Transactions of the Charles S. Peirce Society, v. 5, n. 4, p. 243-254, 1969.

WARD, Roger. Peirce and politics. Philosophy & Social Criticism, 27(3), 67–90, 2001.